

DEFESA DE ESPINHO

DIR. INT. J. M. GABRIEL DE JESUS • FUNDADOR: BENJAMIM COSTA DIAS • SEMANÁRIO - Ano 50.º - N.º 2608 - QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1982 • PREÇO 10\$00

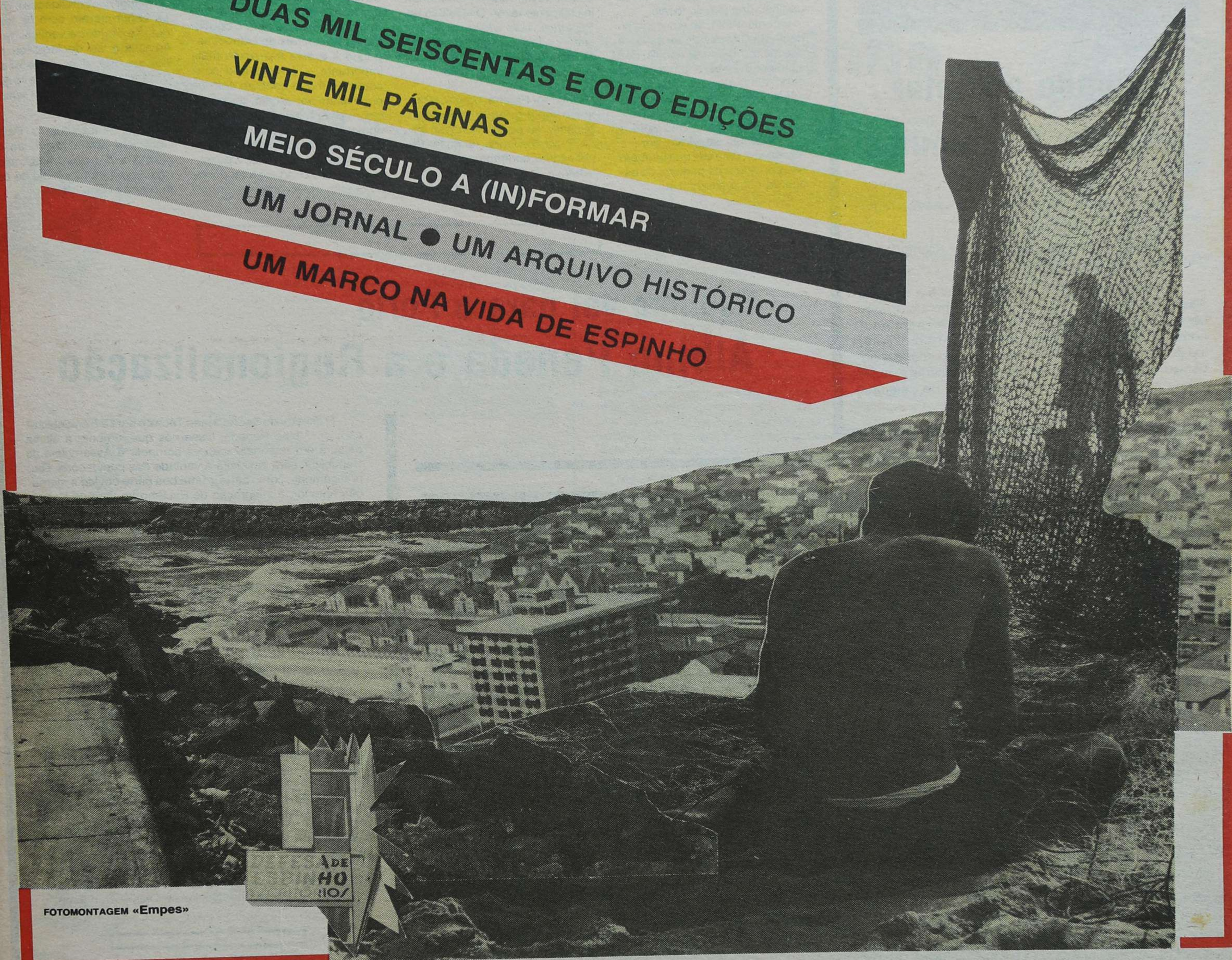
DUAS MIL SEISCENTAS E OITO EDIÇÕES

VINTE MIL PÁGINAS

MEIO SÉCULO A (IN)FORMAR

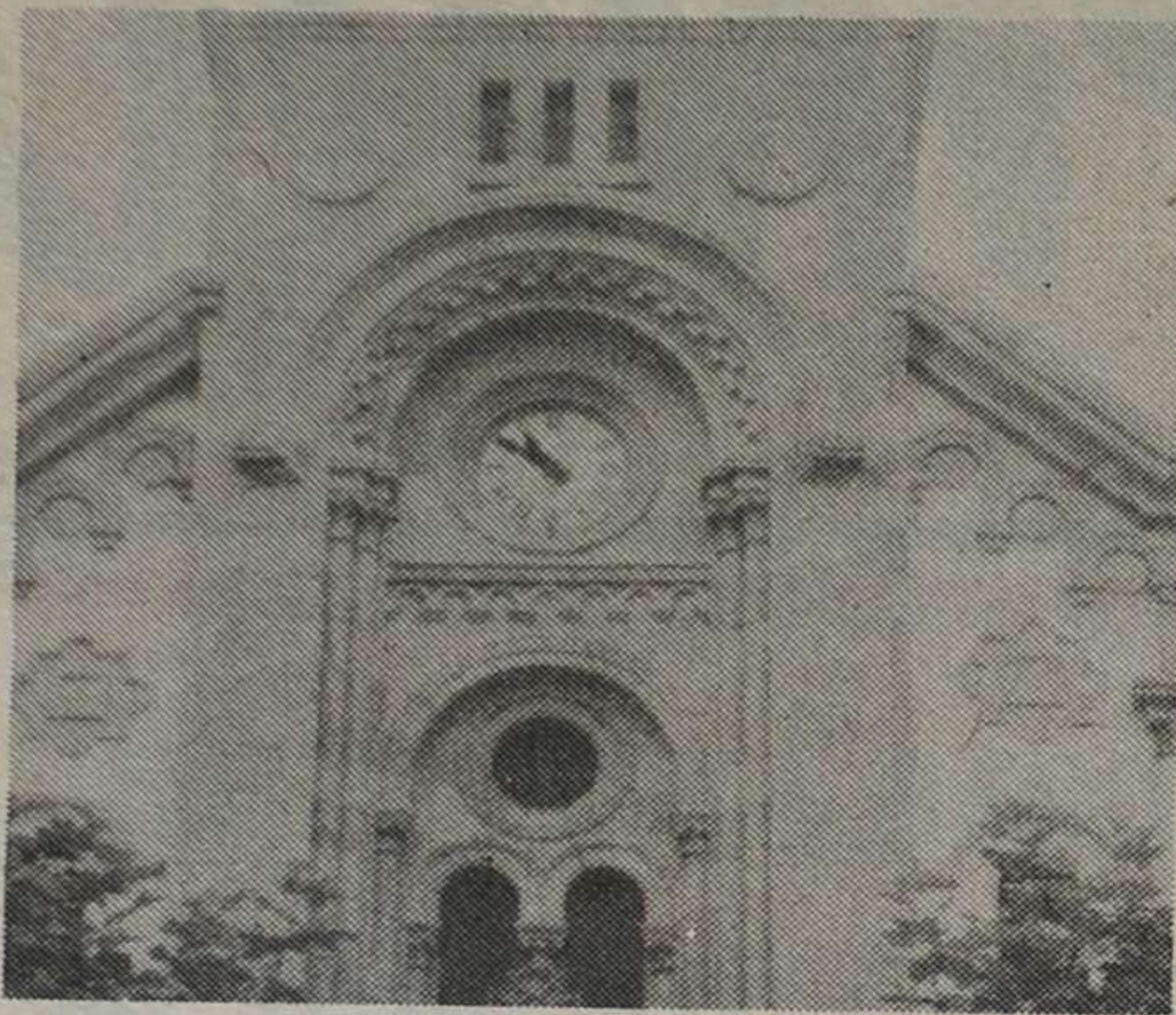
UM JORNAL • UM ARQUIVO HISTÓRICO

UM MARCO NA VIDA DE ESPINHO



FOTOMONTAGEM «Empes»

50 ANOS



Sábado adiantar relógios 60 minutos

À meia-noite de sábado, Portugal passará a reger-se pela chamada hora de Verão.

Por isso, os relógios deverão ser adiantados 60 minutos.

A hora legal de Portugal Continental é a do meridiano de Greenwich (designada «tempo universal», abreviadamente, TU) no período compreendido entre as 0 horas TU do último domingo de Setembro e as 0 horas TU do último domingo de Março seguinte, e correspondente ao tempo universal aumentado sessenta minutos desde as 0 horas TU do último domingo de Setembro seguinte.

NESTA EDIÇÃO • NESTA EDIÇÃO • NESTA EDIÇÃO

Vicente Pinto: uma entrevista incisiva sobre o momento local

Nas páginas 14 e 15 encontra o leitor uma extensa entrevista com o deputado municipal da Aliança Democrática Vicente Pinto, na qual são abordadas questões que vêm ocupando as primeiras páginas dos jornais locais.

Vicente Pinto acusa o presidente da Câmara de se estar «a desviar a 180 graus» daquilo que se esperaria dele e numa alusão às próximas eleições autárquicas refere que terão de ser revistos os nomes a incluir nas listas da AD, se esta não pretende que os seus simpatizantes se virem para a abstenção, uma vez que também não considera os partidos de esquerda como alternativa.

Mas isto é só a ponta do véu. O melhor é ler a entrevista.

Entendemos, entretanto, explicar aos leitores que não era esta entrevista que pretendíamos inicialmente fazer. O «Defesa de Espinho», com efeito, convidou Antenor Pereira, deputado municipal do PS para um frente-a-frente com Vicente Pinto.

Antenor Pereira, porém, recusou o frente-a-frente, embora se pusesse ao dispor do nosso jornal para responder a questões por escrito, contraproposta que o «Defesa de Espinho» não poderia aceitar, primeiro porque des-

virtuava a nossa ideia de pôr em confronto dois deputados municipais das duas representativas forças políticas locais, que, aliás, têm em comum uma experiência de seis anos em órgãos autárquicos e um profundo conhecimento dos problemas de todo o concelho e não apenas da cidade; segundo — e esta é a razão mais importante —, porque não concorda de modo nenhum com as entrevistas por escrito, dados os inconvenientes que daí resultam, nomeadamente a eventualidade de o entrevistado «fugir» às questões, sem que houvesse a possibilidade de o conduzir à resposta à questão efectivamente formu-

lado, acrescentando o facto de não se poder clarificar determinados pontos de vista emitidos.

Mas — e temos de o frisar — o nosso jornal punha as gravações ao dispor dos convidados a fim de as confrontarem com os textos delas extraídos e verificar da sua fidelidade às declarações produzidas. Foi, aliás, o que fez com Vicente Pinto, que não teve qualquer problema em falar «para o gravador».

Lamentamos que o Partido Socialista tenha fugido ao debate. Os partidos democráticos não deveriam ter receio de confrontar as suas ideias.

Espinho vai para o Porto Albino Peneda e a Regionalização

O director do Secretariado Técnico para a Regionalização, dr. Albino Peneda, disse-nos que, embora a última palavra em regionalização vá competir à Assembleia da República, será satisfeita a vontade das populações. Deu praticamente como certa, numa boa parte devido à afirmação anterior, a integração de Espinho no Grande Porto.

Como se produz o «Defesa de Espinho»

Um caminho desconhecido para a maioria dos leitores é o dos originais desde que saem de uma comum máquina de escrever até que aparecem na caixa do correio.

É esse caminho que lhe mostramos na página 22, uma das onze dedicadas à efeméride que comemoramos.

As primeiras quatro páginas sobre o aniversário bem como a página 36 são preenchidas com artigos de jornalistas e colaboradores do «DE» sobre experiências vividas enquanto obreiros desta velha casa ou sobre figuras ou factos a ela ligados.

Evocamos ainda, em «Aniversário», dois textos, um relativo a um acontecimento histórico, a elevação de Espinho a cidade, e outro que, não passando de uma visão muito pessoal sobre o lazer de determinado grupo social, muito deu que falar.

Publicamos ainda, entre outros, um trabalho que pretende fornecer alguns elementos para a compreensão da linha editorial traçada por Benjamim Dias para o jornal.

Outros assuntos

Destacamos também uma entrevista com o delegado em Portugal do Parlamento Mundial para a Segurança e Paz, uma outra com o presidente do Orfeão de Espinho.

Nesta edição, temos também uma novidade: uma secção da mulher da responsabilidade da nossa colaboradora Margarida Fonseca. A moda europeia revelada por Manuel Fonseca, entre outros assuntos de interesse feminino.

Por outro lado, a Comissão Instaladora do Hospital e Direcção do Patronato da Divina Providência fazem a radiografia da unidade de saúde e da instituição privada de solidariedade social.

Contamos ainda, na nossa secção Terreiro, com artigos de alguns jornalistas consagrados, trabalhos sobre Cortegaça e Argoncilhe, respectivamente nas secções Regional e Espectáculos.

Numa das últimas páginas o relato da sessão camarária de quinta-feira.



UM DOCUMENTO SOBRE A EVOLUÇÃO DE ESPINHO

Disperso por variadíssimas edições do «DE», o trabalho «A praia das nossas avós; a praia das nossas netas», escrito em 1949 pelo dr. Sousa Costa, para assinalar o cinquentenário da promoção de Espinho a concelho foi reconstituído na íntegra pelos nossos redactores e está publicado sob a «cabeça» Documento entre as páginas 37 e 43, sendo ilustrado por fotografias ímpares de Espinho antigo, gentilmente cedidas pelo conhecido advogado espinhense Amadeu Morais.

Neste trabalho de Sousa Costa e Alberto Pinho para o seu filme «Espinho-Mar... Espinho-Terra», recentemente apresentado em público.



DEFESA DE
Espinho



DE
ESPINHO

Nemlouvaminha nem silêncio cúmplice

J. M. Gabriel de Jesus (1)

Nunca, em tempo algum, um jornal de Espinho — e muitos se contam na história da terra — atingiu a idade do nosso. E se isto, por si só, é um facto assinalável, muito mais o será porque no decorrer destas duas mil seiscentas e oito semanas, nunca o «Defesa de Espinho» interrompeu a sua publicação, chegando, pelo contrário, a lançar algumas edições especiais.

Assinalável é também o facto de, à excepção de um pequeno período imediatamente após a Revolução de 1974, o «Defesa de Espinho» manter a linha editorial da primeira hora, justificando plenamente o cabeçalho que ostenta. «Ajudar o progresso de Espinho, pugnar pelos seus mais legítimos e sagrados interesses» é hoje, como o era em 1932, o nosso lema.

Mas esta nossa missão não é fácil. Como há tempos escreviamos, é assaz difícil fazer jornalismo para o vizinho. De resto, sobram dificuldades que o poder, plantado na cadeira fofa, levanta, o que, aliás, acontece um pouco por todo o país, em resultado da pouca experiência de vivência democrática.

Escrevia há tempos o director do conceituado «Jornal do Fundão» que o jornalista encontra algumas autarquias, «senão um desejo sincero de franquear as portas, ao menos a civilidade bastante para poder inteirar-se dos acontecimentos e, logo, poder relatá-los com fidelidade».

«Nem todas, sabe-se» — acrescentava Paulouro, explicando: «Estamos, em certos lugares, a voltar ao antigamente, quando uma reclamação era tida como uma pedrada. Gente que subiu onde nunca supunha que subisse, e mal segura no plinto, remete com a mesma agressividade dos animais selvagens. Talvez por medo, de que a agressividade é disfarce».

As palavras de Paulouro não foram escritas para Espinho, mas parece. Na verdade, igualmente aqui muitos entendem o jornalista apenas na louvaminha, como também diz o director do «Fundão», ou no silêncio cúmplice. Se sai destes parâmetros, se cumpre o seu dever de assinalar não só que está bem mas o que está mal, paga, de imediato, o seu «abuso» com a porta na cara, é rotulado de tudo quanto é feio, retiram-lhe o sagrado direito do acesso às fontes de informação.

Esta direcção interina, apesar da sua inexperiência, ditada pelos seus verdes 22 anos, que a fazem senão a mais nova, uma das mais novas em jornais de todo o mundo, não se preocupa, porém, com as rasteiras de alguma classe política «mordida» pela pena da verdade e da justiça.

Os políticos, mudam, o jornal e a terra ficam. Os interesses de toda uma população, aquela que em telefonemas e cartas quotidianamente nos empresta o seu apoio, não podem ficar ao sabor de certas ondas esquisitas num determinado momento. Como estamos em democracia, ou ainda que em pré-democracia, temos todo o direito de defender os pontos de vista que, em consciência, julgamos ser os da população que servimos. E não «vendemos» esse direito.

Os jornais, de resto — e a frase não é nossa — são o espelho dos seus leitores, em prestígio e importância. E esses continuam a aumentar significativamente cada semana que passa.

Neste cinquentenário, consideramos oportuno fazer uma referência às palavras de Benjamim Dias, em 1962, por ocasião do 30.º aniversário do «Defesa de Espinho». Escrevia então o

velho «ti» Benjamim, fundador desta folha que «desejaria fazer mais e melhor (...) editar um periódico mais brilhante».

A oportunidade da transcrição destas palavras reside precisamente no facto de que nos termos esforçado no sentido de conseguir satisfazer o desejo do incansável lutador pelos interesses de Espinho, não só melhorando o aspecto gráfico do jornal como também enriquecendo o seu conteúdo. E se isto é possível, é porque temos contado com a precisa colaboração da actual Administração que, numa ginástica admirável, consegue obter fundos para que possamos dedicar-nos a tempo inteiro a este duro ofício — que o é —, para que possamos dar-nos ao luxo — é um luxo na imprensa regional — de apresentar um jornal confeccionado segundo os mais modernos processos gráficos, para que possamos fazer chegar a casa do leitor 12-14 páginas, em média, por semana, e para que lhe possamos dar este brinde de 50 páginas.

Estas 50 páginas custaram-nos, aliás, muitas horas de sono a menos, muitos sábados e até domingos sem descanso, mas sentimo-nos compensados ao apresentar ao leitor o jornal com o maior número de páginas de sempre, facto que, de resto, a efeméride que comemoramos impunha.

É nosso dever, no entanto, referir que não tivemos como objectivo o «encher páginas». Procuramos antes que em cada uma delas o leitor encontre motivos para a «devorar» de alto a baixo. E pensamos ter conseguido esse objectivo, embora seja ao leitor que compete apreciar este nosso trabalho.

Entre inúmeros trabalhos apresentados, permitimo-nos chamar a especial atenção do leitor para uma entrevista com o director do Secretariado Técnico para a Regionalização, pretendendo com ela a mobilização de todos para o amplo debate sobre esta matéria que, no caso de Espinho, é de transcendente importância, já que dele poderá resultar, a par de uma necessária descentralização de poderes, a satisfação de um velho anseio da população local: a integração de Espinho no Grande Porto.

Um outro aspecto que não poderíamos deixar de assinalar neste editorial é a perda recente do homem que levou este jornal para outros voos, dando-lhe um cariz muito apreciado. Repararam já que nos referimos ao falecido Fernando Barradas, desaparecido às portas desta efeméride. Barradas empurrou este jornal para o futuro e por isso, lhe devemos a nossa gratidão. Palavras de gratidão têm-las também, para além de Benjamim Dias, a toda uma série de personalidades locais, algumas das quais já falecidas que, durante infindáveis anos, e numa cansativa carolice, aguentaram este barco. Citar alguns nomes, seria esquecer outros, e não o queremos fazer. Preferimos um agradecimento colectivo a tantas, e algumas bem brilhantes, penas que pousaram neste jornal.

E em agradecimentos terminamos, endereçando-os também àqueles que são a razão de ser deste jornal e, em parte, o seu suporte: os assinantes e os anunciantes. Na certeza de que continuaremos a esforçar-nos por justificar esse apoio. Esperando fazê-lo, pelo menos, outros 50 anos.

(1) Director interino

DE
ESPINHO

DEFESA DE ESPINHO

DEFESA DE ESPINHO

Defesa de Espinho
SEMANARIO REGIONAL NACIONALISTA

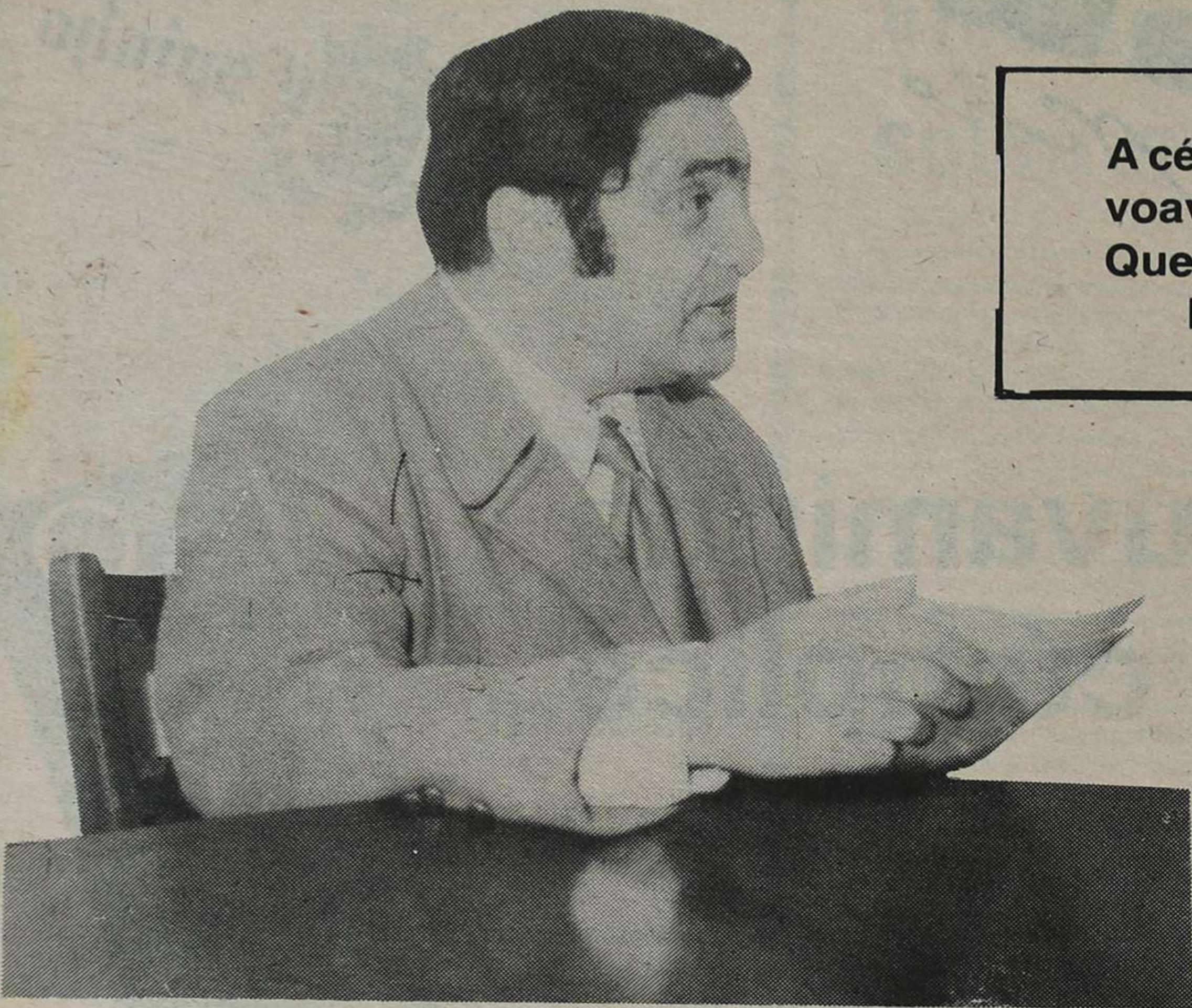
DEFESA DE
ESPINHO

Defesa de Espinho

DE
defesa de



espinho



«O Parlamento impõe-se para minorar conflitos»

A célebre canção «Somos Livres», a tal da «Gaivota que voava, voava e nunca mais parava» não é ainda uma afirmação real. Quem o diz é Manuel Rio, delegado em Portugal do Parlamento Mundial para a Paz e Segurança. E diz muito mais...

«Portugal ainda está em semiliberdade»

Doutor em Filosofia, doutor em Letras, doutor em Medicina, doutor em Psicologia, relações sociais e internacionais, escritor, com 40 livros publicados, detentor de 57 títulos e condecorações, Manuel Rio não é homem para se dominar pela importância que lhe atribuem. Extremamente simples, facilmente relacionável, conversar com ele é um prazer.

É dono de ideias claras, foi opositor ao regime salazarista o qual combateu na Frente Portuguesa de Libertação, e foi obrigado a exilar-se; é opositor do marxismo e à limitação da liberdade de expressão e pensamento — que diz ainda existir — e foi preso em Caxias.

Este homem, que se dignou emprestar a preciosidade da sua pena a este modesto semanário como colaborador é, actualmente, delegado em Portugal do Parlamento Mundial para a Paz e Segurança.

Conversar com ele é um prazer. Saber dos seus esforços na luta contra o cancro, saber um pouco da sua vida, do preço do seu modo de ser, dos seus ideais consubstanciados na organização que representa no nosso país, é importante, deveras importante.

Manuel Coelho da Silva Rio, 45 anos, cidadão português, doutor em filosofia, letras, medicina, psicologia, relações sociais e internacionais, escritor, combatendo totalitarismos, combatendo pela segurança e paz mundiais. Uma entrevista, um precioso exclusivo, uma boa prenda aos leitores neste cinquentenário do «Defesa de Espinho».

Mas afinal o que é o Parlamento Mundial para a Paz e Segurança?

O dr. Manuel Rio explica-nos:
«É uma organização que foi constituída há poucos anos por iniciativa do sr. arcebispo Viktor Busá, um arcebispo italiano. Foi ele que teve a ideia e a expôs ao sr. arcebispo de Chipre, monsenhor Makários, que era presidente da República de Chipre, agora falecido. Foram eles dois, o actual presidente da República do Mali, general Mousa Traore, o dr. Spyros, actual presidente de Chipre e que é também, actualmente, vice-presidente do Parlamento Mundial. Entre outros, tenho a assinalar que o actual Primeiro-Ministro de Itália, Giovanni Spadolini, é um dos membros importantes do dito Parlamento. Entre outros, podia citar também o sr. bispo de Rimini, que também é um dos membros.»

«Portanto este Parlamento foi criado com o objectivo de contribuir para a paz e segurança mundiais dentro de um espírito de completa isenção de ordem política.»

— Quer dizer que não tem qualquer semelhança com o movimento para a paz de Costa Gomes e outros?

«Não tem qualquer parelha na medida em que este Parlamento é independente de toda a ideologia e envolve, por exemplo, o Parlamento dos Estados Unidos que o aceita como uma espécie de continuação do seu próprio Parlamento e lhe concede toda a protecção. Isso não significa, no entanto, que o Parlamento Mundial para a Paz e Segurança e para a Paz esteja na dependência dos parlamentares americanos, visto que muitos delegados são absolutamente independentes do ponto de vista ideológico, como eu, por exemplo, que não pertencem a nenhum partido, e que lutam dentro desse esquema de completa independência política-ideológica. O que o Parlamento pretende de facto é o desanuviamento entre os vários Estados, contribuir para que os conflitos que se acendem entre vários países ou mesmo dentro de um país sejam resolvidos pacificamente.»

— E o Parlamento identifica-se com alguma Igreja, já que dele fazem parte vários responsáveis religiosos?

«Tanto quanto eu estou informado não tem qualquer ligação. Há mesmo membros e delegados de várias tendências de outras religiões. Por exemplo o sr. arcebispo presidente é arcebispo

ortodoxo. Temos o actual Primeiro-Ministro de Itália que é um católico, como é conhecido, temos o sr. bispo de Rimini, que é bispo católico também, e há outros, protestantes, budistas.»

— Já agora gostaríamos de lhe perguntar se como delegado de um parlamento com os fins deste, acha possível a paz num mundo subordinado a dois blocos, com tendências belicistas crescentes.

«Nós batemo-nos por uma certa unificação, um governo mundial, que é uma aspiração vaga para resolver os conflitos mundiais. Há uma certa unidade de ordem política consubstanciada aliás na carta da ONU, que foi criada exactamente com esse fito, mas acontece que de um lado e de outro, dos dois grandes blocos, há divergências profundas de ordem económica e de ordem espiritual que não permitem na actual fase essa unificação.»

— Mas o Parlamento tem pontos de vista semelhantes ao do Movimento para a Unificação?

«Não. Este Parlamento colabora com a ONU e a UNESCO mas o fito dele propriamente não é esse. É sobretudo evitar que os conflitos que ocorrem normalmente numa sociedade ou entre nações sejam resolvidos de uma forma pacífica, tanto mais que nós vivemos numa época atómica, uma época extremamente perigosa, porque se os conflitos degenerarem podem dar numa guerra mundial com consequências imprevisíveis. Portanto, este organismo, como outros que existem, impõe-se na época actual para tentar minorar esses conflitos.»

— O Parlamento tem algum apoio do Governo português?

«Creio que não, embora eu apresentasse recentemente as minhas credenciais ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro e penso ainda fazê-lo nos meios diplomáticos e espero que o Governo português aceite esta representação e não só que a aceite, mas que esteja disposto também, na medida das suas possibilidades, a colaborar com o espírito deste Parlamento.»

— O que é que tem feito em Portugal na defesa dos pontos de vista do Parlamento?

«Para já praticamente nada, dado o meu trabalho profissional que não me tem deixado tempo para resolver praticamente nada, mas acho que também tenho trabalhado indirectamente para esta causa dedicando-me, por exemplo, há mais de dois anos, à resolução do problema do cancro, que mata muita gente, e indirectamente na medida em que vem minorar, por cima das fronteiras, o sofrimento humano, sem qualquer interesse de ordem nacionalista nem ideológica, nem religiosa. Trata-se de descobrir o mecanismo do cancro, que eu creio já ter descoberto. Acho, portanto, que é um meio muito concreto de servir o espírito da paz mundial. À parte isso, penso desenvolver uma certa actividade na medida das minhas possibilidades arranjando uma série de pessoas que em Portugal queiram colaborar dentro do espírito desse Parlamento, que estejam dispostos a trabalhar nesse sentido. Então eu penso fazer apelo a essas pessoas sem olhar a partidos, num espírito de total isenção. Não queremos dar prioridade a qualquer dos blocos, mas actuar dentro do espírito de absoluta justiça.»

— Por um lado, quem é que se pode inscrever no Parlamento Mundial, e como, e, por outro lado, uma pessoa que se inscreva que estatuto é que tem no Parlamento?

«Isso não está completamente resolvido. Digamos que a adesão como membro simples do Parlamento, qualquer indivíduo, animado de boa fé, que não venha com intenções de politizar a associação, seja para que lado for, o pode fazer. Quanto ao estatuto, depende, é uma coisa ainda a definir, por isso mesmo eu penso encontrar-me brevemente com o sr. presidente, o arcebispo Viktor Busá, para definir qual o estatuto a conceder. Mas é possível que alguns membros, pelo menos os mais capazes, aqueles que deram provas de dedicação à causa, é natural que

eles venham a ser nomeados conselheiros, sendo concedida, inclusive, imunidade parlamentar.»

— Tem um passado brilhante, até pelas condecorações. Gostaríamos, por isso, que nos dissesse o que tem sido a sua actividade no passado.

«Essas condecorações são devidas a três espécies de actividades. Primeiro lugar, as minhas actividades políticas no passado, que agora cessaram, contra o regime português vigente até 1974, o regime autoritário do dr. Marcelo Caetano e do prof. Oliveira Salazar e que me levou a exilar-me, porque corria risco em Portugal, e uma vez fora do país procurei criar um movimento de resistência ao Governo, a Frente Portuguesa de Libertação, mas absolutamente apartidário que congregasse todos os portugueses honestos que não fossem movidos por intuítos puramente ideológicos, ou de submissão a potências estrangeiras, portanto um movimento que congregasse todos os portugueses livre dentro do espírito, que era esse, do general Humberto Delgado, que tinha sido assassinado antes. E como o general Humberto Delgado morreu, eu julguei que era necessário retomar o facho que ele deixou cair pelo assassinato e que ninguém na altura ousava retomar. Nessa altura havia um grande medo nas hostes da Oposição fossem elas quais fossem, mesmo da tendência de esquerda havia um grande receio. Portanto, nessa altura em que ninguém ousava tentar congregos portugueses, eu então decidi fazê-lo. E fi-lo com perigo da minha vida, visto que sofri vários atentados, aos quais escapei. A certo ponto o Governo francês ofereceu-me, sem que eu pedisse, asilo político, exactamente porque eu corria perigo. Mais tarde em 1973, quando o nosso movimento já estava bastante desenvolvido, o Governo português pediu ao francês para me colocar sob residência vigiada. Apesar de um grande movimento para que eu não fosse colocado em residência vigiada, durante dois anos eu tinha que me apresentar à Polícia de 3 em 3 meses. Isto para explicar a génese de algumas condecorações.»

«Quando eu voltei para Portugal em 1974, tentei traduzir a Frente Portuguesa de Libertação num partido que congregasse os portugueses que não optassem por um regime marxista, visto que eu não estava de acordo com a teoria marxista.»

«Resumindo, foi devido a esse movimento de resistência que eu organizei no exílio, foi depois, em 1974, com divergências com o movimento marxista, levantara-me uma campanha infame e eu fui colocado em Caxias sob a autoridade de um dos chefes do PCP, Jaime Serra, que hoje e conhecido, e depois fui libertado devido a pressões de outros países que intervieram junto do Governo português. E como era tudo falso o que se propalou na minha volta, eles foram obrigados a libertar-me. Eu voltei então para o exílio, porque estava ameaçado de morte, eles ficaram de me reabilitar e não me reabilitaram, não fizeram publicamente, me reabilitar apenas uma reabilitação particular num documento da Comissão de Extinção da PIDE que me passou um documento.»

«Exilei-me então, e fundei dois jornais para combater a marxização de Portugal então em curso. Foi devido a tudo isso que uma série de organizações internacionais que combateram o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, foram essas mesmas organizações, dirigidas por grandes generais do exército inglês, americano, etc, decidiram condecorar-me dizendo que prestavam assim homenagem, dentro do mesmo espírito que levou os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial a combater o totalitarismo nazi, a quem tinha, embora em circunstâncias diferentes, para inserir o país dentro do mesmo espírito democrático que levou essas potências a agitar contra o totalitarismo.»

«A segunda parte dessas condecorações foram-me impostas em homenagem às minhas obras literárias, cerca de 40 publicadas no exterior e ainda porque, em 74, quando as minhas

Delegado em Portugal
do Parlamento Mundial
para Segurança
e a Paz

está
rdade»

...ras deviam ser publicadas, e estavam para ser publicadas em
...boa por duas editoras devido ao meu encerramento em Caxias;
...a sua actividade devido às campanhas que me moveram os social-comunistas,
...as editoras suspenderam a publicação dos meus livros e as
...as peças de teatro que tinha para serem representadas, não foram.
...des políticos quer dizer, eu que me tinha batido como poucos pela liberdade de
...portuguesa de expressão em Portugal, vi-me proibido de publicar as minhas
...retano e de outras em Portugal e essa situação ainda se mantém até agora».
...ue com a
...um movimento de liberdade de expressão, de liberdade de pensamento, não é muito
...ferente da que existia antes do 25 de Abril?



«A prática contrária as palavras»

«Não. Acho que Portugal ainda está em semiliberdade. Acho
...e ainda há uma fascização real do espírito português em certos
...tidos mais acentuadamente naqueles onde não devia haver
...nhuma espécie de fascismo, e que dizem ter lutado contra o
...cismo.
...obretudo nesses que encontro um espírito de fascização, aliás
...contradição absoluta com as palavras. A prática contrária as
...avras, através de controlos nas editoriais, inclusiva na Socie-
...de Portuguesa de Escritores que me recusou a inscrição como
...mbro em 1974. Agora que eu sou membro da Sociedade
...nuesa de Escritores, uma das sociedades mais célebres
...ada por Balzac, e de outras academias estrangeiras, em
...tugal eu vi recusada a minha entrada na Sociedade Portu-
...sa de Escritores. Mas o que se verifica nestes casos, verifica-
...noutros. Há essa pressão, discreta, mas eficaz, que não
...mite ainda hoje que o pensamento português se exprima em
...liberdade».

Combate aos inimigos da liberdade e das instituições democráticas

«CÍRCULO DO OCIDENTE» DENUNCIA SITUAÇÃO POLACA

O Círculo do Ocidente, em organização, distribuiu à Imprensa alguns textos publicados na Imprensa internacional sobre a questão polaca. Para esta organização, «é preciso ter a coragem de reconhecer, declarar e agir com a consciência segura de que o imperialismo soviético e todas as políticas que o acolhem e caucionam, são hoje os principais inimigos da liberdade e das instituições democráticas».

«O Círculo do Ocidente não pretende ser, nem será um partido político, nem tem, nem terá outros objectivos que não sejam a divulgação de textos e promoção de conferências, colóquios e debates que digam respeito à defesa dos valores do Ocidente» — diz ainda a organização.

Constituído entre outros por António Alçada Baptista, José Miguel Júdice, Manuel José Homem de Melo e Victor da Cunha Rego, o Círculo enviou-nos 9 textos publicados em conceituados jornais, dos quais escolhemos «A Estratégia do Kremlin», publicado por Branko Lazitch no «L' Express», de Paris, e «A Junta Comunista», de Raymond Aron, também publicado no «L' Express»:

Aparentemente, os putschistas de Varsóvia dir-se-ia beneficiariam da enorme vantagem de promover a realização da normalização pelos polacos, ao passo que em Budapeste e em Praga ela foi executada pelas tropas soviéticas. Contudo, a verdade é que o acontecimento tem precedentes. No dia 27 de Abril de 1978, um grupo de oficiais afegãos, próximos do Partido Comunista e formados na U.R.S.S., conseguiu um putsch em Cabul. Nessa altura, os comentadores oficiais ocidentais ocultaram o rosto, afirmando tratar-se de uma questão interna afegã. Porém, vinte meses mais tarde, chegaram os blindados soviéticos. Quem pode assegurar que o mesmo destino não espera a Polónia?

Subsiste um ponto em que o General Jaruzelski parece não ter antecessor: é o primeiro oficial de carreira a encontrar-se à cabeça de um partido comunista no poder. Mas a Polónia não é o único nem o primeiro país comunista em que o Exército se substitui aos políticos. Quanto mais se acentua o grau de deterioração de um partido comunista no poder, mais o Exército adquire importância. Na China, aquando da revolução cultural, o Exército contava mais que o Partido. Na Jugoslávia, já sob o regime de Tito, um representante do Exército tomava assento no presidium do comité central. Na União Soviética, os militares têm mais voto na matéria do que nos tempos passados. «A emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora», dizia, no século passado, Karl Marx. Pensava no papel do proletariado na instauração do socialismo. Essa emancipação tornou-se realidade na Polónia, graças ao Solidariedade, mas para se demarcar do socialismo.

Mais uma vez está patente a prova de que a história do povo polaco é única no mundo. O mesmo sucede a respeito da história do partido comunista polaco. Ainda em vida de Estaline, este partido foi o único no mundo a ser dissolvido por Moscovo, sendo a quase totalidade dos seus dirigentes assassinados na U.R.S.S. Hoje em dia, é o

único partido comunista no poder em adiantado estado de decomposição. O governo Jaruzelski não põe fim a esta situação. A luta final entre o povo e o regime, de que fala «A Internacional», apenas começou.

A JUNTA COMUNISTA

A Polónia tinha necessidade de reformas económicas praticáveis. Mas o povo, sob o tacão militar, aceitá-las-á?

Nesta crise política — quem governa? — misturava-se uma crise económica de que os estrangeiros, na sua maior parte, não avaliam a gravidade. A endémica ineficácia do sistema soviético (com excepção do domínio militar) juntaram-se os enormes erros da gestão Gierek durante os anos 70. À força de créditos estrangeiros (24 mil milhões de dólares), os planificadores tentaram a criação de uma grande indústria pesada, metalúrgica e química, dependente do exterior tanto na produção como no mercado. Esta tentativa de industrialização artificial fracassou lamentavelmente e deixou uma dívida que a Polónia se mostra bem incapaz de liquidar. Serão necessários créditos suplementares do Ocidente para fazer face aos juros da dívida. A política agrícola — sustentáculo da propriedade individual e ameaça da colectivização — paralisa o progresso da produtividade. Preços aberrantes fazem desviar para o mercado negro os alimentos nobres. O orçamento do Estado compreende até 40% de subsídios para as mercadorias destinadas ao cabaz de compras.

O carvão ocupa um lugar central na economia polaca: se a extracção atinge os 200 milhões de toneladas, ficam uns 50 para a exportação. Se porém desce a 163, como foi o caso de 1980, é necessário reduzir ou a produção interior ou a exportação. A inflação prolifera, o dólar torna-se a verdadeira moeda e a fuga perante o zloty precipita-se. Na conjuntura actual, as costumadas reivindicações dos sindicatos não traziam qualquer vantagem real para os trabalhadores: os aumentos dos salários nominais aceleravam a inflação, faziam crescer a disparidade entre o poder de compra nominal e os bens disponíveis. A ausência de trabalho ao sábado diminuía provavelmente a produção carbonífera.

Se o Solidariedade tivesse participado do poder, ele próprio teria de tomar medidas impopulares: uma reforma monetária radical, um esforço acrescido de trabalho, uma inevitável baixa do nível de vida em relação aos fins da década de 70. O produto nacional, em 1981, será inferior em 20%, ou talvez ainda mais, relativamente ao nível de 1979. O Solidariedade não recusava encarar a realidade e dela retirar as consequências. Mas objectava perante o Partido que o povo só aceitaria esses sacrifícios e essas provações num clima de liberdade e só após uma profunda revisão do regime que, ele sim — e não o Solidariedade — tinha conduzido o país à catástrofe.

Quanto à junta, vai ela, a favor da militarização, tentar reformas que, seja como for, são necessárias. Resta saber se os trabalhadores responderão ao apelo dos oficiais mais do que ao dos comissários.

EMIGRAÇÃO • EMIGRAÇÃO • EMIGRAÇÃO • EMIGRAÇÃO • EMIGRA

Para além de se debruçar sobre dados estatísticos relativos à emigração, o texto que se segue, da autoria da Comissão da Condição Feminina, aborda particularmente o tema «mulher e emigração», convidando mulheres emigrantes ou esposas de emigrantes (mas que ficaram no país, a escreverem sobre os problemas que enfrentaram e como os conseguiram enfrentar.

A MULHER E A EMIGRAÇÃO

Tradicionalmente, Portugal tem sido, ao longo dos séculos, um país com uma forte emigração, fundamentalmente por razões de ordem económica, mas também de ordem política.

Os emigrantes portugueses conservam sempre uma ligação profunda à sua terra e às suas famílias e têm contribuído fortemente para o enriquecimento cultural e económico do nosso país, muitas vezes à custa de grandes sacrifícios.

TRÊS MILHÕES E MEIO DE EMIGRANTES

Em 1979, estimava-se em 3.524.811 o número de portugueses residentes no estrangeiro, quando a população total do país não chegava aos 10 milhões. Mas um dos aspectos negativos da emigração tem sido a separação dos casais, pois em

muitos casos só os homens partem, deixando as mulheres inteiramente responsáveis pela educação e cuidado dos filhos e, tantas vezes, também pelo trabalho agrícola das suas terras.

Os números frios das estatísticas são muito reveladores.

Assim, entre 1960 e 1969, emigraram 646.962 pessoas, das quais 378.080 homens (58,4 por cento) e 268.882 mulheres (41,6 por cento), enquanto que entre 1970 e 1979 emigraram 392.561 pessoas, das quais 277.981 homens (58,1 por cento) e 164.580 mulheres (41,9 por cento).

As estatísticas mais recentes dizem-nos que em 1980 emigraram 18.044 pessoas, das quais 10.638 homens (59 por cento) e 7.406 mulheres (41 por cento).

As principais comunidades portuguesas no estrangeiro encontram-se nos seguintes países:

A imigração e o casamento

Alemãs que desejam casar-se com estrangeiros estão a enfrentar toda uma série de problemas: preconceitos sociais, trâmites burocráticos, a tropelia da papelada e, de algum tempo para cá, a suspeita de que os estrangeiros só têm em vista a certidão de casamento, a fim de obter permissão de estadia na República Federal da Alemanha. — revela «Tribuna Alemã».

De 1945 para cá — escreve o jornal — 450 mil alemãs e 200 mil alemães casaram-se com estrangeiros/as. E 28 mil casamentos mistos vão somar-se a esse total, em cada ano.

Os oficiais do registo civil sabem que os casamentos «comprados» são apenas casos isolados em relação à grande maioria dos enlaces bi-nacionais. Mas nem por isso um funcionário deixou de desconfiar dos planos de casamento de um jordaniano e uma alemã, dizendo: «Eles só estão a fim do visto de permanência».

Brasil	1.200.000
África do Sul	600.000
Venezuela	140.000
Alemanha (R.F.A.)	111.915
França	823.000
Canadá	240.000
Estados Unidos	123.000

A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

Para se fazer uma ideia do que significam, em termos económicos, as remessas dos emigrantes, estas foram as seguintes, nos anos mais recentes, em milhões de escudos e de acordo com o Banco de Portugal:

Ano de 1975	20.975
Ano de 1976	27.623
Ano de 1977	44.872
Ano de 1978	74.120
Ano de 1979	119.758
Ano de 1980	146.015

Estas remessas constituem um importante contributo, juntamente com as receitas de turismo, para o saldo da balança de pagamentos, sendo um dos factores de financiamento da economia portuguesa.

O fenómeno da emigração portuguesa tem revelado a grande tenacidade e capacidade de adaptação de um grande número de mulheres, tanto das que partem para terras estranhas, como das que ficam.

A Comissão da Condição Feminina gostaria de receber cartas de mulheres emigrantes, ou casadas com emigrantes mas que ficam no país, contando um pouco da sua vida e os problemas que enfrentam e como os conseguiram resolver. A nossa morada é Comissão da Condição Feminina, Av. Elias Garcia, n.º 12-1.º, 1093 LISBOA Codex.

PORTA ABERTA

Todas as pessoas invejosas são como o espinheiro: acham prazer em destruir os outros, não ganhando nada com isso — diz um emigrante radicado na Alemanha, dando, afinal, uma boa lição de moral a muito boa gente

Porquê a inveja aos emigrantes?

— pergunta um radicado na Alemanha

Aproveito a vossa simpática ideia de colocar uma página do vosso e nosso jornal à disposição dos emigrantes que nela queiram expor ideias ou salientar alguns problemas, que possam ou tenham vindo a aparecer com o decorrer do tempo, para escrever esta carta.

Eu e a maioria dos meus colegas emigrantes, principalmente os radicados na Alemanha, França e resto da Europa, que somos os que mais vezes visitamos o nosso país, lamentamos bastante a maneira como somos recebidos e tratados no nosso país natal por parte de alguma da nossa gente. Olhares de aversão e ditos provocantes — como por exemplo: «chegaram os emigras», «já cá estão os novos ricos», etc. — levam-nos a reconhecer que é uma maneira muito ingrata de receber aqueles que ainda vão conseguindo (mas com que sacrifícios!) aguentar o barco nesse mar de tormenta, que é o que parece o nosso país, em tempos de vendaval.

Eu pergunto a essas pessoas. Estamos nós a cometer alguma falta grave contra o nosso país e o nosso povo? Acaso viemos nós para o estrangeiro contra a vontade dos nossos governantes? Não foi a maioria de nós contratados (espécie de vendidos) como escravos à maneira dos tempos modernos? Que alternativas nos

deram os nossos governantes ou o nosso povo de melhorar as nossas condições sociais ou económicas, para que ficássemos ou até para que fiquemos actualmente? Andarei longe da verdade, afirmando que tudo isto não passa de inveja?

Os irmãos de José tinham inveja dele e venderam-no, para que fosse viver como escravo no Egipto. Pagarão essa má acção, sofrendo depois terrível fome que assolou o país deles e, no final, viram-se forçados a reconhecer a superioridade de José. A inveja deles empobreceu suas vidas e o mal que desejaram a José nunca apareceu. Eu, pessoalmente, considero a inveja uma arma que pode ferir mais ao que ataca do que ao atacado.

Ouve-se, com muita frequência, palavras de ingratidão à nossa chegada: «não fazem cá falta»; «só vêm perturbar-nos e alterar nossas condições de vida»; «os preços sobem automaticamente à chegada deles»... Na verdade, para muitas pessoas, somos indesejáveis no país. Mas que culpa tem o emigrante que, no nosso país, não haja uma eficiente fiscalização que obrigue os comerciantes a praticar os preços de lei e não a explorar o povo, abusando mais na altura da chegada dos emigrantes? Neste caso, não será o emigrante o mais explorado? Que

consequências adviriam para o nosso país, se a maioria dos emigrantes resolvesse depositar as suas economias nos países onde trabalha e reside e aparecesse menos vezes no seu país natal? (Não perturbaria nem alteraria o sossego de muita gente...) É que para passar férias há sempre um mundo desconhecido... Até seria uma boa ideia: dava-se tempo às pessoas para reconsiderar. E como o tempo, em muitos casos, é o melhor remédio para a cura de muitas pessoas, poderia acontecer curarem-se da doença da inveja.

Há uma história grega que nos fala de um homem que morreu por causa da inveja. Resolveram os habitantes de determinada terra erguer uma estátua a um dos seus compatriotas por ser campeão dos jogos públicos. Mas havia um que era tão invejoso do atleta campeão que resolveu destruir a estátua. Noite após noite, aproveitando-se da escuridão, ia, com uma talhadeira, cortando a base da estátua para derrubá-la. Por fim conseguiu o seu intento, pois a estátua veio ao chão; mas caiu sobre ele. Assim, tal homem morreu vitimado por sua própria mão, por inveja.

De que servem as «patifarias» praticadas contra os emigrantes, muito principalmente nas suas viaturas: pinturas raspadas, vidros e espelhos partidos, pontas de cigarros acesas que se

atiram propositadamente para cima dos carros e que deixam marcas de queimaduras? Ele são pneus esfaqueados... E muito mais coisas que nos levam a perguntar: porquê e para quê estas «patifarias»?

Tudo isto me faz lembrar a pergunta que, certo dia, o salgueiro fez ao espinheiro: «porque é que tu invejas tanto as roupas daqueles que passam junto de ti? De que te servem tais roupas?» E o espinheiro respondeu: «não me servem de nada, nem tenho o menor desejo de usá-las; apenas gosto de rasgá-las».

Todas as pessoas invejosas são como o espinheiro: acham prazer em destruir os outros, não ganhando nada com isso.

Nós, trabalhadores emigrantes, pedimos um pouco mais de compreensão e que não continuem a fazer-nos pensar que a nossa Pátria é terra de mediocres saudades e menores desejos de regresso.

ALPOIM GALVÃO
Nürnberg — Alemanha

N.R. — As cartas para esta secção devem ser enviadas para a seguinte direcção: Página do Emigrante, Jornal «Defesa de Espinho», apartado 39, 4501 ESPINHO Codex, Portugal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL AVANÇA

Ferreira de Campos depõe

«Impedir a revisão constitucional — diz o deputado Ferreira de Campos, da respectiva comissão parlamentar, ao nosso jornal — seria passar um atestado de inépcia, incapacidade mental e insensibilidade política à geração actual na qual se inserem os deputados que ora compõem a Assembleia da República»

Na noite de 2 de Abril de 1976, a Assembleia Constituinte reunia pela última vez. Presidia o então Chefe de Estado, o general Francisco da Costa Gomes, que procedeu à solene proclamação da nova Lei Fundamental da República Portuguesa, que substituiu a de 1 de Abril de 1933.

Nascia uma Constituição controversa gerada, aliás, no ventre da discórdia.

Escrevia, na altura, «O Comércio do Porto»:

«Não estão longe da memória de todos, por certo, as imagens do pandemónio parlamentar, com insultos e abandonos colectivos. Mas essas cenas «eventualmente chocantes» não foram projectadas para melhor se medir da verdade de muitos aplausos que afestoaram as bancadas no dia da dissolução da Assembleia. Quem ontem dizia "dissolução da Assembleia Constituinte, já", afirma, agora, bebendo na aclamação, que a Constituição é uma conquista histórica».

A Constituição merecera apenas os votos do CDS, numa atitude que a imprensa consideraria «corajosa». O «clima» político era quente e era perigoso não dizer «amen». E os centristas, embora o pagassem a bom preço, tiveram, honra lhes seja feita, a coragem de o não fazer.

E hoje, afinal, «arrefecido» o clima político, quase pronta a revisão constitucional, o grosso das forças políticas reconhece a necessidade de uma revisão constitucional que vá de encontro ao povo que somos. Que não conduza a modelos políticos e económicos que rejeitamos.

FERREIRA DE CAMPOS E A REVISÃO

Depois da «ameaça» de Belém, que parece não ter «intimidado» nem a Buenos Aires, nem o Largo do Rato, nem sequer a Rua da Emenda, a comissão de revisão constitucional procurando os dois terços necessários à alteração do articulado da Lei Fundamental que se encontra desajustado a um país que deixou de respirar o «ar» revolucionário, para respirar Democracia.

Para nos falar do importante trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Revisão Constitucional, procuramos um dos deputados que a integra, o espinhense Ferreira de Campos, que a propósito nos fez o seguinte depoimento:

«Já é um lugar comum dizer-se, mas também nunca é demais repeti-lo, que a primeira das prioridades que se deve exigir aos partidos da Aliança Democrática, e que estes assumiram desde a primeira hora em que se coligaram, é a Revisão Constitucional.

«A Revisão Constitucional em que a Aliança Democrática está empenhada irá provocar profundas transformações na nossa estrutura constitucional e permitirá retirar da futura Constituição várias disposições portadoras de uma carga ideológica de carácter marcadamente sectário e restritiva do poder que ao povo português em cada momento histórico deve caber de optar pelo modelo político, económico, social e cultural que achar mais conveniente.

«Rejeitada pelo povo português em 7 de Dezembro de 1980 a possibilidade de a Constituição actual vir a ser revista pelo recurso ao referendo nacional, resta à Assembleia da República encontrar dentro das forças políticas que nela têm assento e que aceitam os princípios básicos da democracia parlamentar e pluralista, os

consensos que conduzam à obtenção de uma maioria de dois terços de deputados indispensável agora para a rever.

«Essas forças são, como é sabido, a Aliança Democrática e o Partido Socialista.

«É na Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia da República, na qual estou integrado, que decorre o trabalho e o esforço de uma primeira aproximação dos diversos projectos de revisão que cada partido ou coligação apresentou oportunamente. Terminada uma primeira leitura e discussão desses primeiros projectos, foi o produto desse trabalho, entregue a uma comissão de redacção, que vai, pouco a pouco, dando forma ao projecto de diploma acerca do qual a Assembleia da República em breve será chamada a pronunciar-se.

«Nestas duas comissões o debate ainda não terminou: há matérias sobre as quais se estabeleceram amplos consensos, outras sobre as quais se estabeleceram consensos que abrangem a maioria qualificada de dois terços necessária à revisão, e ainda outras sobre as quais não se formou qualquer consenso relevante.

«Só a discussão e votação final, em plenário, definirá o sentido último da revisão. É, todavia, possível dizer-se desde já que se vão perfilhando e se apresenta com um grau bastante forte um texto final que aponta para as seguintes metas:

«a) Será extinto o Conselho da Revolução, único órgão da actual estrutura constitucional cuja legitimidade não deriva directa ou indirectamente do sufrágio popular, pois os seus membros não foram escolhidos através de eleições gerais, por voto livre e secreto do povo português, mas sim designados pelo M.F.A., uns, e pelas cúpulas militares, outros. Assim, deixaremos de ter uma democracia «vigilada» ou «tutelada» pelos militares, ficando definitivamente adquirido o princípio democrático da submissão do poder militar ao poder político.

«b) Seriam retiradas da Constituição várias expressões que até hoje a caracterizam ideologicamente como marxista e sectária, expressões que a oposição comunista sempre tem erigido em trovão à livre escolha pelo povo português de modelo económico, político, cultural e social mais apropriado em cada momento histórico. Refiro-me concretamente a expressões como «sociedade socialista», «socialismo», «processo revolucionário», «apropriação colectiva dos principais meios de produção», e outros. De qualquer modo parece definitivamente adquirido o princípio de que o Governo não terá como finalidade obrigatória a «construção do socialismo» o que contribuirá para uma maior dignificação e liberdade de opções políticas desse importante órgão de soberania.

«c) A futura Constituição, não deixando ainda de ser semi-presidencialista, seria, no entanto, menos presidencialista pois que o Governo passaria a depender exclusivamente da confiança da Assembleia da República e o Presidente da República apenas poderia demitir o Governo, por exoneração do Primeiro-Ministro, em caso de verdadeiro impasse constitucional ou de defesa das instituições democráticas, deixando, por outro lado, de poder nomear ou exonerar livremente as altas chefias militares as quais seriam nomeadas pelo Presidente da República, mas por proposta do Governo.

«d) A apreciação da constitucionalidade das leis, que o princípio da adequação ou conformidade das leis ordinárias com os preceitos constitucionais, deixar de estar submetida ao Conselho da Revolução para passar a estar na dependência de um Tribunal Constitucional cujos membros seriam designados pelo Presidente da República, pela Assembleia da República e pelo Conselho Superior da Magistratura, em proporção ainda não acertada.

«e) O princípio da irreversibilidade das nacionalizações, para as quais, como se sabe, ao tempo a vontade do povo português não foi tida nem achada, poderia sofrer uma importante excepção, a qual seria a de não considerar como definitivas as chamadas «nacionalizações indirectas» que resultaram da nacionalização da banca e dos seguros apenas na medida em que estas entidades detinham a maioria do capital de outras empresas que desse modo foram «apanhadas» passe a expressão nessa verdadeira avalanche nacionalizadora.

«Outras e também importantes alterações são previsíveis mas as que acabo de resumir são as que imprimem à revisão uma caracterização mais marcante contrastando com o texto que se pretende rever.

«A revisão está a ser negociada dentro dos quadros e limites que ela própria prevê. Quando o povo português em 1980 elegeu os deputados que constituem a actual Assembleia da República sabia bem, pois isso lhe foi constantemente lembrado, que esta teria poderes constituintes. A revisão em curso é, assim, perfeitamente legal e legítima. Dizer o contrário, como fazem o Partido Comunista e as forças sociais e políticas que lhe andam a reboque é fazer crer falsamente que se está em presença de um qualquer golpe constitucional. Impedir a revisão constitucional seria passar um atestado de inépcia, incapacidade mental e insensibilidade política à geração actual na qual se inserem os deputados que ora compõem a Assembleia da República. A história não é um lago de águas paradas mas sim um vigoroso caudal de ideias e factos que nenhum texto ou princípio moral pode considerar imutável ou estático.

«A esta exigência de mutação, contrapõe-se uma outra: a de um mínimo de certeza e de permanência das instituições que permita aos povos testá-las, mesmo num período conturbado e em constante e acelerado «processo revolucionário» como o que atravessámos após o 25 de Abril.

«Julgo que rever a Constituição actual quatro anos após a sua promulgação é um bom ponto de equilíbrio entre aquelas duas exigências e os interesses que lhe estão subjacentes».

AS CONSTITUIÇÕES EM PORTUGAL

Foi em 23 de Setembro de 1822 que as Cortes gerais, extraordinárias e constituintes, eleitas na sequência da revolução liberal de 1820, aprovaram e juraram «em nome da Santíssima e Indivisível Trindade» a primeira Constituição Política que Portugal conheceu.

O texto, claramente inspirado pelos princípios da Revolução Francesa, introduzia em Portugal uma monarquia predominantemente parlamentar. Teria, no entanto, vida breve. Com efeito, dois anos depois, um golpe encabeçado pelo infante D. Miguel, filho segundo do monarca reinante, revogaria a Constituição e determinaria o regresso ao antigo regime.

Em 1826, Portugal conheceria nova lei fundamental, a Carta Constitucional, outorgada a 29 de Abril por D. Pedro antes de abdicar o trono em sua filha, D. Maria. Embora traduzisse um claro reforço do poder real, a carta mantinha as disposições muito liberais sobre os direitos dos cidadãos que já constavam da Constituição de 22.

Mas em 1828 D. Miguel é aclamado rei. Durante seis anos o poder do monarca voltará a ser absoluto, enquanto o País mergulha numa longa e sangrenta guerra civil, que opõe as forças progressistas, chefiadas por D. Pedro, aos adeptos do absolutismo, encabeçados por D. Miguel.

A guerra termina em Maio de 1834 e a Carta volta a vigorar. Em Setembro de 1836, porém, a oposição democrática alcança o poder e repõe a Constituição de 22. Logo em Janeiro do ano seguinte reúnem-se, no entanto, novas Cortes constituintes e, em Março de 1838, um novo texto constitucional — baseado na Constituição de 22, mas recebendo muitas e importantes disposições da Carta — entra em vigor.

A nova Constituição vigorará entre 4 de Abril de 1838 e 10 de Fevereiro de 1842. Nessa data, as hostes conservadoras, arregimentadas no chamado «partido ordeiro», alcançam a maioria parlamentar e restauram a Carta.

É aliás a Carta que se vai manter como lei fundamental da monarquia até Outubro de 1910, tendo, no entanto, conhecido várias revisões, consubstanciadas nos actos adicionais de 1852, 1885 e 1896.

Em 5 de Outubro de 1910 triunfa a revolução republicana. A 28 de Maio do ano seguinte é eleita uma assembleia nacional constituinte. E, na sessão nocturna de 18 de Agosto de 1911, 220 deputados aprovam por unanimidade a Constituição política da primeira República Portuguesa.

A 28 de Maio de 1926, triunfa o golpe militar que havia de conduzir o país ao salazarismo. O homem de Santa Comba elabora um projecto de Constituição que submete depois a referendo e declara aprovado em 1 de Abril de 1933. Seguiu-se, depois, a Constituição de 1976, agora em revisão.

O debate já começou e pretende-se que ele seja tão amplo e participado quanto possível. Trata-se da regionalização, ou seja, e na linguagem do Livro Branco sobre a Regionalização, «o conjunto de medidas de carácter institucional que, integradas num processo evolutivo ao longo do tempo conduzem à criação de instituições regionais e ao reforço da sua capacidade de decisão autónoma». Clarificando a linguagem, a regionalização será a substituição dos distritos como autarquias por regiões e áreas metropolitanas, regiões e áreas essas que subtrairão ao poder central uma grande parte do poder executivo deste. Essas regiões e áreas serão delineadas de acordo com a vontade expressa pelos portugueses.

Tida pelo Governo como uma das quatro prioridades de acção, a regionalização é um processo faseado que deverá estar concluído em Outubro de 1984, quando forem extintos os distritos e tomarem posse os novos órgãos regionais.

Uma das cinco fases do processo está concluída, estando a segunda a concluir em Junho deste ano em curso. Em documento a propósito da regionalização, o Ministério de Administração Interna explica os fundamentos da regionalização.

«A implantação do regime democrático – diz o documento – e a aprovação da Constituição de 1976 operaram uma reconversão profunda na organização do poder político no país. Neste processo avultam, pela sua relevância



«A criação da Área Metropolitana do Porto é qualquer coisa que vai surgir da decisão da Assembleia da República mas se tanto se apregoa que a regionalização deve vir de baixo, eu julgo que a vontade já expressa e por várias vezes manifestada pelos municípios que envolvem a cidade do Porto não poderá ser ignorada»

O dr. Albino Peneda, director do Secretariado Técnico para a Regionalização, considera, em entrevista ao «Defesa de Espinho», que a regionalização é uma questão de regime. Opina ainda que um Estado forte é aquele em que o poder esteja diluído o mais possível através do corpo social.

Outras questões ligadas à regionalização, nomeadamente a da integração de Espinho na Área Metropolitana do Porto, são também abordadas nesta entrevista.

PRIORIDADE POLÍTICA DO ACTUAL GOVERNO

DEFESA DE ESPINHO – Quais as tarefas de que está incumbido o Secretariado Técnico da Regionalização?

ALBINO PENEDA – Como sabe, a regionalização é uma prioridade política do actual Governo e em Outubro o Conselho de Ministros decidiu tomar uma opção acerca da forma institucional que iria coordenar e dinamizar todo o processo.

Nessa resolução do Conselho de Ministros, a número 231/81, é dito que a orientação política de todo este processo compete ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros. Há um grupo de secretários de Estado que acompanha directamente todo o processo e é criado o Secretariado Técnico com a missão de planear, coordenar, dinamizar e acompanhar todas as acções necessárias ao processo de regionalização do Continente e, especialmente, propor as fases e as metodologias, bem como definir calendários a seguir na implementação do processo de regionalização, coordenar a elaboração dos

projectos de diploma que estabelecem o quadro de referência da regionalização a submeter à Assembleia da República, accionar o processo de divulgação e debate público sobre a regionalização e elaborar um relatório contendo as principais conclusões que resultarem do respectivo debate, enfim, e depois um conjunto de tarefas que têm a ver com o planeamento económico também e com o ordenamento do território e desenvolvimento regional.

Foi em 11 de Janeiro que a decisão foi tomada de eu ficar a dirigir este serviço.

PROCESSO ESTÁ A ROLAR BEM

DEFESA DE ESPINHO – Porquê a sua sediação no Porto?

ALBINO PENEDA – A razão da sua sediação no Porto pareceu-me muito importante, para já pelo que representa de simbolismo de ser um organismo nacional que fica sediado fora de Lisboa. Julgo que começou como um bom exemplo o facto de o Secretariado Técnico para a Regionalização não ficar sediado em Lisboa. É evidente que isto é apenas um carácter simbólico, mas eu reputo de grande importância que o Secretariado Técnico fique sediado na cidade do Porto por razões que têm a ver com um mecanismo informal de relações que se estabelecem com outros serviços da Administração Pública.

DEFESA DE ESPINHO – Em 11 de Fevereiro o Governo tomou medidas que parecem importantes neste processo de regionalização. Quais foram?

Albino Peneda ao «DE» A REGIONALIZAÇÃO

ALBINO PENEDA – Mediu um mês entre a data em que o Secretariado Técnico começou a funcionar, que foi em 11 de Janeiro, altura em que foi aprovado um conjunto de documentação pelo Conselho de Ministros, em 11 de Fevereiro. Nesse mês o Secretariado Técnico elaborou o tal conjunto de documentação que foi aprovada pelo Conselho de Ministros, a saber: o programa de actividades do Secretariado Técnico, toda a programação do debate público sobre a regionalização, todo o calendário do debate público. E no dia 11 iniciou-se a abertura oficial do debate público que o sr. Primeiro-Ministro, vice-Primeiro-Ministro, ministro da Administração Interna, Ministro da Justiça e da Reforma Administrativa fizeram no Castelo de S. Jorge, perante os órgãos de comunicação social.

Quando ao «timing» de todo este processo, ele faz parte de uma resolução do Conselho de Ministros – é a número 1/82 – onde aparecem todas as fases do processo de regionalização. E dessa forma, toda a primeira parte do calendário, que era de Outubro a Dezembro de 81 a segunda parte, que é de Janeiro a Junho de 82, já está concluída em grande parte, estando outras a ser agora desenvolvidas no âmbito do Secretariado Técnico para a Regionalização. A programação pode-se concluir, está a ser cumprida. Com satisfação nossa, está a ser cumprida.

REGIONALIZAÇÃO: UMA QUESTÃO DE REGIME

DEFESA DE ESPINHO – As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto estão previstas. Pode já saber-se. Pode já saber-se se os concelhos integrará o Grande Porto?

ALBINO PENEDA – É evidente que, neste problema, a decisão final à cerca desta matéria compete à Assembleia da República. Entretanto, a Constituição da República diz que são criadas regiões administrativas, mas prevê para as áreas envolventes de Lisboa e Porto a possibilidade de criação de outras formas de organização expressão é «territorial autárquica específica». Portanto, atendendo às características próprias das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a Constituição da República dá essa possibilidade de se criarem formas institucionais que atendam às especificidade de uma zona que tem características e problemas próprios de grandes centros urbanos.

DEFESA DE ESPINHO – Mas poder-se-á saber se Espinho, por exemplo, poderá ficar na Área Metropolitana do Porto?

ALBINO PENEDA – O problema de se Espinho vai ou não ficar na Área Metropolitana do Porto é uma decisão que competirá à Assembleia da República, em última instância. No entanto, há trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e há todo um conjunto de experiências recentes que têm a ver, por exemplo, com a Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto. Nota-se isso, e vêm-se desenvolvendo trabalhos em que os municípios, a saber, Porto, Maia, Matosinhos, Gaia, Valongo, Gondomar, Espinho, Póvoa, Vila do Conde, vêm vindo a congregar esforços no sentido de resolver alguns problemas que sentem que são comuns a todos eles, que sentem que isoladamente não os podem vir a resolver e, portanto, há necessidade de congregarem esforços para resolver os problemas.

Portanto o que acontece é que está em curso, e já aprovadas muitas assembleias municipais, e Espinho é uma delas que já aprovou, em Julho, o Estatuto da Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto. Ora, a Associação dos Municípios da Área Metropolitana do Porto não é a mesma coisa que a Área Metropolitana do Porto. A Associação de Municípios é qualquer coisa que nascem da vontade dos municípios que entenderam que lhe são comuns esforços para resolver alguns problemas que lhe são comuns.

A criação da Área Metropolitana do Porto é qualquer coisa que surge de decisão da Assembleia da República mas se tanto se apregoa que a regionalização deve vir de baixo, eu julgo que a vontade já expressa e já várias vezes manifestada pelos municípios que envolvem a cidade do Porto não poderá ser ignorada neste processo.

histórica, a criação de Regiões Autónomas e a consolidação do poder local na sua genuína expressão autárquica».

«É entendimento do Governo – prossegue o documento – que a regionalização do Continente, a operar pela criação das regiões administrativas previstas na Constituição, constitui não apenas um imperativo nacional, mas também um verdadeiro desafio lançado à democracia portuguesa, visando desenvolver ao máximo a capacidade autónoma da administração local, em espírito de liberdade e de responsabilidade, como convém à sua raiz eminentemente democrática».

E mais adiante:

«Este processo é, aliás, indissociável do objectivo de integração numa Europa descentralizada e desenvolvida, que a Aliança Democrática apresentou ao eleitorado em Outubro de 1979 e de 1980 e que vem defendendo com inquebrantável determinação».

Em termos de Espinho a regionalização é importante não só mas também por permitir a concretização de uma velha aspiração da sua população: a sua inclusão na Área Metropolitana do Porto. Sem que ainda se possa adiantar algo de concreto, como nos diz o dr. Albino Peneda, director do Secretariado Técnico da Regionalização, em entrevista que publicamos, tudo depende da vontade dos municípios e da população. E essa está claramente expressa.

É UMA QUESTÃO DE REGIME

DEFESA DE ESPINHO – Deduz-se, então, que a Assembleia República terá em conta a vontade dos órgãos autárquicos?

ALBINO PENEDA – Eu não posso falar em nome do órgão de soberania Assembleia da República. O que posso dizer é que o Governo, neste processo de regionalização, ao pôr a debate público a regionalização e pondo aos cidadãos algumas questões, e às autarquias, sobre esta matéria, com certeza que com todo este trabalho entende-se que se consiga atingir o maior consenso possível acerca das opções que se têm que tomar num conjunto de reformas tão complexas como é a regional. E, portanto, este debate público vai trazer à lume, as pessoas vão ter um questionário em que vão ponderar algumas questões acerca desta matéria e com certeza que a Assembleia da República não vai poder ignorar a manifestação da vontade expressa pelas autarquias. A ideia e o discurso do Ministro – Ministro na apresentação do debate público é muito clara e de respeito. Não se pretende que a regionalização seja obra de um Governo ou de um partido político. Isto é uma questão de regime.

DISTritos: EXTINÇÃO COMO AUTARQUIAS

DEFESA DE ESPINHO – De qualquer modo, não está ainda definido concretamente o que será a área do Grande Porto, que o vespertino dizia «encaixada» entre Espinho e a Póvoa de Varzim?

ALBINO PENEDA – O que se pode dizer que está definido tem a ver com a Associação de Municípios. A Associação de Municípios não se desenvolver outras tarefas que não sejam as que já são da competência própria dos municípios. Portanto, os municípios têm competências, por exemplo, de abastecimento de águas. Portanto, a coisa é a Associação de Municípios da Área Metropolitana do Porto, outra é, a forma institucional Área Metropolitana do Porto, que tem competências próprias que, se calhar, são muito mais amplas daquelas que os municípios desenvolvem.

O que o Secretariado tem agora que fazer é que depois de todo este debate público, de Julho a Dezembro de 82, seja presente – e o Governo compromete-se a apresentá-la à Assembleia da República – uma proposta de lei contendo a divisão territorial definitiva do Continente, onde vão aparecer as regiões e certamente aí também vão ser contempladas as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Mas ainda é cedo para dizermos exactamente como é que isso vai ser.

DEFESA DE ESPINHO – O que é que acontecerá aos distritos depois de completo todo este processo?

ALBINO PENEDA – A Constituição da República já aponta a extinção dos distritos como autarquias locais quando forem criadas as regiões. E o Governo na resolução 1/82, onde apresenta todo o faseamento do processo de regionalização, aponta a extinção dos distritos como autarquias locais, o que não quer dizer que a unidade espacial do Distrito não possa continuar a existir para determinado tipo de funções. Uma questão importante é, por exemplo, a dos círculos eleitorais. Neste momento os círculos eleitorais são os distritos. Com a criação das regiões põe-se a questão: que círculos eleitorais vamos ter? Continuarão a ser os distritos ou vão ser outros círculos eleitorais? Poderão ser as regiões, mas também a Constituição não impede que continuem a ser os distritos os círculos eleitorais. Enfim, é um problema que está em aberto e os partidos políticos e a Assembleia da República terão de se pronunciar sobre ele. Mas a figura do distrito como autarquia local está em vias de extinção como vêem aliás na resolução do Conselho de Ministros, de Janeiro a Outubro de 84, a resolução aponta a extinção dos distritos.

REGIONALIZAÇÃO IGUAL A ESTADO FORTE

DEFESA DE ESPINHO – E este processo vai mexer nos concelhos? Sabemos que há concelhos apenas com a

freguesia-sede, enquanto outros têm umas dezenas de freguesias.

ALBINO PENEDA – Não. Está absolutamente posto de parte partir concelhos a meio ou extinguir concelhos, por exemplo. Não está nada contemplado quanto a esse aspecto neste processo.

DEFESA DE ESPINHO – Há pouco falou em diferenças de poderes entre municípios e as regiões a criar. Quais serão os seus poderes?

ALBINO PENEDA – Antes queria dizer que quanto à área das regiões tudo resultará do debate público sobre regionalização. A opinião do Governo e do Secretário Técnico vai no sentido de se promover um debate público, o mais amplamente participado possível, onde os órgãos de comunicação social e os de nível local e regional têm uma importância decisiva nesta matéria, no sentido de informar e até publicar todas estas questões que se põem acerca desta matéria. Será elaborado um relatório final de todo este amplo debate público que se pretende o mais participado possível e, depois disso, será elaborada uma proposta final sobre a divisão do território. Portanto, é cedo ainda para o director do Secretariado Técnico dizer qual a proposta que daqui sairá para o Governo acerca da dimensão das áreas territoriais que vão compor as regiões.

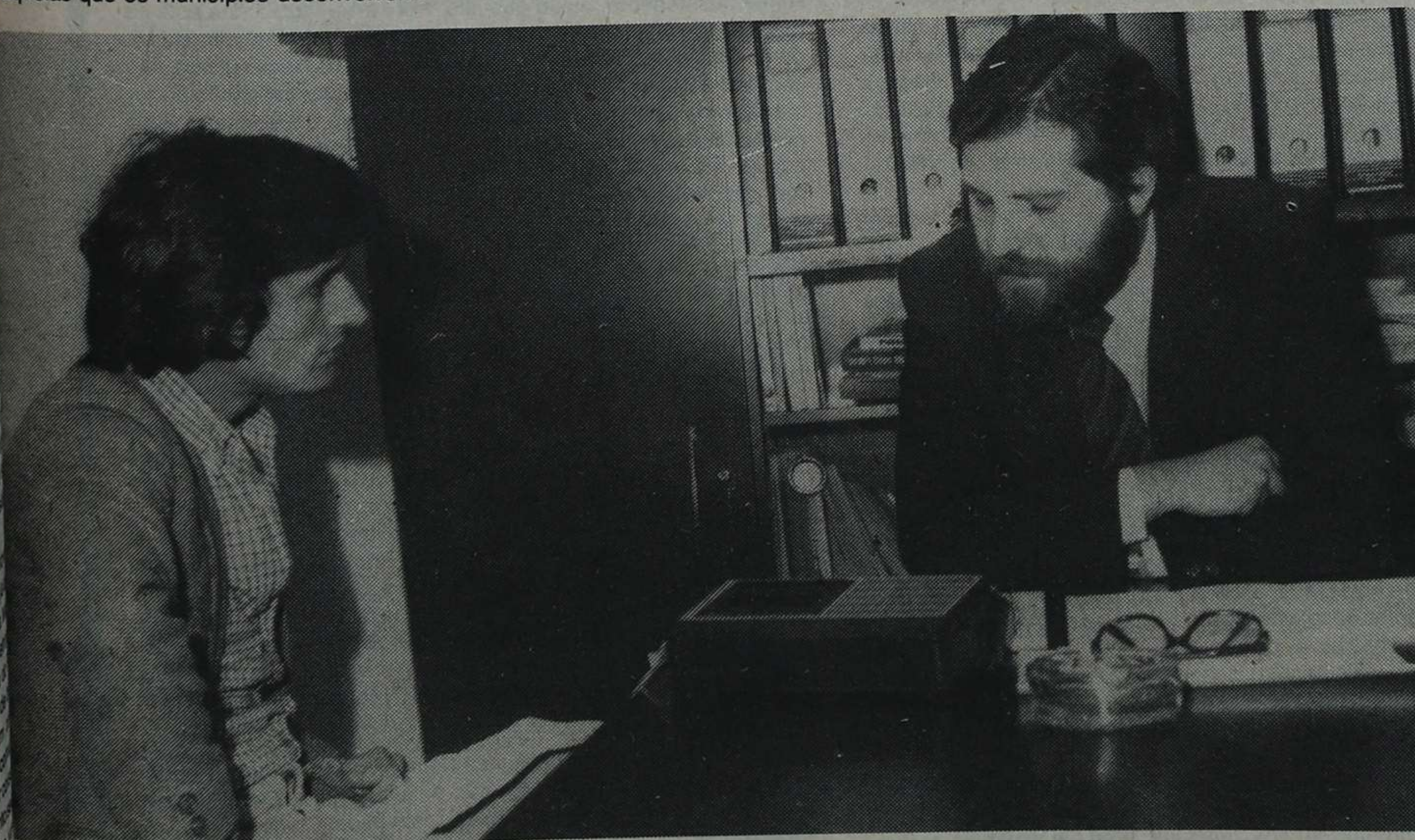
Quanto aos poderes que vão estar confiados às regiões, já se pode avançar alguma coisa. Certamente que não vão ser poderes que neste momento estão na mão dos municípios, são poderes que estão nas mãos da Administração Central. Há que saber que tipo de funções podem ser transferidas do poder central para a esfera das autarquias. Tudo isto também vai ser posto a debate público. O Governo já apresentou uma proposta de lei à Assembleia da República que pretende delimitar as competências dos diversos níveis de administração em matéria de investimentos e quanto às regiões é dito muito claramente que funções as regiões podem vir a desempenhar, a saber: turismo, ordenamento e ambiente, desportos, educação, juventude, emprego, saúde, segurança social, agricultura, florestas, comércio, pescas, indústria, cultura, habitação e urbanismo, obras públicas, transportes. Enfim, serão estas ou não, o debate público certamente vai com certeza informar muito se isto tem lógica ou não tem lógica.

DEFESA DE ESPINHO – Na prática, será um bocado difícil um governante prescindir dos seus poderes. Normalmente não é muito comum eles prescindirem de determinados poderes...

ALBINO PENEDA – Só um poder fraco e governantes fracos é que estão dispostos a partilhar o poder. E um governo e uma maioria que tenha uma concepção de Estado, e veja-se a experiência da Europa, não tem que temer isso. Os estados fortes não são aqueles que têm um sistema centralizado. São precisamente os estados que têm diluído o poder através do corpo social. Nós em Portugal temos ainda um estado de tradição napoleónica, fortemente centralizado, onde conquistando a cabeça, o poder está automaticamente conquistado. Isto não é um sinónimo de Estado forte, é uma ideia muito corrente chamar Estado forte a um Estado fortemente centralizado, mas eu tenho uma opinião precisamente contrária um Estado forte é precisamente aquele em que o poder esteja o mais diluído possível através do corpo social. Isto não é simples, é muito complexo, mas, da parte da classe política e do poder instituído, tem que haver esta consciência clara e virada para o futuro.

DEFESA DE ESPINHO – Pretende-se, portanto, deixar na área do poder central poderes ligados à Defesa e Negócios Estrangeiros e outros do género e passar os restantes para as regiões?

ALBINO PENEDA – Não só. Mesmo em funções que são delegada para as regiões e para os municípios, o poder central continua a ter um papel importante nelas. Direi que não terá um papel importante na execução dessas funções, mas nos aspectos normativos.



Um poder fraco e governantes fracos, é que não estão dispostos a partilhar o poder (...). Um Estado forte é precisamente aquele em que o poder esteja o mais diluído possível através do corpo social.

Nos últimos anos, Cortegaça tem sido das localidades não pertencentes ao concelho de Espinho, a mais privilegiada em informação. Não se trata, como é evidente, de qualquer favoritismo, mas sim do dinamismo do nosso correspondente naquela progressiva terra, Augusto José Oliveira, a quem hoje, como «prenda» do seu esforço, damos um maior espaço.

E, já agora, lembramos que outras terras poderão também ter aqui um espaço mais regular se os correspondentes «DE», onde os temos, nesse sentido fizerem um esforço; e onde não os temos, bastará que alguém se ofereça para tal, a fim de a todas as localidades da região podermos dar a atenção que merecem, em termos de informação.



Igreja de Cortegaça

CORTEGAÇA CONTINUA A «ARDER»!

A notícia que inserimos, há tempos, sobre este título, pode ter dado origem a algumas especulações ou pensamentos menos sãos. Cortegaça não está a «arder». Não arde mesmo e é, até, uma localidade privilegiada em termos de solidez e progresso industrial e comercial. Atrevemo-nos, até, a pensar, que, proporcionalmente à sua dimensão populacional e quilométrica, poucas ou nenhuma se lhe igualará. Também tem cabimento lembrar ou esclarecer bem os incautos ou mal intencionados, que — mesmo recuando atrás — as nossas indústrias ou comércio não prosperaram à sombra de sinistros nem se tornaram conhecidas por todo o Mundo por virtude de incêndios. Para além dos próprios proprietários, cremos ter razão para pensar que, por passado óbvio, somos a pessoa que está em melhor posição para avaliar a honradez e razão do progresso dessas firmas. Ele fez-se e continua fazendo, à sombra de muito trabalho, boa administração e capacidade e coragem de investimento, mesmo nestes dias incertos que vivemos. Por tudo isto — e, vá lá, com certas Genesses que recebem do Governo, aliás dentro das respectivas Leis — continuarão a progredir, para seu bem — quiçá para bem de Cortegaça — e para bem de Portugal. É lógico, contudo, que, se se consegue receber, de um sinistro, por exemplo 10 mil contos e, depois, se consegue refazer o «afectado» apenas com 9 mil, isto é um acto de pura administração — boa administração, diremos nós e nada mais. Portanto, são dignos de condenação, quaisquer impropérios às vezes lançados em sentido contrário, por não corresponderem aos factos. Não se pense, contudo, que estamos, ao escrever assim, a defender ou adular quem quer que seja e que, noutras circunstâncias que venham até ao nosso conhecimento — factos concretos ou menos dignos, sobretudo no campo social — os pouparemos. Nada disso! Estamos em posição de os «torturar» tanto quanto merecerem. Mas a verdade é que a vaga de incêndios continua. E depois da nossa última notícia, já houve mais 3 em Cortegaça. De indústrias/comércio, já se vê. Que quer isto dizer? Não haverá, mesmo, «crime» — não dos proprietários, note-se — que precise ser descoberto? Que faz a Polícia Judiciária a este respeito? Mas ainda a propósito destes sinistros, vamos chamar a atenção do nosso amigo, «Neca Violas Júnior», pois, novamente, parece que querem amputar Cortegaça. No sinistro ocorrido na Fábrica de Cortiças, situada em Mourão-CORTEGAÇA, vem a notícia do «Comércio do Porto» como sendo em Riomeão! O proprietário pode ser de Riomeão, mas a fábrica situava-se em Cortegaça. Também, aquando de um dos sinistros da Cortebel (esta fábrica sofreu 3 incêndios em poucos meses!) veio noticiada como sendo em Esmoriz. Quem dá estas notícias? Não estarão a preparar terreno para «conquistar» algo a Cortegaça, como em tempo já o fizeram e contra o que foi intrépido — mas inglório — lutador o «nosso Neca Violas? A ter em conta... Pois até a Junta de Freguesia devia chamar a atenção do Jornal noticioso para a falta de verdade na localização das notícias.

NOVOS EMPREENDIMENTOS EM CORTEGAÇA

São dignos do maior relevo os empreendimentos que estão a ser feitos na nova área industrial de Cortegaça, situada na parte Sul, região dos «Passos», envolvendo centenas de milhares de contos, em novas indústrias de Alcatifas, Cordoaria, Ferragens, Pronto a Vestir, etc. Com efeito e atendendo aos tempos decorrentes, quer interna quer externamente, estes empreendimentos merecem, além de toda a admiração local, o apoio, firme e constante, dos poderes públicos. Diremos, mesmo, que ainda mais do que as indústrias já lançadas e consolidadas. O progresso destas novas, será a garantia de igual progresso das já consolidadas, pelo que não há que ter inveja a.. Parabéns, rapazes! Oxalá a vossa acção e dinamismo venham modificar a face da nossa terra, liquidando o desemprego e «ensinando» socialmente, sem perda de autoridade, os que vos antecederam. Eis os meus sinceros votos, que um futuro normal não atraioará.

Compete, agora, aos poderes locais — Câmara e Junta de Freguesia — completarem a obra, isto é, repararem convenientemente a estrada que circunda aquela região industrial. Gasta o dinheiro, Acácio! Não o deixes para os sucessores administrarem. Não faças como o «Outro», que tanto deixou e os seus «descendentes» estão dando conta de tudo, pelo que, neste andar, terminaremos na mendicidade...

MEIO CAMINHO ANDADO? QUEM ACREDITA?...

Quando começou a vigorar o «triste e malfadado» (?) — para nós — «Codex», o serviço piorou imediatamente, isto é, começamos a receber o correio mais tarde e a ter de o entregar mais cedo. Acreditava-se, com certa lógica, que fosse o princípio, em transformação, mas o tempo foi passando e as melhorias não eram nenhuma. O «meio caminho andado» cifrava-se no «dobro do caminho a andar...». E porque a situação piorava, em Janeiro de 1981 (há mais de um ano!) tivemos oportunidade de escrever num Jornal chamando a atenção da Administração dos TLP. Estes, vieram responder ao jornal — Sua Ref.ª 440600/126, de 13 de Maio de 1981 — dizendo que lhe merecera a melhor atenção o teor da nossa local e que, reconhecendo que o horário não satisfazia, estavam atentos à evolução do problema — por certo pensando vir a melhorar o serviço.

Pois bem o tempo vai passando e o serviço é cada vez pior, a ponto de estar a tornar-se insuportável. Antes do «codex», Cortegaça tinha o correio nos apartados às 9 horas em ponto e os carteiros saíam para a rua. Nessa altura, os carteiros entravam às 7 da manhã. Sabemos que, agora, entram às 8,45, pelo que ninguém pode antever melhorias com este horário. De notar que não nos queixamos do pessoal de Cortegaça, todo ele dinâmico e atencioso.

Chegados a esta conclusão — e porque até sabemos que estão a modificar e alterar vários «codex», mas não o nosso temos de perguntar, muito claramente, como se processa o serviço e o que o faz retardar, cada vez mais. Será porque chega mais tarde a Ovar? Será porque o pessoal que manipula o correio, em Ovar, não é suficiente ou eficiente? Qualquer destas interrogações tem fácil remédio.

Porque será que, por exemplo, o codex 4415 — Carvalhos — que serve uma vastíssima área, consegue ter o correio, por exemplo em Arcozelo ou Miramar, por volta das 9 horas? Porque será que Espinho, Lourosa, etc., não pioraram?

Chegados a este ponto e desde que os TLP não respondam dentro de um prazo relativamente curto, dando-nos a certeza ou a vontade de modificar o sistema — indicando como — é o nosso dever alertar os mesmos TLP para o movimento que se esboça na região.

Nem mais nem menos do que isto: Pensa-se (agora que está na moda as «condenáveis» leis da força) sequestrar a ambulância em determinados dias seguidos e, neste caso, toda a região ficará sem correio... Nós não o afirmamos nem queremos incitar à violência, mas tornamos público as conversas que se desenrolam. Será preciso chegar a tanto? Ou os TLP têm coragem para reconhecer, publicamente, que o serviço piorou e que não têm capacidade para melhorar? Veremos se tudo se resolve a bem...

De qualquer modo, como correspondente local, sempre atento aos problemas públicos, não deixamos de focar que tudo isto, pelo menos em parte, se passa devido às eternas rivalidades existentes entre Cortegaça e Esmoriz. O local para o «codex», que serviria, pelo menos, Maceda, Cortegaça e Esmoriz, chegou (pensamos a estar aprovado para uma casa situada em Cortegaça. Tinha lógica.

Cortegaça ficava no meio e, distribuído o correio, em 5 minutos estaria nas 3 estações respectivas. Não se pense que Cortegaça ficava com mais um correio. O serviço «codex» não tem acesso ao público. É o local onde é feita a divisão e expedição da correspondência. Posta esta nas malas de cada freguesia, lá seguia a ambulância para Maceda, Cortegaça e Esmoriz ou para Esmoriz, Cortegaça e Maceda. Nada mais simples e rápido. Mas «ESMORIZ» soube e ficou sentida e logo se mexeu. E como, hoje, em Esmoriz, há pontencial humano mais valioso do que em Cortegaça — honra lhes seja dada! — e Esmoriz tem, na verdade, cerca do dobro da população — que não de movimento —, estes atributos vencem «tudo» e superam, mesmo, as realidades e conveniências.

Já era tempo de Cortegaça e Esmoriz se entenderem e não estarem, uma e outra, de pé atrás, pois, estas duas localidades, quando unidas, seriam bem mais respeitadas, pelo valor que representam. E queremos, nós, que haja paz no Mundo, se duas freguesias vizinhas não conseguem entender-se!...

Até agora fizemos a recuperação de todas as estruturas que não estavam operacionais, para além de se ter reequipado o Hospital com material novo e de melhor qualidade. • Já temos directrizes e instruções futuras para se pôr em execução uma determinada actuação do Hospital. • Tivemos uma promoção com aumento de responsabilidades hospitalares, mas continuamos com as estruturas que tínhamos, não só humanas como físicas. • São tantos os «buracos» existentes dentro de uma unidade hospitalar que estamos convictos de que nunca se conseguirão tapar todos. • Temos em mãos o processo de ampliação das cozinhas, serviço de urgência e do bloco operatório. • Temos uma equipa clínica e de enfermagem, que garantimos, que em técnica e dedicação, não se encontrará com grande facilidade por aí. • Espinho tem hoje um Hospital ímpar em Portugal. • O nosso Serviço de Urgência não existe. Existe sim um Serviço de Atendimento.

Diz a Comissão Instaladora

«ESPINHO TEM UM HOSPITAL ÍMPAR»

Conforme prometeramos, entrevistamos a Comissão Instaladora do Hospital de Espinho. Abordados vários problemas daquela unidade, bem como os anseios dos que a dirigem.

Falaram, dr. Rui Fael (parte médicos) e António Alberto Alves (sector administrativo), estando ainda presente um terceiro membro da Comissão Instaladora, o enfermeiro Luís Martelo (secção do pessoal).

Começamos por querer saber aquilo que tem sido o Hospital de Espinho, em termos de funcionamento e dependência, desde a sua nacionalização até à presente data. Foi o dr. Rui Fael que respondeu à questão, dizendo:

«Estou aqui há um ano e está agora a fazer um ano que esta Direcção tomou conta do Hospital e coincidiu precisamente com a nossa entrada, a nossa promoção. Passamos de um escalão de saúde para outro escalão de saúde totalmente diferente.»

– Superior ou inferior?

«Superior, pois nós estávamos ligados à Direcção Geral de Saúde, depois como hospital concelhio fomos integrados na rede hospitalar e hoje estamos dependentes do grande mundo dos hospitais nacionais e, passando pois a depender do hospital distrital e a maior parte e algumas vezes do central. O que é que tem sido a nossa actuação até aqui? Foi recuperar todas as estruturas hospitalares que estavam de facto com circuitos que já não eram operacionais, como a circulação de doentes, de pessoal que não estava operacional, fez-se isso que foi uma grande obra. Recuperou-se a estrutura em si, reequipou-se o hospital com material novo e de melhor qualidade.

Enfim, creio que nesta primeira fase, conseguimos obter grandes comodidades e segurança para o povo. Inclusivamente montamos um laboratório que o Hospital não tinha, um laboratório actualizado.»

– Foi portanto positiva a nacionalização do Hospital de Espinho?

«Neste momento ainda não podemos fazer uma comparação daquilo que era para aquilo que é. Antigamente o Hospital trabalhava em regime de Misericórdia, de pessoas de boa vontade, que tinham uma administração sempre precária e que se movimentava num âmbito muito restrito. Ora a partir do momento que fomos integrados na rede hospitalar, pensamos que teremos outras capacidades que serão outras e maiores.»

– Qual o momento actual do Hospital, no que diz respeito a dificuldades e ambições?

Foi Alberto Alves que tomou a palavra respondendo do seguinte modo: «O Hospital atravessa um período de determinadas dificuldades, que são as dificuldades inerentes a uma situação de modificação, a qual ainda não está completa e absolutamente definida no aspecto legal de execução. Quer isto dizer que enquanto nós já temos directrizes e instruções futuras e cujos processos estão todos encaminhados para ser aprovados, e para se pôr em execução uma determinada actuação do Hospital, enquanto isso não chega, temos que ir trabalhando dentro das estruturas que eram habituais. Essas estruturas, basta esse precalço de estar ainda a viver e a trabalhar numa situação legal absoluta, para nós não termos de facto a possibilidade de pôr a funcionar todas as coisas como deviam estar e como desejamos.»

– Por exemplo?

«O caso dos médicos que não os temos a trabalhar a tempo inteiro. Pois eles continuam a trabalhar dentro das suas possibilidades, sem saber se ficarão depois aqui como efectivos. Saber, eles sabem, o que processualmente ainda não está definida a sua situação, como trabalhadores e médicos do Hospital, devidamente toda legalizada. É esta situação de impasse, o passar de uma situação para outra que é definida oficialmente e superiormente que provoca às vezes determinados problemas, no contexto médico, fundamentalmente. De resto, julgamos que, e estamos certos, não temos dificuldades de maior. Pois claro que todos os hospitais têm dificuldades.

O melhor talvez fosse definir, perguntar ou tocar-se no aspecto de quais são elas e concretamente de que tipo. Isto é um tema muito complexo e denso, para em duas pinceladas se poder responder.

– Outros tipos de dificuldades?

«Nós deixamos de poder responder sobre esse prisma, porque quando este processo de valorização do Hospital estiver de facto implantado, devidamente determinado pelas autoridades superiores, as coisas entram depois num ritmo de normalidade.

Passar-se-à a contar, a partir daí, com médicos, pessoal e tudo o mais. Enquanto isso não estiver feito nós estamos neste impasse, à espera que isso aconteça. Ora isso traz-nos certas perturbações, fundamentalmente no aspecto da situação dos médicos, porque não está definida.»

Foi altura para, novamente, o dr. Rui Fael tomar uso da palavra, dando seguimento às declarações do seu colega Alberto Alves:

«Para se ficar com uma noção mais exacta da globalidade dos processos, tivemos uma promoção com um aumento das responsabilidades hospitalares, mas continuamos com as estruturas que tínhamos, não só humanas como físicas. Há uma fase nesta transição em que naturalmente aparecem carências.»

– Como resolvê-las?

«Estas carências podem ser e estão sendo resolvidas a muito curto prazo. Uma coisa é certa, é que os processos de instalações, equipamentos hospitalares, pessoal, e algo mais não dependem de nós. Não que diz respeito ao pessoal, a carência não é só no pessoal médico, mas também no quadro de todo o pessoal do Hospital. É um caso gravíssimo, pois o quadro oficial que está dado para o Hospital de Espinho ainda não está accionado, pois faltam valiosos elementos que são indispensáveis para que o Hospital funcione dentro da normalidade e sem convulsões. Elas são tantas, assim como os «buracos» existentes dentro de uma unidade hospitalar, que eu estou convencido que nunca se conseguirão tapar todos. Numa casa destas é impossível isso, assim como não é possível haver o absoluto. O que se pode fazer, isso sim, é eliminar quanto melhor e rapidamente as carências do dia a dia. Essas estamos a eliminá-las, com muito boa vontade e colaboração das entidades de que dependemos. Isso é que não pode ser posto em causa. Há coisas que demoram muito tempo a fazer. Veja por exemplo, quanto é que não nos vai custar o processo que temos em mãos...»

– Quais os principais aspectos desse processo?

«Esse processo é a ampliação das cozinhas, do serviço de urgência e do bloco operatório. Agora pergunto eu, quanto tempo não irá demorar tudo isso, ou seja, fazer um projecto de obras, um orçamento, a aprovação e arranjar dinheiro. É uma questão a que nós poderemos emprestar-lhe a nossa dinâmica, o nosso interesse e estar sempre presente a lembrar o problema, mas tudo passa por uma máquina burocrática e tudo tem de levar o seu tempo, contra o qual não poderemos lutar. É precisamente porque temos essas carências físicas que temos uma incapacidade física absoluta para atender o ambulatório. Uma das coisas para que os hospitais, como o nosso, estão voltados, é para o aumento da frequência da consulta externa. Esse ambulatório foi improvisado, foi recuperado simplesmente, para aquilo que pensamos que é a afluência de doentes a esta instituição, não temos instalações, nem meios humanos.»

– Pensa a Comissão Instaladora que num futuro a médio prazo, o Hospital de Espinho poderá servir convenientemente os seus utentes e principalmente a população de Espinho?

«Eu nem queria ser optimista, nem idealista, mas estou convencido que nós temos uma equipa clínica e de enfermagem que lhe posso garantir que, tecnicamente e em dedicação não se deve encontrar com grande facilidade por esse país, principalmente no que diz respeito a médicos. Pois, temos umas valências (equipamentos) que não são também fáceis de encontrar. Um laboratório praticamente apetrechado. Um serviço de doenças de sangue e transfusões, que é capaz de dar resposta com eficiência a todos os casos. Temos o ambulatório do serviço de urologia, de ortopedia. Um serviço de neurologia, que é muito difícil encontrar em qualquer hospital, mesmo de grandes centros. Isto é uma capacidade técnica e humana que está aqui concentrada que, não tenha dúvida, logo que lhe dêm condições de trabalho se irá expandir, dotada e cada vez mais eficiente.

O que é uma verdade é que estamos dentro de um espartilho. Constituirá uma aventura, mas muito grande tentar, neste momento accionar com maior brevidade, qualquer um destes sectores, se o não fizemos em conjunto, porque depois «sobrará

pano para mangas», mas «faltará para as calças». Por isso é preciso haver muito equilíbrio e serenidade, quando se põe uma máquina destas a rodar. Todos os sectores terão de arrancar ao mesmo tempo e com a mesma velocidade, senão haverão desequilíbrios que serão funestos para a instituição e quando digo funestos é porque serão gravíssimos para quem a serve e para quem se serve dela.»

– Significa tudo isso que depois de a «máquina» principiarem a rolar, a população espinhense poderá ficar tranquila, porque irá ter o Hospital que tanto deseja em termos de assistência?

«Não, eu vou mais longe e até quero fazer-lhe uma afirmação muito categórica e isto sem sombras de ser desmentido. Já hoje têm um Hospital ímpar em Portugal...»

– Mas é verdade que as queixas e as críticas ao Hospital de Espinho continuam a fazer-se, em especial ao Serviço de Urgência, que parece não corresponder às necessidades dos utentes que constantemente necessitam dele?

«Há aí qualquer coisa que não está ainda bem esclarecido. O Serviço de Urgência é um serviço que tem de ser esclarecido e não poderá sê-lo em duas palavras. Nós não temos um Serviço de Urgência, mas sim um Atendimento de Urgência, que é permanente e diferente daquilo que as pessoas julgam. Esse Atendimento Permanente, e para quem não sabe, então ficará a saber, faz tudo: consultas que correspondem em cerca de 80 por cento do serviço que se faz no Atendimento em consulta. Não é propriamente a urgência. Essa urgência que corresponde àqueles casos em que o doente chega aqui com traumatismos, ferimentos de acidentes, doentes de grande urgência, nós não temos capacidade técnica, não temos instalações, não temos material, nem pessoal, para poder socorrer esses doentes em segurança. A nossa missão aqui é primeiros socorros, pôr o doente em condições de um transporte seguro e transportá-lo para um centro especializado. A nossa missão é essa. As populações é que estão mal informadas sobre o que é o nosso Atendimento de Urgência, porque os serviços como este, com conflitos, insuficiências e carências, encontram-se em todos os hospitais, e eles até são mais notórios nos Hospitais Centrais. Isto é, estes hospitais vão prender aqui um grande número de utentes que normalmente iriam gestionar as urgências dos Hospitais Centrais, com as tais consultas, que podem aqui ser resolvidas. O doente que implique gravidade e que corra risco e, tenha de ser assistido num serviço com material sofisticado e pessoal adestrado para essa função, é lá que ele está bem, é para lá que ele deve ir, porque lá é que ele tem segurança. Aqui no Hospital de Espinho ele tem uma falsa segurança, melhor dizendo, tem uma coisa que é preciso as populações começaram a perceber porque é uma realidade: é a comodidade e o sentimentalismo que qualquer doente tem aqui, e a segurança que nós temos de garantir ao doente, quando ele precisa de cuidados específicos e cuidados especializados. Na maior parte das vezes reclama-se que houve transferência de um doente. É verdade, pois houve um alto risco, uma situação grave, uma situação que precisa de cuidados especializados. Então esse doente deve ser, na defesa da sua própria saúde posto, sem correr grandes riscos, e por isso é que a gente aqui o atende, num serviço capaz de socorrer com eficiência. Tudo o resto que para aí possam dizer, são fantasias. Não passa de uma rotina que as populações ainda têm. Por exemplo, antigamente toda a gente tinha o parto em casa, ninguém tinha o menino numa instituição hospitalar. Havia um conformismo das populações de que quem tinha um nó nas tripas morria. Esta mentalidade é uma mentalidade que será lentamente voltada para a realidade daquilo que hoje a medicina é capaz de lhe dar, embora isso sacrifique preconceitos, sentimentalismos, afectividades das pessoas que às vezes pensam que o ideal seria o doente estar internado e ter a família toda ali em cima dele, a contar-lhe anedotas ou perguntar-lhe se está melhor, a cada minuto. Isso é perder tempo, é ter gastos desnecessários com a saúde e o doente não beneficia.

– Este é sem dúvida um caso importante para as populações?

«Sem dúvida alguma que este é um dos pontos e uma noção que deveria ser transmitida por vocês, homens da Comunicação Social, às populações, porque os jornais têm o acesso, a capacidade de entrar no público e de lhes comunicar esclarecidamente como é e porque é que se faz. Tudo isto não aparece por acaso e, se tudo é assim, é porque assim manda a boa técnica e a técnica neste momento está virada para ali. O doente não pode correr perigo, e se o correr tem de ser minimamente.»

O Patronato está superlotado, o que já não é de agora • Surgem-nos problemas que, por vezes, não sabemos como resolvê-los • Temos casos em que nenhum infantário poderia fazer aquilo que nós por vezes fazemos: horários compatíveis com o trabalho dos pais das crianças • A alimentação é ótima, a limpeza não pode ser melhor • Temos um terreno que nos foi doado e temos em mente negociá-lo, pois ele é muito bom e poder-nos-á

PATRONATO: «COM A VENDA IREMOS ABALANÇAR-NOS À

Com todos os defeitos que se lhe possam apontar, o Patronato da Divina Providência tem desenvolvido um trabalho importante. Falámos com a direcção da instituição.

PATRONATO O QUE É?

«O Patronato é uma instituição que está criada já desde 1946, em Espinho, tendo já passado por várias casas, e ultimamente, a partir dos anos cinquenta está instalado nas actuais instalações, ângulo das Ruas 18 e 31.

«A Direcção tem sete elementos, sendo os seguintes: Maria de Lurdes Sá, Domingos Cálix, Glória São Romão, Manuel Alves Pereira, Fernando Castro (Padrão), António Castro e Fernando Pereira.

«Fundamentalmente o Patronato destina-se à educação de crianças, e tem em funcionamento três secções: o Jardim Infantil, o A. T. L. (secção de tempos livres) e a secção que é destinada aos miúdos que, após saírem da escola ou mesmo antes de irem para ela têm toda a cobertura, tanto na alimentação como na orientação dos seus trabalhos e a Creche.

«A Creche é dos 3 meses aos 3 anos; o Jardim Infantil dos 3 aos 6 e a A. T. L. dos 6 aos 10 anos, pois não temos espaço para mais idades. Já lutamos com inúmeras dificuldades para termos crianças com 10 anos. Existe uma lista de espera para miúdos do A. T. L. que já fizeram a inscrição, uma lista de espera para a Creche de 22 miúdos; para o Jardim Infantil 60 e para o A. T. L. 15.

«Somos uma instituição de índole privada e recebemos um subsídio do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, subsídio esse que é mensal e que até 31 de Dezembro de 1981 foi cento e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta escudos.

«A partir de Janeiro não sabíamos ainda se essa verba iria ser aumentada ou não e neste momento estamos com cento e setenta e um mil duzentos e oitenta escudos. Devo dizer-lhe que esse subsídio aumentou, desde que começamos a ter a técnica que é a nossa grande «aflicção». As nossas funcionárias, mormente as que estão no Jardim e no A. T. L., são tudo raparigas com o 5.º, 6.º e 7.º anos. O Patronato ao todo tem dezanove funcionárias. Especializadas temos uma educadora, uma assistente social e uma ajudante. Temos portanto três especializadas. Depois mais dez vigilantes, seis estão no Jardim Infantil e na A. T. L. e as outras quatro na Creche. Além dessas temos uma ecónoma, três empregadas da limpeza e uma cozinheira. Além

destas temos mais duas eventuais que estão a fazer uma cobertura de um lugar, pois nós estamos à espera que nos apareça uma educadora.

— Em termos de horário, como se processa o funcionamento do Patronato?

«O nosso infantário está aberto das sete horas da manhã às sete e trinta da tarde. Trabalhamos trinta e seis horas semanais.

Temos funcionárias com mais de cinco anos de casa, a trabalham sempre com educadoras, para além de terem mais do que o 5.º ano.

Estas são as chamadas vigilantes e fazem já parte do quadro. — isto o que nos disse Maria de Lurdes, directora daquele infantário.

«Trabalho naquilo que me é possível e contribuo para que tudo corra pelo melhor, para que não falte nada às crianças e para que elas não sejam maltratadas» — assim se pronunciou outro elemento da direcção, Fernando Passos. Continuando diria: «no meu caso, e não só, dou a minha contribuição de tal maneira que me acarreta perdas de tempo. A Direcção reúne mensalmente que geralmente abrange todos os seus elementos, além de outras que diariamente possam ser necessárias, bem como contactos. Sinto até que estou a ficar doente por aquilo, eu que nunca fui doente pelos meus filhos, estou agora a ficar doente pelos filhos dos outros. Ali vejo que é preciso dar muito mais assistência às crianças, pois muitas existem que não têm pais que lhes possam dar essa assistência, bem como o amor que o Patronato lhes transmite. Pais há, que até nem querem saber das actividades dos seus filhos, se hoje têm uma festa, se as crianças são bem tratadas e alguns apenas sabem que as crianças vão para o Patronato logo de manhã e regressam para casa ao princípio da noite. Não perguntam às crianças se passaram bem, se passaram mal, se a comida foi boa, pois seria importante que os pais perguntassem a comida que foi servida. Todos os dias esta é diferente, pois quase todos os dias assisto às refeições e temos uma ementa para cada dia. A Direcção tem um papel fundamental nesta função. É ela que apoia a técnica, neste caso são duas e é ela que orienta, dentro da sua capacidade profissional. Ela permanentemente está em contacto com a presidente da Direcção, para qualquer problema que surja. A Direcção está sempre em contacto com as técnicas e essencialmente com a assistente social que é quem está a orientar a casa e em quem nós depositamos plena confiança.»

— Desde quando a actual Direcção se encontra à frente dos destinos do Patronato?

«Os elementos que estão ainda desde 1975, sou eu e a D.ª Glória — respondeu-nos Maria de Lurdes, que acrescentou: «Os restantes elementos entraram depois de 1980. Ora o Patronato é dependente de uma Direcção Central da Cruzada de Bem do Porto. É uma instituição que tem os mesmos estatutos que têm as Misericórdias. Criou várias casas de idosos, infantários, etc.»

«Esta instituição foi criada após o termo da II Guerra Mundial, com o fim de apoiar a maternidade, crianças orfãs, exiladas.

A partir daí os estatutos não foram muito alterados e então a grande finalidade dos patronatos são o apoio à maternidade, não olhando a quem, nem ao fim. Esta evolução que teve até apoio para as crianças com outro nível económico mais baixo, surtiu mais a partir do 25 de Abril, porque essencialmente estas casas, a nível nacional, davam apoio a orfãos e velhos, um tanto ou quanto marginalizados da sociedade. Então a partir dessa data houve uma tendência em aproveitar certas instituições, que tomaram um certo gosto e principiaram a apoiar a maternidade, melhor dizendo as mães que trabalhavam. Assim pensou-se na transformação do Patronato em infantário, onde não houvesse distinção de classe e todas as crianças fossem tratadas de igual para igual, que é o que se passa neste momento. No nosso infantário a grande maioria das crianças paga o mínimo».

— Quais os preços praticados?

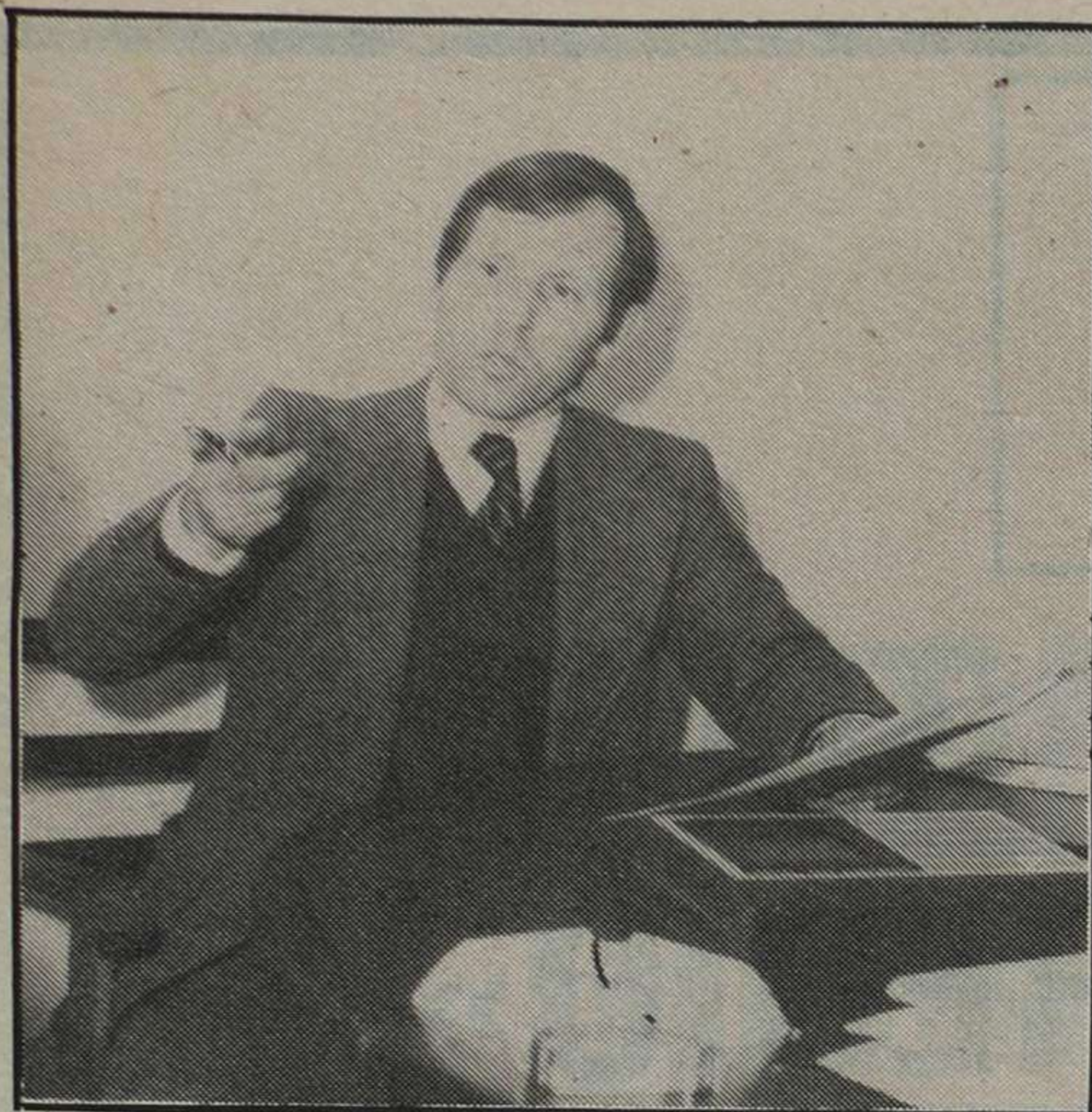
«Varia de duzentos e quarenta escudos a dois mil e quinhentos escudos, isto mensalmente. É muito pouca a percentagem dos que pagam esta elevada quantia (2.500 escudos). Cada criança paga conforme a feita da capitação do agregado familiar.»

— Quanto a termos de frequência, será que o Patronato ainda pode albergar mais crianças?

«Está superlotado, o que já não é de agora, mas acontece sempre. Surgem-nos problemas que, por vezes, não sabemos como resolvê-los. Claro que todos os anos saem crianças, mas o número de candidatos à entrada é sempre mais elevado. Também pode aconte-



ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPI



Deputado municipal pelo segundo mandato consecutivo, no primeiro como representante do PSD e agora da coligação AD, Vicente Pinto concedeu-nos uma longa entrevista na qual aborda de forma incisiva algumas questões do momento, a nível local, nomeadamente a das casas clandestinas, a dos parques (de campismo e da cidade), a da actuação dos órgãos autárquicos e nomeadamente de colegas seus da coligação, não poupando, em especial, o presidente da Câmara a duras críticas, acusando-o, nomeadamente, de se estar «a desviar, mas a 180 graus, daquilo que nós esperávamos dele» ao afirmar que a sua posição «é tão irreduzível como a de um esquerdista».

Ao referir-se a este ponto, frisaria nomeadamente: «Não queríamos que ele fosse defender o capitalismo, os grandes industriais, queríamos sim

Vicente Pinto (deputado municipal)

«Esta gestão é Adap

Pelas suas posições algo polémicas, o deputado municipal Vicente Pinto, da Aliança Democrática, tem estado ultimamente na berlinda, nomeadamente no que respeita à questão das casas clandestinas, um processo que estava emperrado e que «fez andar», apresentando uma proposta (ler penúltima edição do «DE») no sentido de solucionar a questão.

Numa entrevista que nos concedeu, começámos precisamente por lhe perguntar porque «forçou» a discussão do problema na Assembleia Municipal.

— O problema das casas clandestinas já se arrasta após o 25 de Abril com uma quantidade enorme de pessoas a construir clandestinamente pela abertura que deu o 25 de Abril e pela grande necessidade que as pessoas tinham em construir a sua habitação própria. Ora, dentro destes princípios, as casas clandestinas começaram para aí a proliferar por todos os cantos do concelho de Espinho e por todo o país, naturalmente. O que acontece é que houve uma deliberação da Câmara, creio que em 1980, em que havia um prazo de 60 dias em que as pessoas que haviam construído clandestinamente podiam apresentar requerimento na Repartição Técnica, a fim de serem elaborados os respectivos processos para, de seguida, a Câmara começar a legalizar as casas e principalmente aquelas que reuniam as condições mínimas.

Entretanto, no mandato anterior, de 76 a 79, já eu vinha alertando a Câmara para que fossem legalizadas as casas clandestinas. No mandato do sr. Artur Pereira Bárto, várias vezes eu defendi e solicitei à Câmara que visse o problema.

A Aliança Democrática venceu as eleições em 79 e a Câmara deliberou por proposta do sr. vereador Marçal Duarte, de colaboração com o vereador sr. Casal Ribeiro, se não estou em erro, o tal início do processo para a legalização das casas.

Na Repartição Técnica apresentaram cerca de 400 requerimentos e foram arquivados. Fui-me informando para saber o andamento que iam tendo os requerimentos que haviam dado entrada na Repartição, e embora me fosse dito que estavam praticamente todos organizados, e que a Câmara haveria de avançar, o certo é que se passaram os anos de 80 e 81 sem nada de concreto.

Em 1981, eu apresentei por três vezes recomendações à Câmara que fizesse acionar os processos dado que havia muitas casas que precisavam de electricidade e de ser legalizadas, dado que a maior parte tinha condições para isso. Acontece que a Câmara nunca ligou às minhas recomendações. Nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal. Na Assembleia Municipal, iam-me dizendo que era um problema complexo. Em 1979, diziam-me que era eleitoralismo, das bancadas do PS e da APU. O presidente da Junta de Guetim, aquando da apresentação da minha penúltima recomendação, disse-me concretamente que eu ia com um testamento para a Câmara, que julgava que a Câmara, com uma varinha de condão, ia resolver os problemas, que o assunto era muito complicado e outras coisas que me chocaram profundamente.

Aquando da discussão do plano de actividades para 1982, eu neguei-me, pura e simplesmente, a votá-lo quando chegámos à rubrica de construções, urbanizações, etc., não desse entrada uma proposta que fosse exactamente solucionar o problema das casas clandestinas. A rubrica de urbanização e construções não dizia absolutamente nada sobre as construções clandestinas. A Câmara sempre tem feito tábua rasa do problema. É bom que fique aqui bem vincado: a Câmara nunca se interessou pela questão das casas clandestinas. No plano de actividades que actualmente vigora, e apesar de ser um ano de eleições, o que é muito importante, nem este ano resolveu contemplar o problema das construções clandestinas, ou, pelo menos, amenizá-lo. Dai, portanto, que eu apresentasse a tal proposta, com as indicações técnicas fornecidas pelo sr. vereador Marçal Duarte.

— O sr. Vicente não parece estar a ser muito coerente nas suas afirmações, ao criticar a Câmara por não se interessar em resolver o problema, e por outro lado, ao apoiar um dos elementos dessa mesma Câmara...

— Não, o que terei de dizer para ser efectivamente correcto, é que o sr. Marçal Duarte foi o único vereador que, de facto, minimamente se interessou pelo problema das casas clandestinas. Eu reuni várias vezes com ele e ele fez-me o favor de indicar os elementos técnicos que ne-

cessitava para formular a proposta que foi apresentada na Assembleia Municipal.

ISSO DO SR. VIOLAS É UM ALIBI QUE APRESENTAM

Mas voltando um bocadinho atrás, eu terei de dizer que aquando da discussão do plano de actividades para 1982, eu apresentei a proposta, que foi agora aprovada, à mesa da Assembleia. Qual o meu espanto, o Partido Socialista e a APU vieram-me novamente com os mesmos argumentos, que o assunto era complexo, que não era da nossa área de competência, que não podia ser resolvido de ânimo leve, que eu podia ter muito boa vontade mas o problema não podia ser resolvido. No entanto, eu fiz «finca pé» e a Mesa da Assembleia que, como sabem, é composta pela Aliança Democrática, prometeu-me que o assunto viria na próxima sessão, que demoraria um ou dois meses, e que, entretanto, aprovássemos o plano de actividades. Isso veio a acontecer, mas colocaram 3 ou 4 pontos na ordem de trabalhos, quando tinha sido combinado que o problema das casas clandestinas seria ponto único da ordem de trabalhos, dada a complexidade do problema.

De qualquer modo, eu aguardei a sessão da Assembleia Municipal para me bater, como me bati, pela resolução do problema das casas clandestinas. Naturalmente que isto não é novidade nenhuma, o que eu não queria aqui deixar de assinalar é a maneira como alguma imprensa local deturpa totalmente as minhas intervenções na Assembleia Municipal. Eu não me poderia dar ao trabalho de desmentir esses pseudo-repórteres, porque não merecem sequer o tempo que eu perderia a criticá-los.

— Essa alusão a determinada imprensa levanta uma outra questão, já que o Vicente Pinto tem sido acusado de ficar colado ao industrial Manuel Violas, às posições que ele toma.

— Essa pergunta dá-me vontade de rir. Eu quando vou para uma Assembleia Municipal, vou trabalhar. Não sou é cono-

tado com ninguém. As minhas posições são aquelas que sempre tomei. E se perguntam se eu estou a favor do sr. Violas porque estou a favor de toda essa gente, tenho de estar a favor do sr. Violas. Mas daqui vai uma grande distância entre eu defender uma pessoa que é o sr. Violas, que é apenas uma pessoa, e defender um quantidade de pessoas, umas centenas, até muito próximas de um milhar de pessoas. Isto é mais um dos alibis que a oposição apresenta na Assembleia Municipal, a oposição e não só, baseados no sr. Violas. Mas o que é facto, concreto e real, é que o problema do sr. Violas é o problema de uma só pessoa e o problema não se põe assim. É que há muitas pessoas, muitas mesmo, que estão na situação do sr. Violas.

— Diga-nos, então, qual é a sua posição, tanto em relação ao parque de campismo de Sales como ao parque da cidade.

— Em relação ao parque de campismo, eu tenho sido muito claro nas minhas posições e na Assembleia Municipal, em 1977, abstive-me porque tinha lá familiares com umas parcelas de terreno, senão votaria contra.

Sinceramente, eu sou anti-parques de campismo. Espinho é um concelho pobre, na sua maioria, e a população, na sua maioria, não se pode dar ao desprante de pôr a barriga ao sol. Sou contra os parques de campismo, porque existe um parquezinho que já funcionou muitos anos e que tem remediado. E agora há também o parque da Solverde. Estou convencido que o pequenino parque de campismo e o que a Solverde está a construir servem perfeitamente Espinho. De resto, entendo que devíamos fazer obras que venham ao encontro dos interesses de Espinho, porque os parques de campismo não vêm beneficiar os habitantes. Eu direi, sinceramente, que não deve haver em Espinho 100 campistas.

— De qualquer modo, o sr. Vicente compreenderá que, sendo Espinho uma terra vocacionada para o turismo, necessita de infraestruturas turísticas.

— As estruturas turísticas de Espinho não podem ser baseadas em parques de campismo. Não há dúvida que Espinho é uma terra vocacionada para o turismo, e eu não sou contra o turismo, mas aqui em Espinho ele tem outra dimensão: é o dos hotéis e da praia. A praia, que está a ser recuperada com obras importantíssimas que o Governo central financia. E é bom que se note que é o Governo central que as faz, porque há pessoas que pensam que é a Câmara; é o Governo da Aliança Democrática que está a fazer as obras da praia e tenho muito orgulho nisso.

Estas obras são do Governo do falecido dr. Sá Carneiro e agora continuadas pelo Governo do dr. Balsemão. E note-se que os governos antes e depois do 25 de Abril até aos governos provisórios é socialistas, nunca reservaram qualquer verba para as obras do mar, embora elas começassem a ser faladas enquanto o Partido Socialista estava no Governo e na Câmara. Mas, concretamente, para Espinho é que nunca veio nada.

ISTO NÃO É UM PARQUE É A COLECTIVIZAÇÃO DO CONCELHO

— Agora temos a questão do parque da cidade que tinha ficado em aberto. Qual é a sua posição em relação a esse assunto?

— Quando a questão da localização do parque da cidade veio à Assembleia Municipal, nós demos um parecer, nós dissemos que o local mais indicado era na Guimbra, Anta, onde seria instalado também o estádio municipal. Mas agora, quando se fala no parque da cidade, vão expropriar os terrenos quase todos que existem no concelho e que constituem zona verde. Não é na Guimbra que estão a expropriar terrenos. Na Guimbra, não foi expropriado, praticamente, nenhum terreno, foi vendido amigavelmente. Foi sim vendido na zona de Gavião, foi no interior, onde os terrenos não têm

qualquer interesse e valor. São aliás maus os negócios que a Câmara fez. Eu não quero dizer que os proprietários que venderam se foram aproveitar mas uma coisa é certa: venderam à Câmara terrenos para o dito parque da cidade que nem sequer têm possibilidades de acesso, nem sequer bicicletas, portanto, as pessoas venderam porque não eram prejudicadas.

Mas o que eu queria dizer que não há dúvida nenhuma que toda a gente que votou pensava que o parque tivesse uns 200 ou 300 mil metros quadrados, no seu máximo, não quase um milhão de metros quadrados. Um milhão de metros quadrados da estrada da Bicha das Sete Cabeças, para nascente, porque da estrada para o poente, também existe muito perto de um milhão de metros quadrados que já foram expropriados ou reservados. Somando a parte de cima com a de baixo, deve andar muito próximo dos 2 milhões de metros quadrados. O título que deram de parque da cidade foi praticamente a todas as propriedades que existem dentro do concelho de Espinho para sul do extremo norte da cidade, entre a igreja de São valde e Anta, quase até a Parde Oleiros. Isto não é um parque da cidade, é uma colectivação do concelho. Nos estatutos do concelho, nos estatutos do Estado de direito que defende a propriedade privada e quando esta Câmara casmurramente teima em tentar levar os terrenos todos das pessoas e diz que é o sr. Violas que ficou sem os terrenos todos, isto é lacónico, isto é mentira, isto é demagógico.

É bom que o povo de Espinho saiba — e já vai sabendo — pela presença maciça nas duas últimas assembleias — que a Câmara se está a preparar para «assaltar» pura e simplesmente, através das expropriações que as leis lhe permitem os terrenos das pessoas. Quando, na penúltima assembleia, eu ali perguntei se a exposição dos proprietários dos terrenos do parque da cidade era para ser discutida

ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO • ESPINHO

que ele defendesse aquilo que na campanha eleitoral dizíamos».

Considerando esta gestão como «AD apenas de nome», apela aos «bons quadros do PSD e até do CDS que, revejam os nomes para as próximas listas de pessoas que venham a ser propostas para as autarquias», sob pena de os simpatizantes da AD optarem pela abstenção, já que, como também disse, não irão votar noutros partidos, «que também não têm tido uma actuação melhor».

Uma entrevista que certamente levantará alguma polémica, a voz de um certo descontentamento. Concorde-se ou não com os tópicos já referidos da entrevista que a seguir se publica, é um trabalho para não se perder uma linha.

A apenas de nome»

celho. É muito triste que venha agora uma Câmara AD concretizar esses planos. É com muita máguca que o digo, mas isto é real.

PRESIDENTE DESVIU-SE 180 GRAUS

Devo dizer ainda que a posição do nosso presidente da Câmara é tão irredutível como a de um esquerdista.

Queria também dizer que a Assembleia Municipal começou a ter menos actividade depois das dissidências do presidente Carreira de Lima, eng. Catarino, Ramiro Teixeira, etc. Quando o sr. presidente da Câmara numa entrevista a um jornal dizia que os elementos que abandonaram a Câmara iriam ser substituídos por elementos com uma certa vantagem, essa vantagem foi que eles conseguiram colar-se a ele. Esses meus colegas que saíram da Assembleia Municipal, se não o fizessem, a Assembleia não teria actuado da forma que tem actuado ultimamente.

— Pelas suas declarações verifica-se que, por um lado parece concordar com o Governo AD e por outro discordar de parte dos elementos da Câmara que representam a AD, concretamente com o presidente, e de outros aliancistas mas da Assembleia Municipal, acusando-os de assumirem posições coincidentes com as da esquerda. Ora, estamos-nos a aproximar das autárquicas de Novembro. Com que imagem se vai apresentar a AD ao eleitorado, como é que a AD vai sair desta, o que é que pensa disto?

— Eu sou defensor da Aliança Democrática no Governo mas em Espinho tem sido uma infelicidade, porque o homem em quem nós tínhamos uma grande consideração e confiança, o actual presidente da Câmara — tem-se estado a desviar, mas a 180 graus daquilo que nós esperávamos dele. Não queríamos que ele fosse defender o capitalismo, os grandes industriais, o poder económico, queríamos sim que ele defendesse aquilo que

na campanha eleitoral dizíamos.

Relativamente a Espinho é necessário que os partidos que integram a Aliança Democrática, PSD e CDS, revejam os nomes para as próximas listas de pessoas que venham a ser propostas para as autarquias. A maior parte dos elementos que fazem parte do Executivo e alguns da Assembleia merecem o autêntico descrédito no concelho de Espinho. E eu estou convencido de que o povo de Espinho, quando for chamado a votar, se a Aliança Democrática apresentar os mesmos elementos, não irá votar noutros partidos, que também não têm tido uma actuação melhor que a do presidente da Câmara, mas abster-se-á. E ainda estamos muito a tempo de o PSD rever essa situação. E eu apelo aqui mesmo nesta entrevista para os militantes do PSD, nomeadamente os de anta. Que são rapazes activos, embora humildes e trabalhadores, que fizeram campanhas eleitorais honestas e sérias e que estão na eminência de não poder cumprir os seus programas e os seus objectivos que se imponham. O PSD tem muito bons quadros, e até o CDS, e há que ver a situação com olhos de ver, para escolher as pessoas que serão colocadas nas listas.

— Pode-se então dizer que esta gestão camarária «não é» AD?

— Esta gestão camarária é AD apenas de nome, embora isto não queira dizer que não haja elementos no executivo camarário, e quero-me referir concretamente o sr. Marçal Duarte, que têm cumprido razoavelmente o seu mandato.

— Ultimamente, o presidente da Assembleia Municipal tem procurado consensos com a esquerda em algumas matérias. Quer comentar o facto?

— Bom, isso ainda agora se viu numa Assembleia Municipal, a última, quando houve a discussão da proposta das casas clandestinas. O sr. presidente da mesa resolveu chamar os partidos para che-

gar a um acordo, reunindo-os juntamente com o presidente da Câmara. Mas o que aconteceu? Quando a proposta foi lá dentro para ser enriquecida e melhorada, tiraram-lhe uma parte mais importante, que era a que pressionava a Câmara. Ora, a Câmara tem de ser pressionada, pois se ela não for empurrada para a frente, nada faz.

— O presidente da Câmara tomou também como se sabe, o cargo de presidente do Sporting de Espinho. O facto, em si, não terá nada de especial, mas há quem queira ligar esta predeposição do chefe da edilidade para gerir os destinos do mais importante clube da terra com a proximidade das eleições autárquicas. Por outro lado, os seus discursos terão, tanto quanto sabemos, provocado algumas reacções por parte de quem não vê com bons olhos aquilo que considera a «politização do clube». Que juízo lhe micreem estes aspectos?

— Eu lamento que o sr. presidente da Câmara, que tem tantos problemas para resolver, relacionados com a autarquia que dirige, e que terá de solucionar, lamento, dizia, que ainda tenha tempo para fazer parte da Direcção do Sporting de Espinho. Eu não estou contra ele por fazer parte do clube. Só que me parece ele, não conseguindo resolver os problemas da Câmara, como é que vai resolver os do Sporting de Espinho?

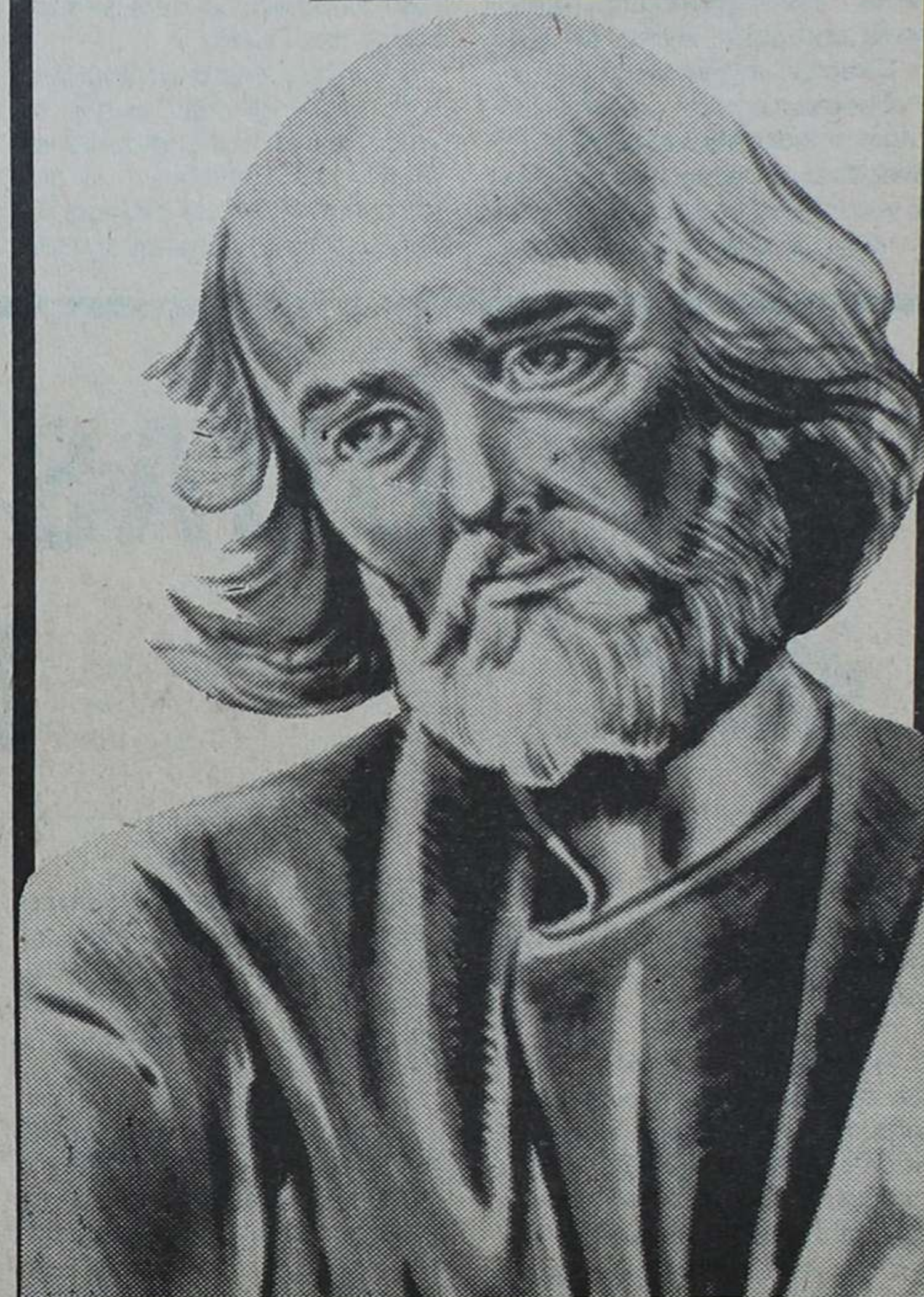
E quando vi umas suas declarações num jornal a dizer que ele foi para o Sporting de Espinho para fazer o estádio, achei que isto é pura demagogia, pois que poder tem o sr. presidente da Câmara dentro do Sporting de Espinho para expropriar qualquer terreno? Se se vier a construir o Estádio Municipal, que todos nós defendemos, e eu também defendendo, ele será camarário e não do clube.

Enfim, o sr. presidente da câmara já provou que de dinâmico tem muito pouco, de demagógico, muito.

FESTAS A S. PEDRO

NÃO SE FARÃO

ESTE ANO?



S. Pedro foi o príncipe dos apóstolos, cabeça visível da Igreja de Jesus Cristo, pedra base da religião, cimento sobre que se fundou e assenta.

Chama-se Simão, antes da subida ao apostolado, e quando pregador e apóstolo ficou marcado pelos inúmeros milagres na sua vida com Jesus.

Por iniciativa de alguns bons espinhenses e com donativos de residentes em Espinho e Matosinhos, foi acabada, no ano de 1941, de construir uma capela de doação a S. Pedro, que foi benzida em Novembro desse ano pelo abade da freguesia e então vila de Espinho, o padre Joaquim Teixeira da Silva Amaral.

A capela de S. Pedro, situada ao sul de Espinho, no largo com o mesmo nome, serve toda a população de pescadores que devotamente realizam uma festa ao seu padroeiro.

Festa de Espinho e dos seus pescadores, esta mereceu o carinho e auxílio de todos, servindo a terra e reforçando a fé dos vareiros ao Santo que orgulhosamente consideram seu patrono. Mas, este ano, parece que a festa irá pela «água abaixo»!...

FALTA DE BAIRRISMO A CAUSA PRINCIPAL

É quase sempre durante a última semana do mês de Junho ou, então, na primeira de Julho, que se realizam os festejos e que se prolongam sempre por uns dez dias.

Para este ano tinha sido nomeada uma comissão que, entretanto, veio a não arrancar em devido tempo com os preparativos para a festa.

A falta de verbas poderá ter sido o facto principal da não realização das festas, embora as entidades locais, nomeadamente a Câmara e Solverde, se tenham mostrado muito receptivas às ajudas financeiras solicitadas pelos organizadores.

De qualquer modo, para uma despesa que estaria orçada em um pouco mais de mil contos, seria necessário ter já começado a recolha de fundos, o que não foi feito.

E assim vamos de festas, numa tarde onde muitas coisas não se fazem por nítida falta de baurrismo. Mesmo assim, existem homens de boa vontade e tudo poderá, ainda, acontecer.

A propósito, «Defesa de Espinho» fará uma mesa-redonda com elementos da Comissão de Festas destes últimos anos para um melhor esclarecimento do assunto.

ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO

UM FACHO DE LUZ

AUGUSTO OLIVEIRA (1)

O «Defesa de Espinho» completa 50 anos! Cinquenta anos na vida de um Jornal Regional é algo de notório e, só por si dignifica um passado. Ensombreado tristemente este aniversário, pela morte abrupta e injusta do seu ex-Director, sr. Fernando Barradas, homem controverso mas invulgar, lutador até à exaustão em favor de uma causa, que para ele só visava a defesa da Pátria, bem cumpriu a sua missão, como

poucos, neste aspecto. Mas é a esses poucos, que nós todos ainda devemos a liberdade de que disfrutamos. Por isso, saímos deste desenlace e infortúnio mais robustecidos para sermos dignos dos mortos.

E como a vida continua, falemos do Jornal. Nós somos há pouco tempo colaboradores do «Defesa de Espinho» — a que acrescentaremos o «e da sua região», portanto também de Cor-

tegaça. Não conhecemos o seu passado nem estamos envolvidos na sua acção pertinaz em defesa da terra que também estimamos muito: Espinho.

No nosso tempo, notamos algo de controverso e, sobretudo, crítico. Mas um jornal seriamente orientado tem de ser isto mesmo. Nós diremos, até que um jornal, quando dirigido por um doutrinado são, é sempre um **facho de luz** que surge para um povo —



neste caso para o da região de Espinho — a dar-lhe a certeza de que os seus anseios de justiça serão sempre defendidos. Seja assim, agora com novos continuadores, o «Defesa de Espinho» e que nós possamos acompanhá-lo ainda muitos anos.

(1) Correspondente

EU E O JORNALISMO

AYALA MONTEIRO (1)



— Já falei com o Furtado Coelho. A melhor maneira de você começar é através de um jornal regional. Escreva para o «Defesa de Espinho» — aconselhou-me o Soares Gomes, um septuagenário dinâmico que, quando contrai uma gripe, só está um dia de cama porque receia não se levantar mais.

Falámos de jornalismo e, especialmente, da imprensa regional. Ao abordarmos o jornalismo do tempo de Eça de Queirós, o Soares Gomes riu-se e segredou-me indiscretamente: «Não diga nada pá. Funcionei como os do tempo do Eça ao serviço da informação. À mesa do café, passei muitas notícias ao Benjamim Costa Dias, o fundador do «Defesa de Espinho». Escreva para lá. Arranje-lhe entrevistas importantes. Se tem talento, faça-o emergir».

Assim foi. Na minha primeira colaboração para o seminário — o relato do lançamento de um livro de Victorina Sagboni — senti-me como o jornalista de fim de semana que rabisca um acontecimento relevante e tem a ilusão de que é um serrador da informação em tempo inteiro. Enquanto tomava notas, Natália Correia, com a sua boqui aberta cor de marfim, não tirava os olhos de mim. Após a eminente figura da literatura portuguesa frisar que o Botequim era propriedade do marido, para que não existissem equívocos jornalísticos, e repetir que não lia poemas nem concedia entrevistas, apeteceu-me mesmo entrevistá-la.

Embora adore a actividade jornalística, para o «Defesa de Espinho» não posso ser mais do que um articulista. As reportagens, se as enviasse, seriam anacrónicas. As fotografias demoram muito tempo a serem reveladas. E a notícia é o que se reveste de actualidade e interesse geral. Assim, tive pena de não noticiar a exposição de automóveis na F. I. L., e de vinhos, que se realizou três ou quatro semanas depois — ocorrências favoráveis à exploração das técnicas de codificação em jornalismo.

Desejando felicidades ao «Defesa de Espinho» no seu quinquagésimo aniversário, a interrogação que fiz ao seu director subsiste: porque não se vende o semanário em Lisboa?

(1) Colaborador



DUAS PALAVRAS

MANUEL RIO (1)

Solicitam-me duas palavras para o vosso excelente jornal regional, por ocasião do seu aniversário.

Muito embora pouco tenha escrito para o mesmo, por falta de tempo, não cometei a ingratidão de lhes não significar aqui e publicamente, o muito apreço em que tenho este semanário, por ser bastante bem escrito, arguto, independente de espírito, isento

de facciosismos e ainda pela maneira lhana e simples como me receberam quando, por curiosidade, fui bater à vossa porta, aquando do meu regresso ao país.

O facto é tanto mais de assinalar quando se verifica que a grande imprensa portuguesa peca por primitivismo mental e cultural, facciosismo, superficialidade e falta de informação va-

riada, independente e profunda. Sem dúvida alguma a pior da Europa frequentemente inferior à maior parte dos jornais da imprensa africana. E, ainda por cima, mal escrita, vulgaríssima não obstante as arrogâncias risíveis de alguns que nela pontificam. Imprensa de compadres e comadres, de contos e de ditos, de medrosos e de cínicos, com raras excepções. Ora, como mudar, embora lentamente, um país

quando a sua pretensa classe de informação e de formação se revela tão branda?

Mas para escrever-se é necessário obviamente pensar-se. E onde se pensa neste país?

(1) Colaborador; delegado em Portugal do Parlamento Mundial para a Segurança e a Paz.

Homenagem a «alguém»

Maria Manuela B. Martins (1)



«Defesa de Espinho»: hoje completas 50 anos de uma existência de vida, semeada por palavras. Gostaria imenso de homenagear alguém que estivesse directamente ligada à tua fundação, mas não sei escrever sobre aquilo que não conheço.

Em vez disso, vou fazer uma simples homenagem a alguém que, pela idade e pela dedicação que tem a esse Jornal, bem poderia ser o seu fundador.

A alvura do cabelo contrasta com o perfil de uma estatura que o peso dos anos não conseguiu suprimir. Nos olhos meigos e sorridentes, um brilho que o quotidiano não consegue amortizar.

Na calçada, o seu passo ressoa sem atordoar...O arrastar...Aqui e além de uns chinelos que são o seu conforto...Repetindo palavras que não sabem a repetições...Gentilezas que não cheiram a hipocrisia...

Relatando coisas...Falando-se disto...Daquilo...Factos concretos que me transportam a um mundo de há uns tempos atrás, que se apagou da minha mente, ou que não teve tempo de se fixar.

Relatos que por si só, são muito de amor, de carinho, que cercou a minha infância...

Por vezes olha para mim, quase que incrédulo e diz-me:

— O Manuela, tu estás tão grande!!... Parece que ainda foi ontem, sabes...E sorri docemente.

— Tu estavas sentada ali ao canto da cozinha...Mesmo ali, vês...E indica-me ao mesmo tempo o local exacto com o indicador esticado e seguro.

— ...E eu dizia: «tu tens uma culatra...Mas ó que culatra...» E tu respondias: «ó avó tu tens uma culatra...» Culatra, soube hoje, quer dizer paleio.

— ...Outras vezes contava-te a história da Nau Catrineta, ou da Velha

*«Era uma vez uma velha
Que tinha um gato
E debaixo da cama o tinha
E o gato miava
E a velha dizia
Só, só...Só, só*

Este o perfil de uma personalidade bastante marcante.

De alguém que não acusa a vida...Mas vive com eperança que espalha.

Não sei se consegui atingir o objectivo a que me propuz.

Não sei se soube, no retratar de uma personagem que me é querida, aproximar de outra que eu imagino um pouco assim.

Um pouco deste optimismo que me fascina. Um pouco desta verdade que não reduz.

(1) Colaboradora

Jornalistas e colaboradores do «Defesa de Espinho» dão à estampa algo de diferente. Deixam, com efeito, a tarefa rotineira de escrever sobre os outros para o fazer sobre eles próprios enquanto obreiros deste semanário em festa ou sobre factos e figuras ligadas a esta casa.

PALAVRAS DE AMIZADE

JOSÉ DE SOUSA CORREIA (1)



Falar do «Defesa de Espinho» é para mim motivo de muita alegria, na medida em que se trata de um semanário da vizinha cidade de Espinho, à qual me ligam laços de muita amizade.

Naturalmente que sou leitor do jornal desde longa data e, há uns tempos para cá, assinante e mo-

desto colaborador, o que muito me honra.

Comecei por enviar alguns apontamentos sobre a minha terra, que é Grijó, e ao vê-los publicados, achei-me então na obrigação de ser assinante do «Defesa de Espinho», pois como ainda se diz em Portugal, «amor com amor se paga».

Eis, pois, meus amigos, as breves palavras de amizade que tinha para dizer nesta altura dos 50 anos de existência do «DE» ao serviço da informação. Terminei com votos sinceros de longa vida para o jornal, seus colaboradores, assinantes e anunciantes.

(1) Correspondente

Jornalistas e colaboradores do «Defesa de Espinho» dão à estampa algo de diferente.

Deixam com efeito, a tarefa rotineira de escrever sobre os outros para o fazer sobre eles próprios enquanto obreiros deste semanário em festa ou sobre factos e figuras ligadas a esta casa.

UMA MARAVILHA FEITA DE «ESPINHOS»

GABRIEL DE JESUS (1)



Ser jornalista é não ter sono, nem horas de comer, é sacrifício, sacerdócio pela verdade, glória do quotidiano esquecida. É ser pela justiça, operário da palavra e dono do pensamento. É esforço, canseira, devoção. Mas é uma maravilha! — assim rezava o anúncio que me abriu as portas deste jornal.

Foi em Outubro de 1979. Entrei no «defunto» n.º 62 da Rua 19, na porta do fundo à esquerda. Lembro-me como se fosse hoje.

— Eu queria concorrer...

Então com 19 anos e um passado quase exclusivamente de «transportador de livros» passara os tempos livres de 3/4 anos anteriores entretido a fazer boletins de grupo, escrevendo artigos quase todos reflectindo os pontos de vista que um professor de Introdução à Política, que militava no extinto MES, me inculcava.

Mais tarde, veio parar às minhas mãos um «manual» de jornalismo, que «devorei» e que constituiu como que um trampolim para a ideia de pôr em prática um jornalismo mais técnico e mais sério. Tentei-o mas as ideias do professor do MES (que ainda eram as minhas) entraram em conflito com as do padre da paróquia, que emprestava o pilocopiador para os meus passatempos jornalísticos, e tudo foi pela água abaixo.

Entretanto, terminava o curso complementar liceal e, como muitos outros, candidatei-me a um emprego que, pouco

depois, viria a conseguir e onde aprendi a distinguir a teoria da realidade. Só que, tendo estudado letras e lidando com matemática, não me sentia realizado.

O anúncio apareceu, pois, como uma esperança. Não seria só um salário mas, muito mais importante que isso, a realização profissional. E foi por isso que naquele dia cinzento de Outubro entrei nas antigas instalações do «DE», carregando a esperança de vir a fazer aquilo que hoje me enche o quotidiano.

— Eu queria concorrer à vaga de jornalista...

Dias depois, defrontava-me com testes de jornalismo, juntamente com outros que, como eu, alimentavam as mesmas esperanças. E mais alguns dias à frente, sentado numa velha secretária, a mesma que Benjamim Dias utilizara, redigia o meu primeiro trabalho para o «Defesa de Espinho», muito longe ainda de confirmar que ser jornalista, para além de um emprego, de um salário, é não ter sono, nem horas para comer, é sacrifício, sacerdócio pela verdade, glória do quotidiano esquecida. Muito longe também de confirmar que todos estes «espinhos» são, afinal, o que faz com que o jornalismo seja uma maravilha.

(1) Jornalista

A MUSICA NO «DE»

NUNO ALÃO (1)



Foi em Outubro de 80 que me resolvi a tomar uma decisão que, há muito, tinha em mente.

Foi precisamente em Outubro desse ano que se iniciou, digamos, mais uma carreira jornalística: a minha. Mas tudo isto começou quando decidi que me havia de atirar para a frente. Então, escrevi um artigo (o primeiro) sobre Peter Gabriel (um elemento ex-Genesis), e enviei-o para o «Defesa de Espinho». Os quinze dias que decorreram até ao dia em que recebi o exemplar com o meu artigo publicado, foram de suspense, pois na minha ideia o jornal não me ligaria nenhuma importância. Sucedeu que tal não aconteceu e o meu artigo agradou.

Depois desse dia comecei a ser habitual eu escrever sobre música. Algumas vezes escrevo mais frequentemente do que outras, mas desde já digo que só escrevo quando sinto, digamos, inspiração.

Meses mais tarde fiz a minha primeira entrevista. Aconteceu a 13 de Abril de 81. Dirigi-me à Rádio Comercial e falei com o Júlio Isidro, que acedeu afavelmente. A seguir vieram os «Salada de Frutas» e depois os «Fischer-Z».

Fora do campo da música, fiz a cobertura dos Jogos sem Fronteiras, realizados em Lisboa, também em 1981.

No fim de tudo isto pergunta-se: «Porquê a escolha do «Defesa de Espinho», quando há milhares de jornais no país?». A escolha deveu-se a influências do meu avô. Antes de enviar o artigo, falei com ele, que me deu a ideia de escrever para Espinho, pois foi lá que, durante muitos anos, viveram os meus avós, meu pai e minha tia.

Depois desta, pode pôr-se ainda uma outra questão: «Porquê, escrever sobre música?». A resposta é simples: «Porque gosto».

Eu sou estudante e pretendente a futuro arquitecto donde podia escrever sobre artes plásticas, do que gostaria muito também.

No entanto, penso que o tema «música» é de maior agrado e, para mim, menos trabalhoso. Além disso, torna-se um «hobby», ao passo que, se eu tivesse escolhido o «descrever sobre «arte»», estaria constantemente subordinado à minha futura profissão.

Depois desta explicação, gostaria de contar um episódio curioso que se passou comigo há cerca de um ano. Foi em Janeiro, aquando do 1.º aniversário da «Febra de Sábado de Manhã». Não imaginava eu, sequer, que iria escrever fosse o que fosse sobre o Rui Veloso quando, por obra do acaso, este me apareceu à frente e eu pude admirar a sua antipatia pelo público. Pois foi, claramente, esse aspecto que me saltou à atenção e foi, exactamente, sobre ele, que eu escrevi. Este facto mostra uma das vantagens do jornalismo, que é a de podermos pôr cá fora tudo aquilo que sentimos em relação a qualquer coisa e, ao mesmo tempo, a de mostrarmos ao público factos bons ou maus, em relação a determinadas pessoas ou grupo de pessoas, ou mesmo em relação a atitudes tomadas, factos esses que o público, na sua maior parte desconhece.

Mas, no meio disto tudo, cada um tem a sua opinião e as palavras que o colaborador escreve no jornal são unicamente uma opinião: a dele. Opinião essa que serve apenas para ajudar o leitor a formar uma ideia, ou a tomar um caminho sobre determinado assunto (no meu caso: a música)!

(1) Correspondente

Benjamim da Costa Dias era o homem que procurava contactar com todas as pessoas sem escolher categoria. Deslocava-se a pé, constantemente, a vários locais para tomar conhecimento pessoalmente dos assuntos. Eu sabia que Benjamim da Costa Dias era um homem reservado, não agradando a muita gente. Mas temos de aceitar que o mundo é assim. O que não podemos é negar que ele foi um dinâmico jornalista.

Um homem com quem convivi

Lusitano Gil (1)

Benjamim da Costa Dias era o homem que procurava contactar com todas as pessoas sem escolher categoria. Deslocava-se a pé, constantemente, a vários locais para tomar conhecimento pessoalmente dos assuntos.

Nos últimos anos eu próprio diariamente convivi com ele, sentado na mesa ou de pé no balcão do então Café Gil, no ângulo das ruas 4 e 19, do qual fui proprietário durante 40 anos. A sede da «Defesa de Espinho» era precisamente em frente, isto na Rua 19. Lembro-me bem, já nos últimos dois anos, lamentar-se da falta de colaboradores. Invocava a sua idade. A má compreensão de algumas pessoas e entidades. Eu próprio assisti, em determinado local de Espinho, a certa pessoa, com muita responsabilidade na «Domus» municipal, não respeitando a idade do director da «Defesa de Espinho», invectivá-lo, dizendo a propósito de certa notícia sobre a edilidade de Espinho que não deveria dizer

nada no jornal sobre a edilidade sem que primeiro ela fosse ouvida. Caso o fizesse o jornal seria suspenso. Em conversa com Benjamim Dias eu citei-lhe que, por um acaso, tinha ouvido tudo do diálogo travado ao que ele pesorosamente lamentou de que era a primeira vez que tal sucedia. Para mais havia legalidade de censura existente nessa época. Este e outros casos da política da nossa terra atrasam Espinho mas corre o tempo e sem que se dê por ela. Mudam-se as coisas e aí está novamente o progresso, com as suas linhas diabólicas aos olhos daqueles que muito embora tivessem querido atrasá-lo para prevalecer a sua linha política, abanam a cabeça e quando se deslocam para longe de Espinho até gostam de realçar o crescimento da nossa cidade e não só.

Eu sabia que Benjamim da Costa Dias era homem reservado, não agradando a muita gente. Mas temos de aceitar que

o mundo é assim. O que não

Falar sobre Espinho. Falar de «Defesa de Espinho». Falar de Benjamim da Costa Dias. Três nomes, três verdades.

O primeiro numa corrida constante para o progresso numa perspectiva diabólica que jamais parará, apesar das suas gentes primarem em lutas doentias, com sabor a política, bem dispensadas, mas...

O segundo é o arauto, na actualidade, mais velho de Espinho, por isso muito respeitado, criando horizontes de vários coloridos no sabor da informação, dando continuidade ao legado projectado pelo seu fundador.

O terceiro um nome sonante na imprensa regional que muito lutou nas colunas do seu semanário por um Espinho adulto. Este homem tinha mérito jornalístico pois manteve, com muito sacrifício, a sua «Defesa de Espinho», num período em que a informação não era livre.

podemos é negar que ele foi um dinâmico jornalista quer em Espinho como no Rio de Janeiro, do qual a Casa de Espinho poderá informar da sua acção, assim como muitos espinhenses ali a residir — no Rio de Janeiro foi fundador do Ginásio Clube Português, etc.

Como figura jornalística, basta informar de que em tempos passados, creio que no salão do antigo café Chinês, ângulo da Avenida 8 e Rua 19, na sala de jogo — que de inverno tinha uma parte vazia — foi-lhe prestada homenagem, com um grande jantar em que estiveram presentes vários amigos, jornalistas do norte, centro e sul do país.

Aqui presto a minha homenagem de saudade ao amigo bem como às suas colaboradoras nos últimos anos, felizmente ainda vivas, sua filha, D. Madília, e sua esposa.

(1) Colaboração especial

ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO

**DESAFIO
AO FUTURO**



PAULO MALHEIRO (1)

«É porreiro ser-se jornalista» — todos o dizem. «Eu gostava de ser jornalista» — muitos o anseiam. «Ai se eu fosse jornalista» — muitos suspiram.

Afinal ser jornalista é fácil? Difícil? Bem, de princípio tudo é muito simples. Acontece, concerteza, com todos, lógico que aconteceu comigo.

Tudo nasceu de um pedido de colaboração, quando o «Defesa de Espinho» recuperava de um «assalto». Estávamos em 1976.

Daí para a frente, passei a andar munido de um simples papel e de uma fina lapiseira no bolso, não por imposição, mas por curiosidade e ânsia de colher qualquer coisa que fosse notícia ou mero resultado desportivo.

Os anos passaram. O jornal «envelheceu» e em Junho de 1979 apresentou-se rejuvenescido e de cara lavada. O jogo começara. Em campo, três órgãos de comunicação social: o A, o B, e o C. Um à esquerda, o outro ao meio, o nosso do outro lado. Só que o «D. E.» tinha por força da razão de ser um jornal da actualidade e de lutar pelo seu título — «Defesa de Espinho».

A partir daí, assistiu-se à entrada para os seus quadros redactoriais de jornalistas.

Primeiro foi o Barradas que eu conhecera a partir das célebres mocadas «Os cravos na ferradura», gloriosos artigos de oposição política ao governo gonçalvista, e que nos viria a abandonar nas trágicas circunstâncias de que todos se recordam.

Mais tarde e decorridos que foram, apenas, quatro meses, a equipa «D. E.» — agora com novo timoneiro — passou a ter um novo atacante: o Gabriel. Jovem, ambicioso, muito certinho, começou a dar nas vistas e a ser «incómodo».

Mas, os reforços não se quedaram por aí. Como o «plante» ainda não se encontrava completo, para o «Defesa de Espinho», lógico que faltava uma defesa. Já tinha jogado na nossa equipa, de 1976 a 1978, embora quase sempre suplente. A 1 de Outubro de 79 surgiu um novo contrato, e eis que eu me vi integrado, de novo, na equipa, embora sofresse de uma «lesão», contraída meses antes.

Então, sim, a nossa equipa, cheia de força e totalmente rejuvenescida, só sabia jogar para a frente. A 1 de Abril de 80, passei a titular, e não mais tivemos derrotas, quer em casa, quer no campo do adversário.

Não ficamos por aí. A 12 de Março de 1981 passamos a «internacionais». Finalmente fomos «off-set».

O campeonato continuou e, não fora a morte abrupta do Barradas, diria que tivemos um somatório de alegrias. Porém, a maior que nos invade e que recompensa o quanto tempos feito por esta família é, sem dúvida, o termos atingindo em grande o 50.º aniversário.

No entanto, a nossa equipa não pára aqui. Um dia há-de melhorar ainda mais, quanto nos seja possível.

(1) Jornalista

«PARABÉNS, «DE»!»

MARGARIDA FONSECA (1)



Quando normalmente me solicitam para escrever sobre alguém ou sobre algum facto, fico «atrapalhada», sem saber como começar. Muito papel é rasgado ou amarrado, até encontrar as palavras certas e ter, finalmente, um resultado que me satisfaça.

Bem, mas vamos ao que interessa. O «DE» está de parabéns e como colaboradora deste jornal, julguei que a melhor maneira de homenageá-lo seria escrever uma história, cuja protagonista, V.ªs Ex.ªs, os leitores, terão a liberdade de descobrir. Sendo assim, aqui vai:

«Era uma vez... Uma rapariguinha (que por acaso não era a do «shopping» do Rui Veloso) que tinha a mania de escrever

contos, histórias da carocinha, poemas e outras coisas que tais.

Um belo dia de Outono, essa menina-moça resolveu dedicar um poema (cujo título era «Carta aos meus amigos») àqueles que ela considerava os seus amigos «do peito». Mas... Uma das pessoas homenageadas, que era muito, muito malandra resolveu descer a Rua 19, atravessar a Avenida 8 e dirigir-se ao semanário «DE», que nessa altura tinha a redacção num «belo» e «moderno» edifício junto à ex-farmácia Teixeira. E foi com olhos muito maliciosos que essa pessoa, lhe espetou com o jornal à frente do nariz (jornal que, tal como V.ªs Ex.ªs já imaginaram continha o tal poema).

— Ah! — exclamou, esbuga-

lhando os olhos pequenos a rapariguinha, que por sinal ficou corada até à raiz dos cabelos. Sim, senhor! Que bela partida lhe haviam pregado. O seu poema publicado num jornal.

E foi graças a essa «marotice», que essa rapariga, incentivada, auxiliada e acarinhada por alguns que a «gramavam» começou a colaborar com o «DE».

Três anos se passaram e, neles ela pôde fazer várias entrevistas, ter contactos, criar amizades e fazer afinal de contas, um trabalho que muito prazer lhe dá.

Na redacção e na administração do «DE» encontrou amigos sinceros. Aprendeu algumas coisas com o saudoso director do jornal, Fernando Barradas e

aprendeu também como árdua é a vida no jornalismo.

E hoje continua a sentir-se como um peixe dentro de água neste jornal. E porquê? Porque é lá que se encontra bem, com as portas abertas e também porque se sente em família, na vasta, unida e lutadora família «DE».

Aquela rapariguinha, hoje mulher, tem orgulho em dizer: «Sou colaboradora do jornal «Defesa de Espinho», sim senhor», e fica muito feliz por festejar juntamente com ele os seus cinquenta anos, sempre jovens e frescos.

Bem haja, Benjamim Dias!

(1) Colaboradora

**FESTA DE ANIVERSÁRIO
MANCHADA PELO LUTO**

AGOSTINHO ALMEIDA (1)



Duas mil seiscentas e oito publicações ininterruptas pouco poderão significar para o vulgar leitor, habituado por direito próprio ao comodismo que lhe assiste de receber periodicamente, no mesmo dia, à mesma hora, no seu domicílio, o seu jornal com mais ou menos páginas, com melhor ou pior apresentação e com textos de maior ou menor agrado.

Nós que estamos ligados à Imprensa há muitos anos, podemos testemunhar a tremenda complexidade de que se reveste a feitura de um jornal, pequeno como este semanário, que ao contrário da grande Imprensa, vive apoiado na colaboração de alguns carolas. Mesmo carenciado de algumas estruturas, «Defesa de Espinho» tem vindo a impor-se no meio regional, onde se encontra inserido, cotando-se, presentemente, como um dos mais bem elaborados semanários portugueses, das suas características.

FERNANDO BARRADAS

— UM DIRECTOR QUE SE PERDEU E COM ELE UM «DOSSIER» DE SONHOS

Hoje, mais do que nunca, pela efeméride que se comemora, nos lembramos do nosso falecido director Fernando Barradas, o impulsor deste «volte-face» do «Defesa de Espinho», que de um jornalzinho vulgar, foi transformado num curto lapso de tempo, num dos melhores semanários.

No campo jornalístico, Fernando Barradas era um grande senhor. Vigoroso lutador contra a implantação do marxismo no nosso país, Barradas era uma autêntica sombra negra às forças esquerdistas. Não admira, pois, tornar-se «persona non grata» aos olhares de certas pessoas, sem que essa atitude jamais permitisse abdicar de intencionalidade de prestar colaboração ao povo português através da Imprensa, como veículo acessível e de grande impacto social, para que o país não se tornasse numa célula moscovita ou mesmo segunda Polónia.

Barradas era um jornalista inteligente e perspicaz. Conhecia bem os meios que mais interessava frequentar, de onde recolhia importantes elementos com os quais desenvolvia grandes reportagens.

A morte, porém, resolveu levá-lo do nosso convívio, aos 32 anos apenas. Contingências do destino.

Hoje que «Defesa de Espinho» comemora 50 anos de existência, fá-lo num ambiente de orfandade pela perda de um homem que tinha, efectivamente, grandes projectos.

Ainda há cerca de três meses no café «Guarani», na cidade do Porto, onde tomávamos a «bica», Barradas «sonhava» em transformar o nosso semanário num jornal maior, com outra periodicidade de publicação, até vir a atingir, um dia mais tarde, a tiragem idílica.

Dizia Barradas: a importância sócio-turística de Espinho exige um incisivo órgão de comunicação que será o veículo para a propagação dos meios não só de Espinho, mas também de toda a bela região em que se integra, cujas potencialidades não têm sequer discussão.

Barradas era notícia para o «Guinness», pois batia o recorde da irmandade. Em cada amigo — e tantos eles eram — Barradas tratava por irmão.

A «família» perdeu um irmão. Por isso paz à sua alma.

«DEFESA DE ESPINHO»

DISSE «SIM» À NOVA

TECNOLOGIA

Em boa verdade, a tecnologia não se compadece do atrofamento económico que se respira em Portugal, relegando para lugares distantes da maioria dos países altamente industrializados e equipados com maquinaria sofisticada, que lhes permitem outros ganhos, outra produtividade.

A evolução constante que se opera mormente no campo da electrónica é surpreendente e só pode constatar quem de perto a conhecer, sem nunca imaginar, porém, o que essa electrónica será capaz de proporcionar ao ser humano num futuro próximo.

Que distância separa a época actual e a da que este jornal era confeccionado por processos rudimentares, infelizmente ainda em uso em algumas tipografias, muito no estilo lançado por Gutenberg.

Hoje, o nosso jornal é tratado em computadores. Estes têm um papel preponderante na sua confecção, que não poderia ser explicado pela sua complexidade não estar ao alcance da maioria dos leitores. De qualquer modo podemos adiantar que neste método a «inteligência» dos computadores resolve em décimos de segundo o que o ser humano levaria horas. Mesmo assim é uma ciência insatisfeita e as inovações sucedem-se em ritmo constante.

Recordamos ainda os tempos e horas amargas que Benjamim Dias viveu, na direcção e propriedade de «Defesa de Espinho». Foram os «cortes» e a «suspensão» de peças já compostas, que a Comissão de Censura resolvia em cima da hora, algumas vezes já impressas, que depois dava lugar a autênticos quebra-cabeças para remediar a situação, sem que tal facto fosse observado pela Censura.

A não concessão por banda do Governo, de uma vara cível, que Espinho há tantos anos reclamava, por direito próprio e que mesmo o Governo contemplava a Vila da Feira por várias vezes, levava a Censura a proibir que «Defesa de Espinho» publicasse nas suas páginas público descontentamento. Esta entre muitas outras proibições davam suores frios a Benjamim Dias, que foi um lutador inigualável pelo engrandecimento de Espinho.

Também nessa época, Benjamim Dias teve as suas horas de regozijo. Foram as festas que o jornal organizava anualmente: o concurso «Rainha da Costa Verde», tómbolas dançantes e outros certames levados a efeito nos salões do Grande Casino de Espinho, e ainda o «Circuito Ciclista Infantil», que atraía centenas de crianças e adolescentes e criou raízes em Espinho.

Lembramos com saudade muitos colaboradores que «Defesa de Espinho» acolheu no seu seio e que nos dispensamos de inumerar um a um. Destacamos dois que, pela sua assiduidade e pelos cargos que desempenhavam, são bem merecedores do respeito de todos os espinhenses, em cujos nomes retratamos de igual modo os restantes. São eles: Ildebrando de Vasconcelos e Mário Fernando Pinto de Sousa.

Hoje, nesta hora festiva, prestamos homenagem a todos os espinhenses que de uma forma ou de outra deram o seu contributo para a expansão desta nossa terra.

(1) Colaborador

**CINQUENTA
ANOS**



CELINA MALDONADO (1)

Meio século de existência é uma vida longa e ao mesmo tempo bastante curta, uma vida que como a de qualquer um tem os seus altos e baixos, as suas vitórias, as suas derrotas.

É isso, um jornal é como uma pessoa, só que a maior parte das vezes vive muitos mais anos que uma pessoa; um jornal são várias pessoas trabalhando para a informação de muitas outras; um jornal também tem ideologia; também tem vida, também tem sonhos e tristezas.

Hoje, dia 27 de Março de 1982 tu «Defesa de Espinho» fazes 50 anos, por sinal este último ano um pouco triste para ti pois viste morrer o teu ex-director, Fernando Barradas, de uma forma um pouco brutal — espero sincera-

mente que o teu fim não seja igual ao de este homem; não vou dizer que desejo que perdes através dos tempos, porque é impossível. Tudo tem um início e tudo tem um fim. Espero sim, é que esse fim esteja bastante longe e quando for, seja um final glorioso.

Que mais queres que te diga?... Vou-te dizer uma palavra que as pessoas na grande parte das vezes utilizam de uma forma banal mas que tem um grande significado:

— Parabéns!

(1) Coordenadora da página «Defesa dos alunos», que o nosso jornal vem publicando, e do órgão policopiado da Escola Secundária do dr. Manuel Laranjeira, «O Pirata da Imprensa».

MAS AFINAL QUEM ERA D. XISPAS?

CADETE DUARTE

**ESTE
TEXTO
FOI
«FOGO»**

Lembro-me perfeitamente como se o caso tivesse acontecido há poucos momentos. No entanto, o facto passou-se há vinte anos. Na ocasião, lá na redacção só se encontravam duas pessoas. Nós e o Eduardinho. Surgiu, então, o nosso director acompanhado com um cavalheiro jovem e desconhecido. Pela boca do nosso director, ficamos a saber que o senhor, se chamava «X» e seria o responsável pela página literária. O senhor «X» era o género de indivíduo de poucas ou nenhuma falas, o que nos levou a crer que era para evitar abusos ou aquelas brincadeiras próprias da malta, que, de momento a momento, surgem numa redacção. Boa noite senhores, quando chegava. Boa noite senhores, quando se ia embora. Claro que logo que o senhor virava as costas, cada um de nós tinha o seu comentário. E os comentários eram de tal ordem que até, dentro da nossa simplicidade, tivemos que dizer: Sabem uma coisa, mais vale cair da torre da igreja, do que cair nas vosas bocas, livra... Escusado será dizer que todos estávamos em brasa para saber o que iria ser a nova página literária. Até que, para descanso de uns e a satisfação da curiosidade de outros, finalmente foi publicada aquilo que, nessa

altura, foi cá uma bronca dos diabos. O jornal andava de mão em mão. Nos quiosques aconteceu simplesmente o seguinte: «Defesa de Espinho», esgotou. Pela redacção, era um nunca acabar de pessoas a quere-remsaber quem era o D. XISPAS. Dentro da nossa santa ignorância, não deixávamos também, de tomar ares de certa importância, quando até nós vinham perguntar: Quem é o D. Xispas... Quem é o D. Xispas... Quem é o D. Xispas, a todos respondíamos que o D. Xispas para nós era totalmente desconhecido. Porém, depois de analisarmos o artigo do D. Xispas, vimos que, indiscutivelmente, era preciso ter muita coragem, pois a época em que se vivia era bastante difícil para escrever da forma como o artigo está escrito, fazendo uma acusação em forma, sem citar um único nome. Todos eram conhecidos de todos. Portal motivo, todos se consideravam vítimas do D. Xispas. Mas, passados todos estes anos, o «Para além da vidraça» não estará ainda mais actualizado? Quanto a nós, julgamos que sim. Todavia, ao transcrevermos na íntegra o artigo literário que tanto barulho deu, deixamos ao leitor a oportunidade de condenar ou absolver o D. Xispas, que na verdade, devido a pressões de vários lados, não mais usou o nome de D. Xispas. Mas, afinal quem era o D. XISPAS?!

PARA ALEM DA VIDRAÇA

Tudo «ali» tresanda a ridículo, desde a pieguice untada e besuntada da menina da tabacaria, até à pontualidade esquisita do par da mesa do canto; — no ar (e nos trejeitos de muitos sujeitos), respira-se o aroma sórdido de graxa e lustro em distribuição local, pela módica quantia de três c'roas e pico... e o enxurro enovelado de fumos em extase sobre a inocência plástica daqueles painéis gigantescos, a ressaltar em barbatanas de peixes e peixiras em poses «grelhadas», que alguém espetou ali, decorativamente, talvez para tapar grandes furos ou evitar contínuas caiadelas a preceito; — depois de habitualíssimas tertúlias de de «entre a uma e as duas», abancadas em digestões e con-gestões do «31» e do «Totobola», respirando mediocridade e estupidez por todos os poros como se tudo aquilo fosse o único alimento para as suas mioleiras balofas — qual caspa cerebral de mentalidades into-

xicadas pelo narcótico voraz do futebolismo nacional... Depois, ainda, as «madames» (ou má... dames) de perna cruzada, ali, oxigenadas, tesas, paquidérmicas, tricotando (ou fazendo!) qualquer coisa ren-dada que jamais começa ou acaba — enquanto há cortes, recortes e entrecortes, daqueles quem ao diabo devem lembrar!

Há exhibições de sorrisos, de cumprimentos, de vénias, muitas vénias e toneladas de vos-tas vénias, desde o homem azul de fato de ganga que põe graxa e lustre em todos os passos, até ao empregado da bandeja vazia, abanando-se, irresistivel-mente, por entre as mesas até ao cliente anónimo, de mangas de alpaca, reflexos brancos e

expressões sintéticas; — os que mastigam os jornais diários, de ponta a ponta, minuciosamente, alardeando ares de respeitabilidade e grandes conhe-cimentos; — os que fazem que lêem, que sabem e que des-crêem; — os que nada lêem, que

papeis (de embrulho, com cer-teza!) como um caste treinado para uma demorada tournée por parvónias transmontanas. — E, por vezes, os desempenhos são tão geniais, que me apete-ce bater palmas, muitas palmas — e até pedir bis!

(Angulos Indiscretos)

Contudo fico-me «ali», e enterrado em que sou o único espectador. — Ninguém me vê para além da vidraça... — E' o que me vale!

e fumo, que se finda entre os meus dedos nervosos. E, quando reparo outra vez para o par de actores (farsantes) da mesa do canto, delambidos por detrás do jornal es-cancarado a geitos de cortina corrida, assim firmes e sólidos, tão sólidos e firmes — ela de olhar enamorado, ele de lata concentrada — chego à pirami-dal conclusão que até já devem fazer parte da mobília de casa... Depois, a vidraça embacia-se, repentinamente, e perco o con-tacto com esse pequeno mundo de ridículo, sinfonia híbrida de paradoxos impossíveis, por onde se entrecruzam as coordena-das destes meus angulos indiscretos!

nada sabem e em tudo crêem, etc., etc. E' um palco insólito de acto-res impagáveis, malabaristas de todas as farsas, de todas as comédias e de todas as palhaçadas da vida; — desfilam «ali», arrebatadamente, imiscuindo-se na transcendência dos seus

...A chávina esvai-se em catedrais brancas de vapores esquisitos, com o meu cigarro «provisório», de náusea, cinza

Porto / 1
D. Xispas

O LÁPIS AZUL

Começando a publicar-se ainda o Salazarismo era menino, o «Defesa de Espinho» debateu-se, como outros jornais fundados antes do 25 de Abril, com um terrível silenciador chamado censura e mais tarde com a aligeirada designação de exame prévio, mas continuando a impedir a livre opinião nestas colunas. Trazemos aqui ao leitor parte de dois textos, um que apenas parcialmente foi inserido nas colunas do nosso jornal e outro que nunca o foi, por proibido.

...ao é feita rigorosa e propoz...
...e ao consumo de cada cuen...
...o não considerando os consu...
...com menos de um ano, como...
...as donas de casa remediad du...
...os dias com o produto que nor...
...nte consumiam em 47?
...ralmente o mau tempo o prin...
...desta falta? ... como foi pos...
...as nota...

EXAME PRÉVIO PROIBIDO
COMISSÃO DO PORTO

Nos apena...
...caso do gás para...
...estamos dependentes...
...que aceitaram os nossos con...
...o fornecimento é o nosso dinhei...
...o pagamento dos mesmos contratos...
...resto nenhuma garantia já nos defen...
...estas para além das restrições que...
...legalmente tenham sido impostas...
...Daqui mais uma vez apelamos para...
...autoridades respectivas, colocando...
...inteiro dispor para dar e...
...cimentos que julgarem

A NOSSA CAMPANHA ELEITORAL APRESENTAMOS O NOSSO CANDIDATO E O SEU PP!

SR. GENEROSO SOUTIEN

O UNICO BUJA POLITICA

- Garante a mesma protecção para os da direita, como para os da esquerda!
- Permite a elevação dos pequenos e não deixa baquear os grandes!
- Valoriza a juventude e dignifica a velhice!
- Não oprime os fracos, nem dá largas aos fortes!
- Tanto ampara uns como os outros!
- Oferece as mesmas condições de habitação para todos!
- Visa incentivar e desenvolver o mais perfeito patriotismo!

STORZEN...
COMISSÃO DO PORTO
PARLAMENTARMENTE

Benjamim Dias, Fernando Barradas. Dois homens que marcaram um jornal. Com um denominador comum: a defesa intransigente das aspirações da população. Com o mesmo preço: por um lado, popularidade e reconhecimento; por outro, ódio. Nem outra coisa seria de esperar.

Dois homens na vida de um Jornal



Fernando Barradas — polémico, sem dúvida, mas intransigente defensor de Espinho e das suas gentes



Benjamim Dias — não deve ter sido isenta de erros a sua obra mas não se lhe pode negar a boa intenção de pretender o melhor

Benjamim Dias e Fernando Barradas são dois nomes que, indiscutivelmente, marcaram o «Defesa de Espinho». Outros há, sem dúvida, mas a destacar alguém, manda a justiça que o façamos ao fundador e ao antigo director deste semanário, recentemente falecido nas circunstâncias trágicas de que todos estão lembrados.

A vida de um jornalista — escrevíamos ainda o ano passado, referindo-nos à figura de Benjamim Dias — tem de tudo. Momentos bons, momentos maus — muito bons, muito maus. A de Benjamim Dias, fundador e director deste jornal durante mais de 40 anos é um exemplo — uma vida privada sacrificada em favor do «seu» jornal, que ergueu e que teve que fazer, quase só, anos a fio.

Os dois episódios da sua vida a que abaixo fazemos alusão, são bem a prova disso. No primeiro, numa altura em que se tinha de haver com a censura e com um todo-poderoso poder público, que não admitia a mais leve crítica — Benjamim Dias esteve quase a trocar a liberdade pelas grades da prisão. Ou, ainda que por pouco tempo, viu-se privado da liberdade, tudo porque não se vendia a ninguém que não fosse a sua consciência.

Intitulado «Abuso de Autoridade», o editorial que assinou e fez publicar a 13 de Janeiro de 1946, relatava os factos:

«Quando atravessava a passagem de nível da Rua 19, o oficial de diligências da Administração do Concelho, acompanhado por uma praça da GNR, dirigiu-se a mim, comunicando-me que o sr. presidente da Câmara (Fernando Miranda Goms) ordenara a minha detenção e que, por isso, o tinha de acompanhar.

«Estupefacto ante o inesperado, não perdi a serenidade, felizmente, mas protestei afirmando que nenhum delito tinha cometido que desse motivo a tão absurda quão arbitrária ordem.

«O agente de autoridade leu-me, então, o teor do mandado de captura assinado pelo sr. Fernando Miranda Gomes e por ele tive conhecimento do motivo invocado para fundamentar tal decisão, a qual era abuso de imprensa e injúrias a pessoa do presidente da Câmara.

«Protestei ainda, alegando que a autoridade administrativa, à face da lei, não tinha competência para deter um jornalista por delitos próprios da sua função, mas resolvi, como pessoa ordeira que sou, acompanhar os meus detentores, que me conduziram a um quarto particular da cadeia concelhia de Espinho.

«Ali estive privado de liberdade e do exercício das minhas actividades profissionais até ao dia 7, quando fui enviado ao Tribunal da Comarca, sendo imediatamente restituído à liberdade pelo M.º Juiz de Direito, por não haver motivo para a minha detenção (...).»

Ainda não dissemos, mas vamos dizer que tudo isto resultou

de algumas críticas que o «DE» fizera à forma como fora feita a recepção do ministro das Obras Públicas, por ocasião da inauguração do Bairro Piscatório. Apenas por isto!

Mas como a justiça é como o azeite na água, Benjamim Dias acabaria por, em 1972, merecer a aprovação por unanimidade e aclamação, de uma proposta da Câmara Municipal, exarando em acta um voto de louvor e reconhecimento, que seria aprovado por unanimidade.

Dois momentos, pois, o mau e o bom, da vida do fundador do «DE», mas que, ao fim e ao cabo, provam, de igual modo, o seu valor como homem e como jornalista.

ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Benjamim da Costa Dias nasceu no Entroncamento a 17 de Maio de 1889, falecendo em 7 de Abril de 1973, com 84 anos incompletos.

Bem pode considerar-se espinhense como de nascimento fosse, pois só os deveres profissionais de seu pai obrigaram a que tivesse nascido fora da sua própria terra.

De muito novo se dedicou à causa de Espinho, tendo fundado, com alguns amigos, o grupo recreativo Alegre Mocidade, que mais tarde foi o Espinho Club, e que tanto animou esta terra.

Tendo emigrado para o Brasil, ali foi, também o fundador de agremiações portuguesas, sendo funcionário superior da agência do Banco Nacional Ultramarino.

Vindo a Portugal em gozo de férias, a amizade à sua terra não lhe permitiu que voltasse ao Rio de Janeiro, onde já tinha lugar marcado pelos seus dotes de iniciativa.

Outra vez em Espinho, fez parte de várias agremiações, pondo à prova o seu amor entranhado à terra que era, realmente, a dele.

Em 27 de Março de 1932, fundou o «Defesa de Espinho» e foi o seu director até à sua morte.

Espinho deve-lhe quarenta e um anos de labor incessante, que só um grande amor pela terra justifica.

Não deve ter sido isenta de erros a sua obra, pois que, como homem que era, algumas vezes deve ter errado mas, se o fez, não se lhe pode negar a boa intenção de pretender o melhor.

Passou por grandes sacrifícios, e nem sempre foi compreendido, mas conseguiu durante mais de quatro décadas, levar o nome de Espinho a todas as partes do mundo, com um acendrado bairrismo e uma grande vontade de ver progredir a terra.

Ainda teve a alegria de ver realizadas algumas das grandes aspirações locais e pena é que não possa ver tudo quanto desejava — a elevação a cidade seria, sem dúvida, o momento que Benjamim

Dias gostaria de ter vivido e que ocorreria uns escassos dois meses após a sua morte. E, curioso, na mesma edição em que se anunciava a morte de Benjamim Dias, igualmente se anunciava a visita a Espinho do ministro da Justiça com vista à criação da comarca — uma, entre infindáveis outras, batalha que foi sua.

BARRADAS: A OUTRA FACE DA BATALHA

Homem de duras e vitoriosas batalhas foi também Fernando Barradas, que dirigiu o «DE» de Junho de 1979 a Janeiro deste ano.

No nosso jornal, aquele que também era um consagrado jornalista de «O Comércio do Porto», teve o mérito de enfrentar, com a força sua pena, aqueles que servindo-se do nome daquela que considerava a sua segunda terra, onde desde pequeno passava as suas férias, a usavam para fins menos correctos.

Uma luta que foi dele — a da variante à EN 109 — venceu-a; deixou outras quase ganhas e muitas teria para vencer ainda se a sorte não lhe fosse madrastra.

Pouco tempo passou deste a morte de Fernando Barradas consequência do fatídico acidente dos Carvalhos para que todos o julgem como uma grande figura do jornalismo que foi — polémico, sem dúvida, mas intransigente defensor de Espinho e das suas gentes.

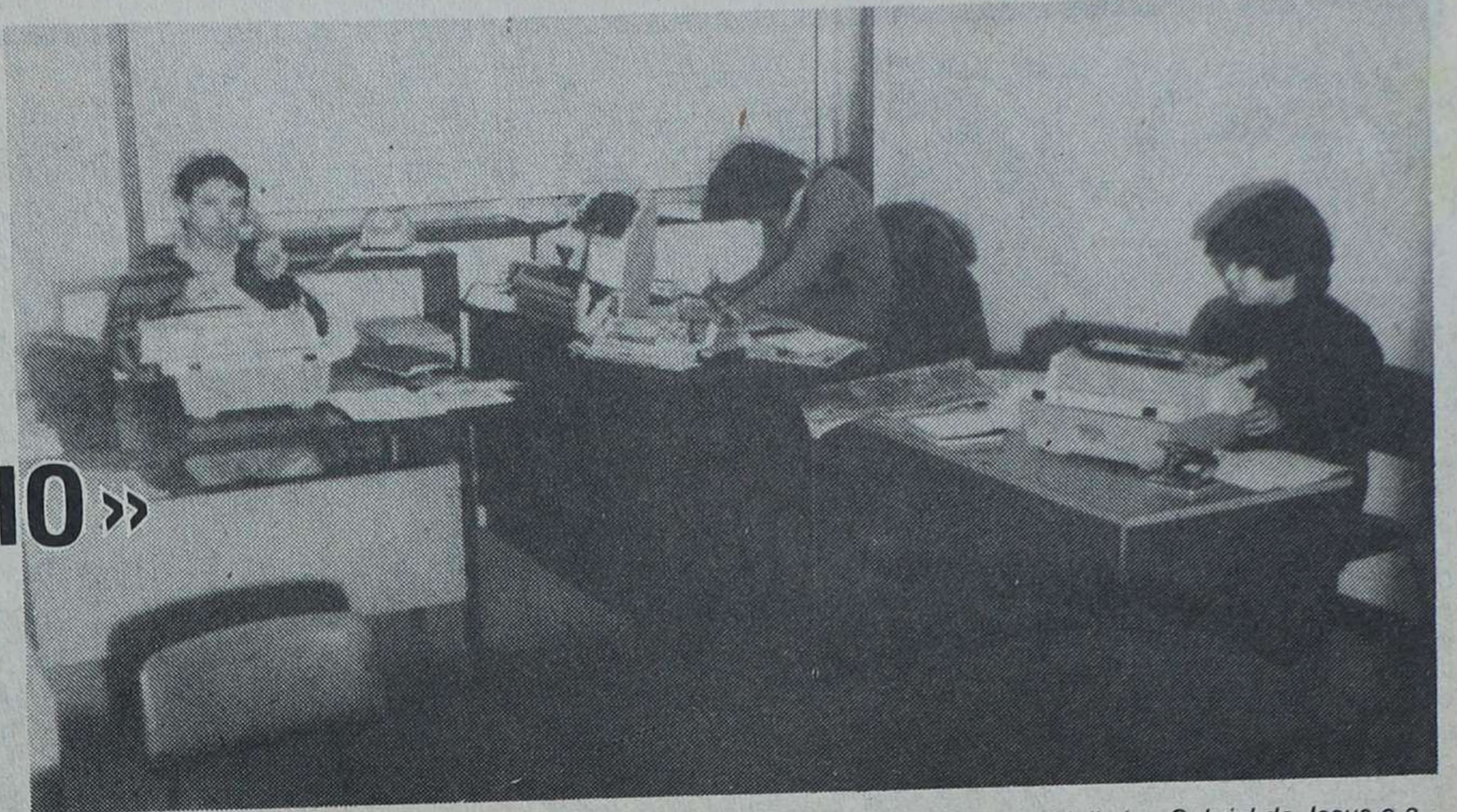
Iniciou-se nas lides jornalísticas aos 20 anos no extinto «Diário do Norte», depois de completar o segundo ano da faculdade. Recorde-se também dois anos mais tarde foi admitido no quadro redactorial de «O Comércio do Porto» onde, no Verão Quente de 1975 se viria a revelar como destemido lutador anti-gonçalvista, ao lado de um outro jornalista do matutino da Avenida dos Aliados, em crónicas intituladas «Os cravos na ferradura».

Graças à sua coragem — recorde-se ainda — que por várias vezes lhe ia custando a vida, elevou a tiragem de «O Comércio do Porto» para 120 mil exemplares, mais do dobro da actual.

Escreveu também para «O Diabo» e para «O País», de que foi chefe de delegação no Porto. Escreveu ainda peças teatrais de revista, entre as quais «Alô Lisboa, daqui Porto». E, convém também recordar, das dezenas de processos-crime que lhe foram movidos por alegado abuso de liberdade de imprensa, nenhum lhe conseguiu manchar o registo criminal, chegando, num dos julgamentos, a sair do Tribunal em triunfo, às costas do povo anónimo.

Benjamim Dias, Fernando Barradas. Dois homens que marcaram um jornal. Com um denominador comum; a defesa intransigente das aspirações da população. Com o mesmo preço: por um lado, popularidade e reconhecimento; por outro ódio. Nem outra coisa seria de esperar.

PRESENTE E PASSADO DO «DEFESA DE ESPINHO»



Redacção do «Defesa de Espinho», vendo-se, da esquerda para a direita, Paulo Malheiro, Gabriel de Jesus e a funcionária dos serviços administrativos, Fernanda Oliveira

Depois de 47 anos feitos à base de colaboração gratuita de um punhado de carolas, o «Defesa de Espinho» profissionalizou o seu quadro redactorial em 1979.

Dois jornalistas apenas, de certo inexperientes, porque jovens, mas com um excelente mestre (que, quis o destino, os abandonou abruptamente) são as pedras base do semanário.

Apesar de o jornal contar com um significativo lote de colaboradores, sem os jornalistas, o «DE» não rola.

O «DE» será, por certo, dos poucos regionais que conta com profissionais. Mas, como se disse, só a partir de 1979 isso aconteceu.

Durante os 47 anos precedentes, o «DE» foi feito à base de carolice de umas quantas pessoas, algumas das quais ficaram célebres pelos seus escritos.

Entre elas, não poderíamos deixar de destacar as figuras de Manuel Laranjeira (Neto), Valdemar Pinto, Carlos Morais, Arlindo Sousa, Álvaro Pereira, Pinto Ri-

beiro, J. Tato, Carlos Sárria, Hildebrando Vasconcelos, Ferreira da Rocha, Adelino Paiva, Rui de Faria, António Ferreira Baptista, Alice de Azevedo e muitos outros a quem aqui deixamos a nossa gratidão, já que construíram os alicerces da efeméride que hoje orgulhosamente comemoramos.

A gratidão é, como é evidente, extensível ao fundador do jornal e a todos quantos o dirigiram.

Para além de Benjamim Dias, contam-se como directores do jornal o dr. Amadeu Morais (por

três ocasiões), actual provedor da Misericórdia local e conhecido advogado; Joaquim Moreira da Costa; António Gaio; António Santos, actual director do «Maré Viva»; Manuel António, pároco de Silvalde e actual director-adjunto do «Espinho Vareiro»; Carlos Sárria, colaborador desportivo de vários jornais; Azevedo Brandão, actual director do «Espinho Vareiro»; José Fonseca, actual presidente da Câmara; Fernando Barradas, jornalista recentemente falecido nas circunstâncias trágicas que todos recordam; e Gabriel de Jesus, jorna-

lista do quadro redactorial do «Defesa de Espinho».

DATAS IMPORTANTES NA VIDA DO JORNAL

Março de 1932 – Sai a primeira edição do jornal.

Abril de 1973 – morre o fundador e até então director do jornal.

Maio de 1973 – o jornal deixa o formato 50x34 para passar para o formato 42x29. Deixa também a composição manual e passa a composição mecânica.

Junho de 1973 – sai uma edição de 40 páginas celebrando a elevação de Espinho a cidade.

1974 – Os comunistas tomam o

«Defesa de Espinho».

Janeiro de 1976 – Os accionistas da empresa proprietária do jornal põem os comunistas na rua e o dr. Amadeu Morais é convidado a dirigir o jornal.

Junho de 1979 – Fernando Barradas assume a direcção do jornal e dá-lhe uma outra dinâmica.

Março de 1980 – o jornal passa a ser composto e impresso seguindo os métodos de fotocomposição.

27 de Março de 1982 – o jornal completa meio século de existência.

COMO SE VIAM OS ANIVERSÁRIOS DO «DEFESA DE ESPINHO»

Folheamos os montes de colecções do «Defesa de Espinho» à procura das opiniões do jornal sobre ele próprio.

Reproduzimos parte dos editoriais relativos aos 10.º, 20.º, 30.º, 40.º e 49.º aniversários do jornal.

10.º ANIVERSÁRIO – 1942

Nem toda a gente ajuíza da dificuldade encontrada na confecção dum jornal, embora se trate de um hebdomadário como «Defesa de Espinho».

Não é à mesa de um café, no dia a dia das suas ocupações do jornalista de província que pode constituir-se uma dúzia de períodos dum determinado artigo que envolve capital responsabilidade, defendendo uma doutrina, apoiando iniciativas ou estimulando actividades.

(...) O nosso bairrismo e o nosso entusiasmo, contudo, incitam-nos para a luta dos interesses da localidade.

(...) Há 10 anos já – completam-se hoje precisamente – que esse caminho foi aberto esperançosamente traçado com firmeza, por felicidade percorrida, energicamente e com galhardia.

Dez anos representam muitas canseiras, muitos desgostos e muitas surpresas desde que começámos a escrever o primeiro número do nosso jornal.

20.º ANIVERSÁRIO – 1952

(...) Da convicção de que o mundo não se limita às grandes capitais, que já por si têm tantos problemas a resolver, resultou começar a olhar-se para a chamada Província, tantas vezes esquecida pelos grandes meios. E, para pôr em equação e solucionar as suas incógnitas, surgiu, muito naturalmente, a Imprensa cem por cento amadora e bairrista apelidada de pequena Imprensa, da qual «Defesa de Espinho» é um modelo e valoroso representante.

Fez precisamente no dia 27 do corrente, 20 anos que nasceu o nosso jornal.

Sobre a sensata e voluntariosa orientação de Benjamim da Costa Dias, seu ilustre director, outra finalidade não tem visado senão defender os interesses da nossa querida terra.

Desde a primeira hora, a despeito de todas as contrariedades de ordem moral e económica, tem agitado com verdadeiro desassombro e clareza, todos os problemas capitais de Espinho, procurando orientar no bom caminho os seus governantes e dirigidos.

30.º ANIVERSÁRIO – 1962

Contra a expectativa de toda a gente, inclusive da minha (Benjamim Dias), este modesto semanário que criei e ao qual dei o nome significativo de «Defesa de Espinho», completou 30 anos de circulação contínua e pontual, caso que julgo raro acontecer entre a Imprensa Regionalista. Com trinta e mais anos de existência deve haver bastantes jornais; mas muito poucos, não sei até quais sejam, terão alcançado 3 décadas ininterruptamente.

(...) Quando, há 30 anos, anunciei o propósito de pôr o jornal na rua sob a égide da adormecida Liga dos Interesses Gerais de Espinho, não me faltaram amigos. Alguns já experimentados nas lides da Imprensa, a procurar dissuadir-me do intento, com o louvável intuito de me pouparem a desgostos inevitáveis.

(...) Não obstante os conselhos dos amigos, de maus presságios, decidi ir para a frente (...) Espinho precisava de um órgão que pugnassem desassombadamente pelo seu progresso (...), que fosse o verdadeiro intérprete dos bons espinhenses (...) embora não contasse ir tão longe.

(...) Desejaria fazer mais e melhor. Desejaria editar um periódico mais brilhante.

40.º ANIVERSÁRIO – 1972

Quatro longas décadas completam-se no próximo dia 27 sobre a data em que, pela primeira vez, foi publicado este hebdo-

madário, cujo fito é servir estribado na sagrada e importante missão que cabe à Imprensa, com particular incidência, na circunstância, para a de índole regional, a terra onde nasceu.

(...) A efeméride não pode deixar, portanto, de ser assinalada com o relevo justificado e sê-lo-à, contudo, por razões plausíveis (...) com um programa comemorativo capaz de marcar, condignamente, o atingir das quatro décadas de vida ao serviço de Espinho, e para assinalar a todos os espinhenses que a «Defesa de Espinho» mantém o propósito da primeira hora, isto é continuar na senda que trilhou em defesa e ao serviço desta formosa praia.

49.º ANIVERSÁRIO – 1981

Há 49 anos nascia despreziosamente, do esforço e dedicação de um homem, do seu interesse e amor pela sua terra, um semanário de características locais que em pouco tempo se afirmaria na Imprensa Regional pela isenção da sua linha editorial, pela dignidade do seu conteúdo, pela verdade dos seus escritos.

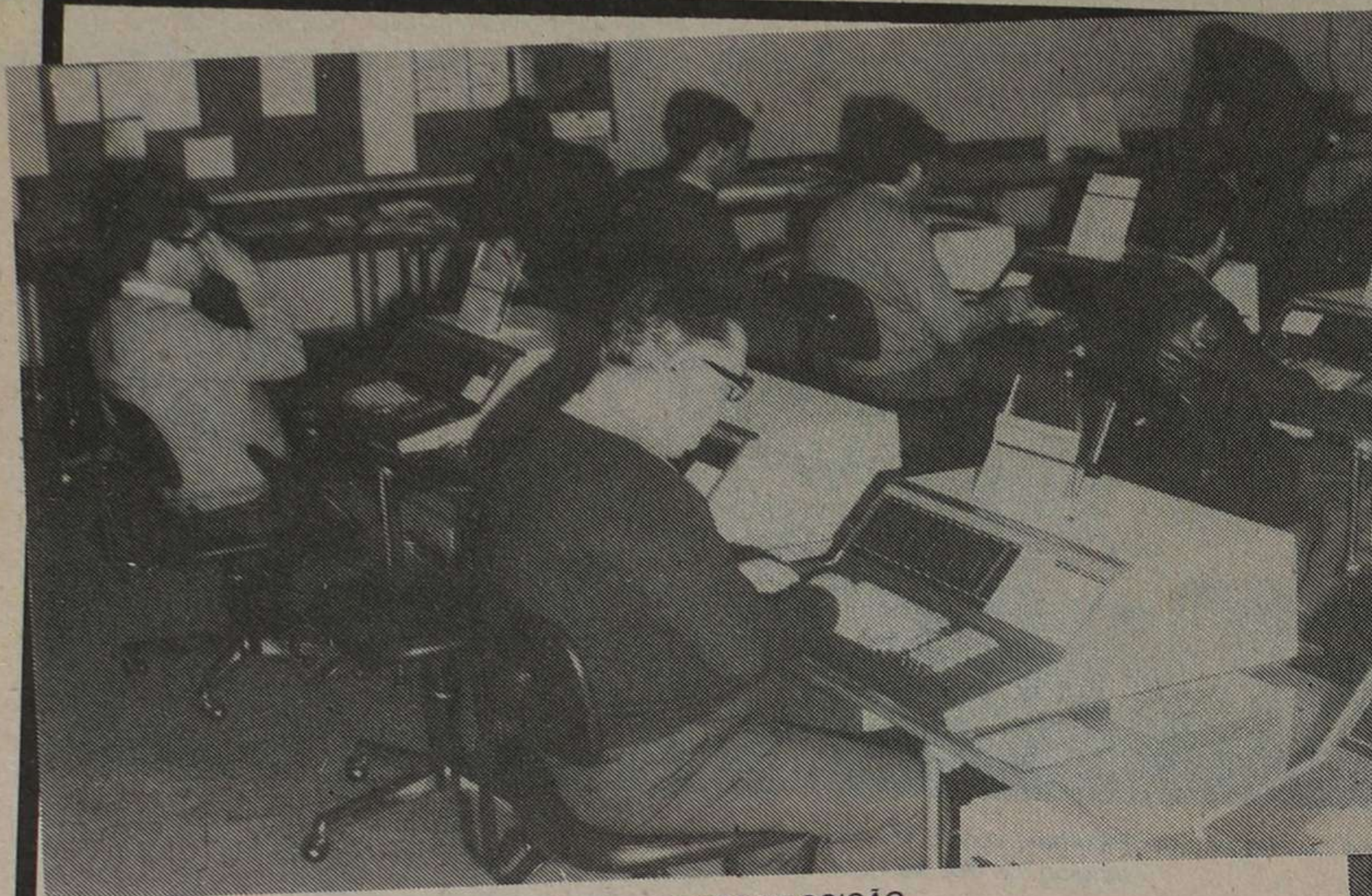
Benjamim Dias soube imprimir ao seu jornal a verticalidade das suas ideias e o carácter justo dos seus propósitos, exemplo ímpar da difícil e espinhosa missão de informar.

Hoje, 49 anos depois, após a travessia de alguns períodos mais tempestuosos, suportados ataques e calúnias, amansadas as invejas e raivá dos mediocres, enrouquecidas as vozes dos Velhos do Restelo, eis-nos, bem de pé iniciando uma nova fase do nosso jornal (passagem a «off-set»).

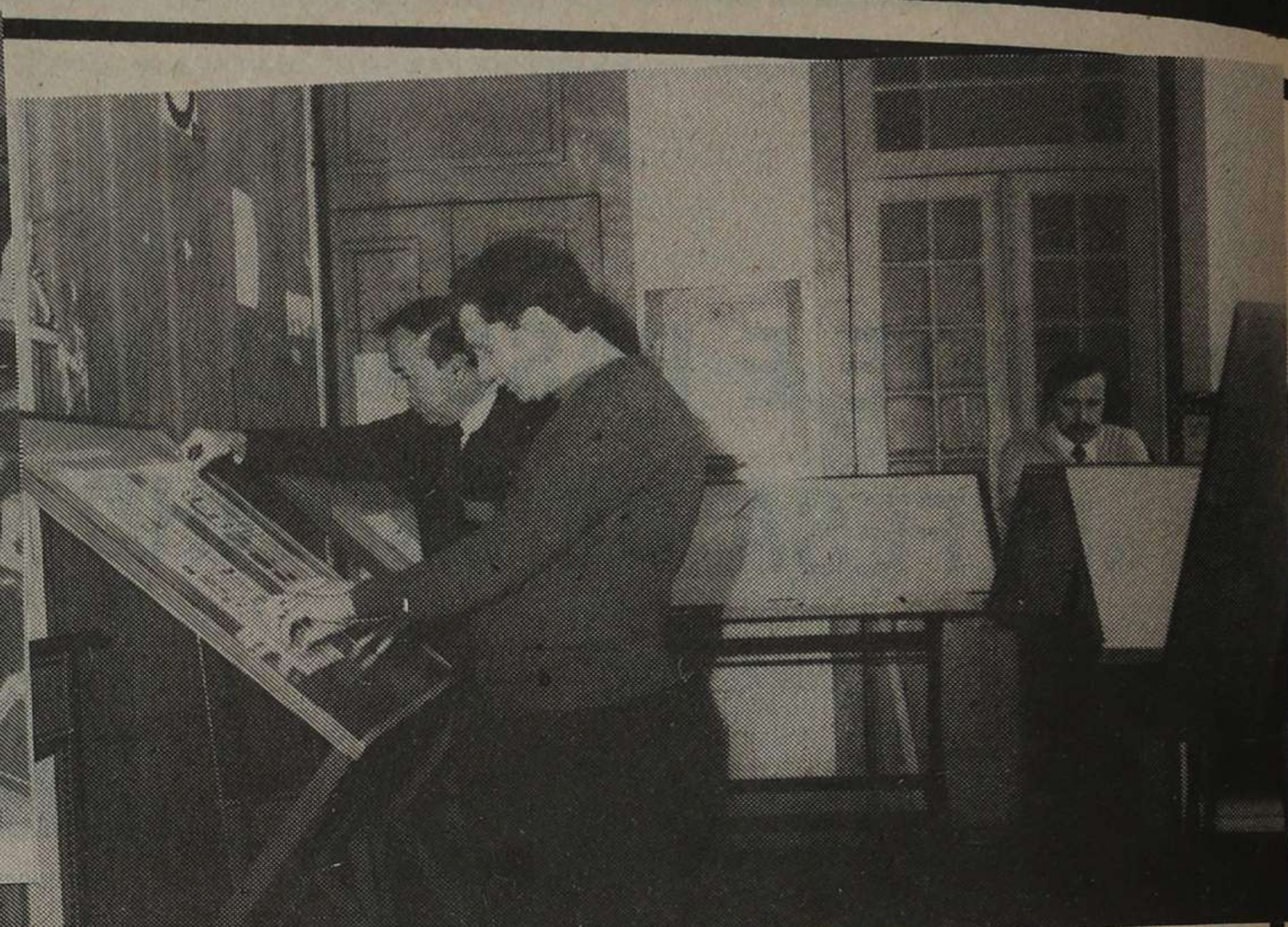
A idade que orgulhosamente imprimimos no cabeçalho dá-nos a segurança de uma maturidade que sabemos jovem para prosseguir anos fora com a mesma tenacidade, coragem e vigor que herdámos de quem ficou na saudade do tempo.

E sem termos a mania de que o nosso filho é mais bonito e melhor que o dos vizinhos, sabemos que estamos no caminho certo e por ele continuaremos. Até porque temos um espelho chamado leitores. E esse não mente.

ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO



FOTOCOMPOSIÇÃO



MONTAGEM

TIPOGRAFIA: um mundo sofisticado por detrás de um jornal

Um jornal não é feito apenas por jornalistas. Um infindável número de pessoas trabalha também, escondido no anonimato, para que todas as quintas-feiras no seu quiosque ou sextas-feiras na sua caixa do correio tenha o exemplar «DE». Como se processa actualmente a produção do nosso jornal nas oficinas gráficas de «O Comércio do Porto» é o que se explica neste trabalho, onde também se aborda a evolução gráfica do jornal.

No segundo andar do edifício de «O Comércio do Porto», na Avenida dos Aliados, na Invicta cidade, ficam as oficinas gráficas daquele matutino, onde os textos elaborados na redacção do «Defesa de Espinho» numa comum máquina de escrever passam por uma série de operações culminando naquilo que o leitor recebe semanalmente em casa.

Onde há pouco mais de meio ano se viam homens de mãos sujas e pedaços de chumbo por todos os lados, com um aspecto assim a modos que a oficina de um serralheiro, depará-se hoje com algo radicalmente diferente, muito parecido com o escritório de uma grande empresa, inclusive alcatifado.

As velhas «intertipe» são agora sofisticadas compositoras electrónicas; o chumbo e o zinco transformaram-se em «copys», tudo é diferente. Na gíria tipográfica, o «quente» deu lugar ao frio, ou seja a composição mecânica foi substituída pela fotocomposição.

MODERNA TECNOLOGIA

O «Defesa de Espinho» é produzido com a tecnologia de fotocomposição desde Março do ano transacto, sendo o primeiro semanário do Norte a deixar o chumbo.

Recuando alguns anos, não muitos, pode ver-se como foi rápida e radical a transformação gráfica do jornal.

Com efeito, durante muitos anos, o «DE», então constituído por apenas quatro páginas em formato «tablóide», era composto manualmente, letra por letra, como ainda se trabalha em tipografias rudimentares em cartazes e outros pequenos trabalhos.

Mais tarde passou então a utilizar-se a composição mecânica mas para isso houve que recorrer a uma tipografia do Porto, já que na altura não havia qualquer oficina gráfica em Espinho com compositoras. E ainda hoje só uma existe, que confecciona um outro jornal local.

E pelo Porto temos ficado, em termos de composição e impressão. Para além da rudimentaridade do parque gráfico local, não haveria tipografia com capacidade de resposta para um jornal com as páginas que o nosso tem. De resto, mesmo em oficinas gráficas com a dimensão das de «O Comércio do Porto» enfrentamos dificuldades, como os leitores verificaram por algumas ocasiões no ano passado.

Mas voltemos ao que interessa.

OS CAMINHOS DOS ORIGINAIS

Os originais elaborados na redacção do «DE» começam por ser distribuídos por uma série de módulos por intermédio de uma complicada codificação, que substitui a chamada «retranca», utilizada na maioria dos jornais.

Todos os trabalhos são escritos à linha por forma a facilitar a maquetagem do jornal.

Dão depois entrada no Gabinete de Planeamento de «O Comércio do Porto» por aquele departamento marca o serviço e elabora o croquis das páginas onde um dos responsáveis obedecendo aos códigos da Redacção.

Deste trabalho resulta, pois, que os originais são distribuídos pelos operadores de fotocomposição, enquanto os croquis seguem para os montadores.

É, sem dúvida, um sistema mais trabalhoso mas que permite à Redacção, sem acompanhar o serviço da tipografia, fazer a disposição dos textos consoante o seu critério e evitar que trabalhos importantes (os chamados «obrigatórios») fiquem de fora devido a compromissos publicitários. Fica, portanto, assegurado «à priori» um controlo minucioso sobre o material a publicar e da sua disposição.

Os compositores, obedecendo às marcas do Planeamento executam o serviço para a Revisão, onde são detectadas as galhas, que posteriormente são corrigidas, sendo entretanto todos os textos submetidos a tratamento computadorizado.

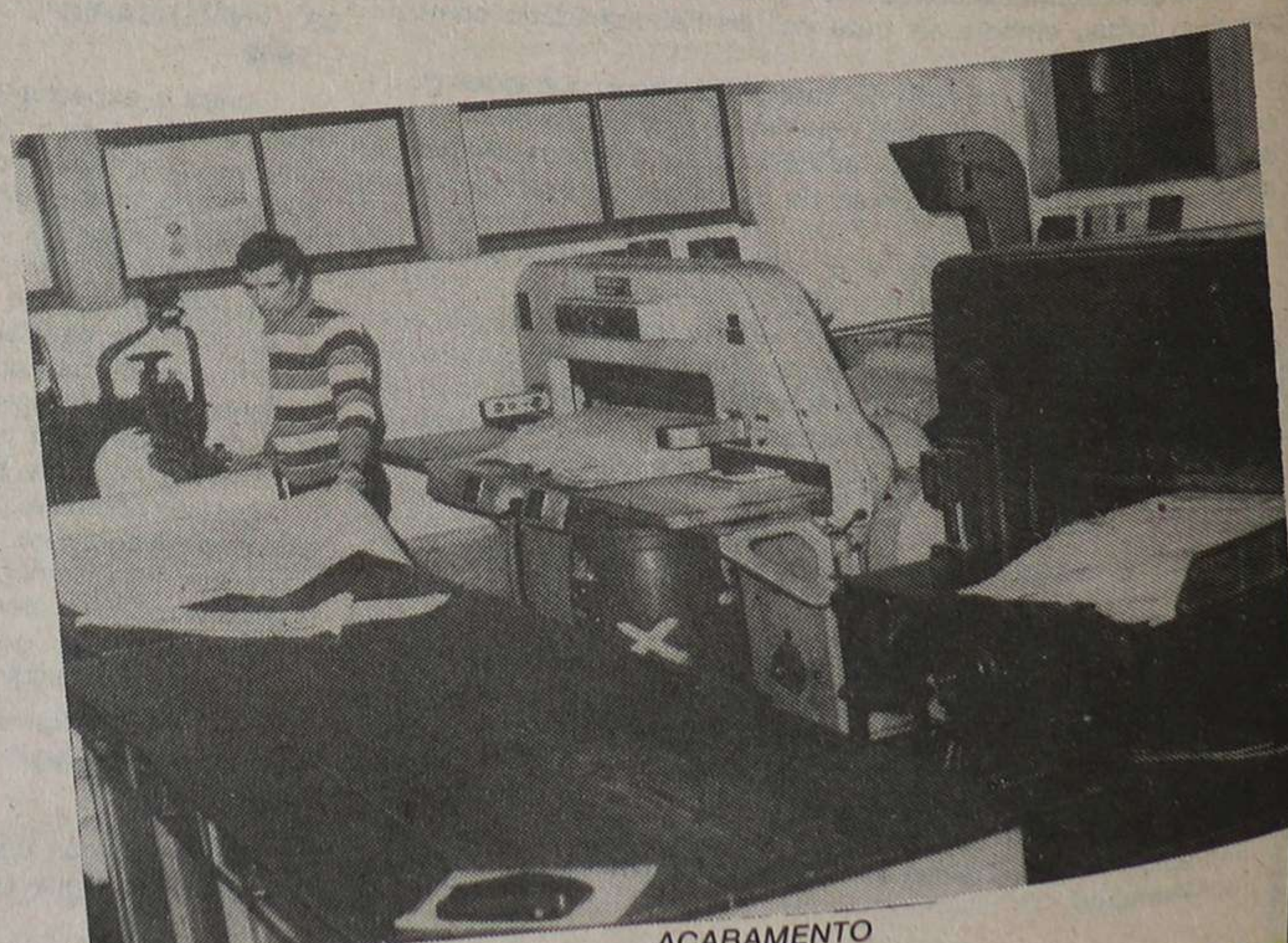
Os montadores começam então, em obediência ao croquis elaborado pelo Planeamento, a colocar os textos em folhas do tamanho de uma página de jornal, marcadas com as colunas e outras indicações facilitando esse trabalho.

Acontece, por vezes, que os textos não cabem ou não enchem os espaços delineados (por descuido do redactor ou do maquetador e, então, os textos têm de voltar ao computador para aumentar ou diminuir, consoante os casos, o tamanho do corpo.

Depois de prontas as páginas no papel, são fotografadas e estão prontas para a impressão, cujo método é semelhante ao da impressão em chumbo. Resta à tipografia o trabalho de dobragem dos jornais, que logo depois estão prontos e enviados à nossa sede, onde se procede à expedição de uma parte (para os assinantes) e à distribuição da restante pelos postos de venda.



IMPRESSÃO OFF-SET



ACABAMENTO

ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO •



UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO NAS PÁGINAS DO NOSSO JORNAL

Largo da Câmara feericamente iluminado, gente a convergir de todos os lados, as duas corporações de bombeiros locais desfilarão com fanfara e banda de música, intenso foguetório, sirenes que silvavam alegremente, sinos a repicarem, automóveis que buznavam, e eis que Espinho, e as suas gentes, festejavam a elevação da vila à categoria de cidade.

Eram cerca de dez horas da noite da última terça-feira (12 de Junho de 1973)!

Na varanda do Edifício Municipal, as principais entidades e individualidades locais, desprotocolarmente, faziam a recepção àquela manifestação popular de júbilo, envolta num salutar halo de espontaneidade, durante a qual se viam pessoas felicitarem-se e felicitarem os mais responsáveis, como testemunho do contentamento pela promoção que Espinho acabara de sofrer.

Não houve qualquer sessão solene, ou oficial, mas foram solenes os momentos do hastear da nova bandeira da Cidade de Espinho, e da bandeira de Portugal, actos de que se encarregaram o dr. Nunes dos Santos e arqt. Jerónimo Reis, sublinhados com uma revoada de aplausos, aplausos que se repetiram quando as duas corporações de bombeiros, a dos B.V. Espinhenses e de Espinho, se apresentaram em continência aos estandartes.

Espinho, as suas gentes, de forma simples, em momento de confraternização, muito espontaneamente, com ruído, com alegria, festejava a sua CIDADE com manifestações que continuaram ainda durante largo período da noite, pois formou-se um extenso cortejo automóvel, aberto pelas viaturas dos bombeiros, para percorrerem as artérias da cidade e freguesias circunvizinhas.

Espinho recebeu assim a sua cidadania!

Era assim que, na sua edição de 16 de Junho de 1973, o nosso jornal descrevia a maneira como fora recebido o decreto que elevava Espinho a cidade. Como se sabe, este passou a ser o Dia da Cidade, feriado municipal, mas foi oito dias depois que a festa atingiu o «clímax» quando o então Primeiro Ministro cá veio para que Espinho pudesse gritar ao Governo de então o seu obrigado pela elevação a cidade.

Vale a pena recordar aquele momento, servindo-nos do «Defesa de Espinho» de 30 de Junho de 1973:

Com as ruas do anunciado trajecto pejudas de gente e, sobretudo, com o largo fronteiro à Câmara comportando uma enorme multidão, destacando-se muitos jovens das escolas com bandeirinhas da cidade, representações das Colectividades e Organismos locais com estandartes e dísticos com saudações, das quais sobressaía a que dizia «A cidade de Espinho saúda Vossa Excelência e agradece reconhecida», numa ambiência polícroma e alegre, a cidade-praia Rainha da

Costa Verde aguardou a chegada do sr. prof. dr. Marcelo Caetano, para lhe testemunhar um «obrigado» sincero pela recente concessão da cidadania.

Passava já das 19 horas quando as autoridades concelhias, tendo à frente o dr. Nunes dos Santos, presidente do Município, Manuel Violas, vice-presidente, arqt. Jerónimo Reis, e restantes membros da vereação, receberam no extremo sul da cidade, na freguesia de Parámos, o ilustre visitante, que chegou acompanhado pelo ministro da Justiça, sr. prof. dr. Almeida Costa, governador civil de Aveiro, sr. dr. Vale Guimarães, tendo logo de fazer uma breve paragem para receber a calorosa manifestação da população paramense e, só depois, seguir em extenso cortejo automóvel, para o centro da cidade.

O Cortejo passou pelas ruas 41, 20, 23, 8 e, quando assomou à Rua 19, o sr. prof. Marcelo Caetano desceu do automóvel para subir a principal artéria de Espinho a pé, rua que se encontrava vistosamente engalanada, ante as vibrantes saudações das centenas de pessoas que ali permaneciam e debaixo de uma «chuva» de milhões de papelinhos com as cores de Espinho e Portugal, projectados das janelas e de avionetas do Aero Clube da Costa Verde que, durante todo o tempo, evoluíram no espaço.

Entretanto, o sr. prof. dr. Marcelo Caetano, e os seus acompanhantes, chegaram ao largo camarário e o chefe do Governo recebeu aí uma manifestação estrondosa, enquanto no ar estalavam foguetes e havia uma largada de pombos, para depois ser saudado por muitos populares e, sobretudo crianças, que lhe entregavam ramos de flores.

Dentro do edifício dos Paços do Concelho, o ilustre visitante foi saudado pelos convidados e funcionalismo ali presente e, após breves momentos de descanso e troca de cumprimentos a que correspondia com o seu tradicional sorriso, assumiu à varanda da Câmara Municipal para assistir a uma pequena cerimónia, não sem que tivesse de acenar a novas manifestações de simpatia que a multidão lhe tributou.

Depois do acto protocolar, o Chefe do Governo dirigiu-se para o interior dos Paços do Concelho, onde assinaria o Livro de Honra da nova cidade e, após breves momentos de descanso, deixou a Câmara Municipal, envolvido em mais manifestações de simpatia por parte da multidão que se mantinha concentrada, às quais correspondeu à sua maneira peculiar.

Assim terminou uma jornada histórica para a jovem cidade de Espinho que soube, com elevação, mostrar-se reconhecida por lhe ter sido feito a justiça de atingir a cidadania.

Imagens da visita do então Primeiro Ministro a Espinho, em 23 de Junho de 1973, altura que a população aproveitou para agradecer a elevação a cidade.

ENTRE MILHARES
DE EVENTOS REGISTRADOS
NAS PÁGINAS DO «DE»
UM SOBRESSAI: A ELEVAÇÃO
DE ESPINHO A CIDADE.
RECORDAMOS



Porquê a fundação do «DE»? Que antecedentes levaram Benjamim Dias a uma determinada linha editorial? Estas algumas das perguntas para que se segue a resposta nas linhas que se seguem, num trabalho de Gabriel de Jesus

Fundação do «Defesa de Espinho»:

Subsídios para a compreensão da linha traçada por Benjamim Dias para o jornal

Os jornais não surgem por acaso. O «Defesa de Espinho», como qualquer outra publicação, aparece, em 1932, com determinados fins bem evidentes. E para se compreender a linha de orientação imprimida ao semanário pelo seu fundador é necessário, como é óbvio, recuar a um passado mais longínquo e descobrir factores de ordem política e social que levaram à concretização da ideia de Benjamim Dias, a de criar em Espinho um órgão para ajudar o progresso da terra e pugnar pelos seus mais legítimos e sagrados interesses, como rezava o estatuto editorial.

ENTRE DUAS GUERRAS — ENTRE A INSTABILIDADE E A DITADURA

É precisamente entre as guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-45 e quando Salazar ensaia os primeiros passos para a reconstrução do país, depois da instabilidade política e o caos económico criados pela revolução e governação republicana que surge o «Defesa de Espinho».

Recuemos a Outubro de 1917. A guerra (a Grande Guerra) é uma realidade. É nesta altura que os Portugueses lhe começam a sentir as agruras. A Páscoa deste ano fora de luta: trouxera a notícia da hecatombe heroicamente sofrida na planície de La Lys. Depois, vem a epidemia pneumónica que resultou, para Portugal, numa mortalidade maior que a causada pela guerra.

Lisboa procura, entretanto, fugir aos dois fantasmas que a perseguem — guerra e epidemia —, refugiando-se na política e em tudo quanto sirva para ganhar dinheiro.

Tanto do ponto de vista político como social, a situação é explosiva. Dez meses antes, uma revolução como tantas outras, comandada por um republicano, o dr. Sidónio Pais, mas aceite com simpatia por muitos monárquicos, expulsara do poder o Partido Democrático e implantara uma nova república, presidencialista e autoritária, bem diferente da que sete anos antes fora proclamada da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto na praia da Ericeira embarcava para o exílio a família real portuguesa.

Mas Sidónio Pais acaba com dois tiros disparados por um homem na estação do Rossio, em Lisboa. E os anos passam-se sempre dentro desta instabilidade. Já no decorrer de 1925, sucedem-se oito governos. Neste ritmo alucinante era, de facto, impossível administrar o país.

A classe média, que até então fora o grande sustentáculo da República, está saturada das constantes revoluções que se verificam em Lisboa. Temendo o anarquismo e o bolchevismo, anseia por um governo forte que restaure a ordem e a tranquilidade e, assim, com uma certa simpatia que já havia sido manifestada por anteriores tentativas igualmente de direita, o general Gomes da Costa desencadeia uma revolta militar em Braga e marcha sobre Lisboa, destronando o último governo da chamada primeira República.

Dois anos depois, iniciam-se os primeiros passos no sentido da construção de uma nova ordem. Com «plenos poderes» na pasta das Finanças, um homem de Santa Comba Dão, o dr. António de Oliveira Salazar, é político resolvido a pôr em prática as suas ideias. Nasce, então, o slogan que se torna famoso: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação».

Em Maio de 1931, Salazar define a finalidade da ditadura como «o estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social, bem compreendido, dominado pela soberania

incontestável do Estado forte». No entanto, Salazar critica o nazismo e o fascismo, pretendendo de maneira clara estabelecer uma distinção entre um governo autoritário e um governo totalitário. Mais tarde viria a «esquecer» a diferença. Entretanto, aparece o termo «Estado Novo», que nunca mais seria abandonado até à revolução de 25 de Abril de 1974 — o «Estado Novo» seria social e corporativo. A sua célula-base encontrava-se na família, os seus elementos fundamentais nas corporações morais, económicas e intelectuais, onde os interesses de patrões e empregados se harmonizam com vista a um interesse comum, «nacional».

Sensivelmente quando Salazar torna públicas as traves mestras daquela que seria uma longa governação, já que entretanto toma o cargo de Primeiro Ministro nas suas mãos, é que aparece o «Defesa de Espinho», que dá à estampa a sua primeira edição em 27 de Março de 1932.

Um ano depois, o país conhece a Constituição de 33, a antecessora de 76, e o estatuto do trabalho nacional, que, juntamente com a censura, adicionam ao cariz autoritário do regime de Salazar, que ele propagandeara, o cariz totalitário, que ele criticara dois anos antes.

EM 1932 UM CLIMA DE RELATIVA «PAZ» A NÍVEL LOCAL

Quando este jornal nasceu, a terra vivia num anormal clima de relativa «paz», depois de anos a fio de conflitos entre dois grupos rivais, os «correlegionários» e o «grupo da fábrica» e de lutas pela autonomia de Espinho.

Antes, porém, lá pelo princípio do século, ou antes, já existiam grupos rivais, os «arrudas» (vareiros) e «os de Anta». Estas rivalidades estão ligadas à chamada «independência de Espinho», que aconteceu em 23 de Maio de 1988. Espinho tinha então uns 700 fogos e era ainda um lugar de Anta que, à sua parte, tinha apenas 500 fogos. Este facto foi um argumento de peso para que os «arrudas», unidos no exacerbado bairrismo, lutassem pela criação da freguesia de Espinho, o que viria a acontecer naquela data. A freguesia — criada, pensa-se, dois séculos após a implantação dos primeiros palheiros por pescadores vindos do Furadouro — ficaria delimitada a nascente pela estrada de Silvalde, a norte por S. Félix da Marinha, a poente pelo oceano e a sul por Silvalde.

Um dos acérrimos defensores da autonomia de Espinho, o conselheiro Correia Leal, não satisfeito com a área da freguesia, defendeu o alargamento dos limites de Espinho, antevendo o que logo em Novembro seguinte iria acontecer: as invasões do mar. Foi uma luta dura com «os de Anta». Desde há muito que Espinho vinha suspirando pela liberdade que de direito merecia, dado o seu grande desenvolvimento, que adquirira a partir do momento em que a linha férrea do Norte foi aberta à exploração. Foi sem dúvida este o principal factor do seu progressivo desenvolvimento. A população, tanto fixa como flutuante, ia aumentando de ano para ano; o mesmo se pode dizer do comércio e da indústria que, dadas as facilidades de transporte, iam ganhando terreno, alargando cada vez mais o seu raio de influência.

Espinho enceta, então, nova luta, esta com a Vila da Feira, para conseguir a criação do concelho de Espinho. Foi em 5 de Janeiro de 1899 que se reuniram no extinto Teatro Aliança as forças vivas de Espinho e foi aprovado o texto de uma circular em favor da criação do concelho. A 23 de Fevereiro, foi

assinada uma petição, pelo povo de Espinho e a 24 partiu para Lisboa uma comissão para Lisboa. O conselheiro Ressano Garcia, da Câmara dos Deputados essa petição, onde se solicitava a criação do concelho com as freguesias de Espinho (separadas das freguesias de Anta, Silvalde, Paramós, Oleiros, Nogueira da Regedoura, Mozelos, Lamas e Paços de Brandão).

Em Carta de Lei de 17 de Agosto de 1981, foi criado o concelho e por decreto de 7 de Setembro foi nomeada a comissão municipal de Espinho.

Importa aqui referir que, como é evidente, a elevação de Espinho a concelho foi mal recebida pela Feira, a cujo concelho pertencia a antiga freguesia de Espinho.

Com efeito, em 1901, dois anos volvidos sobre a elevação de Espinho a concelho, a Câmara da Feira pediu ao Governo que o concelho de Espinho fosse extinto, voltando a fazer parte da Feira. Servia de principal argumento a falta de rendimentos e a impossibilidade de se manter.

No entanto, Espinho manteve-se como concelho, embora apenas com a freguesia-sede, até 1926, altura em que foram anexadas as freguesias de Guetim, de Esmoriz e de Anta, Silvalde, Paramos e Nogueira da Regedoura e Oleiros.

Dois anos volvidos, porém, voltaram aos concelhos a origem as freguesias de Nogueira da Regedoura, Oleiros e Esmoriz.

REPÚBLICA: ESPINHO ESPELHO DE LISBOA

Recuemos novamente aos princípios do século. Quando foi implantada a República, formou-se em Espinho um núcleo muito grande de republicanos que, por várias vezes se tiveram de haver com um grupo de monárquicos do Porto, os «trauliteiros». José Salvador, o sobrinho do líder dos republicanos locais, com grandes barreiras junto à via férrea sempre conseguiu deter os «trauliteiros».

Já em 1925, os monárquicos têm em Espinho o seu grupo e as «guerrilhas» com os republicanos são uma constante.

De facto, no campo político, Espinho viveu, com a generalidade do país a luta entre os adeptos dos dois regimes. Nesse ano de 1925, com o republicanismo implantado há dois anos e evidenciando claros sintomas de «falência», o republicanismo-mor da terra, dr. José Salvador, então com anos de idade, é presidente da Câmara, tendo como colaboradores directos Manuel Maria Baptista e Jerónimo Moreira. Os dr. José Salvador tinha um grupo que lhe era afecto, chamados «correlegionários», do qual faziam parte João Lamas, Armando Ramos, José Faustino, Alberto Barbosa, Mário Lente e outros.

Os monárquicos eram liderados por Manuel José Simões Pedro que, segundo julgamos saber, viria a ser vice-presidente da Câmara, já no Estado Novo. Simões Pedro era o «peão» dos dois seus grandes amigos da fábrica Brandão: Gomes: Augusto Gomes e Adriano Brandão — Era o «grupo da fábrica».

Estes dois grupos faziam a política da terra e as relações entre os seus elementos eram simplesmente desastrosas. Simões Pedro tinha como principal objectivo estorvar a camarária. Nessa altura existia o imposto «ad-valorem» municipal. Sócio da firma Nogueira e C.ª, situada onde se encontra hoje a gare da Auto-Viação de Espinho, Simões Pedro fazia para fugir ao imposto sobre os barris por si construídos.

Um dia, pela tarde, tentou passar com um carro de

ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO • ANIVERSÁRIO •

editorial

cheio de barris pela avenida 8, frente ao Café Xinês (no ângulo com a Rua 19, onde hoje está a sala de máquinas do Casino). Avisados das intenções de Simões Pedro, estavam de atalaia os fiscais da Câmara João Bonçon, Porfírio e Santos, que pretendiam parar o carro. Alguém informou Manuel Joaquim do facto que logo telefonou à Guarda, que avançou para o local com um sargento e duas praças. Logo ali o sargento deu ordens para o carro seguir e como os fiscais não o permitissem, sacou da espada, mas os fiscais puxaram de pistola.

Dentro do café, o dr. José Salvador, que já esperava o confronto, conseguiu conter os ânimos mas não deixou o carro de bois levar os barris à estação de caminho de ferro, obrigando-a a voltar à Nogueira e C.^a

Este episódio demonstra bem quão tensas eram as relações entre os dois grupos. Um deles, o dos republicanos, apoiava-se na «Gazeta de Espinho», jornal que fora criado em 1901 e que seria extinto alguns anos antes da fundação do «DE». Os monárquicos tiveram, por algum tempo, o «Reformador», mas em 1932, quando o nosso jornal nasceu, não tinha concorrência.

Por essa altura, Espinho estava no auge da afluência de veraneantes. O jogo, que até alguns anos era livre, sendo praticado em quase todos os cafés, viria a ser regulamentado em 1928 e o Casino, em consequência, perdeu a concorrência. Perdiam também a concorrência, os monárquicos, em 1926, quando Salazar tomou o poder, obrigando os republicanos ao silêncio.

Espinho começa então a interessar-se pela cultura e recreação. Um jovem que viera do Entroncamento destacava-se, então, na dinamização das colectividades, entre as quais a «Alegre Mocidade».

De seu nome, Benjamim da Costa Dias, este «estrangeiro» depressa granjeou a simpatia de todos e, à mesma velocidade, se foi tornando um defensor dos interesses de Espinho, dos acérrimos.

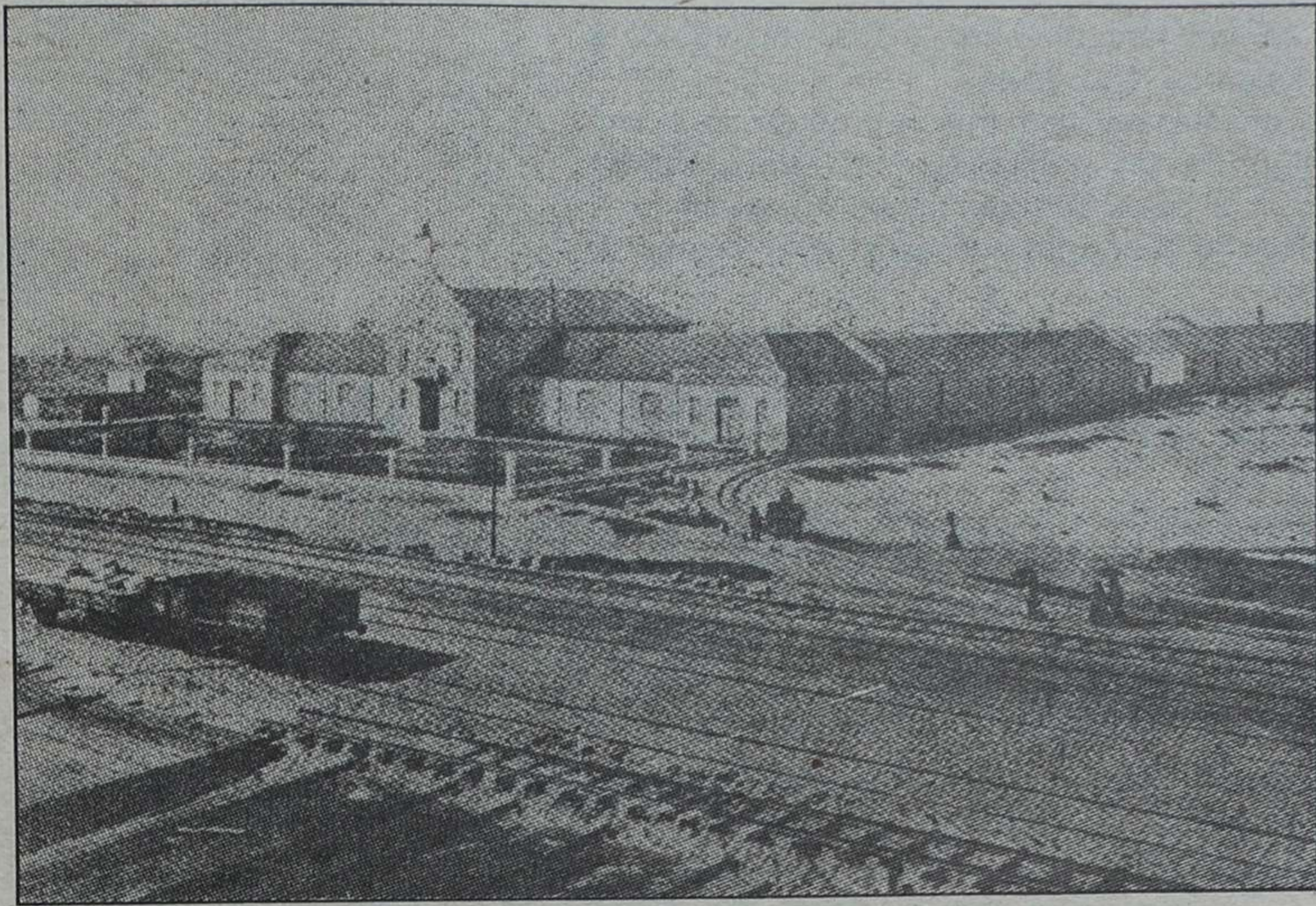
Depois de um período em que esteve emigrado no Brasil, Benjamim Dias mete ombros a mais uma iniciativa, lançando a Liga dos Interesses Gerais de Espinho, que seria o trampolim para a criação do «Defesa de Espinho» que, como se sabe, dirigiu até à sua morte, em 1973, sem ter a alegria de ver Espinho elevado a cidade, um ano depois.

Apagadas, ou quase, as lutas do passado, o «Defesa de Espinho» aparecia distanciado de «questões pessoais de qualquer espécie» (Estatuto editorial do Jornal).

Benjamim Dias, com efeito, pretendia, ao fundar o «DE» ajudar o progresso de Espinho, pugnar pelos seus mais legítimos e sagrados interesses.

Ainda que à custa de certas cedências ao Salazarismo — não está bem claro se Benjamim Dias cedia ao Salazarismo por imposição da censura ou por depositar as esperanças de que o Estado Novo, com a reposição da ordem, viesse possibilitar um maior progresso de Espinho — a Benjamim Dias esperavam grandes lutas, que lhe trariam incómodos de vária ordem, por um engrandecimento cada vez maior desta terra em prol da qual muito fez e a quem Espinho muito deve.

Recolhas e consultas: «Monografia de Espinho», Alvaro Pereira, 1981 Tese de Licenciatura de Violanda Moraes, 1944 «Defesa de Espinho», edições de 27 de Março de 1932 e 23 de Junho de 1973. «Os Grandes Enigmas do Nosso Tempo», Amigos do Livro, Ld.^a E ainda informações de Lusitano Gil.



Fábrica Brandão Gomes em 1900. Em torno dos proprietários desta importante empresa, Augusto Gomes e Adriano Brandão, gravitavam os monárquicos locais que formavam o chamado «grupo da fábrica», liderado por Simões Pedro, «peão» daqueles industriais.

DEFESA DE ESPINHO
Heddomedário regionalista
ANO I
Benjamim da Costa Dias
LIGA DOS INTERESSES GERAIS DE ESPINHO
Associação de Proprietários
Associação de Agricultores
Associação de Comerciantes
Associação de Artesãos
Associação de Estudantes
Associação de Professores
Associação de Funcionários
Associação de Retirados
Associação de Pensionistas
Associação de Desempregados
Associação de Doentes
Associação de Deficientes
Associação de Idosos
Associação de Crianças
Associação de Mulheres
Associação de Homens
Associação de Jovens
Associação de Adultos
Associação de Velhos
Associação de Todos

O NOSSO PROGRAMA
Beneméritos de Espinho
Viagem presidencial
Reconhecimento
Campo de Aviação
Páscoa
Mensagem de hora
Associação Comercial e Industrial
Este número foi enviado pelo Conselho de Gestão

Primeira página da edição n.º 1 do «Defesa de Espinho», publicada a 27 de Março de 1932. Em «O nosso programa (estatuto editorial) lê-se a dado ponto: «Não nos interessam lutas nem questões pessoais de qualquer espécie. As opiniões que não estiverem connosco estarão contra nós».



Uma vista da Av. 8 em 1932, ano da fundação do «DE». À direita, vê-se o então Casino Peninsular e à esquerda a estação de caminho de ferro, a mesma dos nossos dias.

DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO

Uns quantos amigos juntam-se na «tasca» da esquina e decidem formar um clube lá na zona.

E começam a ensaiar os primeiros chutos na bola com outro grupo de amigos da «tasca» da outra esquina, em disputa de modestas taças, cheias de cultura física e são convívio. É isto, afinal, o verdadeiro desporto, que regra geral se ignora.

Verdadeira prática desportiva faz-se nos clubes populares

ACRE, uma forma diferente de cultura física

Os grupos desportivos populares, vulgarmente conhecidos por clubes de bairro, têm, pelo menos no concelho de Espinho (e não é, por certo, caso inédito) um papel muito importante na massificação desportiva.

Muitas pessoas que até determinada idade nunca praticaram qualquer actividade desportiva, vieram a adquirir o «bichinho» do pontapé na bola nesses clubes onde, agora e regularmente, fazem exercício físico e competição.

A importância dessas colectividades, o seu contributo para o

verdadeiro desporto nunca mereceu grande atenção da comunicação social e, pela nossa parte, nos penitenciamos. Hoje, a TV, a Rádio e os jornais interessam-se sobretudo pelo desporto-espectáculo que arasta multidões e que, tratado com grande destaque, atrai leitores, telespectadores ou radiouvintes, conforme os casos. Quase se esquece que o desporto por amor à camisola existe, precisamente nos clubes populares onde, inclusive, são os próprios atletas que, ao contrário do desporto profissional e do dito

amador, se cotizam para pagar as despesas.

Por isso e por nós, vamos hoje relegar para segundo plano o desporto-espectáculo e vamos falar das alegrias, dos anseios, enfim, da vida de um clube de bairro.

Poucos leitores conhecerão a Associação Cultural Recreativa de Espinho.

Foi fundada há menos de um ano e os seus problemas são quase tirados a papel químico — os mesmos de qualquer outro género que existem por esse concelho, por esse país fora. E só em Espinho, são dezenas.

DESPORTO GRAÇAS À ESCOLA SÁ COUTO

«A nossa colectividade pretende preencher aquele espaço vazio que existe no desporto espinhense, nomeadamente num Sporting de Espinho, na Académica ou num Académico, onde a prática desportiva deu, há muito tempo, lugar à competição» — palavras de Armando de Ataíde Magalhães, 35 anos, empregado de banca, natural de Santa Maria de Lamas e residente na cidade de Espinho.

Armando Magalhães é um elemento dos cerca de vinte que presidiram à comissão que deu origem à formação da ACRE. A seu lado um valoroso grupo de jovens apoiam-no activamente, onde entre outros é justo destacar nomes como: António Fer-

reira, Augusto Gouveia, Rosa Maria, Ana Maria, etc.

«Desde a nossa fundação, que ocorreu em Outubro do ano passado, temos vindo a praticar diversas modalidades — continuou o nosso interlocutor — tais como a ginástica feminina (para todas as idades) e o Futebol de Salão, também para o sexo feminino, embora os homens também pratiquem esta modalidade. A Ginástica que se pratica na ACRE é apenas de manutenção e é ministrada por duas «miúdas».

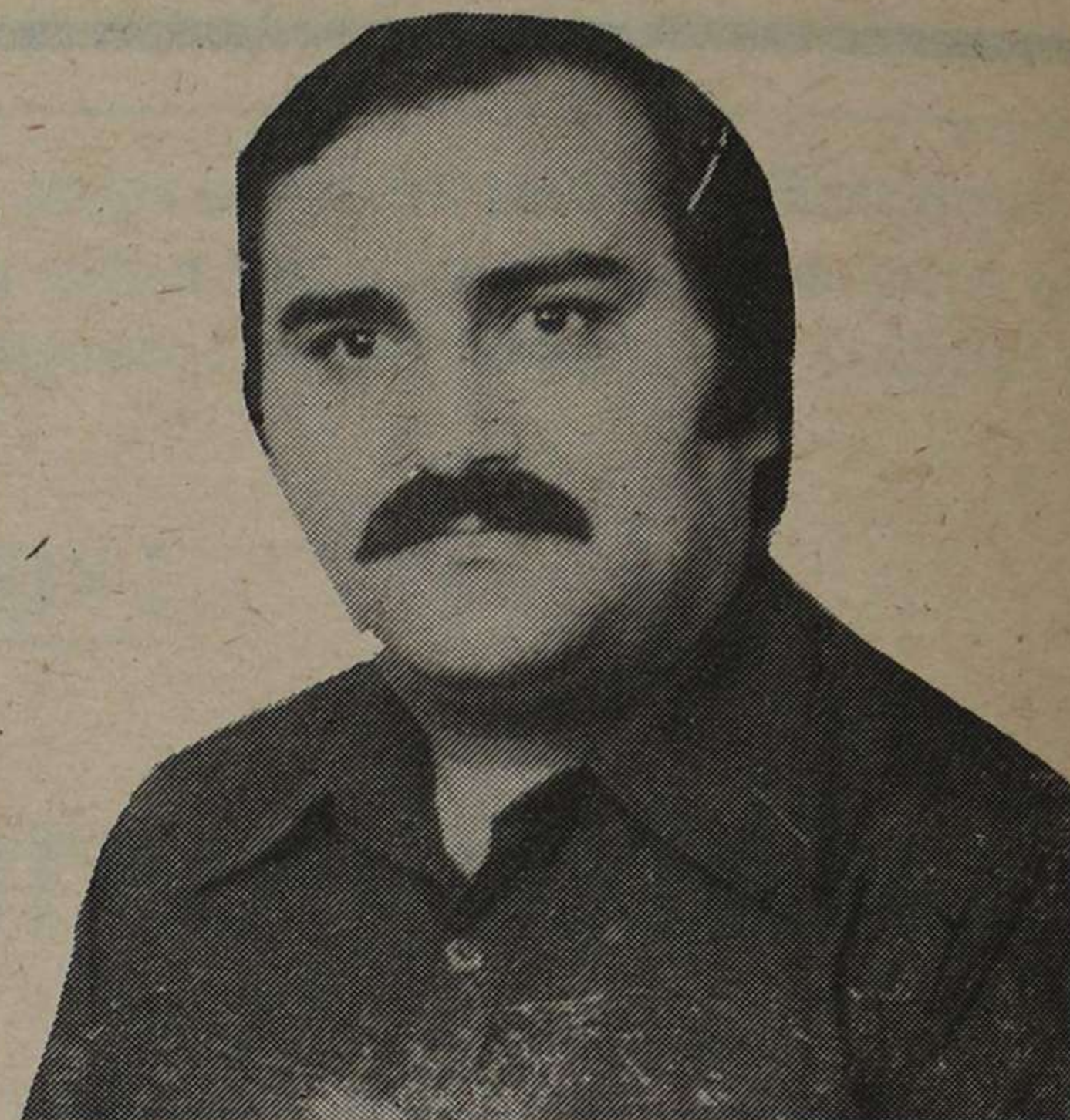
«Temos ainda o Atletismo (ambos os sexos) e o Voleibol masculino, mas em nada competimos nem estamos interessados em fazê-lo».

Interrogado acerca das instalações desportivas do clube, o entrevistado disse-nos: «A Ginástica tem estado em bom ritmo de funcionamento, graças à boa vontade do Conselho Directivo da Escola Preparatória Sá Couto, que nos aluga as suas instalações (ginásio da Rua 19) pela quantia de 120 escudos à hora».

ACRE'S VÃO ÀS URNAS EM ABRIL PRÓXIMO

Reunida pela primeira vez em Outubro de 1981, a Associação Cultural e Recreativa de Espinho teve já, há bem pouco tempo, a sua primeira assembleia de associados, que aprovaram os estatutos da colectividade.

No entanto, Abril vai ser um mês importante. É com efeito a 30 de Abril que os associados da



ARMANDO DE ATAÍDE MAGALHÃES

«A nossa colectividade pretende preencher aquele espaço vazio que existe no desporto espinhense, nomeadamente num Sporting de Espinho, na Académica ou num Académico, onde a prática desportiva deu, há muito tempo, lugar à competição»

ACRE vão eleger os seus primeiros corpos gerentes.

Mas, entretanto, Armando Magalhães anuncia outras programações: «Como não estamos interessados em participar em provas desportivas com carácter oficial, pensamos em promover diversos convívios desportivos, intercâmbios com outras associações recreativas e passeios onde possamos reunir a família da ACRE, que no fundo são os nossos associados e seus familiares. Por ter falado em associados, quero dizer que os nossos pagam uma cota mensal de 20 escudos, e todas as despesas dependentes da utilização de recintos desportivos são por conta dos sócios e praticantes, já que estes se cotizam».

ACRE APELA AOS ESPINHENSES

A ACRE neste momento conta com cinquenta praticantes, de ambos os sexos, e a sua maior dificuldade reside na utilização de instalações desportivas. Das suas dificuldades e possibilidades nos dá conta ainda o nosso entrevistado: «Quanto às despesas e dificuldades financeiras, elas quase não existem na ACRE. São apenas as despesas correntes e a utilização de pavi-

lhões. De futuro, pensamos vir a editar um boletim mensal e a realizar um colóquio, que já estamos a preparar e que será baseado no tema: «Violência no Desporto», quanto a realização de âmbito de convívio, fizemos dois grandiosos bailes: um de Fim do Ano e outro de Carnaval.»

A terminar, Armando Magalhães quis deixar aqui bem expresso um apelo: «Em relação às entidades da nossa terra, apenas o que pretendemos é a ocupação de instalações desportivas, bem como a cedência do Salão Nobre da Piscina pela Câmara de Espinho, quando dele necessitarmos. Não queria deixar de apelar, a terminar, aos espinhenses, para que vejam na nossa Associação, uma forma diferente e saudável de passarmos os nossos tempos livres. Conosco as pessoas podem correr, saltar, exercitarem-se e jogarem, sentindo assim os efeitos saudáveis destas práticas desportivas, em troca com as horas passadas dentro do ambiente poluído dos cafés».

OS CLUBES QUE TEMOS

São três as grandes colectividades desportivas do nosso concelho, por ordem de existência e importância, a saber: Sporting Clube de Espinho, Associação Académica de Espinho e Clube Académica de Espinho.

Como é sabido, o SCE representa a cidade e o seu concelho na prova máxima do futebol: o «Nacional da I Divisão», onde ingressou, pela primeira vez, na época de 1974/75.

Fundado a 11 de Novembro de 1914, tem portanto, 67 anos possui a sua sede no n.º 737 da Rua 8 e pratica as suas modalidades, quer no Campo da Avenida, quer no Pavilhão Joaquim Moreira da Costa.

Contando com uma massa associativa à volta dos 4 mil associados, os «tigres» têm em movimento cerca de um milhar de atletas, distribuídos pelas seguintes modalidades: Andebol de Sete, Atletismo, Futebol, Ginástica, Pesca Desportiva, Voleibol, Culturismo e Damas.

Actualmente é presidente do clube, José Carvalho da Fonseca e as suas aspirações são, a construção de um estádio (municipal) e a permanência na divisão maior (primeira de futebol).

Por seu lado a AAE foi e continua a ser um baluarte no Hóquei em Patins. A sua turma principal (seniores) desta modalidade, milita na II Divisão, para onde desceu na época de 1980/81.

Nascida a 22 de Janeiro de 1938, completou já 44 anos de vida, tem a sua sede, também na Rua 8, embora com entrada pela Rua 21, onde as suas instalações sociais fazem esquina, para além de possuir um magnífico pavilhão gimnodesportivo: o Pavilhão arqt.º Jerónimo Reis.

Possui uma massa associativa de cerca de 2 mil sócios, movimenta meio milhar de «jovens» e pratica as seguintes modalidades:

Ginástica, Hóquei em Campo, Hóquei em Patins, Voleibol, Xadrez, Pesca Desportiva e Patinagem Artística.

Adérito Castro dos Santos é o timoneiro dos academistas, tendo assumido a presidência em Janeiro passado, com o objectivo de dar outra dinâmica ao clube, que parece vir faltando.

Finalmente o CAE completou, no passado dia 9 do corrente, 25 anos. Nascido em 1957, a popular colectividade conta no activo com pouco mais de duas centenas de sócios e tem já uma moderna e funcional sede, na Av.ª 8 n.º 1096.

Dirigida por Américo Rodrigues de Freitas, pratica as modalidades de Futebol, Ciclismo, Atletismo e Pesca Desportiva, movimentando centena e tal de atletas.

O Académico é conhecida na cidade, como o «embaixador» de Espinho além-fronteiras.

golfe

No Oporto Golf Club

PROVAS DE ABRIL A JUNHO

O Oporto Golf Club continua a promover a realização das provas respeitantes ao seu calendário para a presente época de 1982.

Depois de no passado domingo se ter disputado a «Taça Jubilee», eis quais as provas correspondentes aos três meses que aí vêm:

ABRIL

Sábado, 3 e Domingo, 4 — Taça Nicolau de Almeida (prova aberta).
Quinta, 1 — Sexta, 2 — Sábado, 3 e Domingo, 4 — Campeonato Nacional de Juniores, em Vilamoura.
Quinta, 8 — Sexta, 9 — Sábado, 10 e Domingo, 11 — Campeonato Nacional «Match-Play», em Palmareis.
Sexta, 23 — Sábado, 24 e Domingo, 25 — Campeonato Nacional de Clubes, em Espinho

MAIO

Sábado, 15 — Taça Delaforce (1ª. volta).
Domingo, 16 — Taça Delaforce (2ª. volta).
Sábado 22 — Taça Delaforce (3ª. volta).
Domingo, 23 — Taça Delaforce (4ª. volta).

JUNHO

Sábado, 5 a Domingo, 13 — Torneios de Vidago. Sábado, 19 e Domingo, 20 — Taça Paulo Reis (para singulares homens).
Sábado, 26 — Taça Delaforce (5ª. volta)
Domingo, 27 — Taça Delaforce (final).
Sábado, 26 e Domingo, 27 — Campeonato Nacional de Seniores, em Miramar.

O primeiro nacional de Voleibol do Sporting Club de Espinho foi conquistado há 25 anos. A propósito desta efeméride, ouvimos um dos «heróis» dessa brilhante façanha – Carlos Padrão.

Carlos Padrão

fala-nos da façanha

Foi há 25 anos que o SCE ganhou o 1.º título nacional de Voleibol



Eis os gloriosos voleibolistas espinhenses que a 28 de Julho de 1957, há 25 anos portanto, conquistaram o Campeonato Nacional de Voleibol. Em pé da esquerda para a direita: Carlos Ferreira (director), António Natário, João Quinta, Armando Figueiredo, Morado, Valdemar Bodas, António Teixeira e Carlos Padrão. Ajoelhados e pela mesma ordem: Carlos Bouçon, Amadeu Andrade, arqt.º Jorge Moreira, José Alcobia e Valter Brandão. O Sporting de Espinho alcançou os seguintes resultados: 2-3 com o Benfica, 3-1 ao Sporting, 3-2 ao F. C. Porto e na final (oito dias depois) 3-1 contra o Benfica. Classificação: 1.º SCE, 2.º Benfica, 3.º F. C. Porto, 4.º Sporting.

Coincidindo com os 50 anos do «Defesa de Espinho», também no ano corrente, exactamente em 3 de Agosto, se completam 25 anos sobre a data em que o S. C. Espinho conquistou o 1.º título de Campeão Nacional de Voleibol.

Achamos interessante a coincidência e resolvemos assinalá-la mercê do testemunho de alguém que protagonizou como pedra importante aquele extraordinário acontecimento desportivo. Sobre o que tal feito representou em termos de desporto genericamente e especificamente em termos de modalidade, conversamos com um dos mais preponderantes elementos da gloriosa equipa dos tigres, que tão galhardamente se bateu frente a conjuntos reconhecidos antecipadamente como superiores, cometendo uma das mais brilhantes façanhas do historial já longo e recheado de êxitos do S. C. Espinho.

O seu nome dispensa apresentações, pois que mesmo após ter deixado de jogar, sempre se manteve ligado ao clube dos tigres, quer como treinador de voleibol, ou como dirigente de elevados méritos, tendo até sido seu presidente e tornando-se assim, pelo seu amor e dedicação ao S. C. Espinho, não obstante a sua apaixonada maneira de viver os problemas do clube e tornar facilmente uma figura algo controversa, um dos mais notáveis desportistas da nossa cidade, a quem o desporto local em geral e o S. C. Espinho em particular, muito devem.

Trata-se de Carlos Padrão, actualmente retirado das lides activas, mas sempre interessado em tudo o que diga respeito ao clube dos tigres.

A nossa informal conversa decorreu no pavilhão do S. C. Espinho, pouco antes do início do encontro com o F. C. Porto. Começamos por pedir a Carlos Padrão, que viveu intensamente, como jogador fundamental na manobra da equipa, a obtenção do 1.º título, que nos dissesse o que representou para o voleibol espinhense e nortenho aquele triunfo.

Ouvimos.

«O 1.º Campeonato Nacional que ganhámos, em 1957, representou um marco importantíssimo para o voleibol espinhense e nortenho.

Até aí a supremacia do sul era realmente evidente. Considero que a nossa equipa, muito embora fosse efectivamente de bom nível, não era nesse ano a melhor. No entanto, a sua garra, o apoio do público e um bocadinho de felicidade, fizeram com que ganhássemos e a partir daí deu-se o arranque fundamental na modalidade a nível do nosso clube e da própria região nortenha. É que daí para a frente passámos a ser respeitados e a ter responsabilidades muito maiores. Isso fez com que alguns dos atletas, que simultaneamente praticavam outras modalidades, como era o meu caso por exemplo que jogava também futebol, optassem apenas pelo voleibol, com a consequente melhoria em termos pessoais e da equipa. O carinho que as gentes de Espinho já nutriam pela modalidade redobrou e a mesma sofreu os benefícios desse renovado entusiasmo o que veio a fazer com que as camadas jovens, e é bom não esquecer que o S. C. Espinho já era campeão regional crónico em juniores, tivessem o apoio e incentivo necessários ao seu progresso e por via disso ao da própria modalidade.

Lembro aqui que o extinto e saudoso Colégio de S. Luís teve um papel preponderante no desenvolvimento do voleibol espinhense, pois foi lá que se a maioria dos jogadores que haveriam de atingir as culminâncias do voleibol nacional ao serviço do S. C. Espinho e da própria Selecção Nacional.

Esse núcleo do velho S. Luís foi realmente fundamental para o nível de notoriedade que a modalidade veio a atingir em Espinho.

Resumindo, a partir do 1.º título Nacional, a secção organizou-se devidamente e graças ao esforço e dedicação de homens como Joaquim Cadinha e Carlos Ferreira, além de outros que agora não me ocorrem, o voleibol do S. C. Espinho escreveu das páginas mais brilhantes do historial do clube. Uma palavra também para o professor Falcão que ingressou no clube em 58/59 e com o seu trabalho honesto e competente a prática da modalidade, com os frutuozos resultados que se conhecem.

Perguntámos depois ao Carlos Padrão se considerava que o feito conseguido, dado o nível do voleibol português de então, que salvadas as devidas proporções e a grande evolução sofrida pela modalidade, era superior ao actual, é pelo menos tão valioso como o mesmo título obtido agora, não tendo em conta evidentemente, a influência que o primeiro grande êxito teve no desenvolvimento do voleibol local.

Escutámos.

«Não sou saudosista. O voleibol avançou muito a partir de 1964. As alterações às regras, como o manchete, a passagem do bloco, os 3 toques, vieram exigir uma maior preparação físico-atlética e nós estávamos rotinados noutro género de voleibol e tínhamos estruturas deficientes que não se notavam tanto até então, porque possuíamos excelentes praticantes, de bom nível de alturas, que suprimindo diversas carências, no tipo de voleibol que se jogava na altura, constituíram realmente uma boa Selecção Nacional. Recordo que em 61 ganhámos à Itália e a outros países, só perdendo com a França. E da selecção desse tempo faziam parte vários atletas do S. C. Espinho, tais como o Salvador, o Natário, o Teixeira, o Toni Neves e eu próprio.

Indagámos depois de Carlos Padrão a sua opinião sobre o algo longo período de penumbra e até certa decadência do voleibol do S. C. E..

Respondeu-nos:

«Passou-se apenas que o F. C. Porto dedicou-se de forma ainda mais empenhada à modalidade e apostou numa equipa jovem. Ultrapassou assim o S.C.E. que não tinha grandes estruturas. Para além disso o serviço militar e a guerra que então se travava nas colónias, dispersou os valores que então despontavam. É preciso ver que a minha geração foi mais feliz, pois muitos de nós ainda nos livrámos do serviço militar, o que não viria a acontecer posteriormente aos outros. Há também que considerar que a nossa equipa tinha um elevado nível de alturas o que como é sabido é muito importante no voleibol e acresce ainda que, passe a imodéstia, jogadores como alguns desse tempo, não aparecem todos os dias. Repito que não sou saudosista e fui depois treinador do meu clube, tendo tido oportunidade de orientar atletas de bom nível, mas que pelo motivo apontado acima ou quaisquer outros, não atingiram o nível das célebres equipas dos anos 60.

Para finalizar o desfiar de agradáveis recordações e interessantes considerações de vária ordem, perguntámos ao nosso interlocutor se considera que os jogadores do seu tempo teriam lugar na 1.ª equipa de agora e o que pensa do futuro do voleibol do S. C. Espinho.

Eis as respostas.

«Permito-me repetir que não sou saudosista. Penso no entanto que integrados nos esquemas de trabalho actuais os atletas de então integrar-se-iam sem dificuldades em qualquer equipa nacional de hoje. É que para além da boa estatura e lembro aqui que tanto eu como o Zé Salvador, o Teixeira, o

Natário, o Mário Teófilo, o Valter, etc., temos mais de 1,80 m., nós jogávamos sempre com um espírito de equipa e uma garra notáveis e tecnicamente nada ficávamos a dever aos jogadores actuais.

Repara que o Zé Salvador, que dos titulares dessa época foi o que mais tarde se retirou da actividade salvo erro jogou até 68 ou 69, não me lembro bem, saindo com 35 ou 36 anos, era ainda peça fundamental na equipa, apesar de todas as alterações e da evolução sofrida pelo voleibol desde o tempo em que começou.

Quanto ao futuro estou descansado. A equipa actual é jovem, recheada de bons valores. Tem realmente grandes potencialidades e está a ser bem trabalhada técnica e fisicamente. Auguro, portanto, um bom futuro à modalidade dentro do clube. É preciso é que os atletas se integrem no plano de trabalho do técnico. Desde que encarem a sério a modalidade. O futuro, repito, será risonho. É importante organizar a secção de molde a criarem-se responsabilidades aos jogadores, traçando-se directrizes e exigindo-se o seu cumprimento. Porque quando os jogadores não querem, tudo o mais é perder tempo. Um aspecto muito importante no trabalho das classes jovens é a selecção por alturas. É preferível ter muito mais trabalho com um jogador alto e desajeitado do que menos com um baixo embora muito jeitoso. É que chegando aos seniores a altura é fundamental no voleibol. Isto claro salvaguardando as devidas excepções, pois há jogadores baixos que são de tal modo bons tecnicamente e com um poder de impulsão que lhes permite singrar na modalidade. Para finalizar volto a repetir que os tempos vindouros serão risonhos para o voleibol do S.C. Espinho. E ainda bem, pois indubitavelmente o voleibol é a modalidade que constitui a menina dos olhos dos desportistas de Espinho, a mais querida realmente, logo a seguir ao futebol».

Chegámos ao fim da agradável e informal conversa que mantivemos com Carlos Padrão, a propósito dos 25 anos que agora se perfazem relativamente ao 1.º título nacional de voleibol sénior conseguido pelos tigres o qual esteve na origem de enorme onda de entusiasmo e posterior surto de progresso da modalidade em Espinho, que se tornou um dos mais importantes senão o mais importante centro do voleibol nacional.

Resta-nos dizer que conversar sobre desporto com Carlos Padrão é ter o prazer de ouvir alguém profundamente conhecedor da problemática desportiva do S.C.E. e do desporto em geral.

Recordamos agora com muito agrado a constituição da equipa que trouxe para a nossa terra o 1.º título Nacional de Voleibol: Carlos Padrão, Valter Brandão, Jorge Moreira, António Teixeira, José Alcobia, Amadeu Andrade, António Natário, Valdemar Bodas, Augusto Morado, Figueiredo, Carlos Bouçon, Quinta.

Recordamos ainda que o S.C.E. para chegar ao título ganhou ao S.C. Portugal por 3-1, ao F. C. Porto por 3-2 e perdeu com o Benfica por 3-2. Beneficiando da derrota dos encarnados com o S. C. Portugal, o S. C. E. disputou com a equipa da Luz uma finalíssima em que venceu por 3-1.

Assim se escreveu uma das páginas imorredoiras do desporto espinhense e especificamente do S.C. Espinho, já lá vão 25 anos, a completar em 3/Agosto/82.

Foi fundado há 70 anos. Tem tido altos e baixos e fases mesmo críticas. Mas também fases memoráveis. Falamos, já se vê, do Orfeão de Espinho, cujo presidente entrevistámos.

Setenta orfeonistas, repartidos pelo grupo coral, rancho juvenil, secções de teatro e variedades, 300 sócios e, mais que o problema financeiro, o da falta de instalações próprias. Uma aspiração que faz correr a actual direcção.

Extraviados alguns testemunhos do passado é, por isso, difícil descrever aqui o que foi o passado da colectividade. Pode, no entanto, dizer-se que o orfeão era o suporte principal das marchas luminosas que se realizavam em Espinho e que o seu rancho juvenil ganhou um primeiro prémio em Lisboa num festival folclórico.

Recuperar o passado, transportá-lo para o

Presidente em entrevista

OBJECTIVO PRÓXIMO DO ORFEÃO É CONSEGUIR INSTALAÇÕES

O principal anseio do Orfeão de Espinho é conseguir instalações próprias — diz-nos o presidente da colectividade, Nelson Pais, numa extensa entrevista.

Nelson Pais considera lamentável o facto de esta colectividade, que conta 70 anos de existência, não disponha de sede nem sequer de sala de ensaios para as suas diversas secções.

— **O que é o Orfeão de Espinho?**

— O Orfeão de Espinho é uma colectividade recreativa e cultural que se dedica ao desenvolvimento da música coral, do folclore da terra e da região e desenvolve também uma parte artística de teatro com aproveitamento dos componentes para desenvolver uma actividade de música popular com canções e fados, aproveitando as qualidades dos seus componentes.

— **Quando foi fundado?**

— Foi fundado em 11 de Fevereiro de 1912. Ou seja, neste ano a completar o 70.º aniversário da sua existência.

— **E ao longo destes 70 anos, que tem feito o orfeão em prol da cultura e recreio?**

— Não tanto como antigamente, mas já vai caminhando no sentido de continuar a divulgar a música e as letras que foram escritas por grandes poetas da nossa terra que no passado longínquo e não muito longínquo tiveram grandes sucessos.

Estou-me a referir às Bem-aventuranças, Sermão da montanha e à Miraculosa, escritas por Carlos de Moraes e a música composta por Fausto Neves, que foi continuando por seu filho Mário Neves e que tiveram êxito não só em Espinho mas em todo o país, porque a Miraculosa foi cantada a nível nacional.

— **No entanto, o orfeão teve uma crise nos anos 60 que levou à paragem das actividades da colectividade...**

— Isso acontece em qualquer colectividade porque uma colectividade que viveu à base de um Fausto Neves, ou primeiro um dr. Fernando de Matos, depois um Fausto Neves, depois um Clemente Ramos e depois do Fausto Neves praticamente até à sua morte era uma colectividade que se regia à volta quase de um capitão ou de um comandante. Enquanto esse capitão ou esse comandante existe, ou esse ídolo existe, a colectividade anda. Desparecendo o indivíduo que lhe serve de suporte, que faz a continuidade de uma obra, morre, pois uma colectividade tem sempre uma crise. Como não aparecem homens como Fausto Neves e Mário Neves de pé para a mão, o Orfeão de Espinho não podia fugir à regra de que enquanto não

aparecesse outro indivíduo que tomasse conta do orfeão, pois ele tinha que estar não morto mas paralisado.

— **De qualquer modo, vai ser difícil arranjar novamente homens como esses.**

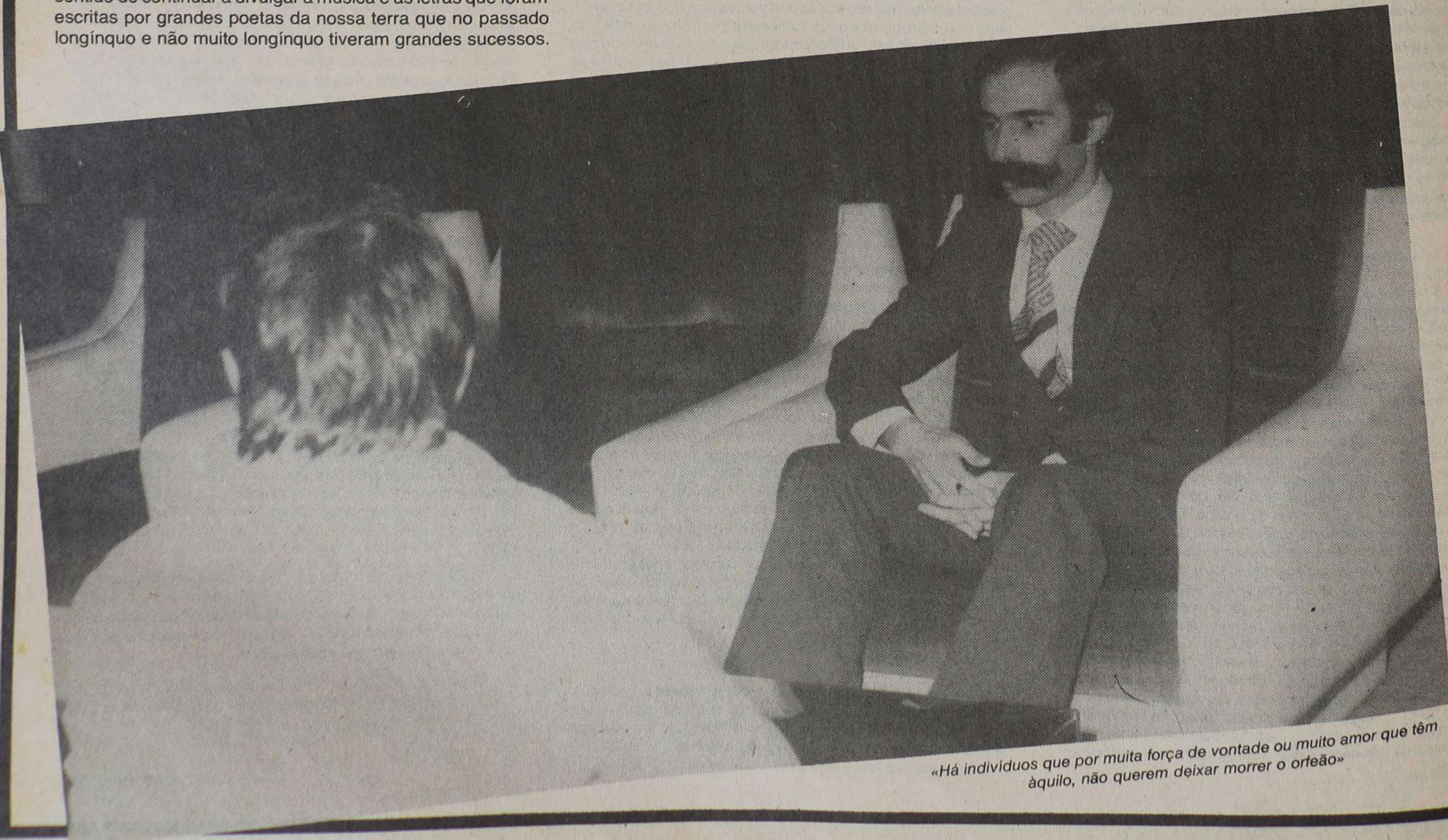
— Dificilmente. Não é fácil aparecerem indivíduos com a formação e estrutura musical, no mínimo como esses indivíduos. O que podem aparecer são homens de boa vontade, meia dúzia de homens de boa vontade que assegurarão o funcionamento de um orfeão, neste caso o Orfeão de Espinho, com a colaboração de um maestro ou de um ensaiador artístico para cada uma das suas actividades mas nunca atingindo um nível que atingiu de 1912 até 1955 ou até 1967.

— **Foi, portanto, em 67, que o Orfeão paralisou as suas actividades?**

— Sim, até 79.

— **Como é que se processou, em 79, o ressurgimento do Orfeão de Espinho?**

— O orfeão saiu da inactividade porque espinhenses que,



«Há indivíduos que por muita força de vontade ou muito amor que têm àquilo, não querem deixar morrer o orfeão»

futuro, por exemplo fazendo ressurgir as marchas luminosas, como nos diria o presidente do orfeão já após a gravação desta entrevista é um objectivo da colectividade. Que passa, naturalmente pela localização de um edifício que lhe possa servir de sede. É que é preciso planear e ensaiar. E são coisas que não se podem andar a fazer na residência de A, B ou C.

Mas vamos à entrevista.

FEÃO LOCAL PRÓPRIAS

como eu, gostavam de ver e ouvir o orfeão, sentiram uma certa nostalgia pela sua inactividade, arranjam um grupo de homens de boa vontade e deram um empurrão...

— **É capaz de citar alguns nomes desses impulsores do resurgimento do orfeão?**

— Desses espinhenses, destacam-se o Sebastião Prata, o Cadete Duarte, o Carlos Xabregas, Fernando Balona, Manuel Rodrigues, esse teve uma colaboração não activa mas pelos seus conhecimentos do passado, quer dizer um elo de ligação entre a paralisação e o renascimento do orfeão. Portanto, ele serviu de elo para que a direcção que em 1979 tomou conta dos destinos do orfeão fosse tomando conhecimento do que tinha sido o Orfeão do que ficou e do que se podia aproveitar do antigo orfeão.

Mas não foi bem em 79 que o orfeão ressurgiu. Foi montada a máquina organizativa, foram contactados organismos para obtenção do apoio necessário para a sua actividade, porque não era só aparecer meia dúzia de coralistas ou dançarinos que iam fazer o orfeão. Um orfeão por muito pouco que gaste tem sempre necessidade de meios monetários para sobreviver e, além de tudo, tinha um grande problema que era a falta de instalações onde desenvolvesse o seu trabalho, nomeadamente os seus ensaios. Portanto, estes homens, Carlos Xabregas, Sebastião Prata, Fernando Balona, Cadete Duarte e Manuel Rodrigues, acompanhados por outros velhos orfeonistas tiveram uma dificuldade bastante grande em arranjar a tal sala onde pudessem concretizar o renascimento do orfeão.

— **Mas conseguiram?**

— Sim. Com o auxílio dos Bombeiros Voluntários de Espinho e Espinhenses, o orfeão começou a ensaiar ainda em 1979. Depois também por dificuldades de salas nessas colectividades, teve que se mudar para as escolas primárias da Rua 23. Em 80, 81 e já nesta parte de 82, esta Direcção e as direcções anteriores não se têm poupado a esforços para arranjar um local próprio e não andarem de Meca para seca à procura de instalações ou para reunir, que é o menos, e principalmente para ensaiar, porque são precisos quatro dias por semana para os ensaios do orfeão. Uma sala um dia por semana não chega. Para uma colectividade que tem um grupo coral, um rancho, tem uma actividade teatral e musical, é preciso uma sala não pequena e no mínimo quatro dias por semana.

— **Qual o número de orfeonistas?**

— O orfeão terá à volta de 70 componentes, divididos pelo grupo coral, 40, e pelo rancho, 30. As outras secções são desenvolvidas com os elementos que já fazem parte ou do coral ou do rancho.

— **E o número de associados?**

— O orfeão, nesta altura, tem cerca de 300 sócios.

— **Esses 300 sócios suportam as despesas da colectividade?**

— A cotização dos associados chega para as necessidades correntes do orfeão. Mas para desenvolver uma actividade própria à que foi levada a efeito no ano de 1981 teremos de contar com o apoio da Câmara Municipal, da Solverde e de organismos estatais, porque isto acarreta grandes despesas.

— **No fim de 1980, o orfeão foi abalado por uma crise. A que é que ela se deveu?**

— A crise dos finais de 1980 foi uma crise de pessoas, de que só o Orfeão saiu prejudicado. Foi aquilo que está em voga chamar-se crise de poder, em que os responsáveis pelo orfeão na altura, ou não puderam ou não souberam evitar, ao ponto de ter havido uma sangria tanto de directores como de componentes do próprio orfeão. Isto passou-se principalmente no Rancho Juvenil de Espinho, em que se disputava o lugar de ensaiador artístico do rancho.

— **Mas tudo acabou por se resolver e o orfeão continuou?**

— Sim, o orfeão continuou, embora com algumas mazelas.

— **De qualquer modo, o ano de 1981 foi melhor que 1980?**

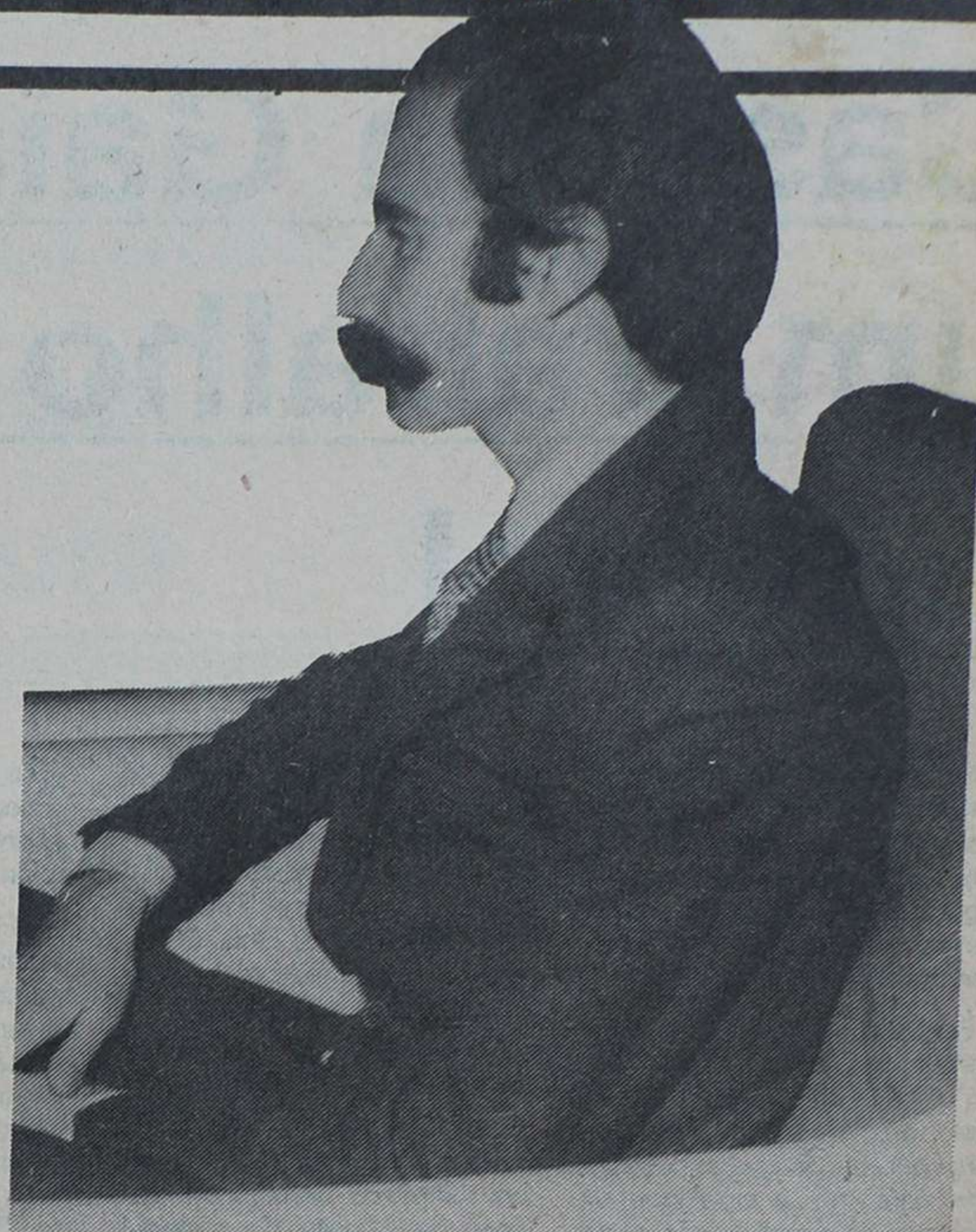
— Não há dúvida nenhuma que o ano de 81 foi ano como já não acontecia há muito tempo, em termos de orfeão pois a sua actividade foi quase constante ao longo de todos os meses do ano, a ponto de o Rancho Juvenil ter feito uma exibição em Espanha. Positiva ou não, foi uma exibição em Espanha. E o grupo coral, que é a base mais sólida do orfeão, participou em grande número de saraus musicais, em encontros de coros e num espectáculo que o orfeão levou a efeito no Auditório Nacional Carlos Alberto, no Porto.

— **Em qualquer colectividade há cada vez mais dificuldade em aparecerem direcções para tomarem conta dos seus destinos. Esse problema parece ter surgido agora no incógnito ano no orfeão. No entanto conseguiu-se uma direcção...**

— O Orfeão de Espinho não podia fugir à regra de também se debater com dificuldades para formar um elenco directivo. Só que talvez por ser uma colectividade pouco apoiada, há indivíduos que por muita força de vontade ou muito amor que têm àquilo, não a querem deixar morrer, ao ponto de quase obrigarem outros espinhenses a acompanhá-los na manutenção e revitalização do Orfeão de Espinho. Eu, pessoalmente, como presidente, já estava um pouco saturado, não pelo trabalho mas pelo ambiente vivido no orfeão — parece-me que também nas outras colectividades assim acontece. O ambiente não será o melhor, isso cansa as pessoas. Mas, por muita força de vontade e para levar a cruz ao calvário numa colectividade que afinal de contas é da nossa terra, rodeei-me de pessoas que também com boa vontade, com algum sacrifício da sua vida profissional e particular, mas com grande amor ao orfeão, tentamos aguentar o orfeão mais um ano, porque é mesmo tentar aguentar o orfeão mais um ano, porque sem as condições indispensáveis a esta colectividade, ou os homens vão aguentando ou o orfeão se pára, morre de vez.

— **Contraoando com o grupo coral, o rancho juvenil está, não diríamos em baixo de forma, mas atravessando um período menos bom, quer no aspecto de exhibições, quer na falta de juventude?**

— O Rancho Juvenil de Espinho, que é parte integrante do orfeão, tem sofrido muitas sangrias. A primeira foi em 1980 e agora nos finais de 81, princípios de 82, voltou a sofrer nova sangria, novo abandono de parte dos seus componentes ou dançarinos, por razões que só eles poderão explicar, decidi-



«Tem-se corrido quase toda a cidade à procura de um salão para os ensaios mas o que é certo é que ele não aparece»

ram abandonar. Vai outra vez o director artístico ter de recommençar novamente a ensinar música, a ensinar passes, a ensinar danças, para que o rancho juvenil atinja o nível que teve em tempos idos. Era um rancho que se deslocava a qualquer parte do país e era visto e ouvido com total agrado de toda a gente: lembro-me quando era rapaz novo que o rancho juvenil não ficava nada atrás dos ranchos com os quais actuava, alguns deles de muito nível, inclusive alguns estrangeiros que eu tive o prazer de ver nesses tempos que deixam sempre saudades.

— **Para além de dificuldades financeiras, quais são as principais do orfeão?**

— A dificuldade financeira não será a maior, porque quando há projectos, trabalho demonstrado e boa vontade, o dinheiro aparece. É preciso é que se demonstre trabalho que justifique os subsídios que as várias entidades atribuem ao orfeão de Espinho. Nesta altura, não nos fazia jeito nenhum ter muito dinheiro. Que nos interessaria o dinheiro nessa altura se nós não temos uma sede ou uma sala de ensaios. Isso sim, interessava-nos encontrar uma sala com uma dimensão capaz para se processarem os ensaios do Orfeão. Tem-se corrido quase toda a cidade de Espinho à procura desse salão e o certo é que ele não aparece. Naturalmente que o Orfeão de Espinho não foge à regra, como outras colectividades que se vêem também na aflição de arranjar local para desenvolver a sua actividade. Lamentável é que o orfeão, que tem 70 anos, possibilidades de em anos anteriores ter arranjado com mais facilidade uma sala de ensaios ou uma sede, nunca ninguém se tenha preocupado com isso. Quase que é um milagre uma colectividade como esta, com 70 anos, ainda existir. Porque 70 anos a ensaiar em casa de um, em casa de outro, em salas cedidas por uns e por outros, deve ser caso único no país. Não me consta que outras colectividades no país existam com tal carência. Além da falta de sala de ensaios, se aparece um local apropriado, estou convencido apareceria o dinheiro para pagar, é também muito lamentável que uma colectividade com 70 anos não tenha uma história, um arquivo e não tenha valores resultantes de contactos com outras colectividades, outras terras, medalhas, troféus, lembranças, a própria condecoração que o Rancho Juvenil de Espinho tem, mas que não aparece. Esses factos são realmente desalentadores para uma colectividade que se quer projectar mas que não tem a sua história própria, para que os novos directores, os novos orfeonistas possam conhecer melhor a sua colectividade e a desenvolverem e projectarem.

— **Principais anseios do orfeão a curto e a médio prazo?**

— Os anseios do orfeão são uma coisa que nesta altura andam na boca de todos os directores: é aparecer uma casa velha, um salão, um prédio novo com condições para se instalar definitivamente em casa própria o Orfeão de Espinho. Logo que esse desejo se concretize, estamos convencidos de que o orfeão, então sim, entrará no caminho e nunca mais levará interregnos, inactividades. O Orfeão, então, a partir daí terá uma projecção que já teve e os rapazes, raparigas, senhoras e homens que todos os dias, de Inverno ou Verão, se dedicam de alma e coração, terão outras possibilidades.

Casa da Gaia: um trabalho cultural notável

Fundada em 1971 com determinados objectivos, a Casa da Gaia alargou-os de tal modo que hoje se pode considerar senão a organização cultural mais importante do concelho da Feira, uma das mais importantes.

Sediada na freguesia de Argoncilhe, a Casa da Gaia — Centro de Cultura, Desporto e Recreio, é uma instituição de utilidade pública, das poucas do vizinho concelho, e detentora da medalha de mérito municipal da Feira. É conhecida, basicamente, por duas grandes iniciativas que têm vindo a levar a cabo há alguns anos a esta parte: os encontros de coros em terras da Feira e os encontros de folclore em terras da Feira.

Falámos com Fernando Ferreira, da instituição, a quem começámos por perguntar quais os motivos que levaram à designação «Casa da Gaia» estando a freguesia, embora próxima do concelho de Gaia, inserida no da Feira.

Explicou-nos Fernando Ferreira que quando pensaram fundar o grupo, encetaram diligências no sentido de conseguir uma

sede. Contactado o pároco da freguesia foi-lhes indicado como possível «abrigo» para a colectividade então em embrião prédio em ruínas que precisamente se designava Casa da Gaia. O proprietário, contactado, cedeu-lhes o prédio que eles restauraram e onde trabalharam até que foi demolido por inestético, já que prejudicava a vista à igreja paroquial.

Para a reconstrução do prédio em ruínas, os elementos fundadores da Casa da Gaia meteram ombros a várias iniciativas entre as quais uma venda de sardinhas e caldo verde na festividade de Senhora das Neves, no lugar de S. Domingos, de Argoncilhe, onde apuraram 8 contos, dinheiro imediatamente aplicado em materiais.

Mas concretamente em relação à designação Casa da Gaia, ela resultou precisamente da designação que tinha a primeira sede do grupo, como nos frisou Fernando Ferreira.

Enquanto a Casa da Gaia, colectividade, esteve na Casa da Gaia, prédio, os seus objectivos centraram-se basicamente no convívio no estudo em explica-

ções mas, diz-nos o dirigente, «chegou-se à conclusão que assim não íamos a lado nenhum».

«Ficamos desmotivados», acrescenta, explicando que pensaram, então, virar-se mais para o aspecto cultural. Em 1979, a Casa da Gaia já começou a fazer espectáculos culturais, avançando com a primeira secção cultural — o grupo coral.

Mas, refere-nos, «conhecíamos o meio e sabíamos que um espectáculo só com um coral não iria resultar. Avançámos, por isso, também para o folclore, canções, teatro, etc».

O primeiro espectáculo decorreu, naturalmente, em Argoncilhe e agradou. Em cerca de 3-4 anos, a Casa da Gaia, dedicou-se, pois, a este tipo de iniciativas, apresentando espectáculos em Argoncilhe e posteriormente, fazendo «tournées» na região: em Canedo, Espinho (no Casino), Grijó, Seixezelo, S. Fins, Vila da Feira, etc.

«Fazíamos, em média, 14 representações por ano, até que vimos que estávamos a trabalhar ao contrário. A partir de 77,

demos uma dimensão diferente ao grupo», promovendo as primeiras grandes iniciativas culturais, como o 1.º Encontro de Coros em Terras da Feira, que, nesse ano, decorreu em Santa Maria de Lamas.

Porquê Lamas e não Argoncilhe? — a pergunta impunha-se e fazia-os recuar no tempo, precisamente à altura em que a Casa da Gaia, colectividade, teve de abandonar a Casa da Gaia edifício.

Para Fernando Ferreira, impunha a demolição do velho edifício, inestético, embora isso viesse a ter o seu preço para a colectividade, obrigando-a a estender a mão a uma outra colectividade local, o Grupo Musical Estrela de Argoncilhe. Este tem albergado a Casa da Gaia até agora mas, de qualquer modo, não possui instalações suficientes para iniciativas do tipo Encontro de Coros.

Daí, portanto, que a Casa da Gaia tivesse promovido o seu 1.º Encontro de Coros em Santa Maria de Lamas, embora, mais tarde, na 5.ª e 6.ª edições, esta este ano, se voltem para a terra mãe da colectividade, depois de



FERNANDO FERREIRA
Argoncilhe tem uma actividade cultural impar no concelho da Feira

ter corrido várias localidades do concelho.

A dimensão diferente dada ao grupo, consistia em trabalhar por forma a obter uma melhoria qualitativa das suas secções, mormente a coral e a de folclore — mais tarde viriam também a ser realizados encontros de folclore em terras da Feira —, o que, pode-se dizer, foi conseguido.

Entretanto, um dos objectivos próximos da Casa da Gaia é a construção da sua sede própria, que, aliás, já começou a ser feito nos princípios deste mês.

«No Grupo Musical, não obstante a gentileza dos seus dirigentes, temos limitações de toda a espécie» — diz-nos Fernando Ferreira, referindo por exemplo, o facto de em determinados dias não poderem utilizar aquelas instalações.

A sede custará 7 mil contos e incluirá a parte social e um estúdio. Neste momento dispõe apenas de 800 contos mas «estamos esperançados que as entidades nos irão subsidiar», considerando que o justifica o facto de a Casa da Gaia ser considerada como instituição de utilidade pública.

blica, os encontros de coros e de folclore promovidos e a divulgação feita ao nome do concelho da Feira, facto que «a Câmara Municipal (da Feira) terá de reconhecer».

No que toca às realizações para este ano, a Casa da Gaia levará a efeito os seus 6.º Encontro de Coros em Terras da Feira e 4.º Encontro de folclore em Terras da Feira: o primeiro realiza-se em 2 de Maio, em Argoncilhe, como já se disse; também em Argoncilhe se realiza o segundo, a 31 de Julho.

Refira-se a propósito que o grupo folclórico da Casa da Gaia é o que a Federação Portuguesa de Folclore considera como mais representativo das danças e cantares típicas da Feira.

Para além das secções coral e de folclore, a Casa da Gaia tem uma secção desportiva, com xadrez, filiado, ténis de mesa e atletismo, movimentando, ao todo, cerca de 80 pessoas. Alguns dos elementos da secção de xadrez vão agora participar no respectivo campeonato nacional.

Argoncilhe é uma localidade de forte actividade cultural, embora prejudicada pela dispersão dos lugares aliada ao facto de não existir um verdadeiro centro da freguesia. Para além da Casa da Gaia, contam-se o rancho Regional de Argoncilhe, o Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, o Grupo Recreativo e Beneficente «A Flor de Aldriz», o Grupo Recreativo de Santa Isabel, a JOAC, Grupo Infantil.

Dizendo embora que «a cultura não se mede», considera que Argoncilhe tem uma actividade cultural impar no concelho. Talvez mesmo superior à de Paços de Brandão, onde, como se sabe, o CIRAC promove uma actividade assinalável.

SUBSÍDIOS PARA UMA MONOGRAFIA DA FREGUESIA DE GUETIM (3)

AMARO RODRIGUES

Todos nós guetinenses conhecemos a última das tecedeiras, embora, nem todos, estivessem ao par do seu ofício, pois, entre nós nasceu, entre nós se criou e entre nós, ainda vive.

A ela, vou dedicar este curto escrito.

Glória Pereira Duarte, de seu nome de baptismo: nome para os papéis oficiais. Para os guetinenses e para outras gentes das suas relações: ti Glória do Mestre; ti Glória da Rouxinola.

Nasceu a 20 de Fevereiro de 1911. Sua mãe, tecedeira, pronta que fosse a lide da casa, iniciou-a no mesmo ofício desde tenra idade: assim o exigia o sustento do lar.

Aos 27 anos, nos princípios da sua vida de casada, e após amealhar uns dinheiritos, resolveu-se a fazer vida, comprando então o seu primeiro e último tear. Duzentos escudos custou na maré. Em pau de carvalho, revalho de muito uso, o tear, «só trazia os paus do lado» segundo disse a sr. Glória.

Foi adquirido algures no ano de 1932, à sr.ª Maria do Pereiro, da vizinha Ervilhãca. Logo que lhe foi votada, aviadura, pente, caixa e organs, etc, o tear ficou como novo.

— Sr.ª Glória, porque desistiu de tecer? inquiri.

— «Já estou velha... (o estar velha, traduz-se nesta simpática anciã, em reumatismo numa perna, perna necessária ao trabalho do tear, pois que, quanto ao resto, nos seus 71 invernos, ainda está para rilhar o seu pedacito de pão por muitos e bons anos)... E também pouco dava» — acrescentou.

— Diga-me lá sr.ª Glória, acaso se lembre, quem foi o seu último cliente e o preço que levou por peça?

— «Ora, deixa cá ver... Foi a Margarida, a filha do ti Nêu Bar-

rote; levou duas passadeiras e pagou duzentos escudos, por ambas».

— Era esse preço que costumava levar?

— «Bem, dando o freguês as tiras, levava duzentos e dez escudos por uma manta...»

— Olhe, quantos teares se lembra de existirem em Guetim?

— «Ao tempo, só a ti Felicidade Travanca, que depois o deixou à sobrinha, ti Leopoldina Travanca».

Hoje a sr.ª Glória do Mestre dedica o seu tempo a encher vasouras à mão, porque, segundo ela o diz, é um trabalho simples, que não exige muita força, sendo o que com esta ocupação ganha, mais ou menos equivalente ao que ganhava quando tecia.

NOTA FINAL: Deixado que foi de tecer (mês de Agosto de 1981), o tear foi oferecido ao seu

filho Décio, que o levou, quer como recordação, quer como ornamento, para a sua casa, sita

em Fontes. Coitado do nosso património...

INFORME-SE...

«ARCO DO TRIUNFO» NA RTP 1

No próximo sábado, o Sábado Especial da RTP 1 é preenchido com o filme «Arco do Triunfo», de Lewis Milestone, com Ingrid Bergman e Charles Boyer.

Passa-se em 1938, numa Paris que começa a ser o retrato de uma Europa ameaçada pelo terror da Alemanha nazi.

FILMES NO TEATRO S. PEDRO

Quinta-feira, às 21.45 horas, «A Sombra da Guilhotina», interdito a menores de 13 anos. Um

homem foi guilhotinado... Era culpado ou inocente?

Sexta-feira, às 21.45, «Sherlock Holmes em Apuros», não aconselhável a menores de 13 anos. O imortal detective rodeado de uma série de excêntricos e malucos, que lhe fazem a cabeça em água!

Sábado, às 15.30 e 21.45, «Ninja, o Imbatível», um filme de acção e violência.

Domingo, às 15.30 e 21.45, «Das 9 às 5», não aconselhável a menores de 13 anos. Secretárias... Chegou a hora da vingança!

Terça-feira, às 21.45, «Um Fantasma na Minha Cama». Quando em lua de mel aparece um fantasma na cama...

...E DECIDA

Portugal atravessa um dos momentos mais graves da sua multissecular história. Consciente ou inconscientemente, caminha-se a passos largos para a autodestruição. Depois de terem constituído, através dos séculos, um dos povos de maior dinamismo e audácia, com santos e guerreiros à mistura, os portugueses de hoje mais não são que uma pálida sombra dos seus antepassados.

Conquistando palmo a palmo o território continental, em guerras consecutivas contra os mouros e outros invasores, de Guimarães partiu um dia o grito da independência, e a Bandeira azul e branca das Quinas foi sendo hasteada do Minho ao Algarve.

De Sagres partiriam depois as caravelas, a demandar novos mundos, e o Império português estendeu-se a todos os continentes. Foi um período de glória, em que morrer pela Pátria era heróico. E novas pátrias foram nascendo com o desbravar de terras inóspitas.

A fina flor da juventude sabia bater-se com denodo e, século após século, foram-se alicerçando os alicerces dum Portugal multirracial e pluricontinental.

Com o advento da República, surgiram novas ideias políticas e ideológicas, mas nunca foi posta em causa a universalidade da Pátria. Havia políticos, havia ideológicos, mas não havia traidores ao novo símbolo verde-rubro. E surgiu o Ultramar Português.

Apesar da Grande Guerra, o espírito patriótico manteve-se. Mas a partir de 1920, e durante um lustro, as lutas partidárias aumentaram, os insultos no Parlamento cresceram, a desordem nas ruas surgiu, as greves multiplicaram-se e a economia

Enquanto os corvos espreitam...

Os que se dizem democratas estão a empurrar Portugal para o abismo da ditadura

COSTA FERREIRA (1)

afundou-se. Portugal passou a estender a mão à caridade estrangeira, mas não cedeu um palmo do seu território.

Alguém surgiu, a partir de 1926, disposto a salvar a honra da Nação. Começaram anos difíceis, mas havia necessidade de restaurar a economia nacional à custa dos nossos recursos, sem hipotecas ao estrangeiro.

Se alguns hoje consideram de ditadura o longo período de austeridade, a culpa, a única culpa foi daqueles que se intitulavam democratas. Não se entendiam, não impunham segurança, não sustiam a anarquia nem o caos. Foi preciso um braço forte e decidido, para meter nos eixos os desavindos.

A HISTÓRIA REPETE-SE

Servem estas palavras evocativas de um período de permanentes confusões e lutas internas, para afirmar que a história se volta a repetir. E hoje com a agravante de não podermos recorrer

às antigas possessões ultramarinas, cuja posse foi facilitada a estranhos, que não aos naturais. Só poderá ser destes, quando forem estes a escolher, livremente, democraticamente, o seu destino, os seus governantes.

Dizíamos que a história se repete. É um facto. Quem tiver o cuidado de ler a história do primeiro lustro da década de vinte, não terá muitas dificuldades em encontrar as semelhanças.

E tal como nesse recuado período da nossa história, também agora são os que se intitulam democratas, que dizem defender a democracia, que tudo estão a fazer para que surja outra ditadura.

O País caminha para o abismo. Economicamente, somos pobres de pedir. O que temos quase não é nosso, é dos credores internacionais. A tal «pesada herança» sumiu-se em pouco tempo, com os desgovernos que tivemos após o 25 de Abril. Daí para cá, tem sido um afundar constante.

A história se repete. Aí temos as mesmas greves políticas ou

selvagens, que no fundo prejudicam os mais desfavorecidos, prejudicam os verdadeiros trabalhadores. E isso é feito em nome da democracia. Aí temos, os constantes assaltos e roubos. E tudo isso é feito em nome da liberdade. Aí temos horas e dias perdidos, em discussões estéreis na Assembleia da República. E tudo isso é feito em nome da democracia. Os artigos subiram centenas de vezes por cento, o escudo pouco vale, a segurança social passou a ser um mito. Mas tudo isso é uma «factura justa» da revolução de Abril de 1974.

A história repete-se. Está a repetir-se. Meio século depois do 1926, outro 1926 se está a preparar, digam o que disserem os políticos de qualquer quadrante.

QUANDO SERÁ?

Esta é uma verdade que os autênticos democratas deveriam não desprezar. Mas a continuar-se neste trilho anárquico, com as dívidas externas a aumentar,

com os ordenados a subir e a produtividade a baixar, com toda uma população (ressalvando as poucas excepções) a levar uma vida fictícia, nada condizente com a pobreza do Estado, a continuar-se nisto, a alternativa será simples: ou Portugal continua a mingar, económica e geograficamente, até desaparecer por aglutinação externa, ou veremos toda uma população a receber de braços abertos qualquer «messias» ainda não prometido, mas já esperado e necessário. Será uma nova ditadura, para impor mais trabalho, mais poupança, menos anarquia, mais segurança, e se poder começar a pagar as dívidas ao estrangeiro.

Quando será? Ainda será a tempo? As respostas a estas perguntas poderão surgir a qualquer altura. Portugal não tem estruturas para aguentar por muito mais tempo este lastimável estado de coisas.

E é pena. É pena que os democratas verdadeiros não saibam evitar nova ditadura. É pena

que os que se dizem democratas, estejam a empurrar o país por tal trilho.

É sobretudo lamentável que aqueles que são apologistas de regimes totalitários, onde o simples discordar é punido com campos de concentração, continuem a enganar o povo para atingir os seus desígnios. Provocam as greves, organizam manifestações de rua, instigam à insurreição, tudo em nome duma ideologia que dizem professor. Ora, nos países onde tal ideologia é imposta, nem há greves, nem manifestações de rua, nem insurreições. O caso da Polónia é bem um exemplo.

Os outros democratas que temos, que pensam em democracia em liberdade, esses, por sua vez, não mostram força, nem vontade política, para se imporem àqueles.

E é nesta confusão que vivemos. É nesta anarquia que nos encontramos, neste cantinho a ocidente da Europa. Até quando?

Por isso, as alternativas indicadas: ou o «barco» se afunda de vez, ou surge um timoneiro, de pulso forte, que o saiba conduzir a bom porto de salvamento. Nem que lhe chamem ditador. Mas isto já não vai com panos quentes!

No compasso de tempo que ainda resta, até se atingir o limite de saturação que levará àqueles alternativas, bom seria que ainda fosse possível encontrar um rumo diferente, onde coubesse a palavra democracia.

(1) Jornalista de «O Comércio do Porto» e subdirector do «Jornal da Trofa».

OS JORNALISTAS MAL-AMADOS...

MANUEL TEIXEIRA (1)

Dar os parabéns a um jornal que festeja as suas bodas de ouro é, no mínimo, um gesto de cortesia que ninguém deveria regatear. Sim porque, como na vida das pessoas, um jornal tem também os seus «bons» e «maus» bocados. E ainda assim, neste mundo em que vivemos é imensamente maior o número dos que desejam «boa sorte» ou «longa vida» aos aniversariantes do que os que fazem votos de morte ou lançam pragas de mau olhado aos que nesta terra vão continuando a vida dos que passaram...

Cinquenta anos para um jornal é já uma bonita idade. Para os velhos jornalistas é um motivo de orgulho; para as novas gerações... um estímulo de vida. Vale pois a pena aproveitar a efeméride para reflectir por instantes sobre o significado da data. E vale sobretudo a pena para os homens do ofício...

Nunca como nos dias que correm a Imprensa teve tanta força. Nem o desenvolvimento acelerado das novas técnicas de comunicação via rádio e TV conseguiram destinar a força da palavra escrita, e nem sequer os pregoeiros da revolução telemática virão jamais a passar a certidão de óbito ao velho sistema da palavra impressa. Quem o afirma são os estudos de opinião pública, tanto como a própria psicologia social ou de massas. E não é difícil entender o porquê desta situação. Bastará pensar que a duração da palavra ouvida ou da imagem vista são, naturalmente, muito mais breves que a palavra escrita. Poderíamos dizer mesmo que a rádio e TV correspondem, nos nossos dias, à artilharia ligeira no campo de batalha. A imprensa escrita reserva-se o papel das armas pesadas. Desiludam-se, pois, os que defendem que o fim

da Imprensa escrita está iminente. Não é, efectivamente, nesse sentido que apontam as perspectivas sobre o futuro da comunicação de massas...

Mas que papel está reservado, no dealbar do século XXI, aos jornais convencionais?

Ninguém desconhece que a informação da rádio e TV tem tendência a ver aumentado o seu poder de influência, em termos de competitividade. Por isso mesmo se justifica plenamente a fobia dos ouvintes e telespectadores que cravam os ouvidos ou os olhos no pequeno transitor ou no mágico vídeo sempre que algum acontecimento inesperado nos tolhe a rotina do quotidiano. É natural que assim seja, já que o tempo é, neste caso, a mais poderosa arma para matar curiosidades. E se a agitação dos nossos dias quase não comporta a existência de uns minutos de paragem

na vida quotidiana, compreende-se plenamente que, em termos de informação, quem chegar primeiro é que leva a palma. Mas não é menos verdade que no segundo tempo a vitória é da palavra escrita, que surge no acontecimento com a explicação oportuna, no tempo oportuno. E dentro da palavra escrita poderíamos ainda distinguir entre a Imprensa diária e não diária; de grande e pequena expansão; de âmbito nacional ou regional. Para cada um o seu peso e a sua medida, para cada um a sua influência e o seu papel. Apenas um elemento comum: todos têm a importância que a sua existência justifica.

No meio deste imenso teatro que é a comunicação social, os jornalistas assumem-se como a alma do próprio fenómeno. Sem eles a comunicação — lato sensu — não existiria. Sem eles a informação seria

despersonalizada e irresponsável. Daí a força da arma da caneta. Daí a crescente importância do papel social dos profissionais da informação. Daí o peso crescente da sua intervenção pública. Finalmente, daí o reconhecimento político que as sociedades modernas emprestam à comunicação social, ao atribuir-lhe a função de quarto poder.

E se este é o sentido genérico do papel reservado à Imprensa a nível mundial, é curioso verificar que entre nós cada vez mais os jornalistas são chamados como uma espécie de socorristas sociais. O que as pessoas não conseguem pelas vias da justiça — tout court —

tentam alcançar nas colunas dos jornais. Desde uma simples reclamação num «guichet» de serviço público, até ao magno problema que só o tribunal tem poderes para resolver. Em todo o lugar e momento está presente a imagem da Imprensa. A todo instante o jornalista é a alma danada dos mal-amados. Os exemplos abundam, e este jornal, ao longo dos seus 50 anos de existência, regista como palmarés da sua caminhada algumas das glórias nacionais. Tanto basta para que se justifique a sua continuidade. Vale a pena viver, assim...

(1) Jornalista de «O Comércio do Porto»

Porque podem não reflectir a linha editorial do «Defesa de Espinho», os textos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

QUE ESTÁ EM JOGO NO PAÍS

MÁRIO FIGUEIREDO (1)

Escritor e poeta, condutor de vários programas culturais em séries que a RTP apresentou, antigo governante e elemento da «inteligência» portuguesa, David Mourão Ferreira acaba de enriquecer a politologia que tanto nos confunde ao soprar algum gás para o balão que vem sendo abastecido — com método e regularidade, acrescente-se e que dá pelos nomes de «partido eanista», «partido presidencialista» ou, segundo outros, «partido bacteriologicamente puro».

Em declarações ao programa radiofónico «De fio a pavio», o antigo titular da pasta da Cultura de governos socialistas rejeita a alternância dentro do actual quadro parlamentar porque, considera ele, nenhum dos partidos ou coligações existentes está em condições de oferecer ao país uma alternativa positiva ao Ministério de Pinto Balsemão.

As palavras foram outras, mas a ideia transmitida por Mourão Ferreira é esta:

Ele cre, ou pretere de fazer crer, que o remédio para as tensões sociais existentes e para a crise económica está na constituição, a médio ou longo prazo, de um novo partido. Dele choverá um maná de riquezas culturais e materiais, o pão com liberdade e com justiça, a qualidade de vida para as famílias portuguesas, tudo, enfim, que agora nos dizem faltar.

René de Lacharrière, professor de Direito na Universidade de Nanterre, deplora que a dialéctica forneça a determinadas categorias de intelectuais, ou similares, ao mesmo tempo a sopa, a carne e a sobremesa. Será este o caso? Ou estaremos perante

uma situação típica de pseudo-cultura meridional de que nos falava António Sérgio? Visto de outra forma, David Mourão Ferreira, posto diante das insuficiências dos partidos políticos e dos seus principais dirigentes, analisando as respostas deficientes que, na sua óptica, estão a dar às principais necessidades da nação (acreditamos que ela sobreviveu aos duros golpes vibrados pelas forças antipatrióticas nos últimos anos) terá aceitado tal solução, a de novo partido, por um processo de sublimação de fraquezas e de crença na materialização das «dulcineias» dos seus sonhos?

Seja como for, David Mourão Ferreira avançou com o perfil do novo partido: não poderia ser confinado aos homens de Belém, mas sim uma associação política que aglutinasse personalidades que se têm distanciado do PS e do PSD, e nas quais residem na perspectiva daquele escritor, um capital de esperança.

Naturalmente que um tal partido, que D. M. F. não quer classificar de presidencialista, poderá apenas conglomerar-se à volta da figura de militar e de político de Ramalho Eanes. E terá de ser radicalmente diferente dos demais, «carregados como estão de defeitos». Diverso não pelo quadrante ideológico e político, ou pelo manifesto, ou pela carta de princípios, que lhe darão a definição, os contornos e a linha de rumo, mas exactamente pela falta de ideologia conhecida e de bases esclarecidas com a mesma identidade política.

Partindo de alguns dados sobre o que não deverá ser o tal

novo partido «capital de esperança» (de quem: de uma maioria silenciosa? dos ambiciosos que não lograram posições a contento nos partidos existentes? dos novos jacobinos?), deveremos realizar um esforço para o antever.

Quais as personalidades que vão ocupar, numa primeira fase, as cadeiras do estado-maior de Ramalho Eanes? Fora do tecto de Belém e do poder que a presidência confere, qual seria a eficácia da sua intervenção na vida nacional, ao nível dos movimentos de opinião e de formação das consciências? — das autarquias? — do sistema de ensino? — do reordenamento do território e da reconversão industrial? Conhecidos os valores fundamentais e o modelo de sociedade defendidos por Melo Antunes, Lurdes Pintassilgo, e outras cabeças bem colocadas face ao líder, que soluções imporia ao país, no campo económico, cultural, administrativo, das relações externas, no domínio do pluralismo político, das elites locais, das liberdades fundamentais, o tal partido novo? Admitindo o dado que a sua existência começaria depois de findar o espartilho da Constituição de 1976, que o CDS não aprovou, qual seria a sua primeira orientação de fundo se ascendesse ao poder? Tentar o regresso ao dogmatismo e ao ideário socialista? Reagir e boicotar a nova lei fundamental?

Para além de David Mourão Ferreira, várias vozes, situadas à esquerda e à direita no universo político nacional, e algumas delas com responsabilidades na acção governativa que precedeu ao

golpe militar de 25 de Abril de 1974, têm sistematicamente assumido posições de crítica não apenas à eficácia do governo saído da maioria da Aliança Democrática, mas aos fundamentos do próprio regime parlamentar. É claro que não o rejeitam abertamente. Continuam a falar em democracia e em representação popular, mas, à maneira de Rousseau, sugerem uma saída para a crise através de qualquer coisa como uma frente aglutinadora dos descontentes — e existem, de facto, mas poucos terão consciência das causas da crise — ou um novo pacto social. E como pólo desse movimento, pretensamente legitimado pelos resultados eleitorais de Dezembro de 1980, aparece o general Ramalho Eanes.

Se, em 1976, quando os principais partidos políticos (PS, PSD e CDS) promoveram a eleição desse militar porque lhes deu garantias políticas de que evitaria a desestabilização do regime para a esquerda, alguns analistas já falavam do perigo de o regime semipresidencialista vir a tornar-se, pela falta de condições políticas para a recuperação económica, presidencialista, o que poderá significar agora o aval de certas forças a Eanes senão o propósito de ultrapassagem do regime democrático-parlamentar pela aposta no bonapartismo?

Se fossem vivos, e contemporâneos, que análise fariam do momento português, pensadores como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, António Sérgio? Que está em jogo neste país? Será que os homens que

hoje parecem desprezar os partidos que temos vêm no César a construir mais do que a oportunidade de viabilizarem os seus projectos de redução dos direitos do indivíduo e de anulação do corpo popular perante o Estado?

Dispomos de uma classe política que surgiu quase do nada, vítima de um sistema que impedia tanto os movimentos de opinião, como que cada contribuinte exercesse os seus deveres e direitos de modo responsável, preparando a participação na administração dos negócios públicos. Os cidadãos perderam a ideia da acção independente e responsável, e da acção democrática que o regime parlamentar pode assegurar. Mas, ultrapassado aquele sistema e realizado o direito de voto, é indispensável que os portugueses compreendam o futuro que querem garantir e a sociedade que desejam desenvolver.

E se os partidos políticos não esgotam a representação dos interesses das populações, eles são todavia realidades em movimento e instrumentos essenciais à democracia de tipo ocidental.

Por isso o regime admite que outros mais sejam criados em determinadas condições. Só que novas instituições desse tipo poderiam conter os defeitos das já existentes e, talvez, menos qualidades. Quem poderá garantir, por exemplo, que o tal partido novo, sem a experiência das dificuldades internas sucessivamente ultrapassadas no seio dos

actuais, não seria abalado, ao dobrar do primeiro semestre, por imparável turbulência interna?

Temos sólidas razões para considerar os críticos sistemáticos do Governo e dos partidos democráticos como tocadores da flauta das tendências totalitárias e das forças interessadas no obscurantismo. E aqueles que, como David Mourão Ferreira, concluem que Eanes é o líder implícito de uma oposição democrática em resultado da guerrilha institucional movida pelo Governo, teremos que contrapor quas razões.

A primeira é que não vemos como o general seja o líder da oposição democrática quando a principal força deste sector é o Partido Socialista. E se existe, dentro do PS, oposição à linha maioritária do seu Secretário-Geral, Mário Soares, as principais figuras do Secretariado já reafirmaram que a sua luta se fará dentro do partido.

A segunda, respeita à dúvida quanto ao lado promotor da sobredita guerrilha institucional. Tendo efeitos negativos sobre a governação, ela afectará primeiramente o Ministério da AD, que é o que tem a responsabilidade de governar; depois, a maioria no órgão legislativo; e em terceiro lugar, pelo descontentamento que sobrevém, o próprio sistema, e os partidos que o defendem e lhe dão vida.

Restará então perguntar quem beneficiará com a imagem de incapacidade dos órgãos constitucionais Governo e Assembleia da República.

(1) Chefe de Redacção-Adjunto de «O Primeiro de Janeiro»

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E O «DEFESA DE ESPINHO»



AMARO FERREIRA (1)

Completa este jornal, dia 27, cinquenta anos de existência!

Todos nós, ligados à Educação de Adultos, devemos comemorar esta efeméride com alegria e satisfação.

Ao longo destes dois anos de implantação das acções de alfabetização e educação básica para adultos no concelho, «Defesa de Espinho» foi, como catalisador de interesses, vontades e acções, um importante instrumento ao serviço da Educação de Adultos, contribuindo, desse modo, para ajudar a formar pessoas livres e responsáveis.

«Defesa de Espinho» tem dado muita relevância e dedicado a máxima atenção à alfabetização, reconhecida universalmente como um factor crucial do desenvolvimento político e económico, do progresso técnico e das transformações sócio-culturais, sendo, por isso, parte integrante de todo o plano de educação de adultos, considerada

como um sub-conjunto integrado num projecto global de educação permanente.

A todos quanto trabalham no «Defesa de Espinho», lhe consagram o melhor do seu trabalho, dedicação e competência, dirijo os meus parabéns e incentivo no sentido de continuarem uma obra com raízes profundas na «Defesa» dos interesses locais e regionais, na valorização colectiva, no progresso e na esperança.

(1) Coordenador concelhio da Educação de Adultos.

«EX-FUNCIONÁRIA ACUSA PATRONATO PATRONATO ACUSA EX-FUNCIONÁRIA»

Em relação à local com o título em epígrafe, inserta no nosso jornal há algumas semanas, recebemos da sra. Maria Luísa de Oliveira Costa, da Rua 9 de Abril, 632, 6.º dt.º no Porto, o seguinte esclarecimento:

Na sua tentativa de rebater as minhas declarações insertas na edição de 25 de Fevereiro quanto ao facto de eu considerar o Patronato um armazém de crianças, o que efectivamente é, a Direcção foge às questões de fundo, procura escamotear a verdade dos factos, arvorando-se em vítima e não assume a sua responsabilidade pelo «armazenamento» de centena e meia de crianças.

Insisto na afirmação de que, infelizmente, o «Patronato» não passa de um mero armazém de crianças, por muito que esta realidade cause engulhos à directora da «Divina Providência».

De facto, não existe nenhuma Previdência pedagógica. Falta-lhe pessoal técnico, faltam-lhe as infraestruturas que não comportam tão elevado número de crianças. Falta-lhe o material didático. Só abundam as deficientes condições do edifício — tão velho como a mentalidade que preside a «Direcção» da instituição. O «Patronato» serve, de facto, apenas para guardar crianças, evitar que elas vagabundeiem pela via pública.

Bom será que os pais e Espinhenses aceitem o desafio da Directora e abram os olhos para aquilo que lá se passa. Observando as funcionárias, facilmente se detectará o clima de temor lá existente.

Fico satisfeita por ter conseguido com as minhas declarações que a Directora do «Patronato» consinta a visita à casa. Até aqui a obra estava hermeticamente fechada. A menor deslocação de ar... tinha de ser participada à directora.

Quanto ao facto de eu, em apenas alguns dias, ter detectado tão grande armazém de inocentes, não me cabe qualquer mérito especial. É que a situação é de tal modo confrangedora que é mais cego aquele que não quer ver. Pésimo ambiente, crianças amontoadas, pessoal agrihoado em temores, sem qualquer estímulo de trabalho. Não se vive ali para as crianças. Receia-se a coacção da «dona» do «Patronato».

No caso concreto, a minha situação pessoal, face à sorte da pequenada «guardada» pelo «Patronato» é de somenos importância. Daí que eu não perca muito espaço em desmentir a falta de verdade da «Direcção» da casa. Por respeito, no entanto, pelos leitores deste Jornal, direi apenas mais o seguinte: não culpo a assis-

tente social lá em serviço pela péssima orientação existente, como pretendem fazer crer, mas sim, e exclusivamente, a D. Lurdes; fui despedida e não me despedi. De resto, as incongruências e contradições das respostas às questões por mim levantadas são tantas que não me merecem mais comentários.

Se, porventura, os pais dos pequenos utentes do «Patronato» quiserem ver com os seus próprios olhos a «prisão» em que os seus filhos estão, vão até lá ainda hoje. Deixar para amanhã trar-lhes-à problemas de consciência. Acredito, no entanto, que o convite-desafio feito aos Espinhenses para conhecer «in loco» o «Patronato» não passa de um fingimento.

N.R. — O presente esclarecimento é publicado ao abrigo da Lei de Imprensa.

A posição por esta senhora expressa a nossa edição de 25 de Fevereiro foi por carta, não se tratando, portanto, de declarações solicitadas pelo jornal, como poderia transparecer do conteúdo inicial deste seu direito de resposta.

O trabalho que nas páginas 12 e 13 desta edição publicamos sobre o Patronato foi elaborado e enviado para a tipografia antes de recebermos o presente esclarecimento.

O futuro da economia e, em particular da indústria portuguesa, passa pela transformação da mentalidade e, conseqüentemente, da forma de trabalho dos nossos agentes económicos. Esta é, em síntese, a posição expressa pelo ministro da Indústria, Energia e Exportação, prof. Ricardo Bayão Horta que aqui deixamos para leitura atenta e conseqüente reflexão dos nossos leitores.

COORDENADAS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Bayão Horta

Tem sido minha preocupação dominante desde que assumi a responsabilidade de Ministro da Indústria e Energia realçar em todas as intervenções, quer públicas quer de orientação interna aos diversos departamentos do Ministério, dois aspectos fundamentais: a) pela primeira vez desde há seis anos, o país dispõe de um Governo que reúne as condições necessárias para governar, não ao sabor aleatório da conjuntura, mas sim movido pelas exigências profundas de modificações estruturais; b) os anos que já começamos a viver de preparação da nossa adesão à CEE são decisivos e determinantes ao marcarem um limite temporal concreto para essas adaptações estruturais.

Tal situação representa simultaneamente um desafio aliciente a uma pesada responsabilidade. Sendo ela válida para a generalidade das áreas da vida social, institucional, económica e financeira do país, é particularmente relevante para os sectores da indústria e energia, responsáveis pela criação de mais de um terço da nossa riqueza e do emprego, e de cerca de dois terços das nossas exportações.

É portanto crucial para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida do povo português que o nosso desenvolvimento industrial seja orientado com equilíbrio, ousadia e correcta avaliação das condições enquadrantes, sem complexos com resultados do passado, antes assumindo-os como ponto natural de partida, com a consciência de que as oportunidades de êxito não estão esgotadas, antes perfeitamente ao nosso alcance desde que se trabalhe com persistência, inteligência e aceitação do risco natural característico da actividade empresarial.

Apetece-me aqui fazer um apelo a dirigentes, empresários, gestores, analistas económicos e outros agentes responsáveis para que ponham de lado o hábito de nos seus trabalhos e intervenções públicas se confinarem à manipulação de estatísticas como a já usual conclusão de que os nossos índices são os piores, que precisamos de taxas de evolução inimagináveis para no ano 2000 chegarmos à situação actual da França ou da Alemanha, etc.

A análise das estatísticas é certamente útil para a caracterização da situação de partida mas o que é importante e fundamental é usar a nossa enorme capacidade analítica e imaginativa, não na manipulação comparativa do passado, mas na procura de soluções e caminhos para o futuro, numa evolução coerente com as nossas características próprias e compatível com os constrangimentos do referencial enquadrante.

Demos declaradamente a prioridade à terapêutica visto que o diagnóstico está feito e mais do que confirmado (...).

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA — UM IMPERATIVO

Na história da humanidade há épocas singulares que obrigam os governos e os cidadãos a uma séria reflexão sobre o futuro da sociedade. Estamos perante um período dessa natureza em que é visível o início de uma profunda evolução na geografia humana e económica do mundo. A estrutura sócio-económica do ano 2000 será significativamente diferente da actual.

O esforço de reconstrução da fase após a Segunda Grande Guerra Mundial permitiu garantir à generalidade dos países industrializados um período de crescimento acelerado, pleno emprego, renovação conceptual e física de infraestruturas e desenvolvimento tecnológico sem precedentes: esta fase correspondeu afinal à maturação efectiva da sociedade industrial clássica com todas as suas características fundamentais.

No final da década de 60, início da de 70, já se vislumbrava a evolução assintótica de tal período e novas concepções e ideias começavam já a germinar.

A crise energética desencadeada pela subida em flecha para cerca de 20 vezes do preço da matéria-prima basilar do modelo industrial vigente — o petróleo — representou o facto precipitador e acelerador de uma mudança profunda que era contudo inevitável em qualquer caso.

O mundo do início dos anos 70 e o mundo actual apresentam já diferenças importantes entre si, designadamente nas condicionantes básicas do seu desenvolvimento. Assim, as fontes naturais como a energia e muitas das matérias-primas industriais eram abundantes e baratas. Ao contrário, o saber fazer, nomeadamente

na área dos equipamentos, dos produtos industriais e das tecnologias dos serviços era limitado e dispendioso. A tendência actual desenvolve-se por um lado no sentido da escassez das fontes naturais, associado a preços progressivamente mais elevados e, por outro, na difusão crescente do saber fazer industrial tradicional.

A necessidade de ajustamento positivo da sociedade a esta mudança radical das condicionantes básicas, ali um dilema fundamental entre as necessidades aparentemente contraditórias: da política macro-económica, por um lado, que vê na acção restritiva sobre a oferta uma das poucas armas eficazes na luta contra a inflação; da política social, por outro, que persegue o pleno emprego e o incremento da qualidade de vida das populações; e, finalmente, da política tecnológica que, possuindo na inovação a chave para promover as mudanças indispensáveis, vê o clima de recessão e contenção de despesas impostas pela política macro-económica dificultar-lhe e retardar a identificação e concretização das soluções adequadas.

Em tal situação, mais do que em qualquer outra, a inovação tecnológica solidamente apoiada na actividade de investigação e desenvolvimento tem uma importância fundamental sendo determinante do êxito o grau de coordenação e compatibilização destas actividades com os objectivos da política social e económica global. Períodos de modificação profunda como o que hoje vivemos, quando aproveitados com inteligência, coragem e consciência colectiva, oferecem novas oportunidades de valorização e novas possibilidades de recuperação a países que, como o nosso, em épocas anteriores se atrasaram. É nosso dever fazer com que Portugal aproveite as oportunidades que tal situação indubitavelmente lhe pode oferecer.

A necessidade de uma política de investigação e desenvolvimento, de fomento activo da inovação tecnológica a todos os níveis, inserida numa política de desenvolvimento industrial visando a criação de uma indústria dinâmica, competitiva e exportadora, aparece assim com toda a lógica como um vector determinante do futuro do nosso país.

IMPORTÂNCIA DE ALGUMAS ÁREAS DE INOVAÇÃO

(...) A primeira prioridade da política industrial deve concentrar-se nos seguintes pontos: a) actualização do valor potencial das nossas matérias-primas tendo em atenção os novos critérios decorrentes da evolução da sociedade. É indispensável que façamos um trabalho em profundidade para descobrir novos produtos que possam ser extraídos de matérias-primas nacionais que até agora não têm sido utilizados ou têm-no sido para produtos de pouco valor acrescentado. São exemplos concretos os recursos florestais quase totalmente inaproveitados e que se podem inserir num largo espectro que vai desde a energia à química-farmacêutica, por exemplo. As algas, o sal gema, as lousas e as diatomites, as argilas, os quartzos e muitas outras; b) aproveitamento de todos os detritos agrícolas e industriais com vista à sua reciclagem ou utilização energética conforme os casos; c) inovação nas tecnologias que elevem o valor acrescentado dos produtos já fabricados com matérias-primas nacionais mesmo que com tecnologia importada, mas que diminuam o consumo energético unitário dos processos usados; d) inovação nas tecnologias que permitam o aproveitamento de todas as matérias-primas com algum valor energético.

O esforço de inovação a inserir na segunda prioridade da política industrial — a defesa da competitividade da indústria transformadora tradicional, deve concentrar-se basicamente nas áreas referentes à gestão empresarial, qualidade industrial e muito especialmente em todos os aspectos que conduzam ao aumento da produtividade e à criação de novos produtos. É indispensável que as nossas indústrias têxtil ou da cortiça, por exemplo, lancem produtos com características novas, de acordo com a evolução dos critérios dos mercados consumidores, permitindo assim manter a sua competitividade ou aumentar mesmo a sua capacidade de penetração. Dois exemplos só a título ilustrativo: tecidos à prova de fogo, utilização da cortiça na luta contra a poluição sonora.

A terceira prioridade — indústrias com vantagens comparativas a expandir significativamente — oferece-nos naturalmente o caso

mais integrado de áreas importantes de investigação e desenvolvimento que vão desde a concepção, projecto e construção de máquinas, equipamentos e estruturas metálicas até ao desenvolvimento de fabrico e utilização de materiais metálicos e não metálicos, com novas características, no sentido de uma renovação das concepções de electro-me-talomecânica tradicional para a adaptar a condições sociais e energéticas diferentes.

Finalmente, no que se refere à quarta prioridade — as tecnologias do futuro com possibilidades de nos conferir autonomia — será ela o objectivo principal sobre que incidirá o trabalho que hoje se inicia e portanto somente farei duas observações que me parecem importantes nesta altura como estratégia geral: em primeiro lugar é indispensável descortinar as novas fileiras tecnológicas que permitirão defender e reforçar as áreas tecnológicas em que o nosso país já possui alguma autonomia; em segundo lugar, é importante identificar as áreas tecnológicas do futuro com natureza marcadamente horizontal e que portanto serão sempre pontos obrigatórios de passagem para o desenvolvimento da maioria dos sectores industriais predominantes quer hoje, quer no futuro. Devemos seleccioná-las e criar fortes núcleos de investigação e desenvolvimento nas mais adequadas; em terceiro lugar as tecnologias hoje quase inexistentes à escala industrial e que se torna necessário identificar e clarificar em termos de probabilidade de possibilidades para o nosso país.

INCENTIVO À NOSSA AUTONOMIA TECNOLÓGICA

Abordemos finalmente alguns aspectos da iniciativa governamental para fomentar as actividades de investigação e desenvolvimento e criar um clima favorável à inovação tecnológica.

Em primeiro lugar, na nova lei de bases da indústria, que está em início de elaboração no Ministério da Indústria e Energia será introduzido um largo espectro de incentivos e de apoios à inovação.

Além dos clássicos benefícios de natureza fiscal e financeira, introduzir-se-ão esquemas de comparticipação de riscos de inovação, apoios especiais à inovação nas pequenas e médias empresas, benefícios selectivos conforme as áreas de inovação de acordo com as prioridades da política global do Governo, criação de prémios de inovação tecnológica, incentivos e contratos-programa entre a indústria e as instituições de investigação, etc.

Em segundo lugar, o Governo procurará fazer um esforço intenso na coordenação entre as actividades de investigação nas universidades e institutos com a indústria e do conjunto com os objectivos da política económica. Para tal, torna-se necessário reformular as estruturas e o enquadramento existentes dos organismos oficiais que se ocupam desta matéria.

Em terceiro lugar, o Governo procurará que a sua política de desenvolvimento económico e social implique ela própria o fomento de actividades de investigação e desenvolvimento criadores, de novos mercados eles próprios indutores de espírito de inovação. As políticas energéticas, ecológica, educativa e de transportes e comunicações representam neste aspecto um enorme potencial que terá de ser apoveitado para este feito.

Em quarto lugar, proceder-se-á a uma rigorosa atribuição de verbas do Estado somente às actividades que se enquadrem nas prioridades de política social e económica global.

Finalmente, prosseguir-se-ão e intensificar-se-ão todas as acções já em curso no âmbito do LNETI e IAPMEI referentes aos centros tecnológicos fora de Lisboa e às ajudas às pequenas e médias empresas. Estas jogarão um papel fundamental na actividade inovadora (...).

Todo o Ministério da Indústria e Energia está intensamente empenhado no fomento de uma acção de modernização estrutural da nossa indústria em que a inovação tecnológica aparece como vector dominante e determinante da sua capacidade competitiva nos mercados interno e externo.

Mas tal objectivo só poderá ter êxito se os nossos empresários, em conjunto com o Estado e as estruturas de investigação dele dependentes conseguirem ultrapassar preconceitos, frustrações e descrenças do passado e se entregarem com entusiasmo e determinação à construção inteligente do futuro.

MULHER • MULHER • MULHER • MULHER • MULHER • MULHER

MANUEL FONSECA

revela a moda europeia

Manuel Fonseca: cabeleireiro, mestre na moda.

Recém-chegado de Londres, Paris e Bruxelas, acedeu em falar-nos sobre as novidades que lá encontrou. Aqui deixamos para as leitoras interessadas as últimas sobre moda no vestir, quer em cores, quer em cortes; no penteado e seus derivados e na maquilhagem. Assim:

MODA RECTANGULAR

Nas três capitais da moda, Manuel Fonseca encontrou uma sincronização de linhas no que se refere a cores. Apesar de ainda

muito direito. Também se vê, embora raramente, as saias tipo «godé» e as bermudas. Um dos caprichos dos altos costureiros como por exemplo Dior, são os

punhos e golas brancas feitas em «piqués» e tecidos do mesmo género, que fazem conjuntos ma-

ravilhosos juntamente com o preto e o cinzento. A lã fina, o algodão e especialmente as sedas serão os tecidos em voga no próximo verão. Para embelezar as blusas frescas, usar-se-ão as mangas em balão.

No que respeita à moda masculina e, apesar do homem ser sempre infeliz neste campo pois

como por exemplo: o azul forte, o vermelho, o rosa.

Uma coisa que se nota, é que sendo o colarinho muito aberto, a gravata nunca fica bem posta, dando ao homem um ar descuidado. E talvez seja essa a intenção dos criadores da moda, pois

embora nos pareça paradoxal eles preocupam-se em dar ao homem moderno um ar despreocupado.

«GARÇONNE 82»

Nos penteados surge uma nova linha que tem por nome «Garçonne 82», inspirada nos cortes que se fizeram há já algumas décadas atrás e que faziam parte duma voga chamada «Garçonne». Embora tenha havido inspiração nestes cortes, esta nova linha surge com algumas modificações, com muita agressividade, e que dá à mulher um ar muito severo.

Este corte consiste em atirar os cabelos da camada superior para a frente, em comprimentos que venham um pouco abaixo das sobrancelhas; nas orelhas, o cabelo é cortado muito curto de maneira a que não fique nenhum cabelo a cobri-las, e na nuca pode executar-se 2 tipos de tra-

balho: um corte muito curto e em bico, estilo rapaz, e outro, que embora seja do mesmo género, pode ser usado por aquelas que gostem do cabelo mais comprido. Aproveitando-se todo o comprimento do cabelo que cobre o pescoço, corta-se rente à orelha, dando à mulher um perfil muito bonito. Este estilo adapta-se a mulheres de todas as idades e isso é muito positivo na medida em que geralmente quando se cria uma linha pensa-se somente nas mais jovens, esquecendo-se por isso as senhoras um pouco mais velhas.

Com respeito a cores, há uma tendência para o que é violento. Este ano, as cores em moda são os dourados quentes e as cores metálicas que podem ser combinadas, dando à cabeça efeitos maravilhosos e multicolores. É engraçado que aqueles penteados loucos que os «hippies» usavam e que nós criticávamos, são aqueles que se fazem hoje, a pessoas «normais», que vêm aos salões pedir por exemplo que lhes façam uma risca frontal que vem da nuca até à frente em verde alface, rosa ou azul eléctrico, etc.

Para se conseguir todo este tipo de efeitos coloridos no cabelo, existem lacas em todas as cores e que põem as mulheres fabulosamente atraentes.

«MAQUILHAGEM/82»

Os olhos são a linguagem do rosto. Através deles se podem descobrir as mais variadas reacções, pois por vezes eles «falam» mais que mil vozes. Na mulher, eles são muito importantes na sua beleza. Assim, continua-se a usar cores que dão aos olhos uma profundidade, que é conseguida com cores metálicas e «ali-nears», com rimmel aplicado sem exagero mas de maneira a realçar naturalmente as pestanas. A maquilhagem inicia-se junto ao nariz, prolongando-se até ao fim das sobrancelhas, que devem ser grossas para aprofundar mais o olhar e dar um ar mais selvagem, mas também mais belo.

A boca deve ser pintada com todo o cuidado. Nada mais feio e descuidado do que ver uns lábios «borrados» com baton. Estes devem ser desenhados com um lápis da mesma cor do baton ou para dar mais realce, de cor mais escura.

Os rosas e os carmins continuam em moda. Este ano um dos últimos gritos, em matéria de moda na maquilhagem consiste em pintar o lábio superior e o inferior com cores diferentes ou, então, dividindo a boca ao meio, pintá-la por exemplo: na parte

esquerda em vermelho e na parte direita em laranja.

Na opinião de Manuel Fonseca a mulher espinhense está na moda. E para reafirmar o que nos disse, Manuel explicou-nos que isso é muito fácil de se ver, pois Espinho é um ponto fulcral para o turismo que trás consigo todo um tipo de coisas novas, tem também um casino que leva as pessoas a conviverem, a estar actualizadas, a estar na moda. Portanto, esta nossa cidade tem as características essenciais para reunir pessoas de todos os níveis sociais.

E assim e com esperança que lhes tenha servido em matéria de conselhos sobre moda, ficamos com o depoimento do nosso convidado. Manuel Fonseca sobre perfumes. Estes deixam por vezes rastros que levam as pessoas a segui-los para toda a vida. Parafrazeando alguém que disse que «nada pior que os maus cheiros que um mau perfume», Manuel falou-nos que a mulher deve procurar um perfume suave, que obrigue ninguém a ficar enjoado nem com a impressão de se encontrar junto a uma fábrica de desinfectantes do ar.

MARGARIDA FONSECA



Manuel Fonseca, cabeleireiro, mestre na moda, recém-chegado de Londres, Paris e Bruxelas, revela-nos as novidades que lá encontrou

aparecerem as cores garridas como o vermelho, o azul, etc., as

cores que predominam no vestuário são as chamadas cores clássicas: o preto, o branco e o cinzento.

Estas cores surgem enquadradas num tipo de riscas, que têm influência no aspecto feminino. O dourado e o prateado estão já em decadência lá fora, embora estas cores estejam no auge cá em Portugal. Já não enfeitam as montras de grandes casas de alta costura.

Quanto aos cortes, surgem em força as mini-saias, os ombros com o auxílio de posições ficam bastante marcados, e tal como já se pode imaginar, este conjunto de ombros largos e saia justa dão à mulher um aspecto rectangular,

tem apenas que se contentar com as poucas alterações que lhe podem ser feitas, poderemos dizer que a grande moda para o sexo oposto são as camisas com cortes espectaculares e efeitos

muito bonitos. Por exemplo, numa camisa na parte frontal em vez de se verem os botões, apresentam uma forra postiça e que dá a impressão de eles não existirem. Outra novidade são as camisas de cor com os punhos e os colarinhos em branco. O tipo de colarinho é pequeno e muito aberto.

As gravatas continuam em moda. Muito estreitas, surgem com fantasias muito coloridas. Dior apresentou uma colecção de gravatas extremamente desenhadas com cores muito garridas

Três receitas

Conselhos de Culinária

Hoje em dia, o poder de compra tende a diminuir. É vulgar ouvir-se queixas contínuas sobre o preço dos géneros alimentícios e deparar-se com donas de casa que fazem contas e mais contas sobre o que podem comprar. Além disso, é urgente que se aprenda a comer seguindo-se à risca o velho ditado: comer para viver e não viver para comer. Por isso, decidimos que se devia dar pequenos conselhos sobre a maneira de se comer bem (note-se que este «bem» não quer dizer em quantidade, mas sim em qualidade), e procurar-se o mais economicamente possível.

Os ovos são uns dos alimentos mais ricos em calorias e em proteínas. Apesar disso, não se deve ultrapassar os cinco ovos por semana para evitar complicações. E como actualmente se procura ter refeições simples mas ricas, propomos aqui neste pequeno espaço dedicado à culinária, e com tudo o que se relaciona com ela, algumas receitas com ovos e com criação.

OVOS ESCALFADOS COM VINHO TINTO

DURAÇÃO: 8 minutos.

INGREDIENTES: 1/2 litro de vinho tinto; 4 ovos; 1/2 folha de louro; 1 dente de alho;

MODO DE PREPARAR: Ferve-se durante uns quatro minutos o vinho tinto, acrescentando-lhe sal, pimenta, um raminho de salsa, 1/2 folha de louro e o dente de alho esmagado com a mão.

Depois, passa-se por um coador, volta-se a pôr ao lume e escalfam-se nele os ovos, que não-de ser muito frescos.

Servem-se sobre pedaços grandes de pão de véspera, fritos em azeite ou manteiga.

PASTELÃO COM PAIO

DURAÇÃO: 3 minutos.

INGREDIENTES: 4 ovos; 50 gramas de paio.

MODO DE PREPARAR: Numa frigideira com azeite, põe-se o paio partido em pedaços e desprovido de pele.

Enquanto se aquece o azeite, batem-se os ovos com uma pitada de sal e logo que o paio se derrete, faz-se o pastelão. Evitar que o paio aloure muito, já que em tal caso adquire mau gosto.

SALADA DE FRANGO (PARA APROVEITAR RESTOS)

DURAÇÃO: 5 minutos.

INGREDIENTES: Pedaços de frango; azeite; vinagre; sal; pimenta; alho; salsa.

MODO DE PREPARAR: Cortam-se aos bocados os restos de frango, assado ou cozido, que se põem numa saladeira e se temperam com azeite, vinagre, sal, pimenta, um dente de alho picado e salsa picada.

Serve-se acompanhado com qualquer salada de batatas cozidas e frias.

E aqui ficam três receitas, muito simples e muito rápidas, mas com ingredientes ricos em calorias, proteínas, lípidos (gorduras) e glícidos ou açúcares, elementos muito necessários para um bom funcionamento do organismo humano. Esperamos que vos sejam úteis e agradáveis. Bom proveito.

MULHER • MULHER • MULHER • MULHER

NASCE UM NOVO ESPAÇO

Nasce hoje um espaço dedicado à mulher. Muitos afirmam que «são coisas do feminismo», outros rir-se-ão porque se acham demasiado machos, enfim, haverá as mais diversas reacções. Mas nenhuma das razões anteriores tem cabimento, nem sequer é motivo para este espaço. O que nos levou a criá-lo foi a necessidade que há em ajudar a mulher a relaxar após um dia cansativo e também (e talvez seja esta a razão principal) tentar levar à mulher um pouco mais do que o quotidiano lhe oferece. Desde a culinária, passando pelo planeamento familiar até à decoração, um pouco de tudo surgirá nesta rubrica.

Todas as sugestões que as leitoras queiram dar ou quaisquer problemas que queiram expor, serão recebidos de braços abertos. E isto porque, afinal de contas, este espaço não pretende ser mais do que um encontro entre a mulher que o escreve e as MULHERES que o lêem.

Margarida Fonseca

«MULHERES QUE FIZERAM HISTÓRIA»

A primeira autópsia feita por uma mulher

Bethenia Owens, que acabara de cursar a Escola de Medicina da Universidade Eclética de Filadélfia — uma das poucas instituições que, no século passado, admitiam mulheres em cursos considerados tão pouco femininos — foi convidada, certo dia do ano de 1872, a assistir a uma autópsia que ia ser feita pelos médicos de Roseburg, Estado de Oregon (EUA).

Naquela época, as autópsias eram ali acontecimentos públicos e considerados uma espécie de espectáculos (macabros!), mas só para homens. Por isso, a presença de Bethenia foi um acontecimento. Tinha ela, então, 30 anos de idade.

Na cabana, na presença do cadáver o ginecologista inglês Robert Barnes deu-lhe, então ordem para efectuar a autópsia, fornecendo-lhe ao mesmo tempo uma caixa de instrumentos cirúrgicos. Durante um momento, Bethenia teve de impressão de que ia desmaiar.

O cheiro que estava espalhado pela cabana fechada, a silhueta do cadáver por baixo de uns cobertores sujos tudo aquilo fez com que quase perdesse a coragem.

Os seus conhecimentos eram apenas teóricos, passou longas horas a estudar um tratado de Anatomia, e tudo o que sabia aprendera sem experiência de espécie alguma. As raras mulheres

que na América tinham estudado Medicina, enfrentando toda a espécie de insultos e humilhações, não recebiam ensinamentos práticos nem operavam. Cobia, então, a Bethenia essa oportunidade de romper preconceitos e responder às atitudes com que todos haviam acolhido as suas ambições de ser médica. Então arregaçou calmamente as mangas do vestido. Naquele tempo, as luvas de borracha eram coisas de que nem se ouvia falar. As suas mãos teriam de entrar em contacto directo com o corpo, que tinha sido vitimado por uma infecção.

Enquanto Bethenia trabalhava, silenciosa e eficientemente, a assistência foi-se aproximando cada vez mais. Numerosos pares de olhos fitavam as mãos de Bethenia.

A médica examinou, palmo a palmo, e fez depois uma incisão que lhe permitiu averiguar as causas da moléstia que vitimara o paciente. Humildemente, mas com voz firme explanou a sua opinião sobre o que descobrira e, a seguir, coseu o corpo tranquilamente. Lavou as mãos como pode e desenrolou as mangas.

Alguns homens aplaudiram sem grande entusiasmo; tinham observado que nenhum dos médicos presentes encontrara razões para criticar o trabalho. Mas estes mostravam-se mal-humorados, silenciosos e até irritados. Bethenia, saiu sozinha da cabana, pálida

e abatida pelo esforço, mas pensando que era uma pioneira.

Sem dúvida, era a primeira mulher dos Estados Unidos da América (e talvez do mundo) a praticar uma autópsia em público e uma das primeiras a empregar o escapelo.

O povo que se encontrava pelo caminho dirigiu-lhe insultos. Mas ela sentia-se tão exausta que já não se importava com coisa alguma. Queria, apenas, chegar a casa e lavar as mãos novamente.

Persuadida de que jamais poderia ali exercer medicina, foi para Portland com as suas altas ambições e o seu vago treino. Abriu um consultório de fisioterapia, a única actividade médica que uma mulher podia exercer naquela época.

Em 1878, Bethenia ingressou na Universidade do Estado de Michigan para obter um verdadeiro diploma de médica. Entretanto, seu filho — ela casara com 14 anos — partira para a Califórnia a fim de iniciar idêntica carreira.

Dois anos depois, Bethenia tinha obtido o diploma, trabalhando já ao lado dos médicos num hospital de Chicago.

Depois veio à Europa, onde foi bem recebida. Viveu até aos 80 anos, mas durante mais de cinquenta anos lutou a divulgar ideias revolucionárias sobre saúde, higiene e igualdade de direitos das mulheres.

Carta para uma jovem

CADETE DUARTE (1)



Minha boa e simpática a miga, naturalmente, não contavas que este teu mais humilde e sincero admirador, tivesse a ousadia de te escrever uma simples carta, quando tu, minha jovem espinhense estás cada vez mais bonita, nos teus cinquenta anos de idade.

Mas esquecer o teu meio século de vida, seria uma ingratidão, que não nos deixaria muito bem com a nossa própria consciência.

Para te ser franco, não sei lá muito bem há quantos anos estou de alma e coração ligado a ti.

No entanto, caso não tenhas muitas dúvidas, julgo que deve andar pelos vinte e cinco anos que nos ligámos.

Claro, que não foram todos esses anos que estivemos juntos.

Não foi por nossa culpa, que tu e eu, estivemos algum tempo separados.

Acredita, que essa separação foi para nós muito penosa.

Porém, o mau tempo já lá vai e águas passadas...

Não calculas, a tristeza que sinto dentro de mim, por não teres junto de ti aquele que foi o teu coração, o teu sangue a tua própria vida.

Se fosse vivo, Benjamim Dias deveria ser uns dos homens mais felizes do mundo, por te ver festejar o teu quinquentenário.

Tu sabes «Defesa», tudo quanto esse homem te deu com tanto amor carinho e verdadeiro espírito de sacrifício para que tu, desde a tua nascença até ao momento actual, tenhas sido o mais acérrimo e leal defensor dos legítimos interesses de Espinho.

Quem como Benjamim Dias lutou pela criação da Comarca, pela defesa da nossa praia, pela mudança da linha férrea e tantos outros casos, que descrevê-los seria um nunca acabar, mas que infelizmente, hoje uns por desconhecimento, outros por inveja e ainda alguns de espinhenses nada tem, fazem de conta que nada se passou e a eles tudo se deve.

No entanto, «Defesa de Espinho», seria uma ingratidão da nossa parte, esquecer neste momento, Manuel Laranjeira (neto), Ildebrando Vasconcelos, Pinto Ribeiro, Rui de Faria, Martins Gomes, Mário Sousa, Álvaro Pereira, Deudas, Gomes de Castro, dr. Arlindo de Sousa, Ferreira da Rocha e tantos outros nomes que de momento não me vêm à memória que te serviram desinteressadamente, pois o único interesse que dentro deles vivia, era, através dos seus artigos, chamar a atenção de quem de direito, para que a Espinho fosse feita justiça.

Tu, «Defesa de Espinho», se mais não fizeste em outros tempos, não foi que te tenha faltado força, coragem e leais colaboradores. Porém, nesses tempos havia sempre aquele travão que se chamava censura, que tantas dores de cabeça deu a Benjamim Dias.

Tempos que passaram tempos que mais não poderemos vivê-los, a não ser em recordação e com muita saudade.

Saudade por um tempo em que os homens eram menos políticos e mais espinhenses.

Sim, menos políticos e mais espinhenses.

Hoje, «Defesa», tudo é diferente.

Os interesses políticos sobrepõem-se aos interesses de Espinho.

E nesses interesses, quem sofre somos nós, porque, não tenhas dúvidas que Espinho cada vez ficará mais pobre.

Os homens de bem, os verdadeiros homens de valor ainda os há cá em Espinho, esses afastam-se, porque não querem no presente ou no futuro serem enxovalhados ou difamados, por qualquer politiquês feito à pressão.

Realmente há muito que pensar, quando pensamos em certos nomes no antes do 25 de Abril. Onde é que eles estavam?

Onde estavam esses «bairristas», esses que se dizem defensores das causas espinhenses?

Mas tu, «Defesa», sempre estiveste presente.

Sempre mostraste as tuas ideias.

Nunca deste mostras de ter medo, fosse de quem fosse, apesar de algumas vezes tentarem ferir a tua dignidade e a honra dos que para ti escreverem.

Tens, como sempre tiveste, os teus inimigos.

Era preciso que não te reconhecessem valor para não te queressem mal.

Uns por inveja outros por medo, não gostam de ti, mas os que mais mal dizem de ti, são como tu também sabes, os que tu, «Defesa», tens a coragem de lhes dizer em pleno rosto, aquilo que eles não gostam de ouvir.

Então eles procuram na difamação, ferir toda a tua história toda a luta que tens travado em defesa da nossa terra.

Dizem coisas e lolsas à sua própria maneira, chegando mesmo alguns a esquecer o que são no jornalismo, a ti te devem, «Defesa de Espinho».

Mas o que importa tudo isso para uma jovem como tu se és superior a todos eles.

Uma jovem de cinquenta anos, uma jovem que eu tanto amo.

(1) Colaborador

«D.E.»: um jornal à altura das exigências

ZINHO (1)

«Defesa de Espinho» vai marcar mais uma Primavera, no próximo dia 27, completando, em tal dia, cinquenta anos de vida. Está, portanto, de parabéns.

Na vida humana sobe-se até aos cinquenta anos e, depois, desce-se vertiginosamente até ao apagamento, ao pó, ao nada.

A vida de um jornal pode ser efémera mas, a maior parte das vezes, dura meses, anos, séculos, sempre na ânsia de mais e melhor, de maior expansão, mais querida dos leitores.

O «Defesa de Espinho», nas cinco décadas vividas em seus altos e baixos, em suas tristezas e alegrias, em mar chão ou encapelado, sempre lutou com energia e vontade indomável em ser um seguro baluarte na defesa de tudo quanto respeitasse e respeito à terra em que nasceu, viveu e viverá.

Assinante desde os meados da década quarenta, passei a dedicar-lhe alguma coisa da minha vida e a ter no saudoso director Benjamim Dias um bom amigo que não esqueço. Por vezes o meu irrequietismo obrigava a ser chamado à pedra, porque os meus modestos escritos se prestavam a apreciações que contendiam com o rumo seguido para evitar o uso do lápis vermelho. As nuvens prenunciadoras de mau tempo eram afastadas e o lápis azul carrilava todo no caminho conducente ao bem da Nação.

Com os bons colaboradores que tinha, alguns deles já falecidos, o «Defesa» era jornal bem cotado e, por isso, assinado e lido por milhares de leitores, quer da cidade, quer fora dela.

Depois da morte do seu inesquecível director, o «Defesa de Espinho» continuou a singrar de vento em pópa e a tal ponto que já se apresenta hoje com merecido nível. Pena foi que também desaparecesse do número dos vivos o seu hábil e dinâmico director Fernando Barradas, mas outro aparecerá para continuar a ascensionar carreira do «Defesa de Espinho» que desejamos seja sempre auspiciosa e a dama querida dos seus milhares de habitantes.

Espinho sente-se feliz e orgulhosa por já possuir um jornal à altura das exigências que o ritmo da vida impõe. «Espinho Vareiro», «Maré Viva» e mais algum que apareça com permanência, tudo farão também para que não páre o progresso desta cidade nova. Terra com cem anos de idade e cidade desde há nove anos, é já hoje uma das mais notáveis do país.

O «Defesa de Espinho», não tenham dúvidas, esforçar-se-á quanto puder, como até aqui, por manter-se na primeira linha de combate para que tão bela cidade marque pontos positivos dentro duma vivência moral, cultural, artística e materialmente sã e sempre segura e forte nos seus anseios mais prementes.

Parabéns, pois, ao «Defesa de Espinho» e a todos quantos na Casa se esforçam por torná-lo um ótimo jornal sempre a bem de Espinho e das suas gentes.

(1) COLABORADOR



O quinquentenário de «Defesa de Espinho»

ÁLVARO BAPTISTA (1)

Um jornal na sua mais ampla e autêntica significação, deve ser o estilo de uma terra. «Defesa de Espinho» nasceu sob este horoscópio, e o seu fundador, Benjamim Dias, ao longo de décadas em que dirigiu o «DE», sempre deixou espelhada a sua personalidade ao espelhar neste jornal a vida social, as carências urbanas, em suma: na defesa do desenvolvimento e engrandecimento de Espinho. Pugnou, incansavelmente, pelo embelezamento do seu espaço urbano, ou seja o «corpo» de uma terra. Pugnou pela elevação da sua cultura, cosmopolitizando assim, o seu «espírito», dadas as potenciais vocações turísticas que Espinho oferecia e que faltavam difundir e realçar. Nem sempre foi compreendido e até algumas vezes contestado, mas teve homens grandes a seu lado que concretizaram muitas das suas dignas aspirações. Seria extenso evocar todos, mas alguns merecem ser recordados.

O dr. Augusto Braga de Castro Soares, que quando dirigiu o Município de Espinho, na qualidade de presidente da Câmara, realizou uma obra ímpar em todo o concelho. Desnecessário é enumerar os empreendimentos e melhoramentos de interesse público executados sob a sua égide autárquica. No domínio da cultura, há grandes figuras inesquecíveis, lembramos os poetas Carlos Morais e Alberto Barbosa que com a sua colaboração honraram o «DE» e, conseqüentemente, dignificaram e divulgaram Espinho. Citamos também Álvaro Pereira, felizmente vivo, pela colaboração prestada no domínio da historiografia de Espinho. Vai também uma palavra de reconhecimento para o saudoso Joaquim Moreira da Costa que, na cultura física e

prática desportiva, foi um grande impulsionador e que no «DE» sempre encontrou apoio.

Iniciei a minha colaboração no «DE» em 11 de Junho de 1944, com a publicação de um artigo intitulado «O Dia da Raça», alusivo ao dia 10 de Junho—Dia de Portugal. Tinha nessa data o jornal 13 anos de existência. No decurso destes 37 anos, fui colaborando com trabalhos de diversa temática jornalística. Dito isto, encerramos uma página breve sobre o passado do jornal «Defesa de Espinho» e na qual procuramos reproduzir um ciclo da sua vida, que terminou com a morte do seu fundador.

Nos últimos anos da década de 70, o «DE» começou a afastar-se da linha que havia sido preconizada pelo seu fundador. Deixara de ser o estilo de uma terra para se tornar o espelho de um estilo que era alheio aos seus reais interesses. Com o ingresso do jornalista Fernando Barradas (recentemente falecido) para director do «DE», o jornal reencontrou o seu tradicional caminho, isto é: continuar a ser o estilo de Espinho.

Futuramente, continuará a sê-lo, como certamente todos esperamos, porque, como outrora, continua a ter homens notáveis a apoiá-lo e que do mesmo modo, estão empenhados no progresso da cidade de Espinho.

Para finalizar as nossas palavras, desejamos muitas felicidades ao «Defesa de Espinho» na passagem das suas Bodas de Ouro, extensíveis a todos quantos labutam nessa Casa, em prol do jornal que foi o estilo de uma terra—hoje, a cidade de Espinho.

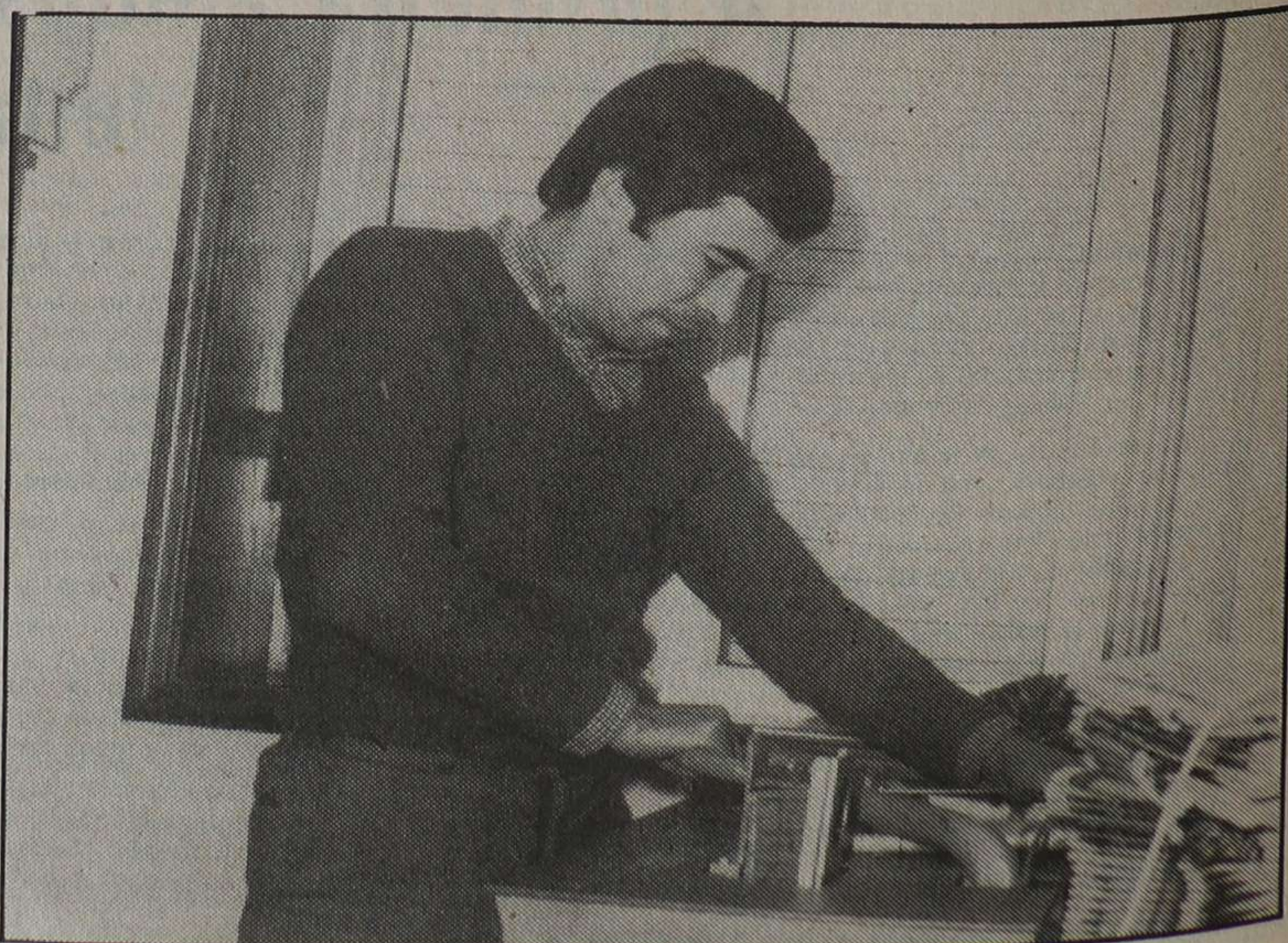
(1) Colaborador.

Ele também faz o «D.E.»


Para além de jornalistas e tipógrafos há outras «peças» humanas indispensáveis para que o jornal role. Uma delas é Carlos Alberto Moreira, responsável pelos serviços de expedição do jornal.

Quase dez anos trabalhando para o «Defesa de Espinho» o Carlos é uma «peça» mesmo indispensável. Diríamos até que já faz parte da «móvel da casa».

É à quinta-feira à tarde que, sozinho, se encarrega de bater as chapas das moradas dos nossos assinantes e anunciantes nos jornais, como a gravura é testemunha. Mais tarde, faz o agrupamento dos jornais por zonas e, finalmente, a sua entrega na estação dos Correios.



DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DO




Espinho desde a fundação do povoado até há 3 décadas em «A praia das nossas avós; a praia das nossas netas», de Sousa Costa.

Servindo como «aperitivo» a sua versão sobre os primórdios de Espinho, Sousa Costa usa o elemento feminino através de 4 gerações gravitando em torno da sua, para o retrato da evolução de uma terra.

Trata-se de um trabalho elaborado por ocasião do cinquentenário da elevação de Espinho a concelho (1949) e que viria a estar na base da película «Espinho-Mar, Espinho-Terra», de Alberto Pinho, recentemente apresentada.

Reconstituímos o documento — é de facto um documento — que estava disperso por várias edições do «DE».

Fotos gentilmente cedidas pelo dr. Amadeu Morais.



**A evolução de Espinho
na pena de Sousa Costa**

DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DO

1

Evoquemos. Consideremos. Recordemos Espinho-Terra desde que viu a luz, por obra e graça de Espinho-Mar, até à nossa era.

Entremos na área da memória. Espinho não se povoou e urbanizou no fito de fazer do mar o seu balneário, o seu sanatório, o seu recreio, ao contrário da Granja, da Aguda, Miramar ou Foz. Povoou-se, por indústria do próprio mar — ele próprio, num impulso utilitário, a convocar o pescador do Furadouro, que no Verão lhe disputava a sardinha, primícia sem igual em mares do Oriente e Ocidente, e a estabelecer-lo no âmbito do seu condado, e a proporcionar-lhe os mimos das suas águas. Assim mesmo. Porque a terra de Espinho, no princípio, tal como a do velho Testamento, era vazia e vã. E a desolação cobria a face do elemento sólido e a vastidão do elemento líquido.

Espinho-Mar convocou os pescadores ali do Furadouro — tão pertinho que os baixios do Furadouro ouvem pulsar o coração das ondas de Espinho. E disse-lhes, no seu cicior estival, acariciante como o ruje-ruje da seda:

— Amigos e vizinhos. Escutai-me. Andais a brotar pela borda fora o suor do vosso rosto e os remos das vossas companhas, em busca do pão de cada dia — a sardinha da minha lavra, pequenina, não o nego, pequenina, pequenina e saborosa como a mulher da marca da lei. Deixemo-nos de desperdícios insensatos. Vinde cá, vizinhos e amigos! — Olhai a levante. Toda a terra vazia que nos fica a estibordo, toda ela isenta de cancela ou cacos de vidro, podeis tomá-la por tenda. Meia dúzia de tátuas bichadas, dois punhados de palha centeia é quanto basta ao curto sono da sesta — que o outro, o sono grande, cá estou eu, se Deus quizer, para o embalar.

Desta sorte, sem repartires os bofes com o vento, que nunca vo-los soube soube agradecer, é só pordes o remo fora da tenda e logo a rede a sair-vos das águas, a regorgitar dos dízimos e primícias da minha abadia — assegurando para as noites lúgubres do Inverno o agasalho do ninho e o cibo dos passarinhos. Ouvi ainda, ó vós que geméis ao arranque dos remos: — A essa terra vazia e vã, dei-lhe o nome de Espinho — pois a tenho por espinho de vã e vazia soberba! Fazei-a crescer e multiplicar na regra do Criador — o espinho tal e qual o da roseira na pernada da rosa, volvido em sentinela dos seus bens de raiz. E então, no calor e no frio, amanhã e sempre, ficareis a deleitar-vos a este toque de alvorada, em que vibra o calor do sol e o pique da maresia:

— Espinho Vival Vivinha da Costa! A dez réis... a dúzia!

E o Furadouro ergueu a sua terra de Espinho, face a face de Espinho-Mar.

Isto aconteceu no século XVII, ontem, a bem dizer, os sinos de então os mesmos que em nossos dias anunciam, baptizado e mortório.

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

«A terra de Espinho no princípio, tal como a do velho testamento, era vazia e vã. E a desolação cobria a face do elemento sólido e a vastidão do elemento líquido»

Os pescadores do Furadouro levantaram aqui os seus palheiros, albergue da época do sole da safra. Depois, deliberaram estabelecer-se definitivamente no sítio que lhes fornecia honras e proveitos. Daí a nada verificaram quanto é falível a lisura do vizinho e amigo, em questões de negócios — amigos, amigos, negócios à parte. Por isso, à ilharga dos palheiros, abriram o seu portinho de abrigo — o povoado sob a protecção da capelinha da sua Senhora da Ajuda.

Não que ele, hoje cordeiro a balar ao ouvido da terra, sua mulher, de repente, não se sabe porquê, talvez por ciúmeira do vento, um doidivanas que em altos brados lhe desafia a esposa a segui-lo, sacode-se de fúria, brame de leão. Bate, mata, devora. Não guarda respeito sequer aos amigos, aos que grangeiam a fazenda ao sabor dos caminhos ondulados que o traga mouros lhes deu por serventia. E só a sua Senhora da Ajuda consegue habilitá-los, nos transes da fúria brava, à sorte grande do regresso ao aconchego do ninho!

Muito bem. A colónia piscatória firmou-se no sítio há menos de três séculos. No século imediato, se cresceu, cresceu coisa somenos. Entra no século XIX, no século estúpido — estúpido, meu Senhor! Ele criou à sua imagem e semelhança, a praia que aí tendes a venerar-vos, tão diligente e inteligente no governo do seu património! E foi no século XIX que expeditas famílias da Terra da Feira, reclinadas no seu Purgatório pela canécula de Agosto, descobriram o Paraíso e correram a confortar-se, dos brazidos da fomalha, nos refrescos da beira-mar.

Está criada a praia de Espinho, filha adoptiva da Terra da Feira — da nobre donatária de fulgurante castelo roqueiro, dos mais belos paradigmas da arquitectura militar do nosso nobiliário castrejo.

bém piscatória do seu ofício — Gaia, a chamá-la a si, pelo vínculo espiritual da freguesia de S. Félix da Marinha; pouco depois, Óvar, cabeça administrativa e religiosa do Furadouro, a disputar-lhe o vínculo e a vincular o novo povoado à freguesia de Anta.

No entretanto, à Terra da Feira pertence a dignidade de mãe adoptiva da praia de Espinho — motivo por que não ficaria mal pedir-lhe a bênção, se hoje curássemos de tais velharias.

Foi a Terra da Feira que deu início à estação balnear. Foi ela que lhe saboreou os primeiros frescores marinhos. E se não foi ela que lhe vestiu o primeiro fato de banho — é que nesses tempos, o banho, negaça de Satanáz para perdição das almas, constituía em quase toda a Europa um atentado contra o pudor.

Lembre-mos de que a principal afronta de Maria Antonieta à França, a formosa e juvenil Delfina a ingressar nos jardins escorregadios de Versalhes, não foi o vir de Áustria — inimiga tradicional da Pátria de Luís XIV. Foi o trazer na bagagem uma banheira.

— Credo! — persignou por toda a França ortodoxa, confundida pela banheira nos seus escrúpulos tradicionais: — a Delfina toma banho! Tem pacto... com o porco sujo! — e marcou-a na espádua, desde essa hora, a ferro candente.

Mesmo nos fins do século das luzes, século XIX na casa mais ufana dos seus brasões seria fácil descobrir um tesouro escondido. Era impossível tropeçar numa tina de zinco!

Recordemos o mestre Caldas Aulete. Professor em Lisboa. Contemporâneo dos serões das Laranjeiras. Autor de uma cartilha da higiene da língua, a «Gramática Portuguesa» de seu nome. Apesar disso, porque uma senhora das suas relações se lavava ao levantar da cama, ao ir para a mesa, ao vir da rua, era uma porca!

— Precisa lavar-se um ror de vezes ao dia. Limpo sou eu — acrescentava, sincero. — Eu não preciso de me lavar senão... uma vez por semana.

Banhos, nesses tempos galantes, só os da pia do baptismo — e parciais. Após os do baptismo, os da Igreja a seco, prelúdio dos festejos da boda. E era tão pertinaz a intolerância pelos banhos, que muita boa gente... até dos de Igreja requeria dispensa...

Basta! Tenho estado a referir-me à praia de Espinho que não tomava banho, a Espinho, praia das nossas bisavós — bisa-

vós dos bisnetos da minha criação.

É indispensável, é urgente, para não morrermos de tédio, ao longo da jornada, avançarmos no tempo, até mesmo no espaço, a fim de nos aproximarmos de Espinho, praia dos meados do século XIX; de Espinho, praia das nossas avós, das avós de quem eu fui neto, de quem foram netos os dois sexos da minha infância. E torna-se urgente, senão urgente pelo menos indispensável justificar o título desta palestra, o seu enunciado profundamente feminista: Espinho — a praia das nossas avós; a praia das nossas netas!

É que se a abelha é a vida do cortiço, a mulher, não o dúvideis! — é a vida da praia — outorgou-lhe com a vida da sua força de atracção, o tempêro amável da sua graça.

A praia, sem o concurso da mulher, seria o mesmo que o altar sem o concurso do celebrante — o altar lá estava e os santos, e os castiçais, e as jarras, e os fiéis. Mas era como se o altar estivesse deserto — nem os santos fariam o milagre de ressuscitar os fiéis mortos de sono.

A praia, sem a mulher, seria o cortiço sem a abelha — o caldo sem o sal, o mar de Espinho sem «vivilha da costa», primor da criação marinha.

Assim, a mulher, na praia, desempenha o duplo papel de elemento de atracção e núcleo de aglutinação — sereia atrai o navegante; o navegante atrai o, aglutina-se, congrega-se em torno do seu canto.

— Sereia? — perdão! Perdoem-me o anacronismo as nossas netas — se alguma por mercê, se dispôs a ouvir a voz do antepassado. O anacronismo só poderia ser grato ao ouvido das nossas avós — das que foram sereias, se ainda ousassem tentar o navegante.

palestra — na convicção de que Espinho de hoje, o de vossos dias, sem o concurso das nossas netas, agora na força da linha aero-dinâmica, seria carlinga sem asas.

A praia de Espinho das nossas avós teve por cabouqueiros marcos, atraídos pelos veraneantes da Terra da Feira, em primeiro lugar o comendador Sá Couto, senhor da fábrica de papel de Oleiros; a seguir, calcorreando-lhe a pegada, Alves Moreira e, Bandeira de Melo. Os três esforçados pioneiros, a trindade do milagre, os bandeirantes de Espinho inóspito, encorajaram os iniciados da feira; alentaram o pé a meia dúzia de pescadores; substituíram os palheiros primitivos, taboado e palha centeia, os pescadores na faina progressista, por moradias estáveis, de pedra e cal — albergaria dos banhistas veraneiros que se iniciavam no culto pela água e o ar salinos.

Nessa idade não se falava em urbanismo — chavão moderno de instituto arcaico. Existia há muito, anónimo. Já o babilono e o egípcio o haviam praticado em grande escala. O que nessas idades se desconhecia era a Comissão de Estética — às vezes, retardadora colectiva das melhores iniciativas privadas e públicas.

O município da Feira interviniu na urbanização de Espinho, apetrechado do seu esquadro e do seu lápis, no sentido de o passo do burgo nascente. Nisto, a urbanização, o povoado em ronceira marcha, marcha perturbada pelas questiúnculas intestinas da gamília, que vinham de longe, a mão inclinada ao miguelista, o pai ao pedrista, o solo estremece como a um abalo sísmico. Um silvo agudo sacode o ar. O que é? É uma idade nova que surge, ao silvo do vapor, ao estridor do ferro. É o comboio que rasga o sulcro trepidante e fecundo no seio do areal adormecido. É o estúpido do século XIX a fazer... estupidez! O calendário marca o ano de 1867. A urbe nascente arregala o olho estremunhado ao apito da locomotiva. O agregado em movimento procura acelerar o passo sob o comando do tan-tan da grande velocidade. Grande velocidade! Trinta à hora! Um assombro para os que vêm dos nove — ando a nove! — os nove do cavalo a trote, pois os penitentes dos carroções do Oliveira, para

(Continua na pág. seguinte)

2

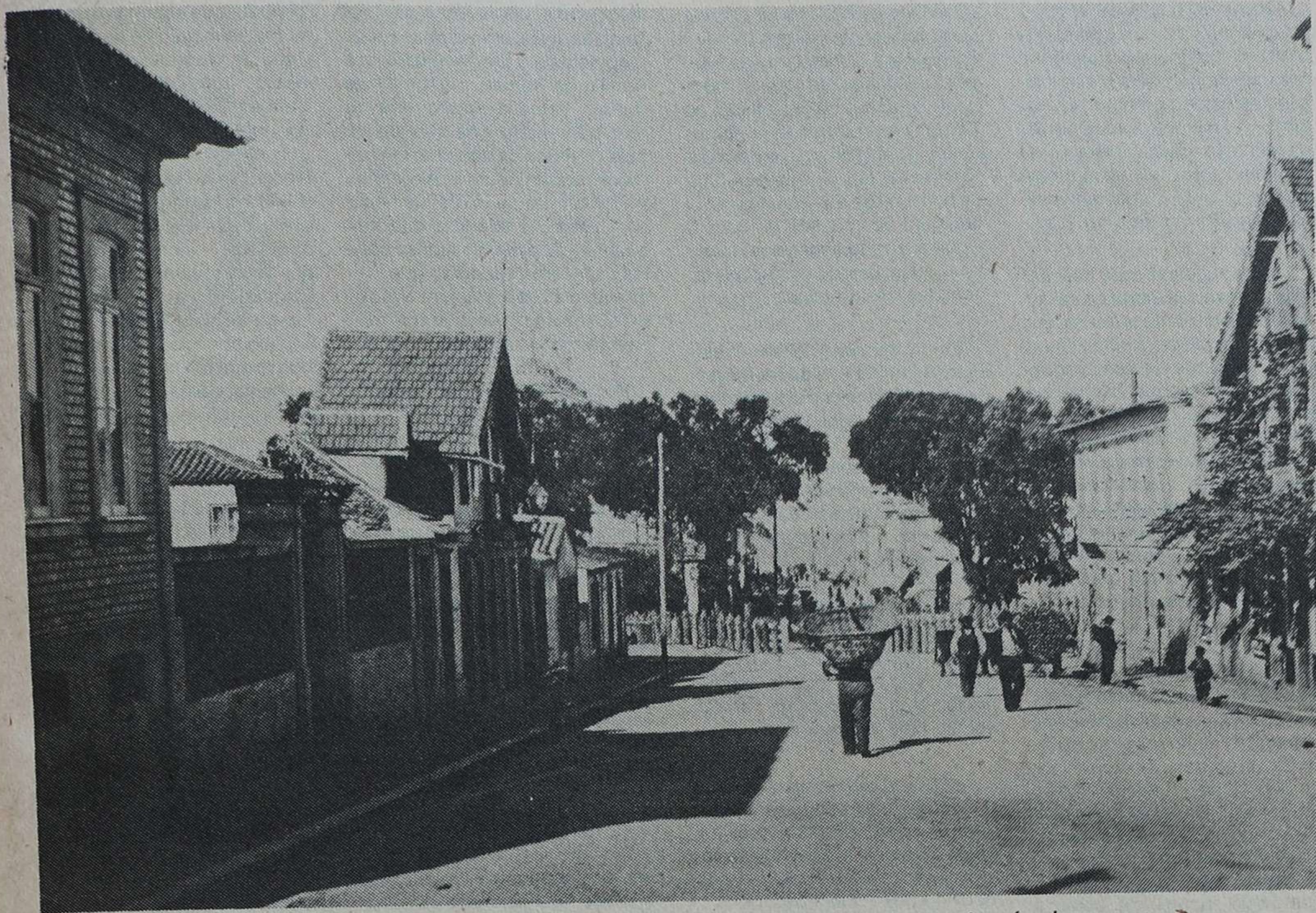
A colónia piscatória do Furadouro, concelho de Óvar, criou a colmeia móvel de Espinho, tam-

3

Reatemos o fio dobrado pela nota explicativa. Expliquei no título da minha



Espinho em 1913



Rua 19 (então Rua Bandeira Coelho) nos princípios do século

(Cont. da pág. anterior)

se deslocarem do Porto à Foz, distância percorrida hoje num abrir e fechar de olhos, faziam testamento e confissão geral. Saíram do Porto jovens telêmacos; entravam na Foz desconjuntados matusalens!

A esfregar o olho, a escamotear o bocejo, Espinho juvenil alerta o passo e o relógio pelo caminho-de-ferro. Edifica mais casas. Abre mais ruas. Quanto mais casas edifica, menos casas tem — porque o coeficiente da azáfama progressista, é ultrapassado pela desproporção da afluência de peregrinos.

Em 1870-75 — as nossas avós já a darem flor e fruto — a praia de Espinho ostenta já, dignamente, o título de praia, tudo condicionado a esse fim, desde as suas casas, as suas ruas, as suas praças, os seus hotéis, as suas hospedarias, à sua Assembleia, aos seus cafés, às suas diversões, às suas salas de jogo. É a praia de Espinho contemporânea de Ramalho Ortigão — o Ramalho moço em toda a pujança da sua ramalhal figura, um metro e oitenta fora a cabeça — como dele disse Junqueiro, ao apresentar o amigo, em tertúlia amiga de Madrid. Sim. Também eu. Eu também me permito apresentar-me nos mesmos termos às pessoas amigas, olhando apenas à altitude exterior:

— Aqui me têm! Um metro e oitenta... fora a cabeça...

Espinho contemporâneo do Ramalho moço, do grande Ramalho que eu tive a honra de conhecer pessoalmente em anos avançados.

Velho? Não. Moço. Sempre moço. Um moço de oitenta anos — agilidade de corpo, virilidade de espírito, frescor de graça que não se sentiam diminuídos ao pé da mais reinada colegiada de vinte anos.

A praia de Espinho contemporânea de Ramalho Ortigão, transeadou-a o cronista-mor do século XIX para as suas crónicas das «Praias de Portugal». O agregado urbano era constituído por dois bairros. O bairro velho e o bairro novo. Este, voltado a nascente, na regra do costume — os novos põem os olhos, em regra, no sol que nasce. O velho voltado ao ponto do sol que mergulha no mistério do mar e da noite. O novo, o que tinha por núcleo central a estação do caminho de ferro — o ponto de partida das marchas aceleradas da mocidade — ao encontro dos centros vitais do cosmopolitismo de hoje, de amanhã, de sempre. O velho, o que se acomodava perto do mar — olhos fitos na estrada flutuante que foi via triunfal da glória de ontem, que ninguém sabe onde nos levará amanhã

O bairro velho desdobrava-se em torno da Praça Velha, onde ficava a moradia Sá Couto, a capelinha da padroeira, e talvez a fonte do Mocho, reliquia da infância da praia. Desdobrava-se em ruas estreitas e tortuosas, em ruínas esfarpadas, varandas de pau, «empenadas e barrigudas», com crianças semi-nuas ao ar livre, com mantas e redes às janelas, «tudo muito característico — assinala o cronista-mor — e de um pitoresco oriental». Ao bairro novo pertenciam as vivendas puxadas ao ostentoso — algumas delas, observa Ramalho, «duma certa grandiosidade burguesa». Destacavam-se na comunidade as dos marqueses da Graciosa, do Cardoso Valente, do Pinto Bastos. Alternavam com as moradias, os hotéis, o «Hotel Particular», o «Hotel Bragança» e «Nova Estrela». O cronista inclinava a pena, em vênica cortez, diante do «Particular» — propriedade da senhora D. Maria da Glória Vilas Boas. Era neste bairro que se levantava o edifício da Assembleia, que se registavam os melhores cafés — alguns deles, os mais frequentados, com suas roletas e seus baralhos anexos.

As diversões da praia começavam pelo banho.

4

No tempo de Ramalho já se tomava banho em Portugal — hábito que teve por início o banho de mar, decretado pela moda, a única religião ecuménica praticada, sem rebeldia herética, desde a Suécia gélida à Núbia ardente.

O banho em casa veio depois, mercê da animosa lide do prédio Ramalho, na arena das «Farpas», a bem da higiene do corpo de cada um, base da higiene da alma colectiva.

Os primeiros banhos de Espinho, e da Foz, e da Póvoa, tomavam-se ao toque da missa d'alva. Os banhos das donas envergonhadas, das virgens prudentes, irmãs no pejo comum. Envergonhavam-se de que as vissem praticar... o atentado contra o pudor.

O banho «chic», o banho bom, o banho de gente d'algo — nesse tempo ainda não havia o grémio da gente bem — era de manhã, das nove às onze. Tomava-se no fato consagrado pelo uso. Uniforme amplo, hermético, maciço, cortado em flanela azul, de xadrês, com debruns de nastro branco — precursor do escafandro dos mergulhos de hoje. Uniforme composto de touca, estilo cogumelo, também de flanela, também debruada de nastro, sobrecasaca, cingida à cinta das vespas anfíbeas por cinto da mesma matéria-prima, calça do mesmo tecido, a abrir em boca de sino, por obra do folho repuxador do pé; o pé, por seu lado, a branquejar sob o folho e sobre o sapatinho de pano.

Bem. Se hesitamos em considerar este uniforme precursor do escafandro, o escrúpulo cessa diante do «fato macaco». Era o «fato macaco» — na primeira das suas metamorfoses, ainda com abas de sobrecasaca e aderências de nastro. Poderíamos chamar-lhe também, sem desdouro para a sua pudibunda dignidade, o saco da «morte macaca» — o saco executivo em que o grão-sultão da Turquia afogava as sultanas... que se permitiam comer a maçã sem licença do dono.

Donas e donzelas, couraçadas de flanela contra as frechas do português valente, adiantavam-se para a onda, mãos dadas, como em jogo de roda, nos jogos os papás, os manos, os namorados — às vezes, quantas vezes!, os Cireneus da esposa ou do esposo, todos no ar soberano adequado a feito temerário. Elas, a rir, mas em passarinho cauto, deliciosamente tímido. E com o seu gritinho aqui, sua indecisão acolá, arrepiavam-se ao contacto frio da areia. A roda giratória detinha-se ao encrespar da onda, leão rompante que se lhes levantava no caminho, a juba hirsuta de espuma. E se eles, os varões, lhes recebiam o embate, varonilmente, a pé firme, para o mergulho da ordem, elas, mais esquivas ao açoite, recuavam, saltaricavam, chapinavam as águas espumosas da ressaca. Uma, ou duas, mais animosas, molhavam a cabeça, sacudiam a touca — rolinhas mansas a tomar banho no bebedouro.

Sim senhor! Havia banhistas, sexo gentil, que tomavam o seu banho integral — repassadas de água com a alta ao emergir da vaga.

Refiro-me às raparigas que frequentavam o banho, não em obediência à moda, mas por sujeição ao médico — que lhes receitava o choque, consoante o caso clínico a submeterá acção da hidropatia marítima.

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

«Os primeiros banhos de Espinho, e da Foz, e da Póvoa, tomavam-se ao toque da Missa D'Alva. Os banhos das donas envergonhadas, das virgens prudentes, irmãs no pejo comum. Envergonhavam-se que as vissem praticar ... O atentado contra o pudor»

Ramalho Ortigão não se refere, no seu livro, nem a estas, nem aquelas banhistas. Compreende-se: viveu na idade do saco — das banhistas ensacadas em costaneiras de baeta ou flanela. Familiarizou-se, desde menino, com o casto espectáculo. No curso luminoso da sua longa vida, Ramalho faleceu em 1915, não conheceu outro uniforme de banho, não suspeitou o advento da banhista de flanela tão natural, tão imutável na indumentária da banhista, como a pelissa de lã na vestimenta da oveilha. E daí, portanto, o silêncio da sua pena em face do espectáculo de Eva uniformemente blindada contra as sortidas do Demo. Eu é que noto o contraste. O contraste entre a praia de ontem e a praia de hoje. Porquê? Porque vi com os meus olhos a praia de ontem, o autêntico Purgatório de Eva. Eva condenada à pena de reclusão perpétua no xadrês de flanela por força do pecado original. Porque vejo a praia de hoje, Eva indulgada, outra vez no Paraíso, casta Susana até sem baeta, até sem nada, sobre a livre nudez.

A banhista de choque era conduzida ao banho nos braços do banheiro. Por vezes furtava-se à onda — reduzia o choque a semicúpio. Mas era sensacional o grupo escultórico da banhista e banheiro, ela nos braços dele. Compunham um bloco vivo que nos recordava a Grécia da mitologia e da beleza.

Tranquilizem-se Vas. Exas. Não vou jurar que ela lembrava Friné e Praxíteles. Friné foi ao banho do golfo Sesónico, não engaiolada em baeta de xadrês, sim olímpicamente desnuda, como consta do mármore ainda hoje enlevo dos nossos dias. Praxíteles, ao tomá-la nos braços para a conduzir à imortalidade nas mármores a Vénus de Gnido, não trajava jaleca de serguilha, ensopada até aos ossos — soltava dos ombros a sua clamide de nobres pregas, verdadeira púrpura de realza.

A banhista de choque ia ao banho, encadernada na sua baeta. O banheiro tomava-a nos braços, revestido da sua serguilha.

Um ligeiro parêntesis. Havia também a banhista de choque transportada à água por dois homens, de cadeirinha, sentada nos pulsos cruzados dos condutores. Não era esta, entretanto, a que nos oferecia perspectivas de maravilhoso mitológico.

Era a que se abeirava do banheiro, dum só, e lhe entregava o corpo e o lençol — corpo que ela sopesava nos braços, o lençol ao pescoço e, galhardamente, baldeava na vaga — em choque se o corpo se submetia à operação; se fugia ao mergulho, em semicúpio. No lance em que o herói erguia o corpo nos braços e metia direito ao mar, nós, os espectadores da cena, se a banhista era formosa, comovia-nos como se assistíssemos ao rapto de Proserpina por Plutão, deus infernal. Plutão com a filha de Júpiter nos braços a meter ao império das águas, como na mitologia, para as núpcias do inferno!

Assistia-se todas as manhãs ao rapto de Proserpina em Espinho, Foz, Póvoa — nós, os rapazes do meu tempo, sim, se a raptada era formosa, com inveja

(Cont. pág. seguinte)

DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DO

(Cont. da pág. anterior)

dos heróis mitológicos. O-ferecer-nos-íamos mesmo ao sacrifício, se os senhores jupiteres, papás das Proséripinas, não presidissem à façanha de bengalão na dextra!

A propósito: — a moral obedece à moda, como a sombra à luz. Muda de parecer conforme a lei decretada pela moda, única lei obedecida — a única que se parece com a que faz despertar o Sol todas as manhãs, levantar as trevas todas as noites.

A moral de ontem achava respeitável o saco de baeta decretado pela moda. A moral de hoje escangalha-se de riso, se no banheiro aparecesse donzela, jocista, que fosse! — enardelada no saco das minhas irmãs!

Das minhas irmãs? Da minha filha! O saco vigorou para além da primeira Grande Guerra.

Não havia rapariga, por mais vinculada que estivesse à lei de Deus, capaz de afrontar a praia couraçada no saco da castidade — nem a troco da vida, sob a ameaça de morte!

Pois as Proséripinas da minha criação, ao saírem da água, só porque a baeta molhada lhes colava às formas, denunciando certos emblemas mais recônditos do sexo, corriam para o lençol do banheiro na aflição de Eva, roto o véu da inocência, ao vestir a folha de parra!

Falamos do recreio do banho na praia das nossas avós.

Outro recreio: — a espera dos banhistas à hora do comboio.

O cais da estação, à chegada do comboio, semelhava arraial minhoto — alegria, bulício, luminárias de galanteios, girândolas de cumprimentos. As nossas avós todas de coquinha à Mimi Pinson. Qual dona ou donzela que se atrevia ao ar livre, mesmo na praia, desvendando o feitiço das longas tranças? Soltas? Isso era exclusivo do noivo — a ocultas da mamã. O marido só podia admirá-las no recato sagrado do tálamo, como se dizia no grémio dos que tinham que perder.

Coquinha, a cinta de vespa ampliava-lhe o seio em promontório, dom supremo da mulher desses tempos. O busto sinuoso emergia-lhe das saias balão — sinos grandes em marcha, os pés às escondidas, a badalagem requiepes de festa.

Era decente! Era belo! Era sumptuoso

5

Os nossos avós, esses ostentavam barba à passa pilho; bigodões à Vitor Manuel; chapéu alto; sobrecasaca constitucional, calça à direitos do homem.

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

«Havia burricadas e piqueniques à ria, à graciosa, à buralha (...) além disso, a assembleia, quer de dia quer de noite, conservava-se em sessão permanente (...) as reuniões nocturnas tinham por figuras centrais a pianista amadora e o poeta — duplamente amador».

A locomotiva apitava ao longe. Todo o mundo palreiro se calava e afluía à zona das carruagens — carruagens e locomotiva de lotação reduzida, embora de via larga, a locomotiva também de chapéu alto, as carruagens maneirinhas, não os vastos salões de hoje! Como a dos «americanos» do Chora e da Carris.

E todo aquele mundo hospitaleiro largava a disparar as salvas do estilo em honra e louvor dos recém-chegados, conhecidos e desconhecidos — estes e aqueles, pertencessem ao clero, pertencessem à nobreza, fossem damas ou cavalheiros, usassem garnacha, sobrecasaca ou saia balão, todos revestidos de guarda-pó: — dezenas de braços, amáveis guindastes, a descerem da carruagem dama melindrosa, de coquinha, saia e guarda-pó até quatro palmos abaixo da cintura.

O guarda-pó, no período das lutas liberais, teve o prestígio activo do bacamarte e da urna — do bacamarte contra os inimigos da Carta; da urna a favor dos amigos da Constituição. Não havia bispo ou cônego, juiz ou conselheiro, virgem louca ou virgem prudente, em trânsito na malaposta ou no comboio, sem o apenso do guarda-pó — arma dupla, contra a poeira das estradas e a favor da economia doméstica.

Não ficava por aqui o rol das diversões de Espinho na era das nossas avós. Havia as burricadas e piqueniques à Ria, à Graciosa, à Buralha — as burricadas e os piqueniques já vêm arrolados de «Praias de Portugal» do ínclito Ramalho. E quanto a piqueniques, Ramalho distingue-os de certos magnatas portugueses em que eram obrigatórios o alguidar, «com a infalível sapateirada», e a borracha de quatro quartilhos, hidrópica de vinha da Companhia.

Além disso, quer de dia quer de noite, a Assembleia conservava-se em sessão permanente.

As reuniões nocturnas tinham por figuras centrais a pianista amadora e o poeta — duplamente amador.

A pianista amadora atacava o piano, com sanha insanável e ademanos românticos, tranjendo a «Prece à Virgem» ou a «Balada de Weber». O poeta amador, melena desgrenhada e olhos fatais, declamava, soluçante, a mão direita nos voos da declamação, a esquerda pousada nas costas da cadeira, o «Noivado do Sepulcro» ou os «Suspiros da Luisa» — as mamãs, filhas e amigas, aos grupos, no rodapé da sala, assistindo ao «Noivado» ou carpindo os «Suspiros», cada grupo entrincheirado nas prosápias do seu sangue, ou no balanço dos seus livros-caixas. Em certos grupos, segundo Ramalho, destacavam-se damas que se consideravam pelo menos princesas. Essas cavavam fossos profundos entre as suas torres de marfim e o logradouro da burguesia. Só baixavam a ponte levadiça e desciam ao raso do sangue rubro em atenção aos «Lanceiros» e à «Quadrilha Francesa».

Estou a ouvir a marcação, estou a ver os passos e as medidas da Quadrilha, vivas no meu tempo:

— «Dames à la droite! Chevaliers à la gauche! Pas en arrière» — comandava o chefe, no seu francês, quantas vezes mais guilhotinado do que o da Revolução no Terror. Havia quem lhes abrandasse a sangradura, como coisa legítima. Eram os namorados e as namoradas que à sua sombra benigna, nos passos de dança, ludibriavam as sentinelas paternas, encostando, um ao outro, seus ternos corações.

Em numerosas noites — assinála Ramalho — o piano da Assembleia transformava-se num monstro. «O tigre rugiu, o lobo uiva, o mocho pia, a serpente assobia, a rã coacha, o jumento zurra — e o piano serra», atacado pelas «troca-teclas», calamidade social só comparável à do «troca-tintas».

A pianista «troca-teclas», se lhe pedem que vá ao piano, faz-se rogada, arma beicinho. Geme que sabe pouco, quase nada. Mas do seio da família rompe uma voz que diz:

— Não é tanto assim. A minha filha o que é, é muito acanhada. Não há como ela para tocar os «Dois Foscaris». Vá menina, toca para estes senhores aquele bocadinho dos «Dois Foscaris»...

A menina — neste momento solene continuaria a dar a palavra a Ramalho — se não precisasse reduzir os termos da escritura: — a menina adianta-se para o instrumento do crime. Aceita o braço do peralvilho que a conduz ao piano. Meneia a cabeça em jeitos de cisne a vogar para o comedouro. Principia. Ataca o bocadinho. Engana-se. Torna-se a enganar. Troca as teclas. Atropela as notas. E «acaba por confundir os «Dois Foscaris» de Verdi, com os Dois Renegados do sr. Mandes Leal».

Em face de tais atropelos, observa o cronista-mor, são cinco as prendas que recomendam as meninas de hoje ao assento conjugal — «bordar cães e araras de veludo com olhos de contias; fazer flores de papel; fazer com pota de pêssego; usar lenços com anagramas de fantasia — e não tocar piano.»

6

Falta dar ao arrolamento dos prós e dos contras da praia de Espinho das nossas avós outra disposição substantiva apontada pelo ramalhal Ramalho: — a exaltação patriótica dos banhistas de Espinho pela sua praia querida. Exaltação exclusiva e intransigente. Não admite paralelo entre a sua praia e qualquer outra. «Considera os que tomam banho noutra praia como adversários, quase inimigos». A fúria contra os banhistas da Granja não tem barreiras. Se num compartimento da carruagem do comboio se juntam duas famílias, uma de Espinho, outra da Granja, tem-se ao vivo a

ferocidade da luta entre as duas famílias rivais, em Verona, as dos Capuletos e a dos Montechios, a família de Romeu, e a família de Julieta, estes a amarem-se no mar de sangue, de sangue de pais e irmãos na chacina. Os homens não se encaram. As senhoras olham-se de revés, de baixo para cima. As crianças que frequentam Espinho voltam as costas ou fazem piroetas às que frequentam a Granja voltam as costas ou fazem piroetas às que frequentam a Granja.

Perdão. Acrescentemos mais uma verba ao arrolamento: — o preço do aluguer de casas e dos hotéis de Espinho dessa época, praia então considerada de preços astronómicos. Casas de aluguer: oscilavam entre duzentos reis e quatro mil e quinhentos por dia — estas a mais de libra, ouro. Hotéis — mil reis a diária, quinhentos reis o jantar, à mesa redonda. Ultrapassava o preço de qualquer «Palace» internacional de Lisboa.

Registemos, além disso, o maior acontecimento de Espinho na era de Cristo de 1874: — a baleia morta que deu à costa. Trinta metros de comprimento e seis de diâmetro. O Chaby, se já existisse, acomodava-se-lhe na cova de um dente. Deu conversa para semanas a fio!

Isto passava-se, mais piano menos piano, mais exaltação menos exaltação, mais baleia menos baleia, na praia de Espinho das nossas avós.

7

Seguiu-se-lhe a praia de Espinho das nossas mães — essa já acentuadamente diferenciada daquela quanto ao elenco balnear do mês de Agosto. Era o mês em que numerosa e rumorosa colónia de Zamora e Salamanca, de Burgos e Madrid, os pulmões gregados nas fornalhas de Leon e Castela, vinha em busca do bálsamo no «salero» dos seus movimentos, nas castanholas e pandeiretas de suas «hablas» e de seus risos.

É ainda Ramalho, nesta altura já nas «Farpas», em data que vai desde 1880 a 1887, quem nos descreve a primor, o Espinho dessa data. — «Imaginem uma grande feira — começa por descrever. Largos arruamentos rectangulares. Lojas para a direita, lojas para a esquerda, com grandes tabuletas de lojistas do Porto, sucursal deste, sucursal daquele, sucursal daquele outro. Circulando no macadame uma espessa multidão rajadada de tipos diversos de forasteiros. Famílias do espanholas, famílias beiroas, famílias lisboetas, famílias do Porto». Sublinha o aspecto das meninas de «tournure», chapéu de palha Carlos IX e botinas por engraxar; os tocadores de realejo; os rabequistas da Marselhesa; os mendigos de romaria. «Tudo isto — acrescenta — bole, mexe, rabeia, de cá para lá, de lá para cá, no grande arruamento

central a que chamam o Chiado», numa animação de arraial, «repicada de pregões, de música feirense, do tilintar do dinheiro nas batotas e do estoirar dos foguetes na estação, aos comboios em que chegam banhistas novos». Recorda os doutores hóspedes do «Hotel Porto». «Espinho é com efeito e por excelência — anota, sorridente — além da costa célebre da sardinha, a piscina consagrada da magistratura». Alarga-se na evocação dos grupos compactos de cavalheiros idosos que em tom de afabilidade, «honesta, não pueril», declinam a palavra colega. — «colega colega!».

Inumera Ramalho as batotas do Chiado, «filiais das lojas dos Lóios e dos Clérigos». A «Celeste Império» parece-lhe «um estabelecimento inteiramente respeitável e digníssimo». Nem Câmara dos deputados, nem liceus nacionais, nem galerias de belas-arts, nem salas de conferências científicas e literárias, nem juntas de paróquias, nem cabidos nem colegiadas, reúnem o conjunto e cooperação de cavalheiros tão distintos, tão ilustres, tão idóneos e tão venerandos em torno do pano verde, no âmbito desta espelunca!

Basta uma placa de dois tostões e uma simples palavra para qualquer provinciano se aproximar de um conselheiro — coisa mais difícil em Lisboa, do que em Roma ver o Papa. Basta aproximar-se do pano verde, jogar a placa e dizer: — «Piso no valete... com o sr. conselheiro».

Torna a pôr em relevo a animosidade entre a praia silenciosa da Granja — a praia de «tout Paris» e dos ócios elegantes. Louva os dons da natureza e do homem conjugados no activo da praia da Granja — os seus densos arvoredos, as suas formosas vivendas, as suas tilias, os seus «break», os seus janotas, os seus estadistas. Em especial a sua «rica moldura» de pinhal, ampla e espessa como um caixilho de velho veludo genovês, verde escuro, realçada pelo límpido espelhamento do mar. «Recorda as senhoras sentadas em «fauteuils» de junco, com grande ar de castelãs burguesas, de olhos armados e fixos sobre as joelheiras das nossas calças, sob a nódoa do nosso «veston», sobre a verruga do nosso nariz». Afirma que Espinho tem a aristocracia da Granja atravessada na garganta. A Granja é a espinha de Espinho. É no entanto — proclama o «diestro» das Farpas —: «Ó dor! a esse belo «boudin» de sangue azul, que constituía o antigo mundo escolhido dos granjolas, acha-se hoje adstrito, em contrapeso pela fatalidade das circunstâncias, um suplementar chouriço de vinha de alhos!».

Espinho — isto acrescento — eu ao inventário de Ramalho — tinha a par da Granja, a sua nobre aristocracia, em que sobrelevavam os vultos exemplares de Alves Martins, o grande Bispo de Viseu — tão grande que, contando-se por centúrias os bispos da diocese, ainda hoje, se disse só Bispo de Viseu, ninse disse só Bispo de Viseu, Foz d'Arouce, dos condes de Águeda, das Devesas, Viscondes de Beires e tantos outros varões assinalados!

(cont. pág. seguinte)

(cont. da página anterior)

8

Depois da praia das nossas avós, bem diferente da praia das nossas bisavós, retrata-se na memória e na saudade a praia das nossas irmãs. A praia de Espinho das nossas irmãs, sim senhor! Aquela que eu frequentei em era remota, quando, acossado pelo calor de Trás-os-Montes e por certos impulsos cardíacos...descia ao povoado. Aquela que eu enxergo agora na poeira da distância, transfigurava-se em real e verdadeira ilha de amores — onde as nossas irmãs e

«nuestras hermanas», cada estação faziam dez vezes o milagre da multiplicação ... dos amores primeiros.

Amores primeiros, repito. O amor, no meu tempo, tinha o prestígio e a categoria de rei absoluto. Tinha a sua pragmática de catalogação por números. O ritmo cronológico dos reis do mesmo reino e mesmo nome. Amor primeiro. Amor quarto. Amor sexto. O pior era que, aí pelo duodécimo, os feitos mais notáveis dos respectivos reinados baralhavam-se de tal sorte, que o historiador que procurasse tirá-los a limpo, já não sabia os feitos do primeiro e do último.

Não era assim o primeiro amor nascido no berço de Espinho. Esse, mesmo que nascesse sob o signo de ouros, nunca se baralhava com os demais. E ficava na história como o mais absoluto. Rei que reina — não rei figura decorativa. Recordo este, aquele, aqueles. E tenho a sensação de que vejo desfilar numerosa dinastia, na púrpura gloriosa

da mocidade, sob os esplendores dos cenários de estonteante «Danúbio Azul». Por certo mergulha no húmos desse alimentar sedimento de recordações inefáveis, a raiz do meu factovia, pela via de Espinho de então, pela cidade de Espinho de hoje — pela mui bela cidade de hoje!

A praia de Espinho das nossas irmãs e de «nuestras hermanas», era, tirante um ou outro pormenor de perfil apagado, a praia de Espinho das nossas mães — a que evoque, a traço rápido, mercê do lápis flagrante de Ramalho, nos apontamentos das «Farpas». Era a mesma a composição urbana da colmeia, com o seu Chiado, e a sua dança do vira, irmãs e «hermanas» no rodopio do vai-vem do macadame; com os seus estabelecimentos comerciais; as suas filiais do Porto; os seus cafés, as suas jogatinas. Eram os mesmos os sacos de flanela, fitados de branco, das elegantes à hora suprema do banho — os mesmos banhos tímidos com jogos de roda e gritinhos arrepiados; os

mesmos Plutões dos raptos das Proséripinas, as Proséripinas nos choques e semicúpios das suas antecessoras. Nós, os rapazes, os Tritões daquelas Nereides, nesta Ilha dos Amores, é que, depois de vinte anos, em vez das trombetas dos Tritões mitológicos, usávamos bigodes à Kaiser, leões rompantes por guias no escudo heráldico da fachada.

Na Assembleia é que já não vigoravam nem o mesmo piano, nem os mesmos poetas. Era frequente ouvir ao piano pianista de nome internacional. Nas recitações ouviam-se poetas da alta escola. Além disso, os Lanceiros e as Quadrilhas cediam vez aos «Pas de Quatre», sucesso burgês do aristocrático minuete, inchado de vénias palatinas e intermezos de valsas; e ao «Cotillon», friso movediço de marcas pitorescas e surpresas sensacionais, cujos pares marcantes adquiriam o prestígio dos santos milagregiros — isto, por não estarem ainda no altar os «ases» do esférico.

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

«A praia de Espinho das nossas irmãs, e de «nuestras hermanas», era, tirante um ou outro pormenor de perfil apagado, a praia de Espinho das nossas mães (...) era a mesma composição urbana da colmeia, com o seu chiado, e a sua dança do vira (...) eram os mesmos banhos tímidos»

No Espinho dessa época falava-se no Hernâni Devesas e senhorita Carmen Baseiga; no Armando d'Alva e D. Henriqueta de Lencastre; no D. Fernando del Rio e D. Madalena Damásio, grandes marcas de «Cotillon» como hoje se cala no... neste, naquele grande da bola.

Nas távolas quadrilongas de cada casa de jogo não havia divergência sensível: — pontificavam os mesmos monsenhores, os mesmos conselheiros, os mesmos magistrados, os mesmos sacerdotes, pontífices maiores ou menores do pano verde. Eu só uma vez celebri no culto, sacristão de tão conspícuos «Sacerdotes Magnius». E por força de intrépida parada, em pleno, fui parar à casa de prego — donde saí vitorioso, arvorando por insígnias o prémio de consolação dos enjeitados da sorte — feliz aos amores, infeliz ao jogo...

Recordo alguns dos concorridos e estrepitosos cafés dessa era, da era em que Espinho foi promovida a cabeça de concelho: — entre eles o «Peninsular», «O Chinês», «Madrid», o «Central». Cada um e todos, à margem da roleta e do baralho, despiciavam-se no desafio e nos aperitivos fixadores do cliente — bailarinas de categoria; cantoras de cartaz; sextetos de mestres; recitativos selectivos. No meu ouvido, à semelhança de búzios marinhos, ressoa agora o gorgueio de aliciantes vozes de enlevo e sedução. A de Conche Sierra? A de senhorita Castellano? A de senhorita Mariscal? Ouço a toada embriagante dos violinos, como o de Hierro; de violas como a de Galvez; de violoncelos como o de Casals-Pablo Casals, então noviço dos verdes anos, já na punção artística da maioridade. E nunca esquecerei a plangência nostálgica das guitarras de Manuel Mansilha, Ernesto Castro, Vitorino Guimarães, guitarradas e violas afinadas pelo diapasão castiço de Coimbra.

Creio que foi em Espinho, num dos seus cafés, que vibrei, pela primeira vez à arcada de Carlos Dubini, à arrancada de Óscar da Silva, em triunfal dueto. Creio que foi em Espinho que ouvi mais de uma vez, o violino de Henrique Carneiro — arco efémero de violinista, frágil de corpo e forte de emotividade.

Recordo, em especial, a noite maior das minhas «mil e uma noites balneares». Mil e uma? Dez mil, nos sonhos que me povoaram os horizontes. Uma só... Nem uma. Meia noite... na marcha vertiginosa que as reduziu a nada — o estaurador das horas más... escaqueiro pelo acelerador das horas boas.

A maior noite — maior na elevação, menor na duração, creio que foi passada no Café Central. Das altas personalidades que a tornaram grande é que me lembro bem. Alexandre Braga, filho, já orador, dos raros; Fausto Guedes Teixeira, já poeta, dos eleitos — ambos já bachareis em Direito, como toda a gente.

— Perderam ao jogo — anuncia, ao vê-los entrar no café, um amigo querido, no lance a prestar vassalagem sua alteza, o amor... primeiro.

(Continua na pág. seguinte)



A primeira capela da Senhora da Ajuda ruindo devido às invasões do mar

(cont. da pág. anterior)

O par ilustre aborda a única mesa de vago na sala — sala fulgurante de beldades espanholas e portuguesas. Beldades portuguesas, sim! Manda vir café e absinto — o absinto desses tempos tinha má fama, era a «serpente verde» que impregnou de peçonha as «Flores do Mal», de Baudelaire, e com certa responsabilidade nas orgias de metro e cinismo dos Verlaines autênticos e de contrafacção.

O par infeliz ao jogo, afogava na peçonha do absinto a desfortuna do pano verde.

De súbito, Alexandre Braga põe-se de pé. Não cambaleia — quase nem oscila. Amansa a juba negra. E cálix na mão, olhou em fogo, olhos e cálix assentados numa teoria de deusas e semi-deusas que no Olimpo de Espinho se designava por Conches e Pepitas, dispara ofuscante improvisado cortado de relâmpagos de génio, em honra e louvor da União Ibérica.

— Juro-o, à fé de quem sou: — ao clarão dos relâmpagos, que abrasavam de fulgidas auréolas Pepitas e Conchas, todos os lusíadas presentes, ceguinhos, se consideravam aptos a assinar vencidos. Nun' Álvares, o próprio, se aparecesse no transe, estou em crer que quebrava o gládio de Aljubarrota. E eu, e o meu amigo, valeu-nos a cada um de nós o nosso anjo da guarda, na inocência dos seus olhos cândidos a defender-me do abismo.

Aplausos, entusiasmos, vivas. E nunca poderei esquecer os veteranos das alas de Aljubarrota e Valverde ali aquartelados. Quase todos, pelo menos... conselheiros de Estado. Eram eles os mais imprudentes nos vivas à União.

Saudosas recordações da mocidade! O que será de vós, Conchas e Pepitas dessa época, tão ligeiras, tão leves, tão «salesrosas!» Se viveis ainda — derreadas sob a sobretacha do tecido adiposo, moeda corrente na barca de Caronte, para a viagem de ida... sem volta!

Amainada a tempestade dos entusiasmos, levanta-se Fausto Guedes — o cantor das «noites lindas de Espinho», o amigo, o irmão de Alexandre Braga, o que sobre a campã do grande orador, gravou estes versos de bronze e ouro:

«Bendita a dor que a eles nos irmana! / E a terra a que pisou lhe seja leve / Como quis tornar leve a dor humana».

Fausto levanta-se. Não ergue o cálix. Sacode a cabeleira. Muito pálido, muito trémulo, olhos fitos na mulher presente na sala, que era o seu amor... impossível, soluça um soneto.

Seria este que vou trasladar? Não sei, era um soneto dos seus, belo como este, dominador como todos. Soluça-o a tremer, a hesitar, as lágrimas nos olhos:

«Eu não consigo habituar-me à ideia / De te fugir e não mais te ver!... / E como os olhos, sinto a alma cheia / De lágrimas que, em vão, tento reter. / Não tenho neste mundo outro prazer; / E de balde a razão deligenceia, / Preso que estou a ti como a um dever,

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

«As invasões do mar iniciaram-se em 1834 (...) repetem-se várias vezes até 1870. Recrudescem de violência em 1896 (...) Espinho-terra luta heroicamente, denodadamente, contra os assaltos de Espinho-Mar (...) em 1904 o mar levantou-se outra vez (...)»

/Obrigá-me a partir esta cadeira. / Consigo sempre tanto do que eu quero! / Só não posso matar o grande amor, / Que me enche de amargura e desespero!... / Põe nos meus os teus olhos condóida / Sêp'ra mim uma irmã, seja o que for, / Mas qualquer coisa enfim na minha vida!»

Meu Deus! O efeito desta súplica, desta solução, cará a cara, endereçado à sua musa!

A sala ergueu-se num sacolejo de vaga. Até as senhoritas da colónia estrangeira, como se o coração lhes tivesse trazido a dor do soluço, aplaudiram, chorando, a súplica do poeta — a suplicada, essa fria, de pedra e cal alheada de tudo, como se não tivesse ali o dicionário!

9

E pronto! Perdoem-me o desvio do caminho direito. E agora vamos depressa. São mais quatro, cinco minutos de jornada. Vamos meter a praia dos nossos netos... no quadradinho de um bilhete postal de praia, o mais sintético de todos. Não que, onde há que fazer, o tempo não chega a nada!

Os autores de Espinho-Terra das nossas netas foram a Espinho-Mar e a grande velocidade — aliados insígnies e laboriosos, de mãos dadas, a destruírem e a construir, a destruírem a praia velha, a construir uma nova cidade.

Em certo transe, em 1834 — há mais de um século — o Espinho-Mar olha para a sua terra, palheiros no grémio dos palheiros, e diz-lhe de má catadura:

— Mulher e amiga. Não te quero ver em andrajos, como consorte sem sorte nenhuma! Ou mudas de roupa, ou dissolvemos o matrimónio.

Este foi o primeiro aviso — lançado pelas águas equinociais, como disse, em 1834.

Aviso lançado por imposição das obras de Leixões — proclama-se aos quatro ventos. Eu nunca frequentei Humboldt e cursei de leve Michelet, no meu tempo os padres mestres dos ofícios solenes do mar. Mal me recordo dos versos de Ossian, o bardo escocês do século III, o bardo que melhor auscultou o coração do Atlântico. Mas, pelo que vejo, observo e comparo, quase me atrevo a jurar que as obras de Leixões intervieram nas invasões de Espinho, como qualquer de nós nas invasões francesas! As obras de Leixões iniciaram-se em 1884. Ficaram concluídas em 1892.

As invasões do mar iniciaram-se em 1834 — cinquenta anos antes das obras. Repetem-se várias vezes até 1870. Recrudescem de violência em 1896 — quatro anos depois das obras completadas. Nesse ano des-

troiem 80 prédios. Em 1897 abatem e devoram todo o burgo primitivo, incluindo a Praça, célula-mater do agregado humano, destruindo a vigia, so-brançeira ao abismo cavado pelas águas, a igreja paroquial, a Senhora da Ajuda — promovida a matriz pelo esforço comum do cardeal D. Américo e Conselheiro Correia Leal. Os pescadores retiraram a imagem primitiva da padroeira, a deles, para capelinha deles, onde passaram a venerá-la.

Espinho-terra luta, heroicamente, denodadamente, contra os assaltos de Espinho-mar — recuando, mas fortificando-se, mas entricheirando-se, contra as suas incursões. As incursões cessam desde 1898 a 1904 — seis anos de tréguas à vista do porto de Leixões!

Em 1904 o mar levanta-se outra vez. Desta vez destroi a matriz — fazendo recuar o povoado dezenas de metros e com o povoado a linha férrea. Novas tréguas. Constroi-se nova matriz. Constroem-se muralhas contra a cavalaria das vagas — os célebres esporões da engenharia hidráulica de Von Hoff. O invasor volta ao assalto — a nova matriz engolida de um trago, as muralhas dissolvidas em espuma. E até o próprio edifício dos Socorros a Naufragos, à semelhança daquele herói marinheiro de Vitor Hugo, que, sendo filho do mar, no mar se afunda e se perde, acaba por cair e perde-se ao embate dos vagalhões. Em 1943, Espinho inaugura o seu «Mare Nostrum», a sua grandiosa piscina — trabalho de Hércules em que o semi-deus da força veria, desvanecido, nos recreios da notação, os braços lindos de Dejanara a cabeça voluntarista de Onfale.

Quero mais e melhor — ruge Espinho-mar. E o traga-mouros avança de lá em tal ímpeto que devora balaústres, passeios e casas da nova avenida marginal, o flanco da piscina na ementa por sobremesa.

E agora, pergunto eu? Ainda por obra das obras de Leixões? E a trégua de quase sete anos — quase os sete de Jacob, ao serviço de Raquel, pastora bela... E as outras tréguas, as anteriores, as seguintes, antes e depois de Leões, de três, de quatro anos?

Sim, porque o mar, o nosso mar varonil, não «la mer», o mar feminino do francês, ou é Jacob ou Herodes — no trato da sua mulher, a terra, agora a cobri-la de beijos e blandícias; logo a açoita-la e a cuspir-lhe maldições!

Além disso, não consta que o mar, nem antes nem depois das obras, tenha faltado ao respeito à Granja, à Aguda, a Miramar, friso de belas vizinhas de Espinho, e mais ao alcance das cóleras de Leixões.

Sigamos a nossa rota. Deixemo-nos de problemas... de costa acima. Digamos, singelamente, em conclusão:

— Há males que vêm por bem. E nunca, como no caso de Espinho, de modo mais edificante se cumpriu a sentença.

Eu sei. Muitos descalabros! Muitas ruínas! Muitas lágrimas! Mas sem os calvários do Inverno, não haveria as ressurreições da Primavera! E se puserdes nos pratos da balança, num as lágrimas

mas derramadas, noutra os risos de triunfo, vereis que os risos compensam as lágrimas.

Não há dúvida! Diante de Espinho-terra, a de hoje, recordo o burgo maltrapilho de ontem. E tenho a impressão objectiva de que vi descer S. Miguel Arcanjo à arena, na luta contra o Dragão — e de que, vencida a batalha, o vejo agora no posto de triunfador, em sua dalmática de festa, por capacete a Matriz, contemplando o inimigo a seus pés — dentro em pouco, preso e arrebatado pelas grandiosas obras hidráulicas em curso.

Isto assente, resta-me perguntar: — para quê mostrar-lhes a praia das nossas netas — se os leitores, de olhinhos novos, a vêem melhor do que eu, por meus velhos olhos? Basta que na ciência do que foi ontem, lhes chame a atenção e admiração para o que é hoje.

Digna de atenção e admiração — ela que em poucos anos, no espaço de meio século, menos de um credo na vida de um aglomerado, atingiu a maioridade legal por acção convergente do mar e da grande velocidade. — o comboio, o auto, o telefone, o betão, o cimento. Deixou de ser a tutelada do Porto, a sucursal dos comércios, indústrias e actividades supranumerárias da capital do Norte. Promoveu-se a gerente e capital, de si mesma — indústrias, comércios, todas as forças vivas de capital, em solidária conjugação dos tempos e modos de uma vida autónoma e superior. Deixou de ser o viveiro a dias — viveiro de Estio, no Inverno cemitério. Passou a ser viveiro de todo o ano, com sua população fixa e seus braços vitalícios. Vestiu-se a seu gosto, pelos figurinos da moda. Promete calçar-se do bom e do melhor.

Cuidado com as jóias de uso diário. Ou a opulenta e umbrosa esmeralda, que lhe confirme o diploma de «Costa Verde», ou coisa nenhuma. Esses vasculhos que lhe puseram no seio, que não são árvores, que parecem pinéis de barba e escovas de dentes, que não dão sombra nem beleza, nem madeira, têm o ar de um riso escaminho em detrimto da «Costa Verde».

Tudo novo — ruas, jardins, praças, pégulas, vivendas, hotéis. Até a matriz — esta, a de agora, meia encosta, abençoando o céu e terra lá de cima, semexibir excluir o mar que lhes profanou as irmãs. Tudo novo. Até o casino — agora sob o regime do jogo condicionado, acusando certo desfalque nas altas patentes que mantiveram o fogo sagrado do pano verde. Tudo novo, até as banhistas — pudera! Se enfeitassem a praia de hoje combanhistas velhas, eu mesmo, que sou velho, batia em retirada. Banhistas novas, novas no frescor da juventude e no frescor da indumentária. Novas no corpo e nos costumes. As que engeitaram o complexo e tenebroso saco de flanela de banho das nossas avós, das nossas mães, das nossas irmãs, se entregaram ao mar, sob as bençãos do Sol, no mármore sintético da sua luminosa nudez! Luminosa no princípio, evidentemente. Depois baça. Depois, sombria. O Sol a fundir em bronze o mármore original.

Alto, nada de maus juízos! Falei em nudez. Mas não cuidem que me permito fulminar aná-

mas contra os seus direitos, porque é dos cânones exaltar os costumes do nosso tempo e enxovalhar os do tempo em curso.

Nada disso! Bota-de-elástico? Confesso o meu pecado: — sou, sim senhor! Não imponho, porém, aos meus filhos, muito menos aos meus netos, a minha bota — por vezes bem difícil de descalçar. De resto, se algum sarcasmo me belisca os brios, nenhum como o da fábula da «Raposa e das Uvas». Só estão verdes, asuvas de que andamos ougados e não podemos tragar...

Não. Não exorciso o nu. Ornamento supremo, mármore e bronzes ao desafio, das prais dá- quem e além-mar. Bronzes e mármore da monumental piscina da praia de Espinho das nossas netas.

No princípio, confesso, recebi-o com certas reservas mentais. Bota-de-elástico inamovível creio nos mandamentos da lei do Amor, como nos mandamentos da lei de Deus. Ora o Amor foi denunciado pelo comunismo, após a Revolução de Outubro de 1917, como burguês número um — o maior da cidade burguesa.

Em volta do Amor se estabelece a família. À sombra da família enraíza a propriedade. Daí a necessidade da guerra ao Amor. Daí a guerra sem tréguas e sem quartel à coluna mestra da cidade burguesa.

O capitão-morda conflagração contra o Amor, o Pedro Ermita da cruzada vermelha contra o infiel, foi Lunatcharski, psicólogo arguto, mestre supremo na arte de manobrar os cordelinhos que transformam o sábio da Grécia em condescendente fantoche. Foi ele o comissário de visão perspicaz que tirou o chapéu e a meia às damas do Ocidente burguesas, atrelando-as assim ao cilindro do nívelamento.

Decidida a grande cruzada, recrutou brigadas de legionários da palavra e da escrita. Lançou-as contra o maioral, quer no interior quer no exterior do país — brigadas constituídas por discípulos de Dostoiévski, o profeta máximo da ideia nova; de Gogol, o criador de almas mortas em corpos vivos; de Turgueniev, o pregador da guerra civil entre pais e filhos. Pôs em linha de batalha os Romanoffs, os que vêem no pudor o primeiro obstáculo à marcha natural da humanidade; os Alexeovs, os que consideram o amor a primeira grilheta pelo homem chumbada ao tornozelo da mulher; os Rosanov, os que prescrevem, consoante a regra do «Apocalipse do nosso tempo», que Deus é igual ao Sol; Sol igual a sexo — sexo-Sol, fonte de toda a vida.

A prédica não bastava, entretanto, para destruir a cidadela do amor. Era preciso o reforço do quadro vivo: — e Lunatcharski aparelhou, mobilizou, lançou ao assalto o nudismo subversivo, através dos «Ballets», das revistas, dos desportos — exportando a prédica e o quadro para o mundo burguês, em empacotados, via Alemanha e América do Norte. A Alemanha — observa o psicólogo — aceita e difunde, porque está conosco — isto ocorria em 1918.

(Continua na pág. seguinte)

DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DOCUMENTO • DO

(Cont. da pág. anterior)

a América do Norte recebe e irradia porque o país novo, delira com a novidade.

O nu, inimigo do amor? Porquê? — perguntar-me-ão agora. Porque o amor é filho do mistério e da sedução. Morre no lance em que o mistério arranca a venda e reduz a sedução a nada. Eva começou a ser amada na hora em que criou o mistério da folha de parra — a distinção que promoveu a mulher. Antes da folha de parra, ela era, exclusivamente animalmente, a fêmea. Não incutia amor. Despertava cio. Logo, a folha da parra e seus derivados, linhos, cetins, púrpuras, tornaram-se aliados vitalícios do burguês número um. Despir a mulher era reduzi-la ao estado animal. A prédica obraria o resto, daria o golpe de misericórdia ao indesejável.

Mas prédica fez marcha-atrás, ao verificar que a morte do Amor conduzia ao abuso sem regra, à extinção da espécie, ao suicídio universal.

E o amor aí está, fraquinho, talvez, amamentado de biberão das conveniências. A brincar com o nudismo. E ainda, e sempre, a chamar o senhor abade às bênçãos da boda; a gratificar o bom sacristão pelos repiques do batizado; a florir de bebês a areiz fulva das praias; a dobrar o arame

farjado em torno do património da família.

O nu não o matou. Debilitou-o apenas. Creiam os moralistas: — nem sequer se tornou colaborador da serpente. O colaborador da serpente continua a ser o costureiro.

A serpente, induzindo Eva ao pecado original, que passou logo a não ter originalidade nenhuma, não tinha em mira o pecado singular — mas sim obrigá-la a esconder o que mostrava, criando o tal mistério, casando-o com a sedução, dando à luz o amor, depois do Amor, o pecado mortal — este sim, o maior, o melhor corretor do Inferno!

Sem o estofo e a agulha não existiria Amor. A Humanidade não teria o seu território atravancado por cordilheiras de poemas líricos — inspirados, pelo que se não vê, insuflados pelo que se presume. Sim, Laura, Beatriz, Dinaméne, na nudez do princípio, não subiriam à imortalidade — a indumentária, o linho, o cetim, a púrpura, é que transportaram ao sobre-humano o que, sem eles, ficaria ao nível do natural. Não existiria amor, nem o seu filho espúrio Pecado Mortal, o que tem por castigo o fogo eterno!

O estofo e a agulha, tornando o feio bonito, estilizando as arrogâncias da carne excessiva, foram o descalabro da virtude e a glória de Satanás.

Por isso eu, se pudesse, proibia o nu. Mas só o que desacreditava. Mas só o que não se conhece. Mas só o que falta à continência devida ao sóbrio: — a resaca agressiva do osso, ou a maré viva da gelatina, aquela e esta submetidas aos diques do casacão e da saia de arrasto.

Proibia também — «mea culpa!», cá está o velho bota de elástico a querer impor o seu calçado ao moço de sapato de borraça, natural ou sintética.

Proibia só mais isto. Sim. Porque sou o primeiro a reconhecê-lo: — se os novos calçassem pelo meu pé, não eram novos. Eram velhos.

Proibia só uma coisa mais. A coisa da «Idade do Sintético e do Dinâmico» que deveras ofende os meus melindres de antepassado. Proibia o «Manual da Civilidade» ultra-sintético e ultra-dinâmico de certos moços atualizados no trato com as nossas netas — desde as que ornamentam a faustosa piscina de Espinho, às que comungam nos acontecimentos internacionais da bola.

Nós, os botas de elástico da minha criação, ainda sob a influência retardada de Werther, adorávamos as Carlotas «pálidas como um entardecer de Outono». Por isso adorávamos as róseas, como claras manhãs de Abril.

Em qualquer dos casos, ao «tic-tac» da botina de Carlota no asfalto, armávamos em leque. E arrulhávamos, se o tic-tac provinha dos dezoito anos de pálida e morena Carlota, genuína morena:

— V.^a Ex.^a... É a samaritana da fonte da minha sede...

Ou suspirávamos, se ela era rósea e legítima loura:

— V.^a Ex.^a... Luz dos meus olhos, deixou-me ceguinho o coração...

Ou aplaudíamos o coimbrão que num baile de estudantes, oferecendo uma chávena de chá a uma dona Carlota ou Elvira, lhe dizia em tom de «calembour»:

— V.^a Ex.^a parece-se com esta chávena. Porquê? Porque «elle est... Pleine de bon thé».

Bem. Concordo. Revogava a pragmática ultra-sintética de hoje. Mas, agora sim, chegamos ao termo da jornada — mas não restaurava o cediço xarope da flor de laranjeira de ontem.

Nem o uso e abuso do dulcíssimo xarope, nem este traje de dinamismo sintético... Do brinde de certo moço, a uma das nossas netas:

— Eh, pá! Você é uma pinga bestial!

«A praia das nossas avós; a praia das nossas netas»

**«— V.^a Ex.^a... Luz dos meus olhos, deixou-me ceguinho o coração (...)
— V.^a Ex.^a... É a samaritana da fonte da minha sede»**



Vista artística de Espinho, da zona onde hoje se ergue a estação da C.P. de Espinho-Vouga

poder local
sessão da câmara

Da Ponte d'Anta à variante 326 será mais perto

Na sua última sessão pública, a edilidade deliberou encarregar o arq. Borges de Aguiar de executar o projecto da estrada de circunvalação que ligará a estrada nacional n.º 109 (junto ao pontão da Ponte de Anta) e a variante à estrada nacional n.º 326 (prolongamento da Rua 19), em Congosta, Anta.

A decisão foi tomada depois de a Junta Autónoma de Estradas se ter pronunciado favoravelmente sobre o anteeduado para a mesma obra.

Esta estrada de circunvalação consta do plano de actividades camarário para o corrente ano.

CEM CONTOS PARA O «25 DE ABRIL»

Nesta sessão, em que não participou o vereador centrista Ângelo Cardoso, que se encontrava doente, foi ainda aprovada uma proposta do vereador socialista Furriel Ruano, atribuindo 100 mil escudos para as comemorações em Espinho do oitavo aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974. A mesma proposta aponta a nomeação de um elemento de cada força política representada na edilidade e solicita à Assembleia Municipal que indique os seus para formarem a comissão encarregada das comemorações. Pela Câmara, foram já indicados os representantes do PS e da APU: Furriel Ruano e Casal Ribeiro que a partir da próxima sessão voltará a exercer as funções de vereador.

A AD na Câmara indicará oportunamente o seu representante, que deverá ser Ângelo Cardoso.

CASAS DE PARAMOS SERÃO RESERVADAS

Nesta sessão, a edilidade decidiu também reservar os 26 fogos de um complexo habitacional de Paramos há bastante tempo mas ainda por atribuir.

Na anterior sessão, fora deliberado solicitar ao secretário de Estado da Habitação uma uadiência para resolver a situação mas, entretanto, aquele departamento de Estado reservou 16 das 26 casas para alojamento de refugiados.

Para ultrapassar esta situação, a Câmara foi aconselhada a tomar a referida medida, pois terá prioridade a reserva de casas em resultado de operações urbanísticas. As Casas destinam-se a alojar moradores da zona degradada de Pinha.

REUNIÕES SEMANAIS: APENAS ALGUMA «LUZ»

Refira-se, por último, que apesar de amplamente debatida, ainda não foi votada a proposta da A.P.U. visando passar as reuniões camarárias de quinzenais para semanais.

Um parecer solicitado à Repartição Técnica referia que não era possível preparar todos os processos para as reuniões semanais, além de que entendia que alguns processos de obras deviam ser apreciados previamente em reunião privada.

Um outro parecer, este da Secretaria, debruçava-se sobre o aspecto legalista da proposta. Tanto o actual esquema de reuniões como o proposto são legais—precisava. Mas invocava falta de pessoal para «fazer rolar» as sessões.

O vereador José Catarino, autor da proposta, comentou os pareceres dizendo que eles foram emitidos sem um conhecimento total do espírito do seu texto. Tanto o serviço da Repartição Técnica como o da Secretaria seria o mesmo, pois seria tratada a mesma quantidade de assuntos, mas com mais tempo para serem discutidos e como forma de ultrapassar inconvenientes de reuniões longas — disse.

Porém, o chefe da Secretaria alimentou a divergência neste aspecto, argumentando que na prática o serviço se avolumaria, mas uma parte significativa da vereação colocou-se ao lado de Catarino. Num outro aspecto subsistiram algumas divergências pois enquanto uns defendiam que se fizesse duas reuniões privadas para discussão de obras e outras tantas públicas para o expediente, outros opinavam que as reuniões privadas seriam para questões de «lana caprina» e as restantes para assuntos importantes.

As arestas serão limadas proximamente.

Obras da praia: trabalho dia e noite

Apenas com pouco mais de uma semana de construção do esporão n.º 1, junto à Piscina Municipal, as obras deste molhe avançam num ritmo impressionante e que irá ser visivelmente mais rápido, após os trabalhos se prolongarem pela noite.

Esta sem dúvida a novidade que nos deram a conhecer o local, alguns responsáveis que, para o efeito, solicitaram à gerência do Hotel «Praia Golf» a colocação de holofotes nas varandas do seu edifício. Neste primeiros dias da construção da referida obra, a Somague está a trabalhar a 100 por cento, com um «exército» de camiões que descarregam ininterruptamente toneladas de pedra, que começam a dar a ideia real do bom ritmo de crescimento do molhe.

Como é sabido, este esporão terá o comprimento de 3775 metros e tem uma configuração diferente do seu congénere, situado a sul, em frente à Fábrica «Brandão Gomes» que tem um total de 430 metros.

Segundo nos disseram elementos ligados à Somague — empresa concessionária das obras de defesa da praia — o assoreamento deverá, a partir de agora, verificar-se com mais predominância, mormente nas praias situadas em frente à avenida marginal, notando-se, no entanto e para já, um aparecimento natural de areia a norte da Piscina, que tem sido bastante comentado, pelos centenas de curiosos, na sua maioria pessoas idosas que, de manhã até ao fim da tarde, têm assistido aos trabalhos de arranque do molhe.

Uma coisa é certa, o tempo está a ajudar homens e máquinas e, para já, o mar se tem mostrado bastante calmo, o que facilitará, ainda mais, o bom ritmo de andamento das obras.

Atenção automobilistas: como circular na «baixa»

Como há algum tempo anunciámos, o início da construção do esporão n.º 1 das obras da praia, junto à Piscina Municipal, ditou que a rua marginal fosse vedada ao trânsito por questões de segurança.

Este facto implicou a alteração radical da circulação automóvel em toda a zona abaixo do caminho de ferro.

Agora, e basicamente, o tráfego provindo do norte, do pontão sobre o caminho de ferro e da passagem de nível da Rua 7, passa pela Rua 17 e segue pela Rua 4 até à Rua 23, onde se apresentam duas alternativas: ou segue Rua 4 fora, até à Rua 33 ou Rua 35 (junto ao pavilhão do Sp. Espinho) onde contorna obrigatoriamente para nascente; ou sobe a Rua 23, atravessando a passagem de nível desta artéria, podendo também regressar a norte pela Av. 8 ou voltar para sul pela mesma.

Ainda em resultado destas alterações, o estacionamento encontra-se fortemente limitado na «baixa», facto para o qual se chama a atenção dos automobilistas.

Programa da visita de Bagão Félix a Paramos

O secretário de Estado da Segurança Social, Bagão Félix, e restantes entidades convidadas para o acto inaugural do Centro Social de Paramos, que se efectua no próximo domingo, serão recebidas às 10.15 horas no edifício da Junqueira, onde se situa o Centro.

A partir das 10.30 horas, desenrolar-se-á o programa previsto: hastear da bandeira nacional, ouvindo-se o hino Maria da Fonte pela Banda União Musical Paramense.

Seguidamente será proferido o discurso de boas vindas.

Depois, benção às instalações pelo Pároco local; visita ao CENTRO pelas Entidades Oficiais e Público; actuação dos Ranchos Folclóricos e da Banda da nossa terra; largada de pombos.

Informações:

Tabela das Marés

Dias	Praia-mar	Alturas	Baixa-mar	Alturas
25	02.45/13.06	3.54/3.46	08.52/21.06	0.45/0.46
26	03.22/15.41	3.63/3.53	09.21/21.44	0.36/0.39
27	03.59/16.19	3.64/3.52	10.05/22.23	0.36/0.40
28	05.38/17.59	3.57/3.44	11.45/	0.44/
29	06.21/18.41	3.41/3.30	00.05/12.27	0.49/0.60
30	07.09/19.32	3.19/3.10	00.52/13.15	0.66/0.82
31	08.07/20.34	2.94/2.91	01.47/14.13	0.87/1.07

Farmácias de Serviço

Turno D

Quinta-feira — «GRANDE FARMÁCIA», Rua 62 n.º 457, Telefone 720092,

Sexta-feira — «TEIXEIRA», Centro Comercial Solverde, Avenida 8, telefone 720352,

Sábado — «SANTOS», Rua 19 n.º 263, telefone 720331,

Domingo — «PAIVA», Rua 19 n.º 319, telefone 720250,

Segunda-feira — «HIGIENE», Rua 19 n.º 393, telefone 720320,

Terça-feira — «GRANDE FARMÁCIA», Rua 62 n.º 457, telefone 720092,

Quarta-feira — «TEIXEIRA», Centro Comercial «Solverde», Avenida 8, telefone 720352.



«Educar para o futuro»

«Educar para o futuro» foi o tema desenvolvido pelo eng. José Gil da Costa, numa conferência promovida pelo Lions Club de Espinho numa unidade hoteleira desta cidade, na passada sexta-feira.

O eng. José Gil da Costa, que falava para um numeroso público, é presidente da Escola de Pais Nacional.

Pessoal para os jardins de infância

Estão afixadas na Delegação Escolar de Espinho, desde a passada segunda-feira, as listas provisórias dos resultados do concurso de pessoal auxiliar para os jardins de infância da Rua 23, Rio Largo e Marinha.

O CASO DE SALES

Nandim de Carvalho confirma que processou José Fonseca

tado por deputados socialistas à Assembleia da República sobre o referido caso Sales.

Diz o secretário de Estado que «ainda não foi solicitado pela Câmara Municipal de Espinho a reformular o despacho de 9 de Julho de 79 do Ministério do Comércio e Turismo, recentemente anulado pelo Supremo Tribunal Administrativo por acórdão de 10/12/81» que visava a «declaração de utilidade pública urgente para expropriação de terrenos privados com o objectivo de instalação de um terceiro parque de campismo no concelho de Espinho»

Prossegue Nandim de Carvalho afirmando que acatou o acór-

dão «em respeito pela soberania dos tribunais e da separação do poder executivo e judicial em que se baseia o Estado de Direito português. Mas também precisamente em nome da Constituição e dos seus princípios que consagram a descentralização democrática do Estado, e o poder local», o SET «manifestou por escrito a sua disponibilidade perante a Câmara Municipal de Espinho para conjuntamente se estudarem hipóteses de implantação de um outro parque de campismo ao sul de Espinho, em terreno junto ao litoral e a uma lagoa de acordo aliás com as suas directivas de 4/12/81 relativas à criação de um grupo

de trabalho para a promoção de parques de campismo junto a planos de água».

Rejeita, por isso, afirmações contidas no requerimento dos socialistas, nomeadamente a «insinuação» de que o secretário de Estado «pretendia a implantação de um novo parque de campismo totalmente à revelia dos órgãos espinhenses de poder local, pois no despacho do SET de 22/12/81 em que declarara acatar a decisão do STA se manifesta a intenção de cooperar com a Câmara de Espinho na busca de uma solução alternativa à inviabilizada pelo poder judicial».

Confirmando a sua predisposição há algum tempo manifestada em declarações ao nosso jornal, o secretário de Estado do Turismo, dr. Nandim de Carvalho, «já determinou a instauração do competente processo-crime de difamação e injúrias» ao presidente da Câmara Municipal de Espinho, José Carvalho da Fonseca, a propósito de declarações deste sobre o caso Sales.

José Fonseca dissera ao nosso colega «Maré Viva», a propósito do catamento pelo Secretário de Estado da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que «a situação atinge foros de corrupção».

A instauração do processo envolve ainda «o crime de liberdade de imprensa».

Nandim de Carvalho exprimiu esta posição em ofício ao ministro encarregado das relações com o Parlamento, onde também explica alguns pormenores do processo, a propósito de um requerimento recentemente apresen-

CAMPEONATO NACIONAL DA I DIVISÃO

SP. ESPINHO, 2 – BELENENSES, 0

SCE no «mar» da tranquilidade

Depois de ter vencido o «condenado» BeLENenses, como se previa, o Sporting de Espinho encontra-se já para cima do meio da tabela, à frente de oito clubes e atrás de sete. No entanto, agora que se alcançou uma relativa tranquilidade com a obtenção dos actuais 21 pontos, a equipa poderá encarar os jogos que se seguem com mais serenidade e desenvolver outro futebol que estará ao seu alcance. Não é que a turma venha jogando mal, tanto na primeira volta, como no início da segunda acusou sempre uma responsabilidade às costas, com uma possível descida de divisão, o que fazia com que o onze não rendesse, por vezes, mais do que seria de esperar.

Registe-se que, nas últimas oito jornadas, o SCE só perdeu uma vez, por 2-0 em Guimarães; com o Portimonense (0-0), Leiria (3-1), Amora (4-2), Rio Ave (5-1) e BeLENenses (2-0), estes jogos todos em casa: no Estoril (1-1) e em Alvalade (1-1).

Domingo em Viseu como será? Os viseenses seguem, ainda, muito perto da zona perigosa e têm obviamente necessidade de ganhar.

Por seu lado, os «tigres» poderão pontuar e cremos que, um ponto que seja, poderá vir na bagagem.

Quanto ao jogo da última jornada, foi a confirmação do mau momento dos homens de

Belém, a praticarem um futebol de nível secundário e sem soluções para a melhor técnica e força da equipa da casa. Apesar do futebol que se praticou não ter sido do agrado geral, o jogo valeu pela segunda parte, altura em que o SCE confirmou o triunfo, que lhe abriu as portas da permanência entre os grandes, como merece e de que a cidade muito se orgulhará.

Jogo: Campo da Avenida.
Tempo: Tarde de sol com vento norte.
Assistência: Cerca de 5 mil pessoas.
Árbitro: Azevedo Duarte (Braga).
Disciplina: Nada a assinalar.

SP. ESPINHO – Mendes (2); Jacinto (2), Balacó (3), Serra (3) e Raúl (2); João Carlos (3), José Augusto (2) e Salvador (2); Moinhos (2) Mória (3) e Belinha (2).

Treinador: Manuel José.
Jogaram ainda: Ruben (2) entrou para o lugar de Mória aos 75 minutos.

BELENENSES – Padrão; Sambinha, Luís Horta, Alinho e Carlinhos; Alfredo (Baltasar aos 67 m.), Tozé (Moisés aos 54 m.) e Toni; Avelar, Vítor Gomes e Djão.

Treinador: António Dominguez
Ao Intervalo: 1-0.
Marcadores: Mória aos 34 e 54 minutos.

O primeiro tento nasceu de um belo golpe, cheio de oportunidade, de Mória que, incrivelmente, enviou o esférico para as redes por debaixo das pernas do guardaio azul. O mesmo Mória, em tarde excelente, bisou, na segunda parte, após a triangulação com Belinha, com este a endossar-lhe a bola, que Mória rematou como quis.

CLASSIFICAÇÃO

	J.	V.	E.	D.	F.	C.	P.
SPORTING	22	15	6	1	48-18	36	
BENFICA	22	14	3	5	44-15	31	
GUIMARÃES	22	10	9	3	27-13	29	
F. C. PORTO	22	11	7	4	29-15	29	
RIO AVE	22	10	7	5	18-18	27	
BRAGA	22	8	7	7	27-25	23	
SETÚBAL	22	7	8	7	22-21	22	
SP. ESPINHO	22	6	9	7	27-28	21	
PENAFIEL	22	8	5	9	18-26	21	
BOAVISTA	22	7	5	10	21-23	19	
PORTIMONENSE	22	6	7	9	19-21	19	
A. VISEU	22	8	3	11	21-35	19	
ESTORIL	22	5	7	10	24-33	17	
AMORA	22	3	8	11	18-30	14	
BELENENSES	22	3	8	11	19-34	14	
U. LEIRIA	22	4	3	15	14-41	11	

PRÓXIMA JORNADA

Domingo – 28/3

Ac. de Viseu-SP. ESPINHO (1-4)

PRÉMIO SOLVERDE

Balacó	50
Ruben	47
Serra	42
João Carlos	40
Belinha	39
Raúl	39
Carvalho	36
Moinhos	35
Jacinto	34
Salvador	34
João Luís	30
Mória	29

TOTOBOLA

Prognóstico do «D.E.» para o Concurso dos Órgãos de Informação, n.º 33, de 4 de Abril de 1982:

1. PENAFIEL-SETÚBAL	1
2. ESPINHO-BRAGA	1
3. BOAVISTA-A. VISEU	1
4. BENFICA-BELENENSES	1
5. PORTIMONENSE-SPORTING	x
6. U. LEIRIA-RIO AVE	x
7. GUIMARÃES-ESTORIL	1
8. AMORA-PORTO	2
9. AMARANTE-FEIRENSE	x
10. SANJOANENSE-SALGUEIROS	1
11. PORTALEGRENSE-ÁGUEDA	x
12. ACADÉMICO-ALCOBAÇA	1
13. C. PIEDADE-FARENSE	x

PESCA

No próximo domingo IV Concurso Nacional do Académico de Espinho

Integrado no ciclo das comemorações do seu 25.º aniversário, o popular CAE leva a efeito, domingo, dia 28, o «IV Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar».

Está prevista a presença de pescadores de vários pontos do país, com maior adesão na zona nortenha, contando-se em cerca de cinco centenas aqueles que deverão participar.

A área do concurso estende-se desde a Capela do Sr. da Pedra (Praia de Miramar) e a Capela de S. João (Praia de Paramos).

Serão atribuídos prémios individuais (taças e troféus) do 1.º ao 50.º classificado, uma salva de prata, taças e troféus aos clubes e equipas participantes, tanto no escalão sénior, como na categoria de senhoras, juniores e juvenis. A distribuição dos mesmos decorrerá pelas 21 horas, do dia da prova, no Salão Nobre da Piscina de Espinho.

HÓQUEI EM PATINS

Nacional da II Divisão

Fânzeres-A.A.E. 2-1
Pontuação – 1.º Famalicense, 12 jogos e 32 pontos, 7.º A.A.E., 12 – 23, 12.º Paço de Rei, 12-12.

Próxima Jornada (Sábado)

A.A.E.-Hóquei de Barcelos

NACIONAL DE JUNIORES

A.A.E.-Valadares 6-5
Pontuação – 1.º Carvalhos, 7 jogos, 21 pontos, 4.º A.A.E., 7-14.

PRÓXIMA JORNADA (DOMINGO)

F.C.Porto-A.A.E.

REGIONAL INICIADOS

Oliveirense-A.A.E. 4-7
Pontuação – 1.º Infante Sagres, 7 jogos, 21 pontos, 6.º A.A.E., 7-17, 13.º Juv. Pacense, 7-7.

REGIONAL DE INFANTIS

Oliveirense-A.A.E. 1-6
Pontuação – 1.º Carvalhos, 8 jogos, 22 pontos, 4.º A.A.E., 8-20, 14.º Juv. Pacense, 7-8

Público faltou ao colóquio promovido pelo Académico

Apenas cerca de meia centena de espectadores assistiu ao colóquio «Espinho que Desporto», promovido pelo Clube Académico de Espinho, para assinalar a passagem das suas bodas de prata.

A conferência decorreu no Salão Paroquial e teve como convidados: eng.º Arménio Gomes (antigo dirigente desportivo), Furriel Ruano (responsável pelo pelouro desportivo da CME), Jorge Monteiro (ex-director da AAE), Manuel José (técnico do SCE) e Rolando Sousa (dirigente do SCE), que foram moderados por Carlos Sária, conhecido colaborador desportivo de alguns jornais.

Avelino Mendes, presidente da Assembleia Geral do CAE, abriu a sessão, agradecendo a presença de todos, o mesmo acontecendo com Américo Freitas, actual presidente que disse «o meu clube vai evoluindo conforme as suas possibilidades».

Durante o colóquio, entrevistaram todos os elementos convidados, tendo abordado problemas do desporto espinhense e que mais se fazem sentir, como: a necessidade de um Estádio Municipal, de um Centro de Medicina, de um circuito de manutenção, e ainda da falta de recintos desportivos, como campos de futebol, bem como a atribuição de verbas às colectividades do con-

celho, pondo a tónica naquilo que consideraram a necessidade de

a Solverde vir a subsidiar mais generosamente os clubes.



Estas as conhecidas figuras espinhenses, ligadas ao desporto, que conferenciaram no colóquio «Espinho que Desporto» promovido pelo Académico de Espinho

HÓQUEI EM CAMPO

Regional da I divisão

Canelas-A. A. E. 0-2
Ramaldense-A. A. E. 5-0

Terminada a primeira volta, a AAE alcançou a segunda vitória na prova e a quinta derrota, continuando, agora, mais longe dos dois últimos lugares, um que dá acesso directo ao escalão secundário e outro leva aos jogos de passagem.
Pontuação – 1.º Ramaldense, 7 jogos e 20 pontos; 6.º A. A. E., 7-11; 7.º Leixões, 5-6; 8.º Canelas, 6-6.

Regional de Reservas

Canelas-A. A. E. 0-2

Com este triunfo os academistas ascenderam ao sexto lugar, em troca com o Sport que saiu derrotado no Viso.
Pontuação – 1.º F. C. Porto, 8 jogos e 20 pontos; 6.º A. A. E., 7-11; 7.º Sport, 8-11; 8.º Perosinho, 5-10; 9.º Canelas, 7-8.

VOLEIBOL

Nacional da II divisão

A. A. E.-Vianense 3-2

Nacional de Juniores

S. C. E.-A. A. Coimbra 3-2

Nacional de Juvenis

F. C. Porto-S. C. E. 3-0

Nacional de Iniciados

Nun'Álvares-S. C. E. 0-3

ANDEBOL DE SETE

Seniores Femininos

Petragal-S. C. E. 7-13

Infantis Masculinos

S. C. E. (A)-S. C. E. (B) 7-7

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE •

J. NUNES DE MATOS

MÉDICO ESPECIALISTA
RAIOS X-DIAGNÓSTICO

Especialista no Instituto Português de Oncologia.
Ex-assistente da Faculdade de Medicina.

Consultório: Rua 20, n.º 1436-r/C;Dt.º - Tel. 721975

JORGE PACHECO

MÉDICO DENTISTA



Consultório: Av. 8 n.º 784-1.º

Telef., 722718

ESPINHO

NUNO A. PEREIRA

PSIQUIATRA
MÉDICO ESPECIALISTA
DOENÇAS
NERVOSAS

Consultório: Rua 31, 321
Marcação das 18.30 às 21.30
horas

Telefone, 720689
ESPINHO

NOITES DE FADO

ESTALAGEM XOUPANA E. N. 109 -
VÁLEGA - OVAR

«VENHA CONVIVER
E OUVIR O FADO CONNOSCO»

Aos sábados a partir das 20 horas.
Aceitam-se reservas de mesas pelo telef. 53846
-rede de S. JOÃO DA MADEIRA

M MOREIRA OCULISTA



ÓPTICA - INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

RUA 27, N.º 700 — 4500 ESPINHO

**CARLOS ALBUQUERQUE
PINHO**

MÉDICO ESPECIALISTA
DOENÇAS DO APARELHO
DIGESTIVO
ENDOSCOPIA DIGESTIVA

Consultório:
Rua 31, n.º 321-Tel., 724401
4500 ESPINHO

Para o seu lar papéis pinta-
dos laváveis COLOWALL.
Plásticos para cozinhas e
casas de banho, alcatifas, etc.

ORÇAMENTOS GRÁTIS

FERNANDO RODRIGUES
LIMA

TELEF., 721739
Trav. da Rua 5 - ESPINHO

LOLI-BIJU

A CASA DE MODAS

QUE FALTAVA EM ESPINHO!

CONFECÇÕES

PARA SENHORA E HOMEM

BIJUTARIAS

LOLI-BIJU

ONDE A QUALIDADE E O BOM GOSTO
NÃO CUSTAM MAIS CARO!

UMA AGRADÁVEL SURPRESA

RUA 19 N.º 230 - Telef. 723711

CONCHA DO MAR

RESTAURANTE - SNACK-BAR
CAFÉ

♦ ABERTO ATÉ ÀS 2 HORAS DA MANHÃ ♦

PRATOS REGIONAIS - SERVIÇOS À LISTA
MARISCOS SEMPRE FRESCOS
- SALA PARA BANQUETES -

FAÇA-NOS UMA VISITA E FICARÁ CLIENTE
Avenida 24, n.º 827 - Telef., 721630 - ESPINHO



SOCURAL

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES, LDA.

TELEFONE, 721602 — ESPINHO

Construção de apartamentos
em Propriedade Horizontal
Compra e venda de terrenos

VENDE-SE

Apartamentos, no centro da cidade, com frente
para duas ruas, com 2, 3, 4 quartos.

Moradia, em construção, com 5 quartos, r/chão
amplo, cave, garagem para dois carros. Localizada
dentro da Cidade.

Informa P. F.: J. RIBEIRO
Rua 19 n.º 192-1.º Telef. 723063 - Espinho

SUPERMERCADO DO LAR do Picoto

Informa os seus estimados clientes que já possui as novas
coleções de PAPÉIS DE PAREDE, ALCATIFAS e LUSTRES
para 1982/1983

ORÇAMENTOS GRÁTIS

Sede: EST. NAC. 1 - Telef., 7643575 - PICOTO
Filial: Rua 62 n.ºs, 227-231 - Telef., 722986 - ESPINHO

ESPOSABELA

Casa especializada em artigos para Noivas,
Acompanhantes, Comunhões,
Lingerie e Pré-Mamã.

Rua 12, n.º 589 — Telefone, 724203 — ESPINHO

LUSOTUFO

TAPETES - CARPETES - ALCATIFAS

Telefone 72005 — CORTEGAÇA

AGRADEÇO

GRAÇAS

AO DIVINO

ESPÍRITO SANTO

J. S.

**RESTAURANTE
CASA BRANCA**

Totalmente remodelado e ampliado, salões
próprios para casamentos, banquetes, congres-
sos, passagem de modelos, com capacidade para
1500 pessoas.

Almoce ou jante, no moderníssimo salão do 1.º
andar, com magnífico panorama sobre o Atlântico.

Descanso semanal às segundas-feiras

Telefones, 9810269 e 9810322

PRAIA DE LAVADORES - V. N. GAIA

RESTAURANTE ■ SNACK-BAR

O PADRINHO

Especialidades:
- BACALHAU À PADRINHO
E CABRITO ASSADO

Garcia Covelinhas & Soares, Lda.

Av. 24, n.º 697 - Telef., 720665 - 4500 ESPINHO



«PNEUS CAR» - Telef., 723266

CENTRO DE VENDA DE PNEUS
NACIONAIS E ESTRANGEIROS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES
- EQUILÍBRIO DE RODAS
- VULCANIZAÇÃO DE CÂMARAS

Rua 18, n.º 1010 (R. da Igreja) Espinho



CASA MARRETA

ALMOÇOS, LANCHES
E JANTARES

Especializada em:

Arroz de marisco, Lulas,
Enguias, Caldeiradas,
Açorda de peixe, Bons vi-
nhos

PEDRO DA SILVA LOPES

Rua 2, n.º 1355-Tel. 720091

4500 ESPINHO

RESERVE A SUA MESA

**LUIZ MEGRE BEÇA
& CA., LDA.**

CORRECTORES DE SEGUROS
(Inscritos no Instituto Nacional de Seguros)

ESPECIALIZADOS EM SEGUROS INDUSTRIAIS, INCÊNDIO E LUCROS CESSANTES

42 ANOS DE ACTIVIDADE SEGURADORA DE LUIZ MEGRE BEÇA

Avenida dos Aliados, 20-4.º

Telegr. Oruges

PORTO

Tel. 29908-29909-29900



PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE •

COTESI – Companhia de Têxteis Sintéticos, SARL

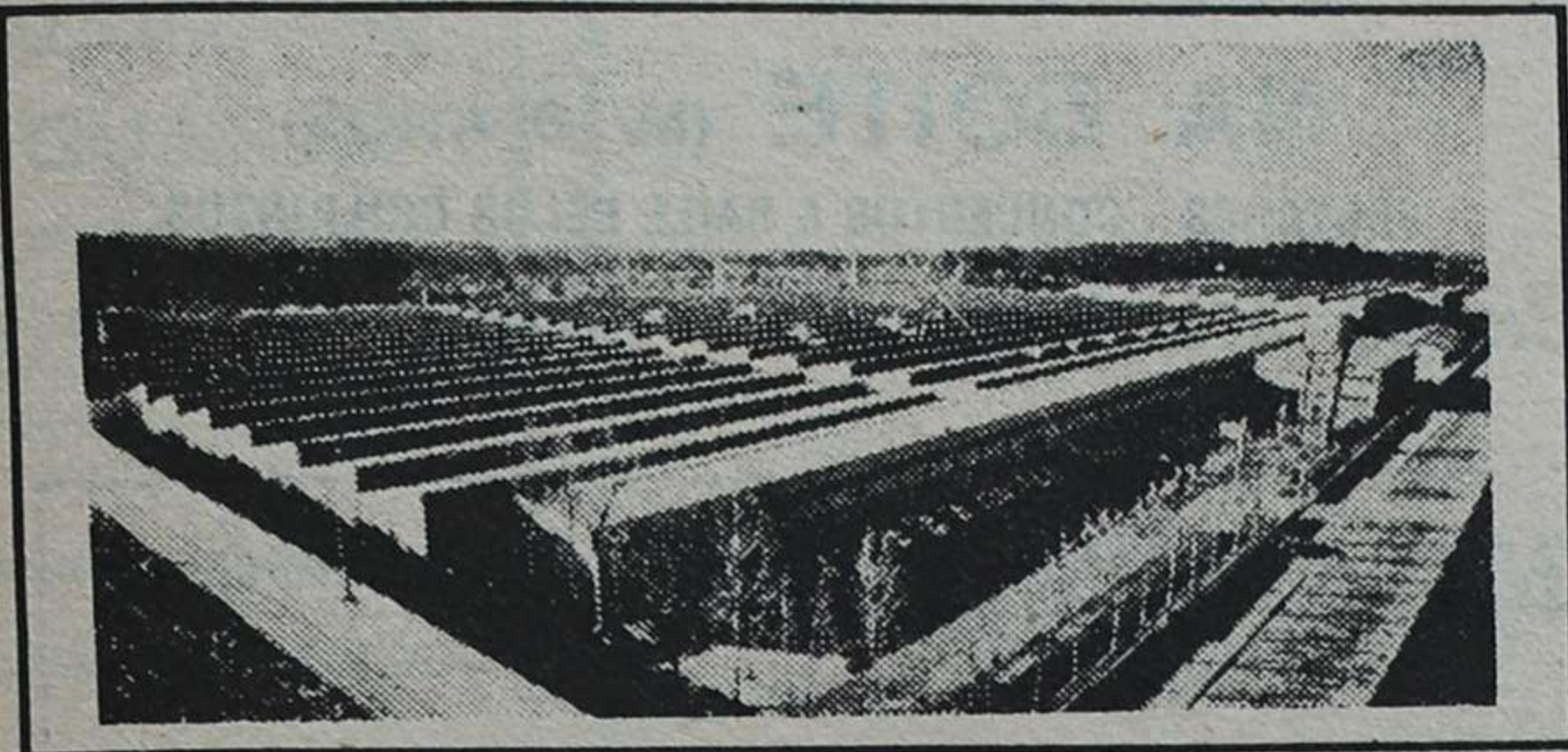
Telefone, 7640351 * Telex | 22572 COTESI P
22677 CORFI P

GRIJÓ — VILA NOVA DE GAIA
4415 - CARVALHOS

Telegramas COTESI * Apartado 3

FABRICANTE DE :

**CORDOARIAS SINTÉTICAS, REDES DE PESCA
E DESPORTO, SACOS DE RÁFIA E TECIDOS
DE RÁFIA**



- Fundada em 1967, sendo hoje a maior Empresa nacional é uma das maiores da Europa dos seus ramos de actividade
- Um dos casos mais extraordinários de rápida expansão industrial no nosso País
- A primeira Empresa nacional a fabricar sacos e telas de ráfia sintética e também fios agrícolas sintéticos
- Virada para a exportação, coloca 99 % da sua produção nos mercados externos
- Classificada em lugar de relevo no Livro de Ouro «Os 100 MAIS DA EXPORTAÇÃO PORTUGUESA»
- A excelente qualidade dos seus produtos, foi já reconhecida internacionalmente pela atribuição de diversos prémios

★ GALARDOADA COM O TROFÉU INTERNACIONAL DE QUALIDADE EM 1976, 1977 E 1978 E «CARAVELA PORTUGUESA» EM 1979

COTESI – símbolo de qualidade reconhecido internacionalmente

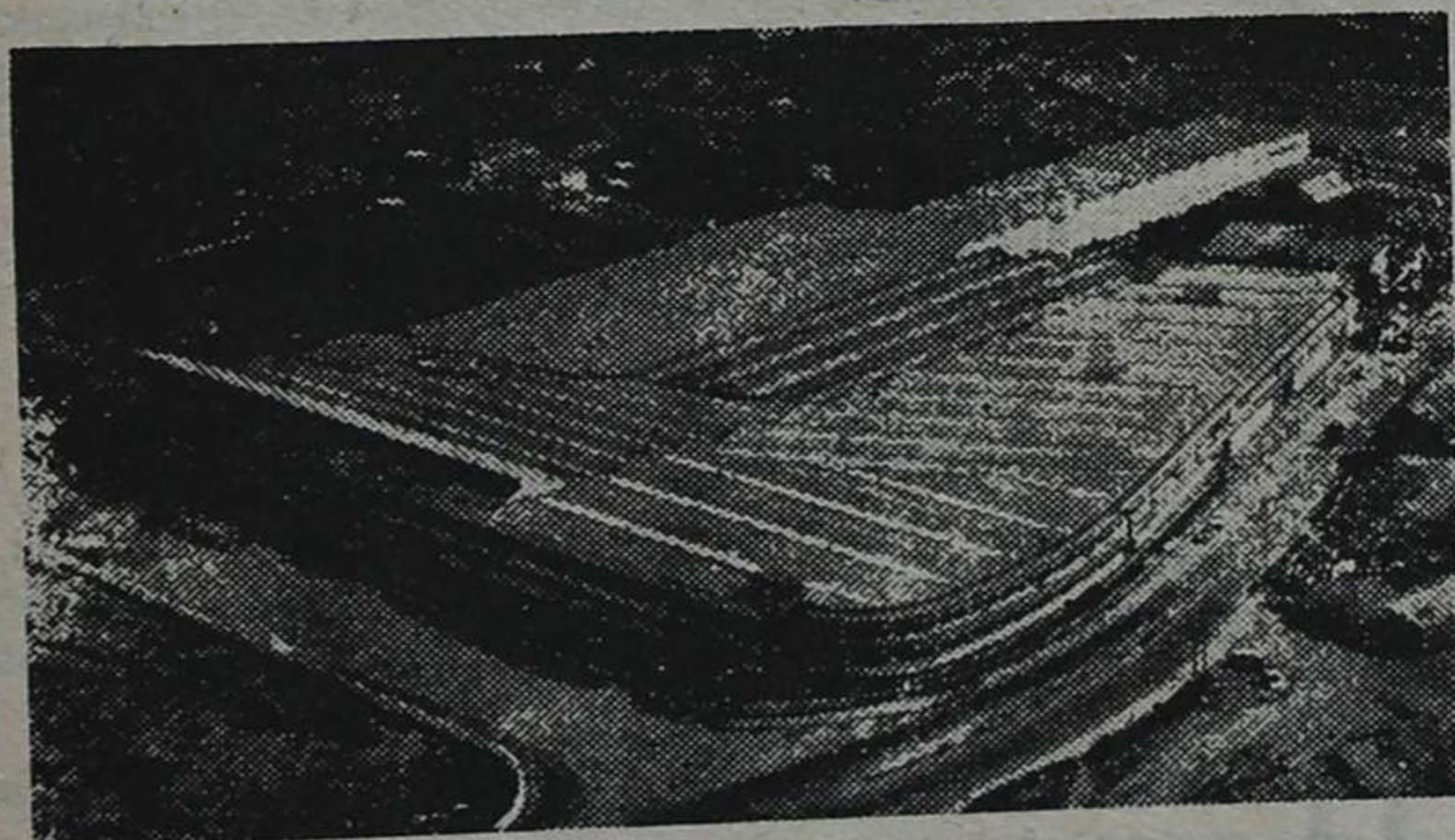
**DUAS ORGANIZAÇÕES
O MESMO PRESTÍGIO**

**PROJECTAM PORTUGAL
NO MUNDO**

CORFI – Organizações Industriais Têxteis

MANUEL DE OLIVEIRA VIOLAS, S. A. R. L.

TELEFONE, 721575 – TELEX 22256 CORFI P – TELEGRAMAS: CORFI – APARTADO 28 – 4501 ESPINHO CODEX – ESPINHO



- Fundada em 1944 – 38 anos ao serviço da Economia Nacional.
- A maior Empresa do Ramo no nosso País e uma das maiores do Mundo.
- Pioneira no fabrico dos Fios Agrícolas em Portugal, o que constitui autêntica revolução na indústria do sisal.
- A primeira Firma Portuguesa a introduzir os produtos de sisal no mercado estrangeiro.
- Faz parte do grupo das maiores firmas exportadoras nacionais, conforme Livro de Ouro do Fundo de Fomento de Exportação.
- Estudou e criou tecnologia que permitiu lançar em grande escala a produção de cordoarias, redes, tela e sacaria sintéticas dando lugar à constituição da – COTESI.

FABRICANTE DE:

Cabos e Fios de Sisal e Manila e Produtos da Indústria Metalomecânica – Máquinas e Acessórios para a Indústria Têxtil e Cordoaria.

CORFI – símbolo de qualidade reconhecido internacionalmente

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE

LAVANDARIA

LAVAR



RIBEIRO, VALENTE & CA., LDA.
Rua 12, n.º 640 — ESPINHO
Telefone, 723704
**A MAIS AVANÇADA TÉCNICA
NA LIMPEZA E TRATAMENTO
DO SEU VESTUÁRIO**
Limpeza a seco - Lavagem e secagem de
roupa branca, couros e antilopes
SERVIÇO RÁPIDO

ALUGA-SE

ARMAZÉM

**PARA ROLOTES-CARROS
e OUTROS.**

Falar Telef. 720325

Refrigerantes GRUTA DA LOMBA

AO SOL E À SOMBRA BEBA
REFRIGERANTES GRUTA DA LOMBA

Agora com novos refrigerantes de
MORANGO E PÊSEGO

GUETIM - ESPINHO

TELEFONE, 720588

PRECISA-SE

Menina para fazer
companhia, e ajudar
serviços domésticos,
dos 12 aos 15 anos.

Informa:

Avenida 24 n.º 431.

**GRANDE CASINO
DE ESPINHO**

TELEF. 720238

PRESTÍGIO DE ESPINHO — ORGULHO DO NORTE
TODAS AS NOITES

NA BOÏTE (M/18 ANOS)

JANTARES - CONCERTOS E BAILE PELOS CONJUNTOS

Carlos Machado ☆ *Grupo Quatro*

VARIEDADES DA 2.ª QUINZENA DE MARÇO

NIGHT AND DAY - Ballet inglês
RIKEL'S - Fantásista musical espanhol
LÚISA SALGADO - Cançonetista portuguesa

COOHABITA

COOPERATIVA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Avenida da República, 10 2.º Dt.º. Telef. 578252 - 553403

**CONSTRUÇÃO SEM LUCROS
AMORTIZAÇÃO SEM JUROS**

3.º SORTEIO DE NÚMEROS DE ORDEM

Podemos resolver rapidamente o seu problema habitacional. Inscreva-se no 3.º sorteio de Números de Ordem, a realizar em Julho de 1982.

Na Coohabita, sobre o financiamento não incidem juros.

Presentemente estamos a distribuir 1 casa por dia e uma delas pode ser sua.

Peça esclarecimentos à COOHABITA

ou ao Delegado: **Francisco Assis de Matos** - Rua 16 n.º 449 - ESPINHO.

*A nova Boîte do Casino
É MESMO uma maravilha*

SISTEMA ELECTRÓNICO DE CHAMADAS TELEFÓNICAS
EM QUALQUER LOCAL

**VISITE ESPINHO
RAINHA DA COSTA VERDE**



VENDE-SE

**ANDAR
DEVOLUTO**

4 ASSOALHADAS

Rua 31 n.º 65-1.º Esq.
Telef. 721715 dias úteis

**Escola Normal
de Corte «LUC»**

Pela primeira vez vai iniciar-se um Curso de Corte simples,
Industrial - pronto a vestir -, por escalas e modelagem em
Espinho, nos meses de Abril, Maio e Junho. Inscrições abertas.

Telf. 313471 ou 721416.

RESTAURANTE

RUA 15 - N.º 270

TRESPASSA-SE

Aceita propostas, por ordem judicial, exclusiva-
mente:

ALMEIDA SANTOS (Advogado)

Av. 24 n.º 741 - Telef. 723314 e 056-32248

ORFEÃO DE ESPINHO

A Direcção do Orfeão de Espinho está a reorganizar os
arquivos e o cadastro dos bens desta Colectividade, a fim de
inventariar o seu património.

É do conhecimento da actual Direcção que existem docu-
mentos, objectos e outros bens à guarda de vários orfeonistas,
mas desconhece o QUÊ e QUEM, pelo que pede a todas essas
pessoas o favor de nos entregarem o que tiverem à sua guarda,
ou de nos contactarem para os procurarmos.

Antecipadamente agradecemos a melhor colaboração.

Espinho, 17 de Março de 1981

A DIRECÇÃO

PESSOAIS

NASCIMENTOS - Marisa Pinho, filha de José Pinho e de
Esmeralda Ferreira, no dia 10/11/81. Ana Maria, filha de
Valdemar Pedrosa e de Luísa Maria, no dia 28/1. Pedro Miguel,
filho de pai incógnito e de Maria de Jesus no dia 25/2. Ricardo
Timóteo, filho de António Ramos e de Maria da Rocha, no dia
9/3. Ana Catarina, filha de Leonel Campos e de Ana Oliveira, no
dia 9. Isabel Marina, filha de Alcino Alves e de Maria Ângela, no
dia 10. Hélder Filipe, filho de José Bragança e de Maria Dias, no
dia 12. Belmiro Carmo, filho de Manuel Carmo e de Maria Silva,
no dia 17, todos em Março.

CASAMENTOS - Afonso Lacerda e Maria Rosa, no dia
12/6/81. José Rodrigues e Maria Pinho, no dia 13. Fernando
Duarte e Maria Silva, no dia 14. Avelino Sousa e Olívia Oliveira,
no dia 14, todos em Março.

ÓBITOS - Alberto da Silva, de 53 anos, solteiro, na Rua 43,
no dia 12. Manuel da Rocha Sabença, viúvo, de 71 anos, no
lugar de Esmojães, Anta, no dia 14. Arminda da Silva Guima-
rães, de 90 anos, viúva, na Rua 5 n.º 519, no dia 16. Francisco
Albuquerque, casado, de 78 anos, na Rua 66 n.º 79, no dia 17.
José Gomes de Oliveira, de 82 anos, casado, no lugar do Souto,
Silvalde, no dia 18.

SALVÉ 25/3/82

**MARIA LUÍSA
DE OLIVEIRA
MARTINS DUARTE**

Na passagem de mais um ani-
versário, seu marido e filhos, vêm
por este meio desejar-lhe as maio-
res felicidades e que esta data se
repita por muitos e bons anos.



**Leilão de Penhores
Caixa Geral de Depósitos
DSC 5 - Casa de Crédito Popular
ESPINHO**

No dia 10 de Maio p.º futuro, das 14 às 18 horas, proceder-
se-á na Agência da Casa de Crédito Popular, no Porto, ao leilão
de penhores cujos contratos tenham um atraso superior a três
meses no pagamento de juros.

A agência receberá juros até ao dia 30 de Abril de 1982.

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE •

VENDE-SECAMIONETA BEDFORD
USADA
P.B. 6.800 Kg.Informa:
Manuel Moreira Rodrigues
Lugar da Igreja
PARAMOS**ALUGA-SE
QUARTO**

A SENHORA OU MENINA

C/ banho privativa, serv. de
cozinha. Telefonar de 2.ª a
6.ª, das 14 às 20 horas para o
n.º 723027.**ALUGA-SE**Rês-do-chão para co-
mércio ou escritório na Rua
18, n.º 817, entre a Igreja e o
Mercado Municipal.

Telefone 723 625.

LEIA E ASSINE**DEFESA
DE ESPINHO**

Poupe energia

**CONNOSCO
A SUA CAMPANHA
PUBLICITÁRIA
RESULTA**SOMOS
EMPES
EMPRESA DE
PUBLICIDADE
DE ESPINHO. L.

ELABORAÇÃO DE ESTUDOS
PUBLICITÁRIOS**EXISTIMOS PARA O SERVIR
CONSULTE-NOS**RUA 26 – N.º 601 – 2.º ESQ.
TELEFONE 721525APARTADO 39
4501 ESPINHO CODEX**UMA GRANDE ESPERANÇA**

PROGRAMA SELECCIONADO PARA SI COM:

- FILMES
- MÚSICA
- DIAPOSITIVOS
- REFLEXÕES

*Nesta hora de crise, venha ver e ouvir
respostas de ESPERANÇA.*

De Dom. 28 Mar. a Sáb. 10 Abr. às 20,45 H.

Rua 18 n.º 236

Entrada Livre

BAZAR ANDREIA**JOGOS E BRINQUEDOS**Agradece a sua visita
Aceitamos cartão unibancoLoja K-1.º Andar – CENTRO COMERCIAL SOLVERDE
Avenida 8 – ESPINHO**ATENÇÃO EMIGRANTES**Uma nova emissão todas as terças-feiras das
22 às 24 h., na Rádio Activ FM, 94.6 MHZ.
Emissão feita com Carlos Meireles, de Espi-
nho, e Amaro Rodrigues, de Rio Tinto.
Com música portuguesa e espanhola e novi-
dades de Espinho e de Portugal.**VENDE-SE
Motorizada**«Boss/Casal», com 8.500 km, duas velocidades
de pé, 2 litros aos 100.
Telefone 721 525**VENDE-SE**ANDAR C/ 3 ASSOALHADAS, 2 WC,
QUARTO DE ARRUMOS E GARAGEM –
PRONTO A HABITAR
RUA 18 N.º 1294 R/C ESQ.
Falar Livrália – Rua 23 – Telef. 720513**MANUEL FERNANDES VISEU**

MISSA DO 7.º ANIVERSÁRIO

Com profunda saudade, sua es-
posa manda celebrar missa na Ca-
pela de Nossa Senhora de Lurdes
de Anta, no dia 1 de Abril, quinta-
-feira, pelas 8 horas da manhã,
agradecendo, desde já a todas as
pessoas que comparecerem.**CRISTÓVÃO DA COSTA PATELA**
3.º ANIVERSÁRIOCom grande saudade sua es-
posa, filhos, noras e genros, man-
dam celebrar missa pela passa-
gem do 3.º aniversário do seu fale-
cimento no dia 26, sexta-feira,
pelas 19 horas, na igreja matriz de
Espinho, agradecendo desde já a
todas as pessoas que possam
comparecer.**A PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA INFORMA QUE
TODOS OS MOTOCICLOS DURANTE O DIA, SÃO OBRIGADOS
A TRANSITAR COM OS MÉDIOS ACESOS****tome
uma medida
inteligente**Assine o semestral «Defesa de Espinho».
Espinho, a região e o país, os desportos e os
tempos livres.
Um jornalismo vivo.
Onde quer que resida, envie-nos esc.: 400\$00
em cheque ou vale postal. Faça-o para o
apartado 39, 4501 ESPINHO Codex. Junte o
cupão anexo, devidamente preenchido. E per-
tencerá à grande família que somos.

NOME

MORADA

«DEFESA DE ESPINHO»

MEIO SÉCULO A (IN)FORMAR

**NOVOS
ASSINANTES****Anta:**
Carlos Crespo Barroca
Moisés Couto**África do Sul:**
João Henriques**Crestuma:**
Joaquim Vidal de Oliveira**Espinho:**
António Araújo Neves
Flávio Gomes Faustino**Nogueira da Regedoura:**
Joaquim da Silva Maia
Fernando Marques**Silvalde:**
Manuel Ferreira de Oliveira**S. Paio de Oleiros:**
António Fernando Couto**S. Félix da Marinha:**
Confecções «Fronteira»**Vila da Feira:**
Manuel de Jesus Rocha

Por 400\$00 anuais, leia o «DE» em qualquer parte do mundo

ESPINHO



SOLVERDE

UMA EMPRESA AO SERVIÇO DE ESPINHO
E DO TURISMO NACIONAL
MAIS DE DOIS MILHÕES DE CONTOS
INVESTIDOS NO TURISMO

200000 DE CONTOS DE INVESTIMENTO

UM MODERNO E FUNCIONAL CASINO
DOIS CENTROS COMERCIAIS COM CERCA DE 50 ESTABELECIMENTOS,
RESTAURANTE E SNACK BAR.
DOIS PARQUES AUTOMÓVEIS SUBTERRÂNEOS
UM PARQUE DE CAMPISMO
UMA POUSADA COM PISCINA, TÊNIS E "PUTTING-GREEN".
UMA PISCINA COBERTA CLIMATIZADA
UMA PRAÇA DE TOUROS
100 HABITAÇÕES
UM APARTHOTEL COM 300 CAMAS
UM HOTEL COM 280 CAMAS

DEFESA DE ESPINHO

Semanário ☆ Sai à quinta-feira

Fundado em 27 de Março de 1932 por Benjamim da Costa Dias ★ Propriedade da EMPES - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda. ★ Redacção e Administração na Rua 26 n.º 601-2.º-Esq. - Apartado 39 - 4501 ESPINHO Codex - Telefone 721525 ★ Maquetagem da EMPES - Publicidade ★ Fotocomposição e impressão nas Oficinas Gráficas de «O Comércio do Porto», Avenida dos Aliados, 107 - 4008 PORTO Codex - Telefones 21021/2/3 ★ Tiragem média de 3.500 exemplares.



PORTE PAGO